

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Fatores e desafios dos programas de empregabilidade para reclusos – o caso do Estabelecimento
Prisional de Sintra

Ana Cristina Martins Rodrigues

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Economia Social e Solidária

Orientador:

Doutor José Fontes, Professor Auxiliar com Agregação,
Universidade Aberta

Coorientadora:

Doutora Maria de Fátima Palmeiro Batista Ferreiro, Professora Auxiliar,
Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa

Janeiro de 2013

Dedicatória

Ao meu marido, Alexandre, e aos nossos filhos, Carolina, André e Afonso por todo o tempo em que deixei de estar com eles para poder dedicar-me à elaboração da presente dissertação. Aos meus pais, Mariano e Fernanda, e ao meu irmão, Hélder, por todos os momentos em que cuidaram dos meus filhos para que eu pudesse estar disponível para realizar o presente trabalho.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor José Fontes e à minha coorientadora, Professora Doutora Maria de Fátima Ferreiro, pela orientação, incentivo e compreensão que sempre tiveram para comigo.

Agradeço à Direção Geral dos Serviços Prisionais, nomeadamente à Diretora do Estabelecimento Prisional de Sintra, Dra. Fátima Corte, e às suas adjuntas, Dra. Amália Costa e Dra. Elsa Tomé bem como às educadoras, Dra. Cláudia Poeta e Dra. Sandra Setas e ao Chefe Gordo por toda a disponibilidade e colaboração que sempre me demonstraram. Agradeço ainda à Dra. Regina Branco, Chefe de Equipa Multidisciplinar na DGSP, pelo apoio e pela pertinência dos seus comentários.

Quero deixar também uma palavra de agradecimento à Dra. Cristina Pais, da empresa Parques de Sintra Monte da Lua não só pela informação que me cedeu como pelos contactos que me proporcionou.

Quero deixar um agradecimento muito especial a todos os homens que aceitaram ser entrevistados, reclusos e ex-reclusos, pois sem eles este trabalho não teria sido possível. Como contrapartida da sua colaboração, espero que este trabalho de alguma forma sirva de base a uma reflexão sobre a importância do trabalho e da formação profissional para quem está preso e que, ainda que não seja para eles, contribua para alguma mudança a este nível para outras pessoas privadas de liberdade.

Agradeço também ao Presidente da Associação Empresarial em que trabalho (ANJE), Eng.º Francisco Maria Balsemão, pela possibilidade de gestão do tempo que me concedeu.

Agradeço ainda aos meus amigos que sempre me incentivaram a continuar com este trabalho mas sobretudo aqueles que mais diretamente contribuíram para a sua concretização, a Marisa, a Judite, o Paulo, a Cacilda e a Maria pois sem eles teria tido mais dificuldade em chegar ao fim. Agradeço em especial à Maria pela cuidada leitura que fez de todo o trabalho e por todas as correções que me sugeriu ao longo da elaboração.

Por fim quero deixar uma palavra de reconhecimento a todos os meus colegas de mestrado que me acompanharam ao longo destes anos, em especial à Teresa, ao João, à Anabela e à Ana Lima por todos os contatos de ex-reclusos que me facultou, bem como aos professores que nos acompanharam.

Muito obrigada a todos!

Resumo

Esta dissertação pretende ser uma reflexão sobre a importância do trabalho e da formação profissional para quem está numa situação de reclusão, pois são seguramente duas das atividades mais procuradas por quem está privado de liberdade.

“Em que medida os programas de empregabilidade (atividades laborais e formação profissional) que se desenvolvem nos Estabelecimentos Prisionais, nomeadamente no Estabelecimento Prisional de Sintra, contribuem para a reinserção social de ex-reclusos?” é a questão de partida deste estudo.

Como metodologia de trabalho, adotou-se o estudo de caso aplicado ao Estabelecimento Prisional de Sintra e como instrumento de trabalho, a entrevista, realizada a reclusos mas também a ex-reclusos para que se possa analisar não só a perspetiva de quem está preso como também de quem já esteve preso e, atualmente, se encontra em liberdade. Foi ainda considerada importante a análise da perspetiva de quem trabalha nos serviços prisionais e a análise de uma empresa que recebe, com regularidade reclusos e emprega ex-reclusos.

Pela análise das diferentes perspetivas consideradas, concluiu-se que os entrevistados consideram a ocupação laboral e a frequência de ações de formação como um importante contributo para a reinserção social de ex-reclusos. Os reclusos e ex-reclusos entrevistados acreditam na importância da obtenção de um certificado de formação profissional e da aprendizagem de uma profissão como fatores determinantes para a sua reinserção no mercado de trabalho, imprescindível para a sua sobrevivência numa sociedade livre. A prevenção da exclusão social é uma das abordagens da economia social e solidária.

Palavras-chave: trabalho prisional, formação profissional em contexto prisional e reinserção social de ex-reclusos

Códigos JEL: I31, J24, J44, J71, K40

Abstract

This dissertation aims to be a reflection on the importance of work and vocational training for those who are in prison. Those are surely the two activities more wanted by those who are deprived of freedom.

"In what extent employability programs (vocational training and work activities) developed in prison, especially in Sintra's Prison, contribute to the social reintegration of ex-offenders?" this is the starting point of this study.

As methodology, was adopted the case study applied to Sintra's Prison and as a working tool, was used the interview conducted to offenders but also to ex-offenders in order to analyze not only the perspective of the ones who are arrested but also from those who have been arrested and currently lies in freedom. It was also considered important to analyze the perspective of those who work in the prison service and the analysis of a company that receives regularly employees offenders and ex-offenders.

By analyzing the different perspectives considered, we could conclude that respondents consider the occupation labor and frequency of training activities as an important contribution to the social reintegration of ex-offenders. Offenders and ex-offenders interviewed believe in the importance of obtaining a certificate of training and learning a profession as determinants for their reintegration into the labor market, essential for their survival in a free society. The prevention of social exclusion is one of the approaches of the social and solidarity economy.

Keywords: prison labor, vocational training in the prison context and social reintegration of ex-offenders

JEL Codes: I31, J24, J44, J71, K40

Índice

Dedicatória	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo	iv
Abstract.....	v
Índice de Quadros	x
Índice de Gráficos.....	xi
Índice de Figuras	xii
Glossário de Siglas.....	xiii
I - INTRODUÇÃO	1
1.1 Objetivos e problema de investigação	1
1.2. Estrutura da Dissertação	1
1.3 Interesse pessoal pelo tema	2
1.4 Relevância social do tema	3
1.5 Economia Social e Solidária e os Programas de empregabilidade nos Estabelecimentos Prisionais	4
II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL	9
2.1 Exclusão social.....	9
2.1.1 Conceito	9
2.1.2 Categorias de excluídos: os reclusos e os ex-reclusos	12
2.4 Reinserção social de ex-reclusos.....	19
III – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	23
IV – PROGRAMAS DE EMPREGABILIDADE NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SINTRA... 27	
4.1 Caraterização do sistema prisional português	27
4.1.1 Os reclusos.....	27
4.1.2 Os Estabelecimentos Prisionais.....	30
4.1.3 O Trabalho nos Estabelecimentos Prisionais	31
4.1.4 A Formação Profissional nos Estabelecimentos Prisionais	35
4.1.5 Relacionamento com o meio empresarial.....	37
4.2 O Estabelecimento Prisional de Sintra.....	39

4.2.1	Caraterização do Estabelecimento Prisional de Sintra	39
4.2.2	Perfil dos Reclusos	41
4.2.2	Formação e Trabalho no Estabelecimento Prisional de Sintra	42
4.3	Perspetiva dos Reclusos	44
4.3.1	Sociografia e caraterização dos reclusos entrevistados	44
4.3.2	Trabalho no Estabelecimento Prisional de Sintra	47
	<i>4.3.2.1 Importância da existência de programas de empregabilidade nos Estabelecimentos Prisionais</i>	<i>47</i>
	<i>4.3.2.2 Contributo da ocupação laboral para a reinserção</i>	<i>51</i>
	<i>4.3.2.3 Aceitação social do trabalho de ex-reclusos</i>	<i>54</i>
4.3.3	Formação profissional no Estabelecimento Prisional de Sintra	57
	<i>4.3.3.1 Aspetos Positivos da Formação Profissional</i>	<i>57</i>
	<i>4.3.3.2 Aspetos Negativos da Formação Profissional</i>	<i>59</i>
	<i>4.3.3.3 Contributo da formação profissional para a reinserção</i>	<i>60</i>
4.4	Perspetiva dos ex-reclusos	63
4.4.1	Sociografia e caraterização dos ex-reclusos	63
4.4.2	Trabalho nos Estabelecimentos Prisionais	66
	<i>4.4.2.1 Importância da existência de programas de empregabilidade e da ocupação laboral nos Estabelecimentos Prisionais</i>	<i>66</i>
	<i>4.4.2.2 Contributo da ocupação laboral e da formação profissional para a reinserção</i>	<i>69</i>
	<i>4.4.2.3 Reinserção na sociedade dos ex-reclusos entrevistados</i>	<i>71</i>
	<i>4.4.2.4 Aceitação social do trabalho de ex-reclusos</i>	<i>73</i>
4.4.3	Formação Profissional nos Estabelecimentos Prisionais	74
4.5	Perspetiva Institucional	76
4.5.1	Caraterização dos entrevistados	76
4.5.2	Importância dos Programas de Empregabilidade nos Estabelecimentos Prisionais	77
4.5.3	Reinserção social de reclusos	80
4.6	Programas de empregabilidade de reclusos e ex-reclusos: O caso da Parques de Sintra Monte da Lua	82
4.6.1	A Empresa	82
4.6.2	Protocolos entre a empresa e os Estabelecimentos Prisionais de Sintra e de Tires	84

V - CONCLUSÕES	89
BIBLIOGRAFIA.....	95
ANEXOS.....	99
ANEXO A – Carta enviada para a Direção Geral dos Serviços Prisionais com o pedido de autorização para a realização do trabalho no Estabelecimento Prisional de Sintra	101
ANEXO B – Projeto de Dissertação enviado para a Direção Geral dos Serviços Prisionais	105
ANEXO C – Ofício da Direção Geral dos Serviços Prisionais com a autorização para a realização do trabalho no Estabelecimento Prisional de Sintra	113
ANEXO D - Guião de entrevista a Reclusos	117
ANEXO E - Guião da Entrevista a ex-Reclusos.....	121
ANEXO F - Guião de Entrevista à diretora, às técnicas de educação e ao chefe dos guardas prisionais do Estabelecimento Prisional de Sintra	125
ANEXO G - Guião de Entrevista à Chefe de Equipa Multidisciplinar da Direção Geral dos Serviços Prisionais	129
ANEXO H – Caraterização dos reclusos entrevistados	131
ANEXO I – Sinopse das entrevistas realizadas a reclusos (opinião sobre o trabalho no Estabelecimento Prisional de Sintra)	143
ANEXO J – Sinopse das entrevistas realizadas a reclusos (opinião sobre a formação profissional no Estabelecimento Prisional de Sintra)	159
ANEXO K – Trabalho no Estabelecimento Prisional de Sintra: análise das principais questões assinaladas pelos reclusos.....	169
ANEXO L - Trabalho no Estabelecimento Prisional de Sintra – contagem das principais questões assinaladas pelos reclusos.....	185
ANEXO M – Formação Profissional no Estabelecimento Prisional de Sintra: análise das principais questões assinaladas pelos reclusos	189
ANEXO N - Formação Profissional no Estabelecimento Prisional de Sintra - contagem das principais questões assinaladas pelos reclusos	203
ANEXO O – Caraterização dos ex-reclusos entrevistados.....	207
ANEXO P – Sinopse das entrevistas realizadas a ex-reclusos (opinião sobre o trabalho nos Estabelecimentos Prisionais)	211
ANEXO Q – Sinopse das entrevistas realizadas a ex-reclusos (opinião sobre a formação profissional nos Estabelecimentos Prisionais)	219
ANEXO R – Situação atual dos ex-reclusos face ao emprego	223

ANEXO S - Opinião dos funcionários do Estabelecimento Prisional de Sintra sobre os programas de empregabilidade	227
ANEXO T – Opinião dos funcionários do Estabelecimento Prisional de Sintra sobre a reinserção de reclusos	233
ANEXO U – Fotos antigas alusivas ao trabalho e à formação profissional no Estabelecimento Prisional de Sintra	238

Índice de Quadros

Quadro 1 - População prisional segundo a situação penal (2009-2012).....	27
Quadro 2- População prisional segundo o género (2009-2012).....	28
Quadro 3- População prisional segundo a nacionalidade (2009-2012).....	28
Quadro 4 - População prisional segundo o continente de origem (2010-2011)	29
Quadro 5 - N.º de reclusos a trabalhar, por tipo de Estabelecimento e regime prisional – Ponto de situação no 1.º e 2.º semestre de 2010.....	32
Quadro 6 - Taxa de ocupação laboral a 31.12.10, segundo a situação prisional.....	33
Quadro 7 - N.º de reclusos a trabalhar por conta do EP e por conta de entidades externas, segundo o regime prisional, em 31.12.10	34
Quadro 8 - Trabalho por conta de entidades externas, segundo o setor de atividade, em 31.12.10...	34
Quadro 9 - N.º de formandos que abandonaram a formação, por motivo do abandono (95 ações terminadas em 2010).....	36
Quadro 10 - Caraterização dos funcionários dos serviços prisionais entrevistados.....	77
Quadro 11- Reincidência dos reclusos que passaram pela Parques de Sintra Monte da Lua (2008-2012).....	86

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Idades dos reclusos entrevistados	44
Gráfico 2 - Penas totais dos reclusos entrevistados	44
Gráfico 3- Habilitações literárias dos reclusos entrevistados.....	44
Gráfico 4 - Reincidência criminal dos reclusos entrevistados	45
Gráfico 5- Situação face ao trabalho e à formação profissional antes e depois de estarem presos....	45
Gráfico 6 - Idades dos ex-reclusos entrevistados	63
Gráfico 7 - Habilitações Literárias dos ex-reclusos entrevistados	63
Gráfico 8 - Penas totais dos ex-reclusos entrevistados	64
Gráfico 9 - Reincidência Criminal dos ex-reclusos entrevistados	64
Gráfico 10 - Situação face ao trabalho e à formação profissional dos ex-reclusos entrevistados	65

Índice de Figuras

Figura 1 - Pavilhões do regime fechado (EPSintra)	39
Figura 2- Área agropecuária (EPSintra)	40
Figura 3 - Foto antiga com uma vista geral de parte da área do Estabelecimento Prisional	239
Figura 4 - Aula de escrita à máquina	239
Figura 5 - Transporte de Cereais	240
Figura 6 - Escavações	240

Glossário de Siglas

BTP – Bolsa de Trabalho Prisional

CPJ – Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça

DGRS – Direção Geral de Reinserção Social

DGSP – Direção Geral dos Serviços Prisionais

EP – Estabelecimento Prisional

EPSintra – Estabelecimento Prisional de Sintra

PGI - Património Gera Inclusão

PIR – Plano Individual de Readaptação

RAE – Regime Aberto no Exterior

RAI – Regime Aberto no Interior

I - INTRODUÇÃO

1.1 Objetivos e problema de investigação

Este trabalho pretende demonstrar o *papel preventivo que* têm os programas de empregabilidade estruturados para os reclusos do Estabelecimento Prisional de Sintra e como contribuem para a sua reinserção social e conseqüente diminuição da reincidência criminal e regresso à prisão. Por programas de empregabilidade entendem-se atividades profissionais desenvolvidas dentro do estabelecimento prisional e frequência de ações de formação por parte dos reclusos.

O trabalho relacionará a questão da exclusão social com a formação profissional de reclusos e a empregabilidade no contexto prisional, passando pela caracterização do sistema prisional português, tudo intimamente relacionado com a temática da economia social e solidária.

Pretende-se dar resposta à seguinte questão: em que medida os programas de empregabilidade (atividades laborais e formação profissional) que se desenvolvem nos Estabelecimentos Prisionais, nomeadamente no Estabelecimento Prisional de Sintra, contribuem para a reinserção social de ex-reclusos?

O objeto de estudo incidirá primordialmente sobre o Estabelecimento Prisional de Sintra e a população reclusa que frequentou as ações de formação Empreendedorismo nas Artes e Ofícios do Património – Estuques e Empreendedorismo nas Artes e Ofícios do Património – Cantaria, alargando-se ainda a ex-reclusos que frequentaram programas de empregabilidade enquanto estiveram detidos.

A escolha deste tema teve por base a experiência de relacionamento com o meio empresarial e o contacto tido com o meio prisional no âmbito de um projeto. “(...) É vantajoso que o trabalho a empreender se enraíze na experiência anterior do investigador.” (Carmo, 2008:47)

1.2. Estrutura da Dissertação

A dissertação tem um primeiro capítulo relativo à introdução, no qual se caracteriza o objeto de estudo (problema de investigação), se identifica a estrutura da dissertação, a relevância social do tema e a relação existente entre o tema e a Economia Social e Solidária.

No segundo capítulo é efetuado o enquadramento teórico-conceitual, abordando-se os conceitos de exclusão social, trabalho em contexto prisional, formação profissional de reclusos e reinserção social de ex-reclusos. O terceiro capítulo refere a metodologia seguida.

O capítulo quarto integra os resultados do estudo efetuado, apresentando-se a perspetiva dos reclusos, a dos ex-reclusos e a perspetiva institucional sobre o tema em estudo – os fatores e desafios dos programas de empregabilidade para reclusos – o caso do EPSintra. Apresenta ainda o caso de uma empresa que recebe reclusos e que emprega ex-reclusos, na qual foram analisados os índices de reincidência dos reclusos que passaram pela empresa, de 2007 a 2012.

A dissertação termina com a apresentação das conclusões, da bibliografia e da webgrafia.

1.3 Interesse pessoal pelo tema

A entrada pela primeira vez numa prisão é algo que nos causa algum impacto. Não é um local comparável com qualquer outro onde já tenhamos estado. Há a ideia pré-concebida que temos resultante dos filmes alusivos ao tema, principalmente os americanos: os guardas prisionais, o arame farpado, as grades, os muros altos, fatos às riscas, a elevada segurança, o isolamento.

Também tínhamos todas estas imagens na cabeça quando visitámos um estabelecimento prisional pela primeira vez, no âmbito de um projeto em que a Associação Empresarial em que trabalhamos esteve envolvida. O estabelecimento em causa foi o Estabelecimento Prisional de Sintra (EPSintra).

Entrámos no projeto quando este já decorria e uma das primeiras atividades em que nos envolvemos foi a angariação de locais de trabalho para ex-reclusos. Não os conhecíamos, não sabíamos qual o crime que tinham cometido, apenas tínhamos algumas informações gerais sobre o seu perfil como as suas formações base, complementar e profissional, bem como dados sobre a sua experiência profissional e área de interesse em termos laborais.

Com alguns receios, pensámos na forma de abordar um potencial empregador e nos argumentos a utilizar, ainda que com muitas dúvidas. Foi então que decidimos visitar o EPSintra para ‘sentir’ a prisão, observar reclusos a trabalhar, visitar as oficinas e captar toda aquela envolvência para podermos transmitir aos empresários, com mais segurança e conhecimento, as propostas a apresentar. Nesta visita percebemos que a prisão é acolhedora para quem a visita. As pessoas livres que nela trabalham foram de uma imensa gentileza e as pessoas não livres foram simpáticas e cordiais. Ficámos bem impressionados, para além de fascinados com toda a atividade profissional que existia dentro daquele Estabelecimento Prisional (EP), não só de formação a reclusos em áreas técnicas como também de trabalho efetivo subcontratado por empresas. Pensámos ser agora o momento para transmitir a *mensagem* aos empresários. Quando reuníamos com um empresário tentávamos transmitir-lhe, não só a experiência, como todo o potencial de emprego que os EP podem ter e o facto de ser tanto ou mais seguro empregar um ex-recluso como uma pessoa livre proveniente do mercado de trabalho.

O recluso, que é considerado apto para exercer uma atividade profissional, é uma pessoa acompanhada por técnicos de várias áreas, que o auxiliam, que o formam, que lhe mostram que existe um caminho para além daquele que ele conhece. Um caminho de liberdade e de contributo para a sociedade, de forma estruturada e consistente, no qual o emprego assume uma importância crucial que ele não deve desperdiçar.

Deve agarrá-la afincadamente para conseguir reinserir-se na sociedade e contribuir para o bem de todos. O recluso pode assim ser um trabalhador tão ou mais empenhado do que uma pessoa oriunda do meio livre pois, para ele, é a sua segunda oportunidade. A oportunidade de não voltar ao ambiente prisional.

Desde este primeiro contacto, sempre mantivemos alguma proximidade com os estabelecimentos prisionais. Atualmente, esse contacto é feito pela via da formação profissional,

concorrendo a ações de formação profissional financiada, no âmbito do POPH – Formação para a Inclusão, com cursos de Empreendedorismo para a Empregabilidade e de Empreendedorismo nas Artes e Ofícios do Património. Estes cursos permitem aos reclusos a aquisição de conhecimentos que lhes possibilitam a criação do seu próprio emprego aquando da sua saída do sistema prisional.

Sentimos, de alguma forma, que se tem conseguido aproximar o meio prisional do empresarial, sendo isso algo de muito gratificante.

1.4 Relevância social do tema

Qualquer política de apoio à reinserção socioprofissional de pessoas em situação de desfavorecimento, como é o caso da população reclusa, é sempre uma mais-valia para a sociedade.

Os reclusos pertencem a uma população em risco de exclusão social por vários motivos, entre eles, o facto de ao serem detidos perderem, muitas vezes a sua rede de relações sociais e familiares e terem frequentemente comportamentos de risco (como a dependência de drogas ou de álcool). Estes e outros fatores, aliados ao tempo de reclusão, que os mantêm afastados do mercado de trabalho, induzem numa perda gradual de competências profissionais e aumentam a probabilidade de reincidência. (EQUAL, 2007:12)

Os programas ligados ao exercício de atividades profissionais são importantes para o recluso enquanto está no estabelecimento prisional e para o ex-recluso no tempo imediatamente a seguir à sua saída. O recluso que está num estabelecimento prisional, se conseguir trabalhar durante o cumprimento da sua pena, tem oportunidade de auferir uma remuneração que o ajuda a fazer face às suas despesas e, eventualmente, a constituir alguma poupança pois muitas vezes os reclusos (antes de o serem) são a única fonte de sustento das suas famílias as quais ficam, entretanto, em situações financeiras debilitadas. Quanto ao ex-recluso, o período pós-libertação é um período muito difícil dado que, não só tem que encarar a sociedade com a “carga” da designação de ex-recluso, como tem que encontrar meios de sobrevivência, pois, muitas vezes, ou não tem suporte social que o acolha ou tem um suporte familiar com muitas dificuldades de sobrevivência. Torna-se assim premente a necessidade de encontrar um emprego num contexto pouco favorável, dada a conjuntura em que vivemos, apresentando-se, para muitos deles, como única solução de sobrevivência, o regresso ao crime e, conseqüentemente, à prisão.

Sob o ponto de vista das competências, importa referir que muitos reclusos não têm hábitos de trabalho por terem tido um percurso de vida ligado à delinquência, marginalidade, por vezes ao abandono escolar, vivendo de forma desinserida da sociedade.

A existência de um projeto formativo nos estabelecimentos prisionais, que promova a reinserção de reclusos na comunidade através da promoção do empreendedorismo e da inovação social para a empregabilidade, pode assumir um papel importante na vida do ex-recluso pois permite-lhe que a saída seja já dotada de ferramentas que lhe possibilitam uma melhor reintegração na sociedade no período pós-reclusão.

Numa análise geral da população reclusa denota-se o predomínio da desqualificação e da informalidade (em termos do meio empresarial e da reinserção profissional), inexistência de projetos profissionais estruturados e tendência para que a sua reinserção na sociedade seja feita em condições de precariedade. Este público, aquando da sua saída para meio livre, apenas consegue trabalho pouco ou nada qualificado, nas franjas mais precárias, tendo baixas remunerações. As ações de formação podem contribuir para a prevenção e a reparação da exclusão social de que é alvo, dotando-o de competências pessoais, sociais e profissionais. O incremento das qualificações e o desenvolvimento de competências para a empregabilidade, seja por via da criação do próprio negócio, ou pela procura ativa de emprego, pode revelar-se um fator preponderante na reinserção de ex-reclusos, dando-lhes condições para serem mais proativos e confiantes em si próprios.

É importante que o processo de inclusão se inicie a partir do estabelecimento prisional, acompanhando os reclusos e apoiando-os no desenvolvimento de um projeto de vida sustentável.

1.5 Economia Social e Solidária e os Programas de empregabilidade nos Estabelecimentos Prisionais

A designação Economia Social aparece frequentemente associada a Solidária mas há que distinguir o contexto de aparecimento das “duas economias”. A Economia Social nasceu no Séc. XIX, na Europa, no contexto da afirmação das sociedades industriais e do capitalismo, como resposta à questão social desse período e também às falhas do mercado, antes da afirmação do Estado Social. A Economia Solidária apareceu no final do Séc. XX, no contexto do término das sociedades industriais e da afirmação das sociedades do conhecimento. Surgiu como resposta aos problemas/questions sociais, ambientais, culturais, políticas e territoriais desse período, ou seja, às *falhas do mercado* e às *falhas do Estado* e na sequência do Estado Social.

A Economia Social, segundo Defourny, abrange quatro tipos de componentes: “as empresas de tipo cooperativo” que “encontram seu marco inicial no projeto dos Pioneiros de Rochdale (Manchester, 1844)”¹, “as sociedades de tipo mutualista, ou ajuda mútua”, “as organizações associativas (...) todas as outras formas de livre associação de pessoas que visam à produção de

¹ Em 21 de dezembro de 1844 no bairro de Rochdale, em Manchester (Inglaterra), 27 tecelões e uma tecelã fundaram a "Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale" com o resultado da economia mensal de uma libra de cada participante durante um ano. Tendo o homem como principal finalidade, e não o lucro, os tecelões de Rochdale buscavam naquele momento uma alternativa económica para atuarem no mercado, frente ao capitalismo ganancioso que os submetiam a preços abusivos, exploração da jornada de trabalho de mulheres e crianças (que trabalhavam até 16h) e do desemprego crescente advindo da revolução industrial. Naquele momento a constituição de uma pequena cooperativa de consumo no então chamado "Beco do Sapo" (Toad Lane) mudou os padrões económicos da época e deu origem ao movimento cooperativista. Logo no primeiro ano de funcionamento o capital da sociedade aumentou para 180 libras e cerca de dez anos mais tarde o "Armazém de Rochdale" já contava com 1.400 cooperantes. O sucesso dessa iniciativa passou a ser um exemplo para outros grupos.

bens ou serviços, sem haver objetivo principal de lucro” e “as fundações, instituições privadas não centradas apenas no lucro” (Defourny, 2009:157, 158).

Economia Solidária é um conceito

(...) ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento económico predominante nas sociedades de mercado. (...) Precisamos de uma economia na qual o desenvolvimento social não seja uma preocupação subsidiária, relegada a mecanismos compensatórios, uma economia cuja lógica intrínseca implique e estimule a cooperação e a reciprocidade em benefício da equidade e da justiça social (Laville e Gaiger, 2009:162-168).

A Economia que reencontra a Vida nas suas várias dimensões, promovendo uma lógica de solidariedade sistémica com a Vida em todas as suas expressões (seres humanos, outros seres vivos e componentes abióticos) e tomando em consideração, de forma integrada, as perspetivas económicas, sociais, culturais, ambientais, territoriais, científicas e políticas, em que ela se traduz (Amaro, 2009: 22).

Uma das versões da Economia Solidária, a da Macaronésia² teve a sua origem nos Açores e esteve associada a três grupos particulares de desfavorecidos, um dos quais ex-reclusos repatriados do Canadá e dos E.U.A.³. Este fenómeno mantém-se atual pois no ano 2011 verificou-se um aumento significativo de reclusos vindos das ilhas, sobretudo dos Açores, repatriados do Canadá. São pessoas que apresentam problemáticas específicas sobretudo em termos de comportamento e carência económica.

Os repatriados, ou seja, os indivíduos de origem açoriana emigrados no Canadá ou nos E.U.A., os quais, por terem cometido crimes considerados graves (como homicídios, tráfico de drogas ou outros de natureza violenta) começaram a ser expulsos, nessa época⁴, desses países (sobretudo dos E.U.A.) e “enviados” (muitas vezes apenas tendo por bagagem a roupa que traziam no corpo) para a sua região de origem, com a qual muitas vezes já tinham perdido o contacto há muito, e da qual já nem a língua frequentemente sabiam falar, tornando-se um dos problemas sociais mais graves da Região, a partir de finais dos anos 80, por ser um problema totalmente novo, pelo número alcançado, pela reação de desconfiança e marginalização que provocavam e pelas suas características e situação muito aguda de exclusão social (Amaro, 2009:20).

Aparecem assim algumas iniciativas, de organizações da sociedade civil, que alteram a sua intervenção assistencialista para uma intervenção na área da formação e do incremento de competências em pessoas pertencentes a grupos desfavorecidos, nos quais estão incluídos os ex-

² Região que abrange 4 arquipélagos situados entre África, Europa e América: Região Autónoma dos Açores, Região Autónoma da Madeira, Região Autónoma das Canárias e à República de Cabo Verde

³ Os outros dois grupos de desfavorecidos eram “as famílias de pescadores pobres de certas localidades onde a sua concentração era maior (como na freguesia de Rabo de Peixe e no concelho de Lagoa, na Ilha de S. Miguel), traduzindo-se em problemáticas muito complexas e acumuladas (ao nível da baixa escolarização e abandono precoce da escola, da falta de acesso à saúde básica, da falta de condições mínimas de habitabilidade, da prostituição e da adoção de vários comportamentos desviantes, de elevados índices de desemprego e de baixo rendimento, etc.); os indivíduos portadores de deficiência (nomeadamente mental) cuja situação se encontrava particularmente desprotegida, em termos de respostas na Região.” (Amaro, 2009:19, 20)

⁴ Anos 80 do Séc. XX

reclusos. Após a conclusão das formações, do aumento das competências e das expectativas, colocava-se o problema de inserção no mercado de trabalho, mercado esse sem capacidade de absorção umas vezes por falta de capacidade real, outras pela desconfiança e discriminação face a estes grupos de pessoas.

É neste contexto que se toma a iniciativa, nos inícios dos anos 90, perante estes desafios, de se criar atividades económicas, a partir da natureza essencialmente social inicial, com vista sobretudo à criação de emprego para estes grupos desfavorecidos e de condições de sustentabilidade (incluindo económica) para as organizações, tendo a expressão “Economia Solidária” sido adotada como referência⁵ (Amaro, 2009: 21).

Uma das abordagens à economia solidária é como uma forma de inclusão social, abordagem essa que “pressupõe a existência de uma sociedade e de um mercado que hipoteticamente *podem* incluir a todos.” (Cruz, 2011: 72). Na Economia Solidária há uma preocupação com o bem-estar social e com a coesão social, ou seja, com a integração de todos os grupos sociais numa perspetiva sistémica onde a regra é a justiça social para todos, a igualdade de oportunidades. Pretende-se que haja uma sociedade inclusiva ou equitativa, ou seja, uma sociedade justa. “(...) Uma economia cuja lógica intrínseca implique e estimule a cooperação e a reciprocidade, em benefício da equidade e da justiça social” (Laville, 2009:168).

A integração deve resultar da conjugação e coerência de estratégias entre a inserção e a inclusão, incidindo a inserção na capacitação das pessoas, no reforço das suas competências e no seu poder de autonomização e a inclusão incidindo nas organizações da sociedade civil, aumentando as suas oportunidades de acesso a recursos que disponibilizem a grupos desfavorecidos. A inserção tem uma incidência multidimensional, não sendo sectorial, atuando de forma integrada e envolvendo vários parceiros da sociedade, enquanto a inclusão deve dirigir-se às causas estruturais da sociedade. “No caso da economia solidária, o exercício de integração ao grupo económico, que através do trabalho recupera a inserção económica e social dos indivíduos, permitiria também a recomposição da própria sociedade, à medida que garantiria inclusão (integração) do individuo no grupo social da empresa, e no próprio mercado (...)” (Cruz, 2011:72).

Esta ideia vai ao encontro do nosso tema pois o que se pretende, como referido no ponto 1.1, é demonstrar o *papel preventivo* que têm os programas de empregabilidade estruturados para os reclusos do EPSintra e como contribuem para a sua reinserção social e conseqüente diminuição da reincidência criminal e regresso à prisão, ou seja, uma reintegração pela via do trabalho e da formação profissional.

Uma das dimensões da economia solidária é a “solidariedade social, abarcando todos os seres humanos, numa perspetiva de igualdade de oportunidades e de promoção dos Direitos Humanos, privilegiando os mais desfavorecidos” (Amaro, 2009:24). A economia solidária pode ainda ser definida “como a que se baseia numa solidariedade plural (integrante dos tipos estatal, associativa, familista e altruísta) e que se torna tangível em ações sobretudo coletivas e dirigidas, antes de mais aos

⁵ Teve por base as atividades desenvolvidas pela cooperativa KAIRÓS (Centro Social Paroquial de S. Pedro – Ponta Delgada) e pela associação Aurora Social (que trabalhava com pessoas portadoras de deficiência).

cidadãos excluídos e mais desprotegidos” (Portela, 2009:149). Os reclusos e os ex-reclusos pertencem a um grupo desfavorecido, desprotegido, que é alvo de discriminação, que nem sempre é tratado com igualdade de oportunidades e que, muitas vezes, é socialmente excluído.

II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL

2.1 Exclusão social

2.1.1 Conceito

Segundo Jordi Estivill, todos os autores concordam que a publicação do livro “Les exclus”, em 1974, por René Lenoir foi um marco na origem do conceito de exclusão apesar de na altura o autor não ter noção do alcance que viria a atingir – “representava apenas um grito de alerta em relação à incapacidade sentida numa economia expansiva para incluir determinados grupos, diminuídos físicos, psíquicos e sociais”.

Sempre existiram excluídos desde que o homem se organiza em comunidade, sempre existiram membros da sociedade com um estatuto diferente de outros e os que eram considerados *diferentes* sempre foram aceites e muitos deles nasciam e morriam com esse estatuto sem o questionar.

É pertinente fazer-se uma breve análise do contexto económico em que o livro apareceu. Tinha terminado uma fase da economia expansiva e vivia-se o início da crise do petróleo.

Ao longo dos Séc. XIX e XX houve uma “afirmação dos direitos civis, políticos e sociais, os processos de descolonização e a procura de uma sociedade mais igualitária e menos excludente” (Estivill, 2003:6). Após a 2ª Guerra Mundial, e até à crise do petróleo em 1973, viveram-se os 30 anos gloriosos, a “Golden Age”, ou seja, um período de crescimento económico contínuo, regular e estável⁶, com criação de emprego seguro e com uma repartição do rendimento relativamente equitativa, nos países desenvolvidos: Europa, EUA, Canadá, Japão, Austrália, Nova Zelândia. Houve uma certa convergência entre os rendimentos mais baixos e os mais altos com redução de alguns desequilíbrios. Foi um período visto como de “Boas Práticas”, verificando-se uma relação direta entre crescimento económico e desenvolvimento. O crescimento económico parecia ser condição necessária e suficiente para haver desenvolvimento.

Este modelo económico estava assente em alguns pilares fortes como: i) modelo empresarial tradicionalmente *fordista*, apostando em salários, lucros e produtividade elevados; ii) concertação social a nível sectorial promovendo: a segurança do posto de trabalho, a atualização salarial no mínimo igual à inflação e no máximo de acordo com a produtividade e a promoção do trabalhador pela antiguidade; iii) afirmação de um Estado-Providência nos países europeus, assumindo o Estado uma função de proteção social em caso de desemprego, doença, acidente, velhice e morte e de Providência como fornecedor dos serviços essenciais gratuitos (saúde, educação e até habitação); iv) aplicação de políticas económicas intervencionistas. “A grande maioria da população europeia tem assegurado elevados níveis de consumo, de bem-estar material com o seu trabalho e fica protegido

⁶ Com taxas de crescimento entre os 3% e os 9%, sem grandes oscilações e dando uma imagem de estabilidade económica. Há que referir que estas taxas se conseguiram num período de pós-guerra, em que havia grande destruição, logo, por pouco que crescessem, traduzia-se numa elevada taxa de crescimento. Em períodos de paz não é possível ter taxas de crescimento deste nível.

desde o berço, até ao cemitério (...)” (Estivill, 2003:7). Nesta altura, os índices de pobreza eram residuais, atingindo apenas aqueles que viviam *à margem*, nos subúrbios das grandes cidades ou nas zonas rurais, sendo acolhidos por instituições públicas ou privadas de beneficência. “E se existe exclusão, esta parece encontrar-se afastada e escondida nas instituições de reclusão” (Estivill, 2003:7).

Em 1973, a OPEP triplica o preço do petróleo e tudo se desmorona. Os recursos encarecem e toma-se consciência da limitação dos recursos naturais. Há uma desaceleração e em alguns casos, quebra de produtividade, há descida das taxas de lucro e de rentabilidade do capital, descida das taxas de investimento, desaceleração das taxas de crescimento e aumento da inflação devido à desvalorização da libra e do dólar. Nuns países as alterações foram mais sentidas do que noutros mas todos sentiram o impacto do aumento do preço do petróleo. Há um considerável aumento do desemprego por parte de pessoas que julgavam estar protegidas e afastadas de tal risco, pessoas essas que têm depois muitas dificuldades de reinserção laboral. A subida repentina dos preços do petróleo marca uma nova fase com a instalação da pobreza e da exclusão.

Em 1989, o Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza, tinha como objetivos dar visibilidade pública aos problemas da pobreza e da exclusão social e sensibilizar os responsáveis políticos, a comunicação social e a população em geral para o tema. Como referido anteriormente, pressupunha-se que a modernização e o crescimento e “maior justiça na redistribuição dos benefícios do progresso” (Capucha, 1998:209) levariam, nos países desenvolvidos, à eliminação da pobreza, mas a “pobreza não apenas se manteve durante todo o processo de desenvolvimento, como tem vindo a crescer, a intensificar a sua incidência e, principalmente, a mudar o seu perfil, tornando-se um dos maiores problemas sociais das sociedades modernas, em si mesmo e nas suas diversas consequências” (Capucha, 1998:210).

A exclusão social, em geral, resulta de dificuldades ou problemas sociais que levam ao isolamento e à discriminação de um determinado grupo. “O resultado é o de as pessoas desfavorecidas perderem o estatuto de cidadania plena, quer dizer, se verem impedidas de participar nos padrões de vida tidos por aceitáveis na sociedade em que vivem” (Capucha, 1998:211). Por vezes é associada ao conceito de pobreza mas este está mais ligado à “insuficiência de recursos de ordem económica, social e cultural” (Capucha, 1998:211). Dentro do conceito de pobreza há ainda que distinguir entre pobreza relativa e pobreza absoluta. Considera-se pobreza relativa quando “pessoas, famílias ou grupos cujos recursos são tão escassos que não lhes permitam viver segundo os padrões normativamente definidos como normais na sociedade a que pertencem” e pobreza absoluta quando “não lhes permitem assegurar a subsistência e eficiência física” (Capucha, 1998:211), ou seja, nem suprem as mais elementares necessidades.

Pessoas atingidas pela pobreza podem ser “os que se situam próximos dos padrões mais comuns entre os que não são pobres” ou aqueles que têm “modos de vida marginais e destituídos de qualquer possibilidade de participação social” (Capucha, 1998: 213). Capucha distingue ainda pobreza primária como a simples ausência de recursos e pobreza secundária como ineficiências de

utilização de recursos parcos. Estes dois conceitos são entendidos por Alfredo Bruto da Costa como pobreza e privação.

Alfredo Bruto da Costa, numa entrevista concedida ao Jornal Público, em Junho de 2007, dizia que há uma grande confusão entre pobreza, privação e exclusão social. Clarifica estes conceitos da seguinte forma: chama pobreza a uma situação de privação por falta de recursos e privação para ele significa alguém não ter as suas necessidades básicas satisfeitas, por não ter recursos ou por outras razões, por ser toxicómano, por exemplo, ou por não saber gerir os seus bens. Para este autor a pobreza é uma das formas de exclusão social, mas há outras como o isolamento que pode afetar idosos ricos, excluídos da sociedade, mas não por falta de recursos.

No estudo nacional que coordenou, sobre a pobreza, concluiu que a grande maioria das famílias mais pobres são famílias tradicionais, de casados, de viúvos e de solteiros. Pessoas em coabitação e famílias monoparentais podem ser muito vulneráveis à pobreza, mas, entre os pobres, representam percentagens muito pequenas. Pensa-se também frequentemente que aos desempregados está associada a pobreza, mas a percentagem de desempregados no total dos pobres é de apenas 3%. Segundo Bruto da Costa, um desempregado não é só alguém que ficou sem os seus rendimentos habituais, é também um socialmente excluído. O estudo concluiu que cerca de 40% dos membros das famílias pobres têm emprego o que o leva a concluir que, com 40% de pobres ativos, não há só um problema de distribuição, mas também de repartição primária dos rendimentos, aquela que resulta da atividade económica. Assim, a pobreza é, antes de mais, um problema de políticas económicas.

Bruto da Costa defende a noção de exclusão social do francês Robert Castel “como a fase extrema do processo de marginalização, entendido este como um percurso descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas ruturas na relação do indivíduo com a sociedade” (Costa, 1998:10).

As questões relacionadas com a pobreza e a exclusão social têm toda a pertinência em serem estudadas pois, para além de abrangerem um terço da população portuguesa, tem vindo a registar-se um aumento dos contrastes sociais e um aumento da precariedade das pessoas e das famílias desfavorecidas. Há desde pessoas mais ou menos conformadas com a sua condição a novas situações particularmente problemáticas e socialmente desinseridas. Segundo Estivill “nova pobreza são os trabalhadores qualificados expulsos do seu trabalho devido às reconversões industriais e às alterações tecnológicas” mas nova pobreza são também as famílias que no atual momento de crise socioeconómica são consideradas insolventes. O número de famílias portuguesas, nesta situação, no último ano, triplicou. Registou um aumento de 187%, passando de 986 em Junho de 2010 para 2 825 em Junho de 2011, por não conseguirem aceder ao crédito ou por terem o seu salário penhorado⁷.

“A velha pobreza era apanágio dos que não acompanhavam o progresso. A nova resulta do progresso económico⁸”. Em muitos casos as situações de desemprego acabam por influenciar outras esferas da vida do desempregado. “Rompem-se os laços com os grupos de amigos, as redes de

⁷ Números noticiados em 25.06.11 num canal televisivo (SIC).

⁸ Retirado de Exclusão Profissional, Exclusão Social e Cidadania de Luís Capucha.

relações esboroam-se, a própria família deixa de ser integradora. Emerge a solidão, o isolamento, o “ficar fora”, a perda do “laço social”, a “desafiliação”, a “desqualificação social”.

Vários autores aliam a pobreza à exclusão social. Quando falam de exclusão social, falam também de pobreza mas “em velhos bairros antigos das cidades, em bairros de barracas e em bairros de habitação social constituem-se por vezes comunidades fortemente integradas e de vida social muito intensa” (Capucha, 1998:232). Nem sempre os dois conceitos estão a par um do outro. “É possível ser pobre e não excluído e, o contrário, nem todos os excluídos são pobres, embora todas as investigações e trabalhos mostram que existe um vasto círculo onde coincidem os pobres e excluídos” (Estivill, 2003:20).

Podemos ter pobres socialmente inseridos e ricos, por exemplo idosos, excluídos pelo isolamento. Estivill diz que a pobreza e a exclusão social “não são palavras sinónimas mas sim complementares”. Diz ainda que a “(...) pobreza e a exclusão não são análogas, nem sinónimas, que nasceram e se desenvolveram em contextos diferentes, que lhes foi dada uma aceção diferente e, por vezes, até oposta, mas que também se enriqueceram mutuamente” (Estivill, 2003:37). Caracteriza a exclusão como “um processo acumulativo e pluridimensional que afasta e inferioriza, com ruturas sucessivas, pessoas, grupos, comunidades e territórios dos centros do poder, dos recursos e dos valores dominantes” (Estivill, 2003:39).

2.1.2 Categorias de excluídos: os reclusos e os ex-reclusos

Existem diferentes categorias de pessoas excluídas e diferentes motivos pelos quais essas pessoas caem na exclusão, mas “os fatores que relegam cada pessoa ou cada grupo para as malhas da exclusão são os mesmos que integram os sistemas sociais e económicos”⁹. A forma como está organizado o sistema económico e as implicações que tem na criação de empregos, na organização do trabalho, nas mutações tecnológicas e na distribuição dos rendimentos primários influencia as pessoas que por estes fatores são atingidas. Habitualmente os que ficam fora dos empregos disponíveis são os que têm menos qualificações ou qualificações obsoletas, têm menos aptidões para se adaptarem às mudanças tecnológicas. São também aqueles que conheceram o insucesso escolar e que cresceram num enquadramento social e económico sem os recursos necessários à sua plena integração.

Existem também fatores subjetivos de exclusão face ao mercado de trabalho. O preconceito, a segregação social e a marginalização estão ainda muito presentes no funcionamento geral da sociedade e no acesso ao mercado de trabalho e as pessoas que deles são alvo têm, elas próprias, carências afetivas, baixa autoestima e, muitas vezes, falta de capacidade para aproveitar oportunidades que eventualmente lhes surjam. Essas capacidades passam essencialmente por três tipos de saberes: i) básicos (ler, escrever e fazer cálculos); ii) relacionais e pessoais, ao nível da autoestima, da disciplina, da capacidade para trabalhar em equipa, para comunicar, tomar iniciativas

⁹ Retirado de Exclusão Profissional, Exclusão Social e Cidadania de Luís Capucha, artigo ao qual se recorre mais vezes na redação deste ponto.

e, principalmente, da atitude perante o exercício de uma atividade profissional; iii) competências técnicas, relativas ao conjunto de saberes específicos necessários ao desempenho de uma profissão.

Os grupos desfavorecidos estão em desvantagem, não só por possuírem menos capacidades, mas também porque as oportunidades que lhes surgem são habitualmente desvantajosas.

Existem várias categorias de excluídos, como:

– Pessoas com *handicaps* específicos como pessoas com deficiência ou com doenças crónicas. Geralmente têm uma atitude favorável face ao trabalho e ao exercício de uma atividade.

– Pessoas que têm modos de vida mais ou menos marginais, com perda de laços estáveis com a família, como os ex-reclusos, os toxicodependentes, os sem-abrigo e os jovens em risco. Por vezes possuem capacidades assinaláveis mas geralmente recusam qualquer oportunidade de formação ou de trabalho.

– Desempregados de longa duração, cuja dificuldade de inserção profissional muitas vezes se situa ao nível das motivações, debilitadas pela escassez ou fraca atratividade das oportunidades que lhes surgem.

– Membros de minorias étnicas, certas categorias de desempregados e empregados de baixas qualificações e baixos salários colocados em sectores instáveis e desprotegidos do mercado. Têm normalmente falta de oportunidades de formação adequada e oferta de empregos de qualidade.

– Migrantes campo/cidade mal sucedidos no percurso migratório ou famílias monoparentais em zonas urbanas e rurais.

Os reclusos e os ex-reclusos são seguramente um dos grupos excluídos mais discriminado pela sociedade. Quando saem em liberdade, após o cumprimento de uma pena que lhes foi atribuída, como penalização por um crime que cometeram, deveriam passar a ser cidadãos com os mesmos direitos e as mesmas oportunidades que tinham antes de terem sido condenados. No entanto, na realidade não é assim. Fica-lhes sempre associado um *rótulo* que raramente os abandonará. Ao saírem em liberdade, são cidadãos com plenos direitos tal como o eram antes de serem condenados e presos, mas a sociedade não os *olha* dessa forma. Muito há ainda para ser feito em prol da mudança desta atitude.

Os reclusos enquanto estão nos estabelecimentos prisionais têm as suas necessidades básicas asseguradas. Não se pode falar de pobreza nem de privação de bens essenciais em relação aos reclusos pois têm assegurada a sua “subsistência e eficiência física” (Capucha,1998:211), têm a garantia de ter todos os dias refeições e um sítio onde dormir protegidos das intempéries. Quando saem em liberdade a sua vida ao nível da satisfação das suas necessidades básicas pode alterar-se substancialmente. Muitos deles não têm suporte familiar que os acolha, não conseguem apoio de

instituições como O Companheiro¹⁰ (que tem capacidade muito limitada), tendo assim dificuldades acrescidas de inserção na sociedade.

Alguns grupos de excluídos são difíceis de quantificar, mas o grupo dos reclusos, por estarem em instituições de reclusão, são facilmente quantificáveis.

De acordo com dados da DGSP, o número de reclusos tem vindo a aumentar de ano para ano tendo, em 2011, mais do que duplicado o aumento que se verificou em 2010 (de um aumento de 514, de 2009 para 2010, para um aumento de 1068, de 2010 para 2011). Relativamente ao ano 2012, os dados disponíveis referem-se a 15 de Dezembro. Até esta data o aumento do número de reclusos, face ao ano anterior, era de 1013, ligeiramente abaixo do registado no ano anterior.

Estas subidas são relevantes, não só pelos valores absolutos (mais 1068 reclusos em 2010 e mais 1013 em 2011), como pelo facto de este aumento se ter verificado pelo terceiro ano consecutivo, vindo interromper um ciclo de redução da população reclusa que se verificava desde há alguns anos, com maior acentuação a partir de 2006. O efeito do crescimento da população prisional traduziu-se numa taxa de ocupação global que tem vindo a crescer desde 2009, de 93,1% para 96,3%, em 2010, 105% em 2011 e 113,4% em 2012.

No ponto 4.1.1 é feita uma caracterização detalhada do perfil dos reclusos.

2.2 Trabalho em contexto prisional

No contexto prisional, empregabilidade implica muito mais do que a ocupação laboral dos reclusos. Revela-se uma forma de abertura ao contacto com o exterior, de certa forma, uma aproximação ao modo de vida em liberdade que não têm. Não significa garantia de emprego à saída, significa ocupação laboral durante o tempo de reclusão e capacitação para a procura de emprego em meio livre.

A DGSP, segundo o seu relatório de atividades de 2010¹¹, deu continuidade à política de participação da sociedade civil no processo de reinserção social dos reclusos. Neste sentido, reforçou as redes de cooperação com o exterior, procurando aumentar a taxa de ocupação laboral e criar condições para uma melhor preparação profissional e futura reintegração socioprofissional. Assim, foram celebrados 11 Protocolos com entidades públicas e privadas.

Muitos estabelecimentos prisionais possuem condições muito favoráveis ao desenvolvimento de determinadas atividades empresariais nos seus espaços físicos, podendo revelar-se vantajoso para algumas empresas o desenvolvimento da sua atividade nesses espaços. As vantagens assumem contornos de responsabilidade social das empresas, mas também vantagens económicas

¹⁰ O Companheiro é uma IPSS, desenvolve o seu trabalho desde 1987, com maior afetação aos cidadãos da cidade de Lisboa, onde fica sediada e tem como objetivo a promoção da inclusão de reclusos, ex-reclusos e suas famílias. Tem como missiva “Para Que Não Haja Homem Excluído pelo Homem”.

¹¹ Último relatório de atividades disponível.

pois os montantes pagos aos reclusos podem ser muito competitivos face à contratação no mercado laboral livre.

Muitos reclusos não têm hábitos de trabalho por terem tido um percurso de vida ligado à delinquência, marginalidade, por vezes abandono escolar, vivendo assim de uma forma desinserida da sociedade. Ao trabalharem num EP, muitas vezes fazem-no pela primeira vez, descobrindo que têm que estar sujeitos a regras, a uma determinada forma de estar que implica trabalho em equipa, respeito pelo outro, pelos materiais e pelos equipamentos. Todas estas situações podem causar-lhes inicialmente algum impacto mas com o tempo têm oportunidade de descobrir algumas das regras de (con)vivência em sociedade, imprescindíveis na sua preparação para a reinserção no mercado de trabalho, após a libertação.

Segundo o Guia para as Entidades Empregadoras, do Centro de Competências Para Apoio à Reintegração Social da DGSP (2008), o direito penitenciário português e o sistema de execução das penas, reconhecem o papel que o trabalho prisional assume no processo de reabilitação individual dos reclusos e de readaptação à vida em liberdade. Por isso, o trabalho é, inquestionavelmente, um elemento positivo e primordial no tratamento penitenciário, pela utilidade social de que se reveste e pela valorização que proporciona ao indivíduo, sendo também um elemento de coesão social, na medida em que permite estabelecer e consolidar relações sociais. A utilização, pelas entidades público/privadas, de mão-de-obra prisional faz-se dentro e fora dos estabelecimentos prisionais ao abrigo de protocolos/acordos de cooperação, contratos individuais de trabalho e remonta a 1984, ano em que, de forma estruturada se celebrou o primeiro protocolo. Desde então, e até aos dias de hoje, o número de colaboradores tem vindo a crescer. A maioria dos colaboradores pertence aos serviços públicos mas, com a criação da Bolsa de Trabalho Prisional (BTP) e a sua publicitação no *site* da DGSP, o número de entidades privadas que procuram contribuir para o processo de reinserção sociofamiliar de reclusos ganhou um novo impulso.

Segundo a DGSP, a BTP foi concebida para organizar o trabalho prisional e criar uma base de dados *online* que permita informar e divulgar em tempo real, os diversos Estabelecimentos Prisionais, das solicitações externas de trabalhos a realizar por reclusos. Através da bolsa, os Serviços Prisionais divulgam junto da sociedade civil o que tem sido feito pelo sistema prisional em matéria de ocupação laboral de reclusos e, ao mesmo tempo, promovem a sensibilização e a cooperação de agentes sociais e económicos com vista a aumentar e diversificar as ofertas de trabalho. A BTP afirma-se como mais uma oportunidade para os serviços encontrarem novas respostas e mobilizarem novos atores para a concretização de estratégias integradas na preparação da liberdade dos reclusos e cria um espaço onde as entidades podem divulgar as suas ofertas de trabalho e contribuir para o processo de inclusão de cidadãos em cumprimento de medida privativa de liberdade (em especial daqueles que revelam maiores dificuldades na obtenção de um trabalho) nas fase de preparação e aproximação de eventual concessão de liberdade condicional e/ou definitiva.

São duas as modalidades de trabalho: no interior e no exterior dos Estabelecimentos Prisionais. No interior, o trabalho é desenvolvido e executado pelos reclusos dentro dos estabelecimentos prisionais. Esta modalidade visa diversificar as atividades ocupacionais, contribuir

para a aquisição, manutenção de hábitos de trabalho, fomentar a revitalização e modernização das zonas oficiais e explorações agrícolas e criar novas unidades produtivas. As empresas podem obter permissão para utilizar espaços físicos, oficinas ou espaços próprios, dentro dos estabelecimentos prisionais e mão-de-obra.

As ofertas recebidas concentram-se maioritariamente nos sectores da indústria e serviços (montagem de componentes e acessórios, embalagem, rotulagem, entre outros).

No exterior, o trabalho é executado por reclusos a quem tenha sido concedido o Regime Aberto¹² e por Brigadas de reclusos a quem tenha sido concedido o Regime Aberto no Exterior. Este tipo de trabalho é, por regra, mais especializado e os reclusos selecionados estão mais qualificados.

O trabalho prisional tem por base os seguintes princípios: respeito pela vontade e aptidões do recluso; respeito pela condição física e psicológica do recluso; natureza produtiva e educativa; salário justo em função do grau de dificuldade da tarefa, responsabilidade, qualidade e competência. A nível nacional muitas são as prisões nas quais o trabalho de reclusos tem um papel preponderante no seu dia-a-dia.

Leonor Furtado¹³, ex - Diretora Geral da Reinserção Social, defende que a comunidade deve empenhar-se na oportunidade de emprego para pessoas que entram no sistema prisional, única forma de permitir a reinserção social dos reclusos e a diminuição da reincidência. Diz ainda que o facto de a maior parte dos condenados em execução de pena o serem por penas leves devia suscitar a reflexão da sociedade. A mesma responsável reafirma que: “A maior parte dos reclusos estão presos não porque mataram ou roubaram gravemente, mas porque conduziam sem carta ou porque estavam embriagados ou por outros pequenos crimes. Isto deve fazer refletir. A prisão deve ser reservada exclusivamente para a criminalidade grave e séria”.

Segundo o Manual de Envolvimento de Empregadores em Meio Prisional (2009: 6): “O envolvimento da sociedade civil e das empresas em especial, como mecanismo facilitador da reentrada dos reclusos no mercado de trabalho, assume uma importância crucial no processo de reinserção social dos reclusos uma vez que o facto de terem um emprego lhes alavancará a sua própria participação na sociedade.”

2.3 Formação profissional de reclusos

A formação profissional e o ensino enquanto estratégias para promover a empregabilidade de reclusos e ex-reclusos, com vista à sua plena reinserção social, têm um papel fundamental no tratamento penitenciário pois podem ser um forte apoio à reinserção social da população reclusa, contribuindo para a prevenção e a reparação da exclusão social de que são alvo, dotando-os de ferramentas que lhes possibilitem uma melhor reintegração na sociedade no período pós-reclusão. Se a resposta formativa que lhes é apresentada for acompanhada de uma perspectiva de criação do

¹² Medida privilegiada de execução da pena privativa de liberdade.

¹³ Em entrevista concedida à Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., em 23 de Abril de 2010

próprio emprego, aquando da sua saída do estabelecimento prisional tanto melhor pois, mesmo com formação técnica, os ex-reclusos encontram dificuldades na procura de emprego.

Segundo a DGSP¹⁴, a formação profissional assume especial relevo como instrumento promotor da reinserção social dos reclusos e conseqüente prevenção da reincidência. A fim de atingir este objetivo, a oferta de formação é constantemente redefinida e reprogramada de forma a responder quer às constantes mutações do contexto prisional, quer às exigências do mercado laboral. Dentro desta complexidade, a elaboração de um plano de formação profissional é alicerçada num diagnóstico que leva em linha de conta as necessidades de aprendizagem da população reclusa e a sua rentabilização em meio prisional e, sobretudo, no meio livre¹⁵.

Segundo um estudo realizado pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional¹⁶ (1999):

(...) Considerando que a população prisional possui na sua maioria baixos níveis de escolarização (ou mesmo ausência de escolarização básica), possui experiências negativas em relação à escola e não possui motivação própria para valorização nesta matéria, o tempo de reclusão poderá ser utilizado para a alfabetização ou aquisição de diplomas por esta população, através da realização de cursos de escolaridade básica (...). Algo do género do emprego protegido poderá ser um meio importante para uma reinserção no mercado de trabalho desta população, tanto mais que ela se apresenta com muitas desvantagens face ao cidadão comum.

Em Portugal, a população prisional apresenta baixos níveis de formação escolar que se expressa, por um lado nos quase 10% sem escolaridade e, por outro lado, nos quase 55,4% de reclusos que possuem somente o 1.0 e o 2.0 ciclo do ensino básico¹⁷.

Um estudo levado a cabo pelo Correccional Services of Canada¹⁸, de 1992, denominado “Can educating adult offenders counteract recidivism?”, refere que a participação em ações de formação sobre competências sociais elementares contribui para reduzir a taxa de reincidência em cerca de

¹⁴ Consulta a <http://www.dgsp.mj.pt>, em 06.01.12

¹⁵ A formação profissional nos diferentes estabelecimentos prisionais é coordenada pela DGSP e para além da formação desenvolvida pelas entidades oficiais, nomeadamente pelo Centro Protocolar da Justiça (criado a partir de um protocolo celebrado entre os Ministérios da Justiça e do Emprego e da Segurança Social) e pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (através dos seus Centros de Formação) outras entidades sem fins lucrativos (Instituições Particulares de Solidariedade Social e Empresas de Formação) realizam ações de formação profissional no sistema prisional. Em estreita colaboração com a DGSP essas entidades apresentam candidaturas aos programas operacionais, designadamente ao POEFDS - Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social e ao PORLVT- Programa Operacional para a Região de Lisboa e Vale do Tejo no âmbito do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, utilizando verbas do Fundo Social Europeu. Nos conteúdos programáticos dos cursos ministrados constam o desenvolvimento de competências sociais, bem como visitas de estudo a empresas ligadas às áreas de formação.

¹⁶ O Estudo designa-se por Grupos Desfavorecidos Face ao Emprego – Tipologias e Quadro Básico de Medidas Recomendáveis.

¹⁷ Dados constantes no Relatório de 2010 da Direção Geral dos Serviços Prisionais.

¹⁸ Citado na comunicação proferida por Conceição Gomes, Madalena Duarte e Jorge Almeida sobre crimes, penas e reinserção social: Um olhar sobre o caso português, no V Congresso Português de Sociologia.

12%. Um outro estudo¹⁹ “Effective regimes measurement reserch”, refere que, considerando um grupo de reclusos com baixa escolaridade, aqueles que não participam em aulas ou em cursos de formação durante o período de reclusão são três vezes mais suscetíveis de serem condenados de novo do que os reclusos que participam.

Em face destes resultados podemos concluir que o ensino e a formação profissional não devem ser vistos apenas como uma forma de ocupar o tempo dos reclusos, no cumprimento do seu direito a aprender, mas devem também ser vistos como uma medida de reinserção social e, conseqüentemente, de diminuição da reincidência criminal. No entanto, nem sempre é fácil mobilizar e motivar os reclusos para a frequência de ações de formação, muitas vezes porque a ideia de regressar a uma sala de aula não lhes é agradável porque lhes recorda o insucesso escolar que já testemunharam. Muitos acabam por frequentar a formação apenas para ocupar o tempo ou simplesmente para receber a bolsa de formação.

Em relação ao trabalho e à formação profissional, nos estabelecimentos prisionais, não foi possível encontrar nenhuma obra exclusivamente relacionada com o tema e com a questão de partida do presente trabalho. No entanto, foram identificados alguns documentos como sejam o produto EQUAL – Entidades Empregadoras e a Inclusão: Uma Experiência (2007) e a adaptação deste produto para o Manual de Envolvimento de Empregadores em Meio Prisional (2009), da Direção Geral dos Serviços Prisionais bem como um produto EQUAL muito interessante que se designa por Passaporte para a Liberdade – Soluções Inovadoras no Sistema Prisional. Este documento apresenta, numa primeira parte, os diferentes produtos das Parcerias de Desenvolvimento e o trabalho da Rede Temática “Capacitação e Integração de (Ex)Reclusos/as”. Numa segunda parte inclui os textos do Grupo Temático Europeu que reuniu oito Estados Membros, incluindo Portugal, e que realizou dois eventos a nível europeu, um dos quais em Lisboa, apresentando no final recomendações, quer para o nível nacional, quer europeu.

A nível europeu, há documentos que corroboram a pertinência deste tema, nomeadamente duas das conclusões do Fórum Político “Prevenção ou Regresso à Prisão”, realizado em Varsóvia, em 21 e 22 de Junho de 2007, que referem a empregabilidade e a formação profissional como fatores importantes para a prevenção da reincidência. Assim, é referido o seguinte:

(...) 2. Todos os reclusos/as devem ter a possibilidade de participar em programas de formação e de educação que reforcem a sua empregabilidade. Deve-se desenvolver e encorajar sistemas flexíveis de formação na prisão, capazes de responder às necessidades do mercado de trabalho local. 3. Como ter um emprego é o fator mais importante para a prevenção da reincidência, são necessários mais esforços para envolver empregadores tanto públicos como privados e para explorar outras formas de criação de emprego. Deve-se reduzir ou eliminar as barreiras legais, existentes em alguns Estados-Membros, à contratação de (ex)reclusos/as. Os empregadores devem ser encorajados a contratar (ex)reclusos/as estabelecendo-se metas para o número de pessoas socialmente excluídas entre o seu pessoal ou fornecendo-se incentivos financeiros à contratação de (ex)reclusos/as(...).

¹⁹ Ibid.

As recomendações para a reintegração de (ex)reclusos a nível europeu, do Grupo Europeu EQUAL para os (ex)reclusos/as, vão no mesmo sentido das mencionadas anteriormente, acrescentando, para além do referido:

(...) 2.4 Os empregadores também devem dispor de oportunidades de visitar as prisões de modo a formarem uma ideia própria sobre a formação ministrada e a adequabilidade dos reclusos ao emprego. 2.5 Deve-se fornecer, tanto dentro como fora das prisões, mais oportunidades para experiências profissionais pertinentes (...) 3.1 São necessárias campanhas de informação pública mais intensivas que tornem os empregadores mais conscientes do manancial inexplorado de trabalhadores que os/as (ex)-reclusos representam e que promovam o «business case» (análise de rendibilização) tendo em vista a sua contratação. 3.2 Deve-se procurar o apoio das federações de empregadores e dos sindicatos tanto para a procura de emprego para (ex)reclusos como para o combate a quaisquer discriminações no local de trabalho (...).

2.4 Reinserção social de ex-reclusos

Reinserção social, como o nome indica, significa voltar a inserir-se na sociedade. No caso dos ex-reclusos, muitas vezes estamos perante pessoas que, antes do cumprimento de uma medida privativa de liberdade, já viviam à margem da sociedade, não estavam inseridos. Torna-se assim ainda mais difícil a reinserção destas pessoas.

De um modo geral, pode afirmar-se que os reclusos pertencem a uma população em risco de exclusão social por vários motivos, entre eles, o facto de ao serem detidos perderem, muitas vezes, a sua rede de relações sociais e familiares e terem frequentemente comportamentos de risco (como a dependência de drogas ou de álcool). Estes e outros fatores, aliados ao tempo de reclusão, que os mantém afastados do mercado de trabalho, induzem numa perda gradual de competências profissionais e aumentam a probabilidade de reincidência (Pereira *et al*, 2009:9).

A Direção Geral de Reinserção Social (DGRS)²⁰ presta assessoria técnica aos Tribunais, presta apoio psicossocial a menores, jovens e adultos intervenientes em processos judiciais, em articulação com as competentes entidades públicas e particulares e promove a articulação entre o sistema de administração da justiça e a comunidade. No entanto, quando um recluso sai em liberdade, sem ser em liberdade condicional, não necessita de se dirigir à DGRS, saindo assim do estabelecimento prisional sem qualquer suporte técnico de acompanhamento.

Segundo o Estudo Grupos Desfavorecidos Face ao Emprego, de 1998 (p.112), “os técnicos sociais, com a autorização dos Tribunais, podem promover a colaboração de instituições privadas e do público em geral, particularmente de grupos socioprofissionais em que o delinquente se possa inserir. Contudo, o indispensável apoio à reinserção socioprofissional dos reclusos parece estar pouco estruturado e institucionalizado e demasiado dependente de boas vontades de particulares para ter a eficácia necessária.”

²⁰ De acordo com informação disponibilizada em www.dgrs.mj.pt, consultado em 08.12.12

Os principais obstáculos relativos à reinserção profissional dos reclusos e ex-reclusos são a perda de vínculos sociais e pertença a grupos de marginalidade, a estigmatização inerente à condição de ex-recluso, a vulnerabilidade a situações de risco, como a doença e o baixo nível de qualificações escolares e profissionais.

Alguns dos critérios para tornar eficazes ações visando a integração social e profissional de reclusos e ex-reclusos, são os que permitem o desenvolvimento de programas de apoio à reinserção na comunidade e de apoio às famílias, de programas de formação profissional específicos e de programas e estruturas de apoio na fase de pós-integração profissional.

Uma grande ajuda no processo de reinserção social é “o envolvimento precoce da sociedade civil, durante o período de reclusão, como parte interessada e corresponsável no processo de reinserção social dos reclusos, garantindo a continuidade do desenvolvimento do seu projeto de vida no exterior” (Pereira *et al*, 2009:11). Todo o caminho que se faça no sentido de conseguir a reinserção de um recluso que seja, tentando com isso diminuir a reincidência criminal, será válido. Não sendo possível realizar um acompanhamento individualizado a todos os reclusos dada a escassez de recursos humanos. No entanto, “o Estado deveria definir critérios para o acompanhamento individualizado de condenados com maior possibilidade de recuperação e não igualmente para todos, embora a intervenção do sistema quanto aos restantes teria sempre que ter em conta os princípios da liberdade e da dignidade humana” (Santos, 2003:221).

O facto de os ex-reclusos terem um emprego, aquando da sua saída do estabelecimento prisional, constitui um fator essencial para a sua reinserção na sociedade, evitando assim a sua reincidência criminal e o conseqüente regresso à prisão. É essencial que consigam um emprego que por um lado lhes permita sustentarem-se e, por outro, não serem um peso para a sua família que os acolhe (no caso de terem para onde regressar).

A Reinserção social dos ex-reclusos assume um papel muito importante como forma de diminuição da reincidência criminal.

Decorre do princípio da dignidade da pessoa humana que, ao direito de punir que os Estados detêm, corresponde o dever de socialização, ou seja, o dever de proporcionar aos condenados os meios necessários para se reabilitarem socialmente. Para além de constituir um dever, a socialização representa também a via mais adequada de prevenção da reincidência, se bem que não em exclusivo. Outros fatores, de natureza social, familiar e individual, contribuem para a emergência de crimes, embora não seja possível estabelecer uma explicação simplista e unívoca do fenómeno criminal.

O que os dados da experiência nos revelam, confirmados por estudos empíricos, é que o fortalecimento das competências pessoais e sociais, traduzido em modificação nos padrões de vida do delinquente, facilita uma melhor integração social e reduz a probabilidade de ocorrência de episódios criminais (Albino, 2007:172).

Atualmente verifica-se um aumento da população reclusa que já está a levar à sobrelotação de alguns EP, pois “o número de reclusos continua muito elevado, devido ao aumento das molduras penais em alguns crimes, ao endurecimento das condições de concessão da liberdade condicional, à duração excessiva da prisão preventiva e aos atrasos na efetivação dos cúmulos jurídicos de

reclusos com várias condenações” (Albino, 2007:171). No contexto europeu, Portugal regista das mais elevadas taxas de duração efetiva do tempo de reclusão.

Algo deve ser feito no sentido de alterar esta realidade e essa alteração tem que passar pelo “recurso a medidas e sanções penais alternativas à pena de prisão” que não têm sido muito utilizadas em Portugal.

No Relatório do Provedor de Justiça sobre o Sistema Prisional, publicado em 2003, afirma-se que “a função de reinserção surge como o mais poderoso instrumento para o declínio da taxa de encarceramento”, e acrescenta que “em termos puramente direcionados para o sistema prisional e o que a comunidade dele deve pretender, a resposta não está na diminuição nem no agravamento das penas, mas, sim, em que estas sirvam para alguma finalidade positiva, não se diluindo, curtas ou longas, na inutilidade dos dias que passam”. Neste sentido, o novo Código de Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade diz, no seu artigo 21.º que “Sempre que a pena, soma das penas ou parte da pena não cumprida exceda um ano, o tratamento prisional tem por base um plano individual de readaptação (PIR), o qual é periodicamente avaliado e atualizado, nos termos previstos no Regulamento Geral.”

Todo o processo de preparação dos reclusos para a liberdade, designadamente no que respeita à sua reintegração socioprofissional, assenta na elaboração de um Plano Individual de Readaptação (PIR), ferramenta fulcral no tratamento penitenciário. Este contempla um conjunto de atividades a desenvolver, de acordo com objetivos previamente definidos, para promover, melhorar e/ou consolidar as competências pessoais, sociais, escolares e profissionais, não descurando outras dimensões como a saúde e a família, procurando assim garantir uma reintegração na sociedade (Pereira *et al*,2009: 11).

O PIR é assim um instrumento de extrema importância no processo de reinserção do recluso. Todo o trabalho realizado com o recluso durante o período de reclusão, terá efeito após a sua libertação e poderá ajudá-lo à sua adaptação aos padrões impostos pela sociedade para que não seja rejeitado pela mesma. “Os sistemas prisionais (...) propõem-se desenvolver um conjunto de funções sociais complexas, como seja conciliar formas normalizadas de punição e reintegração social” (Dores, 3003:77).

“A aproximação gradual à vida em sociedade através da concessão de licenças de saída, de regimes penitenciários mais flexíveis e da possibilidade, logo que reunidas as condições mínimas, de saída em liberdade condicional, constitui o meio mais seguro de preparar uma efetiva reinserção social” (Albino, 2007:172).

A atualidade do tema da reinserção de reclusos é reforçada pelas declarações da Ministra da Justiça que anunciou²¹ que está a preparar um "plano nacional de reabilitação" de presos, com formação "desde a carpintaria" às "licenciaturas", porque "sem isso" continua-se apenas a "fazer crescer prisões". A Ministra disse ainda que "não chega olhar para as prisões numa ótica apenas de

²¹ Este plano nacional de reabilitação foi anunciado, em 09.12.12, pela governante durante um almoço-conferência da Universidade Política da JSD/Lisboa, que decorreu em Sintra.

cumprimento da pena, qualquer que seja a conceção filosófica que se tenha a esse propósito. É preciso apostar na ressocialização. Se não fizermos nada nem tivermos um plano com várias áreas de reabilitação, as pessoas não terão outra hipótese senão sair das prisões e voltar a fazer o mesmo". Acrescentou ainda que esse plano irá "desde a carpintaria, à agricultura, às faculdades e às licenciaturas" e visa combater um sistema em que as pessoas entram nas prisões "sem licenciatura e saem com um doutoramento em criminalidade".

III – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Neste trabalho adota-se uma metodologia essencialmente qualitativa em que o objetivo principal é o de relacionar a participação em programas de empregabilidade com a reinserção social de reclusos.

Dada a dificuldade em estender o estudo da problemática a um universo nacional, optou-se pela realização de um estudo de caso, tendo sido escolhido o EPSintra, um EP masculino. A escolha deste EP teve por base um critério de proximidade e de conhecimento de alguns atores do mesmo.

A metodologia adotada foi assim o estudo de caso e o instrumento utilizado foi a entrevista.

O Estudo de Caso “É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspetos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse.” (Ponte, 2006:2)

O presente estudo de caso pretende avaliar em que medida os programas de empregabilidade (atividades profissionais e formação profissional) que se desenvolvem no EPSintra, contribuem para a reinserção social de ex-reclusos.

O instrumento utilizado foi a entrevista, pois esta permite recolher opiniões dos atores intervenientes no processo, ajudando assim a responder à questão de investigação.

O objetivo da realização das entrevistas foi recolher a opinião dos reclusos e dos ex-reclusos sobre a frequência de cursos de formação e a participação em atividades profissionais desenvolvidas dentro dos estabelecimentos prisionais enquanto estão detidos, bem como as suas expectativas em relação à contribuição que os programas de empregabilidade desenvolvidos dentro dos EP têm para a eventual diminuição da reincidência criminal e conseqüente regresso à prisão.

Numa primeira fase realizaram-se entrevistas exploratórias à diretora do EPSintra, à responsável pela formação profissional na Direção Geral dos Serviços Prisionais, a duas técnicas dos serviços de educação do EPSintra, a um guarda prisional e a um recluso como forma de aferir a importância da problemática para os diferentes atores. Na averiguação da pertinência do tema pretendeu-se garantir a “diversidade dos interlocutores” (Guerra: 2006,33).

Numa segunda fase, procedeu-se à realização de entrevistas aos reclusos (25) que frequentaram as ações de formação Empreendedorismo nas Artes e Ofícios do Património – Estuques e Empreendedorismo nas Artes e Ofícios do Património – Cantaria e a ex-reclusos que participaram em programas de empregabilidade enquanto detidos.

As entrevistas efetuadas a reclusos foram todas realizadas dentro do EPSintra, após um pedido de autorização à Direção Geral dos Serviços Prisionais, o qual foi aceite (ver anexos A, B e C), num local reservado e de acordo com a disponibilidade de horário do estabelecimento e do recluso. As entrevistas realizadas a ex-reclusos foram efetuadas em espaços públicos, com exceção de uma das entrevistas que foi realizada na casa do ex-recluso por escolha do próprio.

Em relação ao grupo dos ex-reclusos tivemos alguma dificuldade na sua identificação e, após a mesma, na sua disponibilidade para realizar a entrevista pois algumas das pessoas contactadas recusaram-se a realizar a entrevista por não quererem recordar uma fase das suas vidas que tentam esquecer.

As entrevistas realizadas, decorreram no período compreendido entre fevereiro e outubro de 2012, tiveram uma duração média de 30 minutos, foram todas gravadas, sendo a gravação devidamente autorizada por cada um dos entrevistados e, posteriormente transcritas, encontrando-se em anexo os guiões utilizados (ver anexos D,E, F e G)).

Relativamente aos reclusos, as variáveis a serem estudadas foram a opinião sobre o trabalho dentro do EPSintra, a opinião sobre os cursos de formação profissional e a opinião sobre o contributo que a frequência de ações de formação e/ou trabalho nos EP pode ter para a reinserção dos ex-reclusos e conseqüentemente para a diminuição da reincidência criminal.

Na elaboração das questões das entrevistas foi dada particular atenção ao tipo de linguagem utilizada, selecionando vocabulário adequado à pessoa a ser entrevistada. Outras questões consideradas foram o ambiente em que a entrevista decorreu, a linguagem corporal e o ritmo da mesma, que foi de acordo com o ritmo do entrevistado, dando-lhe oportunidade de se dispersar do assunto para muitas vezes falar sobre a sua vida pessoal, nomeadamente as razões que o levaram à prisão.

Os ex-reclusos, provavelmente por se sentirem com mais *liberdade* de expressão, foram os que mais se dispersaram em relação às questões colocadas. No entanto, tentou seguir-se a "(...) definição de uma estratégia de recolha de informação orientada por tais perguntas e hipóteses ainda que deixando algum espaço ao inesperado", mas mantendo "a definição rigorosa mas também clara das intenções da investigação traduzidas num discurso simples" (Carmo, 2008:47). As intervenções relativas a temas que se afastavam do guião da entrevista, não foram consideradas na análise realizada, nem transcritas.

Antes do início da entrevista foi efetuada "uma apresentação bem feita a qual assume três vertentes: a apresentação do investigador, a apresentação do problema da pesquisa e a explicação do papel pedido ao entrevistado" (Carmo, 2008:142). Durante a realização da entrevista foi mantido o equilíbrio entre gentileza e profissionalismo e a conversa iniciou-se sempre com uma conversa informal para quebrar o *gelo*. Foi sempre solicitado o consentimento para a gravação da entrevista e explicado que futuramente seriam utilizadas citações da entrevista na elaboração da dissertação.

No decorrer da entrevista, o entrevistado foi estimulado a expor as suas ideias e a seguir a sua linha de pensamento, expressando livremente as suas opiniões. No final da entrevista foi feito um resumo das principais ideias e agradecida a participação do entrevistado.

Após a realização das entrevistas, estudaram-se os dados resultantes das mesmas procedendo-se a um estudo reflexivo que, em conjugação com a análise qualitativa, nos ajuda a responder à questão de partida, relacionando a problemática da importância dos programas de empregabilidade com a reinserção social de reclusos.

A análise do conteúdo das entrevistas realizadas é uma análise compreensiva e indutiva, sendo realizada uma interpretação do que foi dito pelo entrevistado. Esta forma de análise passa da “análise das regularidades para a análise dos processos sociais onde se encontra a lógica social dos fenómenos, o que só poderá ser realizado a partir do centramento das análises nas racionalidades dos sujeitos” (Guerra: 2006,15).

A análise das entrevistas foi realizada segundo um processo simplificado de análise de conteúdo que “pretende descrever as situações, mas também interpretar o sentido do que foi dito.” (Guerra:2006,69). Ainda segundo a mesma autora, este processo está indicado quando existe “um número razoável de entrevistas (pelo menos 15 a 20 entrevistas), pois baseia-se numa análise comparativa através da construção de tipologias, categorias e análises temáticas.” Este é o presente caso, relativamente aos reclusos.

Para procedermos a essa análise foi realizada uma divisão inicial da informação recolhida em 3 grandes categorias: caracterização do entrevistado, opinião em relação ao trabalho realizado por reclusos, desenvolvido dentro dos estabelecimentos prisionais e opinião sobre a formação profissional desenvolvida dentro dos estabelecimentos prisionais. Foram depois criadas sinopses das entrevistas “numa grelha vertical cuja primeira coluna apresenta as grandes temáticas do guião de entrevista” (Guerra, 2006:73), para as quais foram transcritos excertos das entrevistas, utilizando a linguagem dos entrevistados (ver anexos H, I e J).

Para a elaboração destas sinopses foram analisados os dados recolhidos, relativos a cada uma das categorias, tendo sido criadas subcategorias em cada uma delas.

Para a categoria caracterização foram considerados os seguintes dados: idade, habilitações literárias, pena total, reincidência, percurso profissional antes de ser preso, trabalho desde que está preso, frequência de formação profissional em liberdade e frequência de formação profissional desde que é recluso.

Para a categoria trabalho no estabelecimento prisional foram consideradas como subcategorias: importância da existência de programas de empregabilidade nos EP; contributo da ocupação laboral para a reinserção e opinião sobre a aceitação, por parte da sociedade, do trabalho de ex-reclusos.

A categoria formação profissional foi subdividida nos aspetos positivos e negativos da formação profissional e no seu contributo para a reinserção.

Para cada uma das categorias foi realizada uma análise interpretativa mais detalhada, sendo retiradas as principais ideias (anexos K e M) e efetuadas as contagens de cada item (anexos L e N).

Os nomes dos reclusos utilizados no trabalho são fictícios tendo sido atribuído, a cada entrevista, um nome de homem, por ordem alfabética, de acordo com a ordem de realização das entrevistas. Em relação aos ex-reclusos, procedeu-se da mesma forma, tendo sido atribuídos nomes por ordem alfabética, diferentes dos atribuídos aos reclusos.

Para este segundo grupo de entrevistados, os ex-reclusos, procedeu-se a uma divisão em categorias semelhante à efetuada para os reclusos. Existindo assim uma primeira categoria referente à caracterização, na qual foram considerados os mesmos dados considerados para os reclusos: idade, habilitações literárias, pena total, reincidência, percurso profissional antes de ser preso, trabalho enquanto esteve preso, frequência de formação profissional em liberdade e frequência de formação profissional enquanto foi recluso (ver anexo O). A análise do trabalho e da formação profissional foi feita de forma semelhante à realizada para os reclusos (ver anexos P, Q e R), sem no entanto ter sido depois realizada uma análise interpretativa mais detalhada pois o número de entrevistas não era suficiente para fundamentar a frequência das principais ideias.

Na apresentação dos resultados é utilizado o discurso direto dos reclusos e dos ex-reclusos como forma de melhor retratar a realidade.

IV – PROGRAMAS DE EMPREGABILIDADE NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SINTRA

4.1 Caracterização do sistema prisional português

4.1.1 Os reclusos

De acordo com dados da DGSP, o número de reclusos tem vindo a aumentar de ano para ano tendo, em 2011, mais do que duplicado o aumento que se verificou em 2010 (de um aumento de 514, de 2009 para 2010, para um aumento de 1068, de 2010 para 2011). Relativamente ao ano 2012, os dados disponíveis referem-se a 15 de Dezembro. Até esta data o aumento do número de reclusos, face ao ano anterior, era de 1013, ligeiramente abaixo do registado no ano anterior.

A percentagem de preventivos e de condenados não sofre grandes alterações nos 4 anos analisados, variando entre os 19,3% e os 19,9% em relação aos preventivos e entre os 80,1% e os 80,7% em relação aos condenados.

Quadro 1 - População prisional segundo a situação penal (2009-2012)

Anos	2009		2010		2011		2012 (em 15)	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
Preventivos	2	19,3%	2	19,9%	2	19,5%	2 705	19,8%
Condenados	8	80,7%	9	80,1%	10	80,5%	10	80,2%
TOTAL	11	100%	11	100%	12	100%	13	100%

Fonte: DGSP

O crescimento da população prisional traduziu-se num aumento da taxa de ocupação dos estabelecimentos prisionais. Pese embora este aumento, em 2010, podia continuar a afirmar-se que, no sistema prisional globalmente considerado, não existiu sobrelotação. No entanto, em 2011, esta situação alterou-se tendo havido uma sobrelotação global de 604 reclusos. Esta situação, em termos de sobrelotação, é mais grave do que aparenta se olharmos para os números relativos aos estabelecimentos especiais (femininos) pois estes, em 2011, tinham uma lotação de 1529 e uma ocupação de 994, existindo assim uma diferença de 535 lugares que não estão a ser ocupados por mulheres mas que entram no cálculo global.

Relativamente ao ano 2012, e segundo os dados publicados pela DGSP, relativos ao 2.º Trimestre do ano, a lotação mantinha-se nos 12 077 lugares e nessa altura o número de reclusos já era de 13 490, existindo assim, neste trimestre uma sobrelotação de 1413 lugares. Caso a lotação não tenha aumentado até ao dia 15 de dezembro (não temos dados disponíveis), essa sobrelotação nesta data terá atingido os 1617 lugares.

Como consequência genérica do crescimento da população prisional, a taxa de detenção por 100 mil habitantes tem vindo a sofrer grandes aumentos, tendo sido de 104,9, em 2009, 109 em 2010, 120,1 em 2011 e 127,8 em 2012 (considerando o número de reclusos existente em 15.12.12).

O efeito do crescimento da população prisional traduziu-se numa taxa de ocupação global de 96,3%, em 2010. Este valor, cerca de três pontos percentuais superior ao de 2009, resulta

exclusivamente do crescimento do número de reclusos, tendo-se mantido inalterada a lotação do sistema. Considerando a manutenção da lotação do sistema nos 12 077 lugares, este valor subiu para 105% em 2011 e para 113,4% em 2012.

De salientar a quebra no peso relativo das reclusas. Efetivamente, o volume da população prisional feminina, que estava estabilizado em 7% desde 2003, vai variando entre os 5,5% em 2009 e em 2012 e os 5,4% em 2010 e 5,6% em 2011.

Quadro 2- População prisional segundo o género (2009-2012)

Anos	2009		2010		2011		2012 (em 15 de	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
Homens	10 486	94,5%	10 986	94,6%	11 970	94,4%	12 941	94,5%
Mulheres	613	5,5%	627	5,4%	711	5,6%	753	5,5%
TOTAL	11 099	100%	11 613	100%	12 681	100%	13 694	100%

Fonte: DGSP

Em 2010 os estrangeiros representavam 20,6% dos reclusos presentes, tendo aumentado ligeiramente face ao ano anterior – 20,4%. Refira-se que a população reclusa estrangeira tem vindo a crescer gradualmente, sendo que de 2001 até ao final de 2009, havia aumentado 8,7%. Em 2011, a percentagem de estrangeiros detidos nos nossos estabelecimentos prisionais diminuiu para 20,1% e em 2012 sofreu um novo decréscimo tendo-se fixado nos 19,3%. A tendência de subida que se verificou na primeira década deste milénio tem sido contrariada nestes dois últimos dois anos.

Quadro 3- População prisional segundo a nacionalidade (2009-2012)

Anos	2009		2010		2011		2012 (em 15 de Dez.)	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
Nacionais	8 836	79,6%	9223	79,4%	10 133	79,9%	11 051	80,7%
Estrangeiros	2 263	20,4%	2 390	20,6%	2 548	20,1%	2 643	19,3%
TOTAL	11 099	100%	11 6134	100%	12 681	100%	13 694	100%

Fonte: DGSP

Na distribuição dos estrangeiros por continentes, segundo dados de 2010, surge África (56,6%), em particular os PALOP, no primeiro lugar, seguido da Europa (25,6%), sendo que neste continente destacam-se os originários de Espanha, Roménia e Ucrânia. Por fim, a América do Sul (16,4%), na qual os naturais do Brasil e da Venezuela são os mais representativos. Em 2011 mantiveram-se sensivelmente as mesmas percentagens, tendo-se no entanto verificado um ligeiro decréscimo dos reclusos oriundos de África (para 56,2%) e dos reclusos oriundos a América do Sul (para 15,97%), compensados pelo aumento dos reclusos oriundos da Europa, que sofreu um

aumento para 26,06%, sendo a maior parte dos reclusos oriundos da Roménia (202) e de Espanha (148). Não temos dados disponíveis para 2012.

Quadro 4 - População prisional segundo o continente de origem (2010-2011)

Anos	2010		2011	
	n.	%	n.	%
Nacionalidade				
África	1353	56,6%\$	1 432	56,2%
América do Sul	392	16,4%	407	15,97%
Europa	612	25,6%	664	26,06%
Outros	33	1,4%	45	1,77%
TOTAL	2390	100%	2548	100%

Fonte: DGSP

Ainda em termos de caracterização da população reclusa, e segundo dados do último relatório de atividades disponibilizado pela DGSP no seu *site*, de 2010, a idade média dos reclusos era de 37,9 anos, o que significa um envelhecimento de cerca de mais de quatro anos, na última década.

A população prisional apresenta baixos níveis de formação escolar que se expressa, por um lado, nos quase 10% sem escolaridade e, por outro lado, nos quase 55,4% de reclusos que possuem somente o 1.º e o 2.º ciclo do ensino básico.

Em 2010, metade dos reclusos condenados cumpria penas entre os três e os nove anos de reclusão, sendo que a parte mais significativa respeita às penas dos três aos seis anos. Este peso relativo dos escalões centrais, associado ao facto de haver equidade entre os indivíduos condenados a penas superiores a nove anos e os que cumprem penas inferiores a três, contribui também para o aumento de tempo de presença dos reclusos dentro do sistema prisional.

Não obstante esta realidade, deve relevar-se o aumento, que se tem vindo a verificar desde 2007, do valor absoluto e relativo de reclusos que cumprem penas de prisão por dias livres e penas privativas de liberdade por um período inferior a seis meses.

No ano de 2010, a tipologia de crime mais representativa continuou a ser a relativa aos crimes contra o património, logo seguida da dos crimes contra as pessoas, surgindo em terceiro lugar os crimes relativos a estupefacientes. Relevam-se, igualmente, os crimes rodoviários, o que explica o peso relativo do escalão de penas inferior a seis meses e da prisão por dias livres, anteriormente referida.

Na sequência do registado nos últimos anos, verifica-se mais uma vez a diminuição do número de ocorrências de óbitos entre os reclusos. O número de óbitos – 64, em 2010 – subiu ligeiramente de um ano para o outro mas, desde o ano de 2003, tem-se mantido sempre inferior à centena. Trata-se de valor que, tendo em conta o estado de saúde com que a generalidade dos reclusos entra no sistema, a morbilidade das patologias que apresentam e o volume de pessoas a que reporta – para além da população prisional média diária há que ter também em consideração o volume de entrados e saídos ao longo do ano – reflete o esforço que os Serviços têm efetuado na melhoria da assistência médica e medicamentosa à população reclusa.

Desta breve caracterização sobrepõe-se a continuidade do crescimento da população reclusa iniciada no ano 2009 e o crescimento da taxa de detenção por cem mil habitantes, mantendo-se o peso dos preventivos abaixo dos vinte pontos percentuais.

Preocupante é o facto de começar a haver sobrelotação, não obstante ter aumentado a taxa de ocupação, e positiva é a estabilização do peso relativo dos estrangeiros. Continua a verificar-se que a população prisional apresenta, à entrada no sistema, baixas qualificações académicas e uma pirâmide etária com sinais de envelhecimento.

Estas variáveis são complementadas com as penas relativamente longas a que a maioria está condenada, o que é compatível com o aumento dos crimes contra as pessoas e, apesar de tudo, com a persistência de elevadas taxas de condenação por infrações diretamente relacionadas com estupefacientes, a que se junta o peso dos crimes patrimoniais, frequentemente associados à problemática da toxicod dependência.

Por fim, deve relevar-se também o aumento do volume de reclusos condenados a curtas penas privativas de liberdade e, particularmente, a prisão por dias livres.

Assim, o recluso tipo é homem, português, condenado, tem em média 37,9 anos, possui o 1.º ou 2.º ciclo do ensino básico, cumpre uma pena entre os três e os seis anos e praticou um crime contra o património.

4.1.2 Os Estabelecimentos Prisionais

A Direcção-Geral dos Serviços Prisionais “tem por missão a gestão do sistema prisional, assegurando condições de vida compatíveis com a dignidade humana e contribuindo para a defesa da ordem e paz sociais, através da manutenção da segurança da comunidade e da criação de condições de reinserção social dos reclusos”. (DGSP)

Os serviços externos da DGSP são constituídos pelos estabelecimentos prisionais, não dotados de autonomia administrativa e classificados em centrais, especiais²² e regionais.

No final do ano de 2012, o sistema prisional dispunha de 51 Estabelecimentos Prisionais – 17 Centrais, 4 Especiais, 27 Regionais e 1 Cadeia de Apoio – distribuídos de Norte a Sul do país, bem como pelas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Os estabelecimentos estão divididos em distritos judiciais, existindo 4 distritos judiciais:

- o Distrito Judicial do Porto²³, com 9 Estabelecimentos Prisionais Regionais, 4 Centrais e 1 Especial;

²² Estabelecimentos prisionais femininos, de jovens ou hospitais

²³ Estabelecimentos Regionais (9): Braga, Bragança, Chaves, Guimarães, Lamego, Vale do Sousa, Viana do Castelo, Vila Real, Polícia Judiciária do Porto. Estabelecimentos Centrais (4): Paços de Ferreira, Santa Cruz do Bispo, Izeda e Porto e Estabelecimento Especial de Santa Cruz do Bispo

- o Distrito Judicial de Coimbra²⁴, com 7 Estabelecimentos Prisionais Regionais, 2 Centrais e 2 Especiais;

- o Distrito Judicial de Lisboa²⁵, que abrange os Estabelecimentos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, tem 6 Estabelecimentos Prisionais Regionais (inclui uma Cadeia de Apoio na Horta), 7 Centrais e 2 Especiais;

- o Distrito Judicial de Évora²⁶, com 5 Estabelecimentos Prisionais Regionais e 6 Centrais;

Os estabelecimentos prisionais tinham, em 2010, uma lotação homologada de 11 921 lugares. Este valor é igual ao do ano transato, o qual havia tido, relativamente a 2008, um decréscimo de 373 lugares que resultou do balanço entre o encerramento dos Estabelecimentos Prisionais Regionais de Coimbra e do Funchal e a abertura do Estabelecimento Prisional Regional do Vale do Sousa.

4.1.3 O Trabalho nos Estabelecimentos Prisionais

De acordo com a DGSP, o trabalho é, desde há muitos anos, encarado como “um meio de criar, manter e desenvolver no recluso a capacidade de realizar uma atividade com que possa ganhar, normalmente, a vida após a libertação, facilitando a sua inserção social.”

Segundo o Manual de Envolvimento de Empregadores em Meio Prisional (2009: 4):

O trabalho prisional, com finalidade educativa e produtiva e devidamente remunerado de acordo com a aptidão do recluso, tem sido desenvolvido dentro dos estabelecimentos prisionais no âmbito das infraestruturas económicas existentes e através da articulação com entidades do sector público/privado, procurando-se assim diversificar as atividades ocupacionais/laborais adequando-as, sempre que possível, às características da população e à oferta de trabalho.

Tendo presente os principais princípios orientadores do trabalho a ser desenvolvido por reclusos e que são o respeito pelas suas motivações, aptidões, condição física e psicológica, a existência de uma contrapartida financeira adequada, a sua natureza formativa e produtiva, a promoção do sentido da responsabilidade individual e social, em 2010 (últimos dados disponíveis), a DGSP procurou reforçar as redes de cooperação com o exterior, procurando não só aumentar a taxa

²⁴ Estabelecimentos Regionais (7): Aveiro, Covilhã, Guarda, Torres Novas, Viseu, Leiria e Polícia Judiciária de Coimbra. Estabelecimentos Centrais (2): Castelo Branco e Coimbra e dois Estabelecimentos Especiais, em Leiria e em Viseu.

²⁵ Estabelecimentos Regionais (6): Angra do Heroísmo, Caldas da Rainha, Montijo, Ponta Delgada, Polícia Judiciária de Lisboa e Cadeia de Apoio da Horta Estabelecimentos Centrais (7): Carregueira, Caxias, Sintra, Funchal, Linhó, Lisboa, Monsanto e Estabelecimentos Especiais (2): Tires e Hospital São João de Deus.

²⁶ Estabelecimentos Regionais (5): Beja, Elvas, Faro, Setúbal e Silves. Estabelecimentos Centrais (6): Alcoentre, Évora, Odemira, Olhão, Pinheiro da Cruz e Vale Judeus

de ocupação laboral dos reclusos mas sobretudo criar condições para uma melhor preparação profissional e futura reintegração socioprofissional.

A DGSP deu continuidade à política de participação da sociedade civil no processo de reinserção social dos reclusos tendo celebrado, em 2010 11 Protocolos com entidades públicas e privadas, destacando-se, a título de exemplo os Protocolos com: a Tecnidelta - Equipamentos Hoteleiros; o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres – IP; a Fundação Mata do Buçaco; Secretaria Regional do Ambiente e Mar de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada; Associação Nacional de Direito ao Crédito/Associação Nacional de Empresárias e Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; Liga dos Amigos do Centro Hospitalar do Médio Tejo; Junta de Freguesia de Moitas Vendas; Câmara Municipal de Vila de Rei; Autoridade Florestal Nacional e renovação do Protocolo com a Parques de Sintra Monte da Lua.

Quadro 5 - N.º de reclusos a trabalhar, por tipo de Estabelecimento e regime prisional – Ponto de situação no 1.º e 2.º semestre de 2010

Estabelecimentos Prisionais	30.06.12				31.12.12				Taxas de Crescimento no 2.º semestre do ano
	Regime Prisional			Total (n.,%)	Regime Prisional			Total (n.,%)	
	Comum	Aberto no Interior	Aberto no Exterior		Comum	Aberto no Interior	Aberto no Exterior		
Centrais	2456	674	47	3177 42%	2308	688	36	3032 39%	-4,56
Especiais	385	106	6	497 57%	438	106	6	550 63%	10,66
Regionais				997				1017	
				4671				4599	
Taxas de Crescimento no 2.º Trimestre do Ano*					-1,3	0,27	-28,85		

Fonte: DGSP *% - Calculada face à população prisional total, sem considerar os inimputáveis (11381 em 30.06.10 e 11480 em 31.12.10)

A taxa de crescimento da ocupação laboral de reclusos, do 1.º para o 2.º semestre de 2010, aumentou nos Estabelecimentos Especiais (10,66%) e nos Regionais (2,01%) e decresceu nos Centrais (-4,56%). No total, houve um decréscimo de 1,54%. Os Estabelecimentos Especiais são

também os que ocupam uma maior percentagem de reclusos (63%). Os Centrais ocupam 39% dos reclusos e os Regionais 35%.

Em relação ao regime prisional, a taxa de ocupação laboral, entre o 1.º e o 2.º semestre de 2010, desceu 1,3%, no regime comum, teve um ligeiro aumento no regime aberto no interior²⁷ (0,27%) e teve um acentuado decréscimo no regime aberto no exterior²⁸ (- 28,85%). Este decréscimo deve-se, em grande parte, à redução do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior, a que não será alheio o facto de ter entrado em vigor o novo Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade com alterações importantes nesta matéria.

Quadro 6 - Taxa de ocupação laboral a 31.12.10, segundo a situação prisional

Anos	Total Geral*		A trabalhar	
	n.	%	n.	%
Situação Prisional				
Preventivos	2 311	20%	452: 20%	10%
Condenados	9 169	80%	4 147: 45%	90%
TOTAL	11 480	100%	4 599: 40%	100%

Fonte: DGSP

* Não inclui 155 inimputáveis

Segundo a situação prisional, a afetação de reclusos preventivos ao trabalho coincide, em termos percentuais, com a relação existente entre preventivos (20%) e condenados (80%) no sistema prisional. A afetação de condenados ao trabalho é que se fica pelos 45%. Em termos globais, a trabalhar no final do ano 2010, 10% eram reclusos em situação preventiva e 90% em situação de condenados.

O próximo quadro reflete os dados de ocupação laboral dos reclusos que, no interior e no exterior do sistema prisional, desenvolveram uma atividade laboral remunerada quer ao nível das infraestruturas existentes (sectores oficiais e explorações agropecuárias) quer ao abrigo das parcerias público/privadas. O Regime Comum/Fechado é o que apresenta maiores percentagens de ocupação laboral mas também é o Regime em que há mais reclusos. É também o Regime a que pertencem mais reclusos com ocupação laboral (74%) o que pode estar diretamente relacionado com as questões de vigilância e segurança. Em Regime Aberto no Interior trabalharam 24% dos reclusos com ocupação laboral e em Regime Aberto no Exterior apenas trabalharam 2%.

²⁷ No regime aberto no interior, os reclusos trabalham dentro do Estabelecimento Prisional.

²⁸ No regime aberto no exterior, os reclusos trabalham fora do Estabelecimento Prisional.

Quadro 7 - N.º de reclusos a trabalhar por conta do EP e por conta de entidades externas, segundo o regime prisional, em 31.12.10

Regime Prisional	Por conta do Estab. Prisional		Por conta de Entidades Externas		Total	
	n.	%	n.	%	n.	%
Regime Comum/Fechado	2 776	75%	643	72%	3 419	74%
Regime Aberto no Interior (RAI)	927	25%	179	20%	1 106	24%
Regime Aberto no Exterior (RAE)	0	0%	74	8%	74	2%
TOTAL	3 703 (80,5%)	100%	896 (19,5%)	100%	4 599 (100%)	100%

Fonte: DGSP

No que se refere ao trabalho que é organizado com a colaboração de entidades externas, ele vem assumindo um papel cada vez mais importante, tendo subido quatro pontos percentuais entre 2009 e 2010. Com efeito, em 31.12.10 este trabalho representava 19,5% do total de postos de trabalho ocupados, quando em 31.12.09 representava 15%. Também um facto a salientar, neste trabalho desenvolvido com a colaboração de entidades externas é o envolvimento de empresas do sector privado (54% das entidades envolvidas) que empregavam, em 31.12.10, 749 reclusos, ou seja, 84% dos reclusos que se encontravam a trabalhar por conta de entidades externas.

Quadro 8 - Trabalho por conta de entidades externas, segundo o setor de atividade, em 31.12.10

	Entidades		Reclusos a Trabalhar	
	n.	%	n.	%
Sector Privado	74	54%	749	84%
Autarquias	28	20%	70	8%
Setor Público	27	20%	54	6%
Associações. IPSS e ONG	8	6%	23	3%
TOTAL	137	100%	896	100%

Fonte: DGSP

Quanto às áreas de atividade económica, em que os reclusos trabalham, um grande número de reclusos está ocupado com atividades de limpeza e manutenção dos edifícios e dos espaços verdes, e no apoio à preparação e distribuição de alimentos. Apurou-se ainda que quase 20% dos reclusos que trabalham são estrangeiros.

4.1.4 A Formação Profissional nos Estabelecimentos Prisionais

Segundo a DGSP, a Formação Profissional em contexto prisional visa fornecer aos reclusos instrumentos potenciadores de uma melhor reintegração socioprofissional, nomeadamente através da aquisição de competências técnicas, sociais e relacionais, tendo em vista o desempenho profissional qualificado e o desenvolvimento pessoal e social. Há uma tentativa de orientação pelo princípio do equilíbrio entre a oferta e a procura, isto é, procura-se ajustar as necessidades e desejos dos formandos às necessidades do mercado e também às condições dos estabelecimentos prisionais.

Relativamente ao Plano de Formação 2010, último ano sobre o qual existem dados disponíveis, houve uma aposta na diferenciação dos conteúdos programáticos em função dos públicos-alvo procurando, por um lado, aumentar as qualificações escolares e profissionais e, por outro lado, desenvolver e reforçar competências tendo em vista a empregabilidade e a prevenção da reincidência. Foram assim privilegiadas as formações de natureza mais flexível e de menor duração, em detrimento das ações mais longas e com percursos tipificados.

As Modalidades de Formação realizadas no ano de 2010 foram as seguintes: cursos de educação e formação de adultos de dupla certificação; formação modular certificada e formação para a inclusão.

Comparativamente com o ano anterior, verifica-se que em 2010, nas ações previstas, houve uma diminuição do volume de formação, o que fica a dever-se em grande parte ao aumento de ações de curta duração. Efetivamente constata-se que os cursos EFA de dupla certificação e a formação modular certificada desceram ligeiramente e houve um aumento significativo na tipologia de intervenção 6.1 - Formação para a Inclusão, do Eixo Prioritário 6 - Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social. O aumento do número de ações foi, naturalmente, acompanhado por um aumento no número de formandos a abranger.

O plano de formação, aprovado, previa abranger 2366 formandos, vindo a ser abrangidos, durante o ano 2010, um total de 2086 reclusos, ou seja 22,75% da população prisional condenada a 31.12.10.

Relativamente aos 1414 formandos que frequentaram as 95 ações terminadas durante o ano de 2010, houve 392 (27,7%) reclusos que abandonaram as ações antes do seu termo. Estes abandonos/saídas ocorreram desde o início até ao termo das ações, sendo que a maior parte se verificou nos cursos de maior duração. Com efeito, quase metade dos alunos que se inscreveram nos cursos de Educação e Formação abandonaram estes cursos antes do seu termo, enquanto na formação modular certificada e na formação para a inclusão apenas 14% e 11% dos formandos, respetivamente, abandonaram as ações.

Outro dado apurado relativamente às 95 ações terminadas indica-nos os motivos que levaram ao abandono das mesmas.

Quadro 9 - N.º de formandos que abandonaram a formação, por motivo do abandono (95 ações terminadas em 2010)

	Total	
	n.	%
Falta de assiduidade	110	28,1%
Libertação	79	20,2%
A pedido do recluso	76	19,4%
Transferência de EP	41	10,5%
Colocação noutra atividade	25	6,4%
Fraco desempenho/interesse	14	3,6%
Indisciplina	18	4,6%
Outros Motivos (saúde,	15	3,8%
Ausência ilegítima	11	2,8%
Evasão	3	0,8%
TOTAL	392	100%

Fonte: DGSP

No que se refere aos motivos que determinaram a saída das ações, e analisando-os relativamente ao total de rescisões (392) destacam-se, no conjunto de dez motivos, a “Falta de assiduidade” (28,1%), a “Libertação” (20,2%) e “A Pedido do Recluso” (19,4%).

Conclui-se ainda que 59% das saídas ficaram a dever-se a causas imputáveis aos formandos, estando associadas a fatores de diversa natureza como a falta de motivação e até por razões de ordem disciplinar, mas há também um elevado número de abandonos (41%) que ficou a dever-se a causas não imputáveis ao formando por terem sido motivadas por concessão de liberdade, transferência para outro estabelecimento prisional, colocação em atividade laboral ou por motivo de doença.

Relativamente às áreas de formação, a preferência recai nas áreas da construção civil, eletricidade e energia, floricultura e jardinagem, mas ganharam expressão as ciências empresariais e as áreas transversais como o desenvolvimento pessoal.

Quanto a entidades formadoras, o CPJ²⁹ ministrou 46% das ações, sendo as restantes ministradas por outras entidades de formação, com destaque para as empresas de formação e outras entidades externas que, para além do peso que representam no ano 2010 (54%), têm tido um papel significativo na diversificação e adequação da oferta de formação face às necessidades dos reclusos e do mercado.

²⁹ CPJ – Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça

4.1.5 Relacionamento com o meio empresarial

O relacionamento dos EP com o meio empresarial potencia o desenvolvimento da sua missão institucional, contribuindo para a dinamização de atividades junto dos reclusos que venham a ter efeito no seu processo de reinserção na sociedade após a sua libertação. “As empresas, seja através de ações de responsabilidade social (formação a reclusos/as, doação de materiais para manutenção e beneficiação de infraestruturas, doação de equipamentos de produção, etc...), seja através de acordos de colaboração (desenvolver a atividade empresarial nas instalações prisionais, contratar reclusos/as, contratar serviços, etc...), podem contribuir para o aumento do desempenho institucional do EP” (EQUAL, 2007:36).

O aparecimento da Bolsa de Trabalho Prisional (BTP) e a sua divulgação no site da DGSP veio alavancar o relacionamento entre o meio prisional e o meio empresarial.

A Bolsa de Trabalho Prisional (BTP) foi concebida para organizar o trabalho prisional e criar uma base de dados on-line que permita informar e divulgar em tempo real, os diversos Estabelecimentos Prisionais, das solicitações externas de trabalhos a realizar por reclusos. Através da bolsa, os Serviços Prisionais divulgam junto da sociedade civil o que tem sido feito pelo sistema prisional em matéria de ocupação laboral de reclusos e, ao mesmo tempo, promovem a sensibilização e a cooperação de agentes sociais e económicos com vista a aumentar e diversificar as ofertas de trabalho (DGSP, 2008).

Os EP têm um enorme potencial de emprego, têm mão-de-obra, muitas vezes especializada, têm infraestruturas disponíveis e praticam salários ao nível da retribuição mínima mensal garantida, sem encargos com a segurança social. A congregação de todos estes fatores revela-se uma oportunidade muito competitiva para as empresas. É necessário dar a conhecer aos empregadores todo este potencial existente e as condições em que podem contratar serviços aos EP.

O Guia para as Entidades Empregadoras³⁰ fornece, de uma forma simples e de fácil perceção, as informações necessárias ao empregador, nomeadamente as modalidades de trabalho, a remuneração³¹, vantagens em recorrer ao trabalho prisional, requisitos e obrigações do empregador. Existem incentivos às entidades empregadoras que admitam ao seu serviço reclusos em regime aberto, ao nível do regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem,

³⁰ Disponível no site da DGSP em

<http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/Documentos/DocumentosSite/GuiaEntEmpreg.pdf>

³¹ 1. A remuneração a atribuir aos reclusos que se encontrem em regime aberto voltado para o exterior fixa-se no pagamento de um subsídio de valor igual ao salário mínimo nacional (atualmente 485,00 euros), acrescido de subsídio de alimentação ou, em alternativa, o fornecimento do almoço em condições análogas às dos seus trabalhadores. 2. A remuneração a atribuir aos reclusos que integrem brigadas de trabalho (constituídas para o efeito) que se desloquem ao exterior para prestar trabalho para entidades público/privadas é fixada no valor mínimo de 15 euros, por dia de trabalho efetivamente prestado. 3. À remuneração atrás referida, acresce a percentagem de 10% (que em casos a ponderar pode ser reduzida para 5%) que reverte para as receitas próprias da DGSP, ao abrigo da alínea m), do n.º 2 do art.º 14.º do D.L.- 125/2007 de 27 de Abril. (DGSP, 2008). A entidade empregadora terá que acrescer a estes valores, o valor da aquisição de um serviço de seguro de acidentes de trabalho, que cubra eventuais danos sofridos pelos trabalhadores/reclusos no âmbito do desenvolvimento das atividades solicitadas.

instituídos pelo Despacho conjunto n.º 561/2001 dos Ministérios da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade Social³². Este despacho foi criado com o intuito de fomentar a criação de postos de trabalho à população reclusa e ex-reclusa, promovendo desta forma a sua reinserção socioprofissional e aplica-se a entidades que apresentem a situação contributiva regularizada perante a segurança social.

Empresários que trabalham com reclusos em prisões, preparando-os para a liberdade, não ficam indiferentes à contratação de ex-reclusos, percebem que pode ser tanto ou mais seguro empregar um ex-recluso como uma pessoa livre proveniente do mercado de trabalho.

Deve existir mais intercâmbio entre estes dois mundos aparentemente tão distantes, o prisional e o empresarial. A realização de visitas aos EP contribui para essa aproximação e para a desmistificação do que é uma prisão e do que significa contratar reclusos e ex-reclusos.

Segundo as recomendações, a nível nacional ou regional, constantes do documento EQUAL Passaporte para a Liberdade – Soluções Inovadoras no Sistema Prisional (2008: 65-66):

(...) 2.4 Os empregadores devem dispor de oportunidades de visitar as prisões, de modo a formarem uma ideia própria sobre a formação ministrada e a adequabilidade dos reclusos/as ao emprego. 2.5 Deve-se fornecer tanto dentro como fora das prisões, mais oportunidades para experiências profissionais pertinentes (...) 3. Como ter trabalho é o fator mais importante para a prevenção da reincidência, são necessários mais esforços para envolver empregadores tanto públicos como privados e para explorar outras formas de criação de emprego. 3.1 São necessárias campanhas de informação pública mais intensivas que tornem os empregadores mais conscientes do manancial inexplorado de trabalhadores que os/as reclusos/as representam e que promovam o “business case” (análise de rendibilização) tendo em vista a sua contratação. 3.2 Deve-se procurar o apoio das federações de empregadores e dos sindicatos tanto para a procura de emprego para (ex)reclusos/as, como para o combate de quaisquer discriminações no local de trabalho. 3.3 Os empregadores devem ser encorajados a contratar (ex)reclusos/ as, estabelecendo-se metas para o número de pessoas socialmente excluídas entre o seu pessoal ou fornecendo-se incentivos financeiros à contratação de (ex)reclusos/as.

O Manual de Envolvimento de Empregadores em Meio Prisional (2009: 7), resultante de um trabalho em parceria promovido por entidades públicas e privadas, ligadas ao meio prisional e ao meio empresarial, dá-nos uma visão otimista da contratação pelas empresas de públicos fragilizados, nos quais se inserem os reclusos e os ex-reclusos:

Nos dias de hoje, as empresas veem a abertura a públicos fragilizados e vulneráveis como uma oportunidade de aprendizagem para a própria empresa e de todos aqueles que a compõem. Participar nestes processos de inclusão pode ainda levar a que os seus colaboradores e a sociedade em geral a percecionem como entidade que intervém e possui preocupações sociais. Além disso a empresa pode usufruir dos contributos dados pelas pessoas que contratou, ao nível dos seus conhecimentos, capacidades e comportamentos, uma vez que estas tendem a valorizar a oportunidade que lhes é dada, revelando maior dedicação e empenho no cumprimento das suas funções.

³² Para mais informações e consulta do despacho na íntegra, consultar o seguinte endereço: <http://www.ugt.pt/segurancasocial9.pdf>

O mesmo Manual dá ainda possíveis respostas à questão por vezes colocada pelos empregadores: Num país com tanto desemprego, porquê dar emprego a reclusos?

Porque o cidadão comum pode escolher o trabalho que se ajuste aos seus conhecimentos, enquanto que para o recluso nem existe oferta de trabalho; porque o cidadão comum pode escolher o trabalho que se ajuste aos seus conhecimentos, enquanto que para o recluso nem existe oferta de trabalho; o recluso está habituado à disciplina e a regras, valores que muitos potenciais trabalhadores desprezam; o emprego é um fator chave na redução da reincidência; a especificidade da mão-de-obra do recluso é muitas vezes superior à procura do mercado; ao admitir um (ex)recluso, o empresário já conhece o seu passado, o que não acontece com um cidadão comum; possibilidade de ter trabalhadores especializados em áreas em que há falta de mão-de-obra.

4.2 O Estabelecimento Prisional de Sintra

4.2.1 Caracterização do Estabelecimento Prisional de Sintra

O Estabelecimento Prisional de Sintra (EPS), criado em 1915, fica integrado numa área agrícola/florestal com cerca de 110 ha. É constituído por 2 alas (4 pavilhões) de regime fechado, com capacidade para 651 reclusos e 3 pavilhões de regime aberto, com capacidade para 102 reclusos, num total de 753. Toda a infraestrutura prisional é circundada apenas por uma rede, não existindo muros periféricos. No interior da zona prisional funcionam os serviços clínicos assegurados por uma empresa privada, das 8 horas às 21 horas, com as especialidades de clínica geral (27 horas semanais), psiquiatria (9 horas), infeciologia (6 horas), psicologia (30 horas), enfermagem (195 horas), auxiliar de ação médica (15 horas) e técnico de farmácia (10 horas). Dispõe, ainda, de serviço de estomatologia prestado diariamente por funcionário do quadro. No topo das alas situa-se a cozinha onde são confeccionadas as refeições por uma empresa privada, que emprega 10 reclusos. Cada ala tem um refeitório, um bar, uma sala de convívio com multifuncionalidade (aulas, cinema, artesanato, sessões culturais...) e um pátio que é simultaneamente campo desportivo. Todas as atividades de âmbito escolar, laboral e visitas decorrem fora da zona prisional.

Figura 1 - Pavilhões do regime fechado (EPSintra)



O espaço de formação escolar e profissional dista cerca de 500 metros da zona prisional e é constituído por dois edifícios conexos, um com 10 salas, onde são ministradas aulas do 1.º ao 12.º anos, e outro, antigo solar que funcionou inicialmente como cadeia, reconstruído recentemente no âmbito do projeto comunitário Rumos de Futuro, que lhe deu o nome. Este destina-se à formação, atividades sociais/culturais para reclusos, podendo ainda ser utilizado por funcionários e entidades externas. É constituído por 4 salas para formação, 4 *ateliers*, mediateca, auditório com capacidade para 150 pessoas, sala de professores, gabinete de atendimento/reuniões e gabinete de vigilância.

Foi também neste edifício que foi instalado, em 2010, o museu do estabelecimento, tendo sido recolhido o espólio cultural e histórico que se encontrava disperso e sem tratamento adequado. No exterior foi construído um campo desportivo, utilizado tanto pelos reclusos, como pelos funcionários e/ou pessoas do exterior.

Mantendo as estruturas originais, em estado já obsoleto, funcionam a lavandaria e as oficinas de mecânica, carpintaria, serralharia e eletricidade ocupando uma média de 50 reclusos. Em instalações contíguas, estão instaladas as empresas do exterior que dão trabalho a cerca de 40 reclusos.

Existe ainda uma vasta área agropecuária na qual existe cultivo de produtos hortícolas comercializados essencialmente para funcionários e para a empresa de alimentação; criação de rebanhos e exploração de silvicultura com produção de madeira e lenha vendida ao exterior. Nestas atividades e nas obras de manutenção e recuperação trabalham em média 50 reclusos.

Figura 2- Área agropecuária (EPSintra)



Integrada na área florestal encontra-se a Quinta do Côvelo, área ajardinada com uma habitação antiga onde ficam instalados os 3 reclusos que ali trabalham e uma infraestrutura mais recente, utilizada para reuniões, workshops e outros eventos.

O EPSintra conta ainda com uma infraestrutura de 4.000 m² cobertos – Pavilhão 27 de Junho – onde funcionou anteriormente uma oficina externa de metalomecânica. Atualmente, parte desse espaço está afeto a Armazém Geral da DGSP e o restante é apenas utilizado pontualmente para eventos/atividades. Existem outras infraestruturas onde nos primórdios da Colónia Penal, funcionaram a Olaria, a Cerâmica e a Serração que se encontram desativadas e em ruínas.

As visitas aos reclusos do regime aberto realizam-se no parlatório do RAI, espaço amplo e funcional situado à entrada da zona oficial. O parlatório do regime fechado, pelo contrário, é uma estrutura exígua e degradada, afastada cerca de 200 metros da zona prisional, junto a uma estrada municipal. Tem capacidade para 150 pessoas, apesar de receber, em média 250 por visita. O espaço de receção e sala de espera não têm capacidade para acolher os visitantes e efetuar com rigor os procedimentos de controlo de pessoas e bens. No final de 2010, foi construído um telheiro no exterior para abrigo dos visitantes. A degradação das instalações, a sua localização e logística impõem a construção de um novo parlatório, contíguo às alas prisionais.

4.2.2 Perfil dos Reclusos

De acordo com os relatórios de atividades do EPSintra, de 2010 e de 2011, a faixa etária a que pertencem os reclusos é maioritariamente jovem, com uma média de idades de 29 anos, com baixo nível de competências pessoais, sociais e profissionais. A grande maioria apresenta problemáticas de saúde relacionadas com a toxicodependência, com especial incidência nas patologias do foro mental e infecciológico apresentando comportamentos subjacentes marcados por grande instabilidade emocional e elevados níveis de ansiedade. Cerca de 25% não tem qualquer apoio afetivo do exterior.

Apesar de condenados a penas relativamente curtas, a maioria dos reclusos entra no Estabelecimento com vários processos pendentes, conduzindo a um significativo aumento das penas efetivas. Com efeito, cerca de 30% da população atingiu penas superiores a 6 anos. Este facto, aliado à concentração de um significativo número de reclusos que, embora condenados a penas curtas, têm pesados antecedentes criminais com revogações de liberdade condicional, contribuiu para a alteração do perfil adequado às características do Estabelecimento.

Este facto veio agravar as dificuldades de funcionamento, sobretudo em termos de segurança, tanto pelo emergir de grupos organizados com capacidade de liderança, como pelas infraestruturas desajustadas a esta tipologia de reclusos, aliado à insuficiência de elementos de vigilância.

Acresce que, com a entrada em vigor da Lei n.º 115/09, de 12 de Outubro, foram introduzidos novos procedimentos, aumentando consideravelmente o volume de trabalho burocrático, tanto em termos administrativos como na intervenção técnica. Em contrapartida, verificou-se uma diminuição acentuada dos recursos humanos, tendo cada funcionário da secção de reclusos à sua responsabilidade 110 processos individuais e os técnicos de tratamento penitenciário um rácio de 1 Técnico para 100 reclusos. No mesmo sentido, no ano 2011³³, verificou-se um elevado número de diligências ao exterior (2601), das quais 545 foram para Tribunais. Paralelamente, devido às características da população reclusa, a maioria com problemáticas relacionadas com a toxicodependência, assistiu-se a um elevado número de consultas, inclusivamente em instituições de saúde no exterior (1483).

Relativamente ao número de reclusos, este sofreu um grande aumento no último ano. No final de 2010 a ocupação era de 654 reclusos, em 2011 houve um leve decréscimo para 649 e o ano 2012 terminou com 790 reclusos, um aumento face ao ano anterior de 141 homens, o que faz com que a lotação (753) do EP tenha sido excedida.

Apesar de ser um E.P vocacionado para o Regime Aberto com penas curtas/médias, a pendência processual leva a que haja um grande número de reclusos em cumprimento de penas elevadas (cerca de 200 reclusos cumprem penas superiores a 6 anos). Cerca de 40% do total da população são estrangeiros e 7% tem penas acessórias de expulsão decretadas por decisão judicial e um elevado número tem instaurado processo de expulsão administrativa pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Estas situações acarretam dificuldades acrescidas em termos de ocupação dos reclusos, dado que todas as atividades funcionam fora da zona prisional. No ano 2011 verificou-

³³ Não se encontram ainda disponíveis dados relativos a 2012.

se também um aumento significativo de reclusos vindos das ilhas, sobretudo dos Açores, repatriados do Canadá, os quais apresentam problemáticas específicas sobretudo em termos de comportamento e carência económica.

Durante o ano 2010, cerca de 75% da população reclusa esteve integrada no ensino/formação ou em atividades laborais e cerca de 70% esteve envolvida em atividades culturais e recreativas.

No que respeita à vigilância, não obstante ter havido um reforço de guardas, o número de efetivos apresenta um ratio de 1 guarda por 5 reclusos, o qual fica muito aquém das necessidades face ao número de diligências verificadas e ao número de reclusos envolvidos em atividades (escolarização, formação e trabalho) no exterior da zona prisional (cerca de 400).

Em termos do clima institucional, e apesar das características da população reclusa, é de referir o facto de não ter havido suicídios, evasões (em 2011 houve ainda 3 recapturas) nem atos de violência graves, suscetíveis de colocar em causa a segurança ou estabilidade prisional. Isto foi alcançado graças à melhoria das condições de segurança conjugadas com o investimento no tratamento penitenciário: em 2010, 75% da população integrou atividades formativas ou laborais, 65% participou em atividades de ocupação de tempos livres e 90% esteve envolvida em atividades sociais e culturais com carácter pontual.

4.2.2 Formação e Trabalho no Estabelecimento Prisional de Sintra

O EPSintra, quer pelas suas infraestruturas, quer pela sua envolvimento e dinâmica institucional, mantém viva a sua vocação inicial de recuperação através do trabalho/formação (ver fotos no anexo U). Tendo começado, em 1915, com a designação de Colónia Penal Agrícola³⁴, por ser uma quinta que funcionava como instituição correccional de adultos, acolhendo pessoas que viviam à margem da sociedade (vadios³⁵). Ainda mantém a sua filosofia original, em termos de recuperação de reclusos através do trabalho aliado, atualmente, ao desenvolvimento de competências pessoais e profissionais.

Nas palavras do seu primeiro diretor, Eng.º Tude de Sousa Martins: “A ideia de punição e de castigo devia perder-se entre o Limoeiro e a Colónia, com a estada na instituição a poder constituir-se como o passaporte (...) para uma vida nova de utilidade social e de dignidade própria (...)”. Segundo a atual diretora, Dra. Fátima Corte, “atualmente o EPSintra é um passaporte para a liberdade, em que a beleza da natureza estimula e desafia um outro renascer (...) as oficinas (serralharia, carpintaria, mecânica) que perpetuam a história, os campos agrícolas evidenciando os legumes frescos e os rebanhos de cabras e ovelhas que enternecem os olhares de quem passa.”

³⁴ Nome que em 1981 foi substituído por Estabelecimento Prisional.

³⁵ Na altura a vadiagem era considerada crime, sendo a recuperação pelo trabalho uma forma de punição ao mesmo tempo que uma forma de ressocialização.

Sendo um EP que privilegia o trabalho, em 2011 estiveram com ocupação laboral 241 reclusos assim distribuídos: oficina auto – 5, carpintaria – 9, serralharia – 8, lavandaria – 13, obras – 9, faxinagem – 99, copa – 25, cozinha/uniself – 7, armazém/cantinas – 4, agrícola – 21, pecuária – 3, trabalho à peça para entidades externas - 25 e em RAE – 13. Em 31.12.11 foi concedido o RAI a 128 reclusos e revogado a 23. Em relação ao RAE, foram concedidos 16 e revogados 3.

No ano anterior, em 31.12.10, dos 654 reclusos, 103 estavam em Regime Aberto, 91 em RAI e apenas 12 em RAE, embora, neste regime, a média durante o ano ter sido de 25. Em 2010 estiveram ocupados 226 reclusos, assim distribuídos: oficinas: 44; atividades agrícolas, de produção animal e floresta: 30; construção civil: 12; faxina: 81; outras: 12. Em atividades para entidades externas, desenvolvidas no Estabelecimento, estiveram envolvidos 35 reclusos e a trabalhar no exterior do Estabelecimento (em RAE), no fim do ano encontravam-se 12.

A formação escolar e profissional, em 2011, abrangeu um total de 178 reclusos. A formação escolar é assegurada pela escola básica D. Carlos I e pela escola secundária Leal da Câmara. A formação profissional foi ministrada pelo Centro Protocolar da Justiça em parceria com as escolas associadas envolvendo 49 reclusos assim distribuídos: operador florestal – 11; eletricidade – 12; operador de jardinagem – 12; serralharia – 14. A oferta no ano anterior havia sido semelhante, tendo abrangido 56 reclusos.

Além destes, foi ainda realizado um curso de empreendedorismo nas artes e ofícios do património (estuques), promovido pela Associação Nacional de Jovens Empresários, envolvendo 14 reclusos. Este curso foi antecedido de duas ações de sensibilização promovidas por entidades externas nas áreas formativas de estuques e cantaria, envolvendo cerca de 80 reclusos. No ano seguinte, 2012, realizou-se mais uma ação de empreendedorismo nas artes e ofícios do património, neste ano dedicado à cantaria.

Em 2010 também foram realizados cursos de formação promovidos pela ANJAF³⁶: empreendedorismo, 12 reclusos e técnicas de procura de emprego, 15 reclusos. Houve ainda um curso “Programa Estrada Segura” promovido pelo EPS, no qual participaram 9 reclusos.

Em 2011, foram ainda dinamizados *ateliers* nas áreas de pintura, têxteis e reciclagem envolvendo 16 reclusos, duas ações de envolvimento de empregadores para cerca de 50 reclusos e dois workshops de empreendedorismo e empregabilidade para 80 reclusos.

Tem havido uma aposta na diversidade da oferta formativa com inclusão de novos cursos vocacionados para o desenvolvimento de competências de empreendedorismo com vista à empregabilidade, no desenvolvimento de competências básicas através da aplicação de programas em diversas áreas e no envolvimento da comunidade em ações de sensibilização e encontros culturais. Salienta-se a criação de *ateliers* com novas valências, o que proporcionou um aumento significativo de respostas institucionais ao processo de desenvolvimento pessoal e artístico.

³⁶ Associação Nacional de Jovens para a Ação Familiar

4.3 Perspetiva dos Reclusos

4.3.1 Sociografia e caracterização dos reclusos entrevistados

Da análise sociográfica dos reclusos entrevistados (25) ressaltam os seguintes elementos, de acordo com as informações compiladas no Anexo H. A população entrevistada, toda masculina, por o estudo ser desenvolvido num EP masculino, tem maioritariamente (28%) idades compreendidas entre os 35 e os 39 anos, sucedido pelo grupo entre os 30 e os 34 anos (24%). De seguida, em igual percentagem, encontram-se os grupos etários entre os 20 e os 24 anos e entre os 40 e os 44 anos, ambos com 20%. O grupo etário entre os 25 e os 29 anos é o que apresenta menor percentagem de entrevistados (8%). A idade média dos reclusos do EPSintra é de 29 anos, não se afastando assim muito da idade média do grupo entrevistado, que é de 33,6.

Gráfico 1- Idades dos reclusos entrevistados

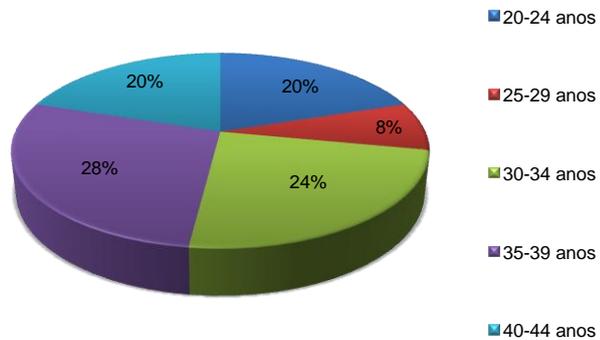
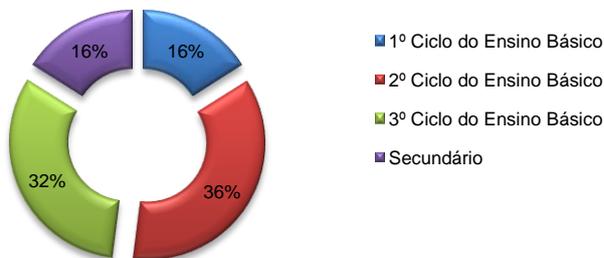


Gráfico 3- Habilitações literárias dos reclusos entrevistados

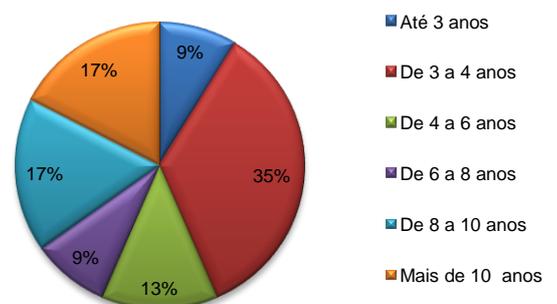


entrevistados tem ensino superior.

Relativamente às penas totais dos entrevistados, 60% situam-se no intervalo dos 4 aos 6 anos, intervalo em que se situa a média de penas do Estabelecimento Prisional. 16% têm penas entre os 3 e os 4 anos. Com penas de 8 a 10 anos e com penas de mais de 10 anos, a percentagem é igual e situa-se nos 8%, tendo assim 16% dos entrevistados, penas superiores a 8 anos. Os entrevistados com penas inferiores a 3 anos e com penas entre os 6 e os 8 anos apresentam-se em igual percentagem, que é de 4%.

Em termos de habilitações literárias, mais de um terço da população, 36%, possui o 2.º ciclo do ensino básico, seguida do 3.º ciclo do ensino básico, com 32%. Indivíduos que possuam o 1.º ciclo do ensino básico e indivíduos que possuam o ensino secundário, estão em igual percentagem, 16%. Nenhum dos

Gráfico 2 - Penas totais dos reclusos entrevistados



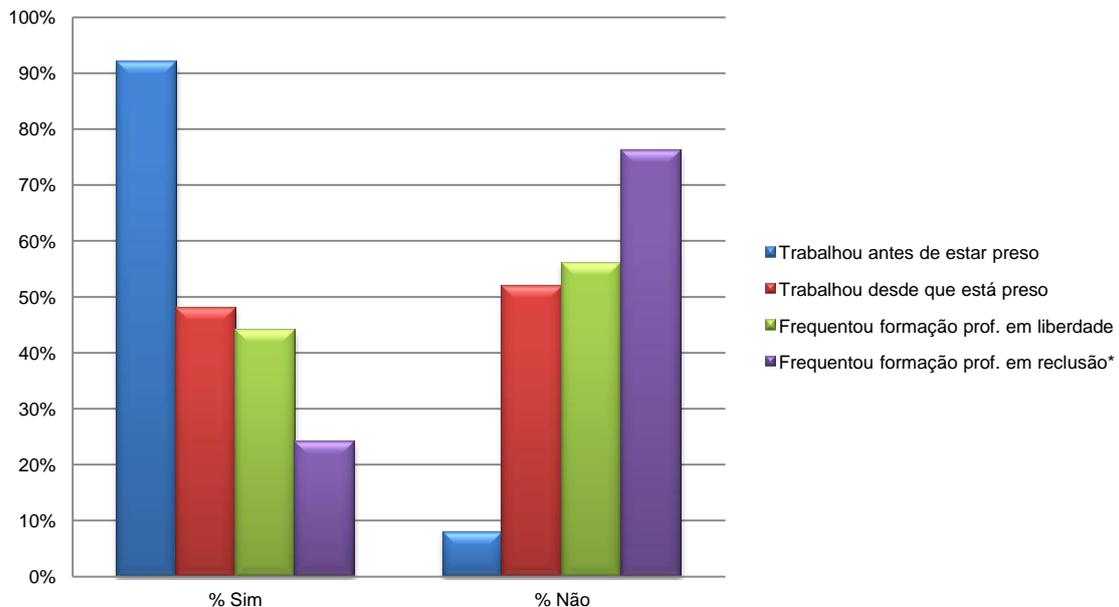
Foi também analisada a reincidência criminal entre os entrevistados, constatando-se que 28%, ou seja, 7 dos entrevistados eram reincidentes numa ou mais vezes.

Gráfico 4 - Reincidência criminal dos reclusos entrevistados



Para uma melhor caracterização do grupo de entrevistados, e tendo em conta a natureza do estudo, foi considerada importante a análise da situação face ao trabalho e à formação profissional, antes e depois de estarem presos. Assim, a quase totalidade dos reclusos, 92%, trabalhou antes de estarem presos e depois de estarem presos trabalharam quase metade dos entrevistados, 48%. Relativamente à formação profissional, antes de serem reclusos, frequentaram 44% dos entrevistados e enquanto reclusos, para além da formação em Empreendedorismo nas Artes e Ofícios do Património – Estuques e Empreendedorismo nas Artes e Ofícios do Património – Cantaria, apenas 20% já tinham frequentado outras ações desde que estão presos.

Gráfico 5- Situação face ao trabalho e à formação profissional antes e depois de estarem presos



*Para além da formação Empreendedorismo nas Artes e Ofícios do Património – Estuques e Empreendedorismo nas Artes e Ofícios do Património – Cantaria

Em síntese, o perfil tipo dos entrevistados reclusos é o seguinte: homem, com idade compreendida entre os 35 e os 38 anos, com o 2.º ciclo do ensino básico, com uma pena de prisão entre os 4 e os 6 anos, reincidente criminal, que trabalhou antes de estar preso mas não enquanto recluso e que não frequentou formação profissional em liberdade nem desde que está preso, com exceção do curso de Empreendedorismo nas Artes e Ofícios do Património – Estuques ou Empreendedorismo nas Artes e Ofícios do Património – Cantaria.

O percurso profissional dos reclusos entrevistados, antes de estarem presos, em geral caracteriza-se pelo desempenho de trabalhos pouco qualificados e pelo desempenho de várias atividades ao longo da vida, um pouco de acordo com o rumo que as suas vidas foram levando, como Fernando: “(...) trabalhei na fábrica da Covina, uma fábrica. Já trabalhei em oficina de carros e como motorista também e agora por fim era vendedor de automóveis (...)”; Tiago: “(...) eu era carpinteiro, de tosco, depois como o trabalho ficou um bocadinho complicado passei a ser cozinheiro (...) já fui comerciante ambulante, já fui motorista, taxista, em Cabo Verde, já fui pedreiro, já fui mecânico (...)” e Luís: “(...)trabalhei em tetos falsos, com *pladour*, durante meio ano. Também fui pasteleiro e por último estive a trabalhar na Alfasom como técnico de som (...)”.

Também é notório o fato de, principalmente os emigrantes provenientes da Guiné, terem profissões diferentes no seu país mas quando vieram para Portugal todos foram invariavelmente para a construção civil, como Kevin: “(...) eu sou costureiro, fazia costura. Depois disso iniciei a fazer o comércio... fiz alguns meses de serventaria, servente de armação de ferro, carpintaria, de cofragens, até ser um oficial.”

A construção civil assume-se como o setor em que mais homens trabalharam. Dos 25 entrevistados, 16 trabalharam na construção civil, em alguma fase das suas vidas, trabalhando como pedreiros, serventes, eletricitas ou carpinteiros como Joaquim: “(...) primeiros tempos eu fiz serventaria, mas pouco tempo que trabalhei na serventaria, comecei logo a trabalhar no ferro, como profissional, como armador de ferro (...)” e Nelo: “(...) trabalhava na área da construção civil apesar de ter feito também outras coisas. Houve uma altura em que fiz móveis por medida móveis de cozinha, roupeiros, coisas assim”.

Dois dos entrevistados trabalharam na área do ambiente, Ulisses: “(...) empresa de serviço urbano, SUMA, ambiente (...)”, e Vasco: “(...) trabalhei no ambiente, limpar praias e orlas marítimas (...)” e outros dois no trabalho rural, “(...) o meu trabalho sempre foi trabalho rural (...)” diz Cristiano e Yann: “Trabalhava no campo, nas obras, no que aparecia lá naquela zona. Trabalhador rural.”

Foi também mencionado o fato de começarem a sua vida laboral cedo como Alexandre: “(...) sempre trabalhei desde os 16 anos (...)”, e Bruno: “(...) eu comecei a trabalhar tinha 15 anos. Comecei para ajudar a minha mãe. Deixei a escola e comecei a trabalhar para ajudar a minha mãe (...)”.

Em relação ao trabalho desde que estão presos, 13 dos entrevistados nunca trabalharam e dos 12 que já trabalharam, 10 trabalharam como faxina. Um deles disse, que para além de faxina, trabalhou na cozinha. Dos outros dois que trabalharam, um trabalhou como pedreiro e outro disse

que trabalhou na tipografia – “(...) fui trabalhar para a tipografia onde já tinha trabalhado em 2001 (...)”, disse Luís, que já tinha estado preso anteriormente.

Relativamente à formação profissional, a maior parte dos entrevistados (14) não frequentou qualquer formação antes de ser recluso e 19 deles não frequentou nenhuma formação desde que está preso, com exceção da que frequentava aquando da realização da entrevista (Empreendedorismo nas Artes e Ofícios do Património – Estuques e Empreendedorismo nas Artes e Ofícios do Património – Cantaria).

As ações de formação frequentadas em liberdade foram em áreas tão variadas como informática, reparação de carroçarias, mecânica, serralharia, bar e mesa, calcetaria e higiene e segurança.

Em reclusão as áreas de formação foram: “podador de vinhas e pomares em Alcoentre”, frequentado por Fernando; “pintura auto, encarregado de obras e cantaria”, por Nelo; “eletricidade”, por Orlando; “operador florestal e de pedreiro”, por Paulino e “empreendedorismo (...) e suporte base de vida para adultos” por Vasco.

4.3.2 Trabalho no Estabelecimento Prisional de Sintra

4.3.2.1 Importância da existência de programas de empregabilidade nos Estabelecimentos Prisionais

Relativamente à importância da existência de programas de empregabilidade nos EP e da ocupação laboral para quem está preso, tendo por base a análise dos Anexos I e K, podemos concluir da análise efetuada que ocupar o tempo (mencionado por 13 pessoas) e melhoria das competências profissionais (mencionado por 12 pessoas), foram as características consideradas mais relevantes, seguidas de ganhar dinheiro (mencionado por 10 pessoas).

Para quem está preso, ocupar o tempo assume uma importância crucial pois como dizem alguns dos entrevistados:

Alexandre: “(...) passa mais rápido o tempo, estamos ocupados, passa mais depressa o tempo (...)”,

Eduardo: “Acho que sim porque é uma maneira enquanto aquele tempo que estamos cá de ter o nosso tempo ocupado (...)”,

Kevin: “(...) sem trabalhar, isso é a pior coisa na cadeia, custa mais a passar o tempo (...)”,

Nelo: “(...) porque ocupa o tempo que é uma coisa que nós aqui temos e muito (...)”,

A ocupação do tempo para que não sintam tanto o pesar dos anos em que estão presos não é uma questão que se coloca meramente em relação ao passar das horas, dos dias, dos meses, dos anos. Coloca-se também em relação à ocupação da mente, à valorização deles próprios, à busca de objetivos e de esperanças de terem um futuro diferente aquando da sua saída “(...) estou ocupado da

minha cabeça e aprendo para mim (...)", diz-nos Luís e Nelo diz: "(...) permite-nos também aprender, amadurecer, e pensar noutras coisas, criar objetivos (...)".

Permite-lhes pensar em algo diferente, sem o foco nas conversas mais comuns na prisão, como menciona Manuel: "(...) sou adito à droga e há outros que são aditos ao crime que vêm para as cadeias para premeditar novos crimes e por 'tar ocupado e o trabalho, parece que não, é um desalívio, deixamos de pensar nessas atitudes (...)". No fundo, o trabalho pode funcionar como "(...) um alívio do stress, é o esquecer um bocadinho a liberdade ou a falta de liberdade, pronto é importante (...)", acrescenta Manuel.

Curiosamente a melhoria das competências profissionais, por trabalhar ou por frequentar formação profissional, foi um fator mencionado por mais pessoas (12) do que ganhar dinheiro (10). Nas palavras de alguns dos entrevistados:

Daniel: "É importante para as pessoas aprenderem alguma coisa nova para quando saem.",

Fernando: "(...) e também para as pessoas aprenderem qualquer coisa. Já que cá estamos presos, é sempre bom aprender (...)",

Joaquim: "(...) é uma coisa que eu aprendi que eu nunca na minha vida sabia que eu ia aprender um dia(...)",

Orlando "(...) é bom ter mais conhecimento (...)",

Xavier: "(...) adquirimos mais conhecimentos e mais oportunidades também (...)",

No entanto, num local onde muitas das pessoas têm dificuldades financeiras, a remuneração do trabalho ou as bolsas de formação assumem um papel importante fazendo com que "(...) todo o curso que metem lá em baixo a primeira coisa que sabem é se é pago. O dinheiro é que os motiva, o resto acho que não.", "(...) é mesmo pelo dinheiro (...)" como nos diz Daniel e Alexandre.

A bolsa de formação em particular assume-se como um fator decisivo porque "(...) as bolsas são boas, em relação ao ordenado que a prisão paga, as bolsas são boas.", diz Fernando. Para Zeferino: "(...) com a formação temos a oportunidade de ter as nossas coisas, podermos fazer as nossas compras e termos alguma coisinha nossa (...)".

A escolha da frequência de ações de formação por vezes pode ser motivada "por questões financeiras", diz Luís. "Sempre ganha algum", reforça Eduardo, mas também "porque precisam de ganhar dinheiro, para sustentar os vícios", menciona Hélder. Permite "algum dinheirinho no bolso e alguns vão lá", diz Renato mas a questão familiar também é importante pois "aqui na prisão, se tem trabalho, é menos um encargo para a família", diz Gonçalo pois "para quem tem pouca condição financeira, é muito importante", reforça Paulino.

Para além de ocupar o tempo, melhorar as competências profissionais e ganhar dinheiro, o fator que assumiu mais importância de seguida foi o inculcar de sentido de responsabilidade, o que não deixa de ser curioso por estarmos perante um público que prevaricou na sociedade, que para estar numa prisão, teve necessariamente um comportamento não responsável. O cumprimento de horários e de regras é referido por Nelo: "(...) inculca sentido de responsabilidade, o ter que se levantar a

horas, ter que cumprir horários, ter que trabalhar, ter regras”, reforçado por Vasco: “(...) para educar até a própria pessoa, para criar hábitos de trabalho, de responsabilidade (...) o trabalho é uma coisa que obriga a pessoa a ter uma certa disciplina, levantar-se de manhã, cumprir horários, ter direitos e obrigações (...)”, por Wilson: “ (...) é uma preparação para a nossa reintegração na sociedade, para adquirirmos hábitos de trabalho, é pá não sei, acho que é mais isso, adquirirmos hábitos de trabalho (...)” e por Renato: “(...) que motiva o habito de levantar de ir trabalhar (...)”.

A consciência de que a vida em liberdade e a sua reintegração na sociedade passa obrigatoriamente pelo cumprimento de regras, está expressa na declaração de Xavier: “(...) quando sair já tenho uma outra visão, porque aqui também acordamos cedo, temos que cumprir ordens e as regras, é tipo num trabalho, que nunca tive e agora já tenho. Se eu for trabalhar lá fora também tenho que cumprir essas regras (...)”.

Um aspeto referenciado por alguns dos reclusos (6) foi que o facto de trabalharem melhora a sua imagem perante os guardas prisionais e os técnicos de educação e os ajuda no percurso interno dentro da prisão, ou seja, no processo de passagem da Ala A, para a Ala B, depois para o RAI (Regime Aberto no Interior) e finalmente para o RAE (Regime Aberto no Exterior) assim como ajuda na obtenção de precárias³⁷. Como nos diz Luís: “(...) cá dentro se a gente não trabalhar não temos oportunidade para nada, não temos direito a precárias, direito a ir para a ala B, direito a ir para o RAI (...) claro que o trabalho é ótimo (...)”

Bruno acrescenta:

Tento aproveitar todas as oportunidades que me dão porque é uma mais-valia para mim (...), estar a trabalhar ajuda para as precárias. Ajuda, para o percurso que temos na prisão. Ajuda para tudo. Somos vistos de outra maneira, somos tratados de outra maneira porque andamos direitinhos e para a gente é bom. Conseguimos também encarar isso de outra maneira, com outra força. Já não temos aquele mau olhar sempre de roda da gente. Está na ala, não faz nada, não faz isto, não faz aquilo. Não deixa a gente à vontade. É uma mais-valia, é muito melhor.

E Zeferino reforça esta ideia:

Acho que tem a ver também nós termos benefícios por estarmos a trabalhar porque vai contar um dia mais tarde quando tivermos saídas precárias, condicionais, parlatórios do IRS, qualquer coisa que seja para fornecer dados ao tribunal, vai ajudar, com certeza que vai ajudar. Pelo menos para a gente nos sentirmos úteis, para não nos sentirmos inúteis e claro que ajuda o tempo a passar.

A obtenção de um emprego quando saírem em liberdade, tema fulcral deste estudo, foi mencionada por apenas 4 dos entrevistados, assim como a diminuição do tempo que estão fechados. “um dia quando sair sempre é mais fácil arranjar um trabalho lá fora.”, diz Eduardo. Para Hélder: “Quando uma pessoa sair daqui, tem possibilidades de arranjar mais fácil trabalho e para ter melhores condições.”

A diminuição do tempo em que estão fechados é muito importante para quem está numa situação de reclusão pois por exemplo quem está na Ala A, está 19 horas por dia fechado. Estes

³⁷ Precária é uma licença de alguns dias a gozar durante o cumprimento da pena.

homens habitualmente não estão mais de 6 meses, em média, sem uma oportunidade de trabalho, ensino ou formação e quando são chamados para uma atividade são transferidos para a Ala B, o que para eles já significa uma evolução na sua condição de recluso, uma aproximação de alguma forma da liberdade. No entanto, como nos disse Daniel: “Outros, quase, se calhar 70% é só para não estar lá em baixo. Dá para ver aqueles que querem aprender e aqueles que é só mais um dia para eles, só para não estarem lá em baixo”, e Luís “(...) há pessoas que é mais para saírem daquele meio lá em baixo ou por questões financeiras (...) é muito melhor e estou ocupado da minha cabeça. Saio daquele meio lá em baixo, estou ocupado da minha cabeça e aprendo para mim, faz-me bem (...)”.

Os reclusos distinguem o “estar lá em baixo”, que significa estar fechado na Ala grande parte do dia, do “ir lá para cima”, que significa subir com a brigada³⁸ do trabalho como refletem as palavras de Tiago, que servem para revelar um sentimento comum à maior parte dos reclusos: “(...) não quero ficar lá em baixo, parado, sem fazer nada porque de início disse assim, quero ir lá para cima, fazer alguma coisa, não me interessa dinheiro, interessa é sair lá de baixo, apanhar um ar puro e pronto (...)” .

Ulisses, um senhor de origem africana, muito educado, gentil e preocupado com a família, faz uma descrição mais pormenorizada do “estar lá em baixo” e da importância do trabalho e da oportunidade de mudar de ambiente mesmo continuando na prisão:

Trabalho é importante porque a pessoa, a pessoa p’além de vai ganhar a vantagem de estar fora, não tar lá na ala, tar a levar com muitas coisas, fumo e essas coisas, barulho, a pessoa tá, como é que hei-de explicar, tá a perceber que tá a conhecer outras coisas na vida. Nós temos que ser aberto aos conhecimentos, pa aprender muitas coisas boas e a pessoa acaba também por ter um contato com os colegas de escola, comunicar uma forma diferente que a gente comunica lá em baixo. Ter outras formas de comunicação que é diferente.

A vertente pessoal, as crenças de cada um, o seu desenvolvimento enquanto seres humanos e a sua esperança num futuro melhor são questões abordadas por alguns dos entrevistados que nos ajudam a não esquecer que todos são homens que cometeram um erro no passado, que estão, no presente, a cumprir um castigo por esse erro que cometeram, como forma de repararem a sua falha perante a sociedade, mas são também homens que têm um futuro que deve ser acautelado e sobre o qual têm necessidade de ter esperança, como diz Cristiano: “(...) termos esperanças de algum dia mais tarde termos alguma coisa”.

O trabalho e a formação profissional, segundo Xavier: “(...) nos tira também deste mundo, que vivemos lá dentro, que só tem coisas negativas e ajuda-nos a pensar noutras coisas e no futuro e a aprender alguma coisa que pode ser importante para nós (...) o trabalho é essencial para o futuro (...)”.

“É uma maneira de sobreviver na cadeia com perspetivas para o futuro”, menciona Isidro que acrescenta ainda “(...) muito importante, muito, porque vai ajudar futuramente aqueles que decidem

³⁸ Brigada significa o grupo de homens que se desloca, para trabalhar, para a zona das oficinas do Estabelecimento Prisional

tomar outro rumo à sua vida. É muito importante terem as bases. Estes cursos que são fornecidos dentro dos estabelecimentos prisionais são uma excelente base para quem tenciona mudar de vida.”

O relacionamento humano é importante em qualquer contexto em que o ser humano se insira e numa prisão, com o ambiente “pesado” que se vive, não deixa de o ser também. O trabalho e a formação profissional, facilitam esse relacionamento pois vai permitir-lhes, segundo Ulisses: “(...)comunicar uma forma diferente que a gente comunica lá em baixo. Ter outras formas de comunicação que é diferente (...)”, e relacionar-se com os outros, como menciona Orlando: “(...)vou sempre aprender qualquer coisa, não só com o trabalho mas a falar com as pessoas (...)”.

A promoção de hábitos sociais, através do trabalho, foi também mencionada por 3 reclusos como Vasco que considera que: “(...) uma medida corretiva não é castigar mas obrigar as pessoas a ter responsabilidades e hábitos sociais como é o trabalho” e Yann que diz que o trabalho “(...) é uma maneira de ajudar a civilizar mais as pessoas aqui dentro (...)”.

Por fim, o fator menos referido sobre a importância do trabalho e da formação profissional para quem está preso, mas pensamos que não o menos importante, foi a ajuda financeira que estas atividades proporcionam aos familiares e ao próprio recluso. Este é um assunto habitualmente referido em conversas informais porque, no geral, os reclusos entrevistados são oriundos de famílias com baixo poder económico e em muitos casos eram os agora reclusos o único sustento das mesmas. Assim, mesmo com baixas remunerações do trabalho, os reclusos ainda conseguem dar alguma ajuda à família ou, pelo menos, conseguem abdicar de ajuda financeira por parte da mesma.

Isidro e Xavier dizem, respetivamente, que: “(...) o nosso trabalho cá dentro apesar de ter uma remuneração muito reduzida de qualquer forma dá para ir gerindo e vivendo cá dentro e assim também ajuda a família que está lá fora e a vida não está propriamente fácil lá fora para ninguém. É bom, muito bom.” e

Tem muitos reclusos aqui que não têm apoios familiares, que têm filhos e filhas e eles têm que trabalhar para terem um salário, pode ser pouco mas ajuda em alguma coisa, porque pode ser para os seus vícios, tabaco, café ... e pelo menos alguma coisa que possam enviar para os familiares e para eles mesmo aqui para não se envolverem em outros negócios, noutras coisas, ajuda muito.

4.3.2.2 Contributo da ocupação laboral para a reinserção

A reinserção laboral dos reclusos, após a saída da prisão, é seguramente um dos fatores que mais contribui para a sua reinserção na sociedade. Sem trabalho não há rendimento e sem rendimento por vezes surge a tentação de enveredar por caminhos sinuosos que, muitas vezes, conduzem novamente à prisão. A confirmar esta premissa está o facto de as novas oportunidades de trabalho e a aprendizagem de novas profissões, serem os fatores mais mencionados pelos entrevistados (11) como contribuindo para a reinserção. Estes dão exemplos de pessoas suas conhecidas que, pelo facto de terem trabalhado e algumas por terem aprendido novas profissões, isso as tenha ajudado aquando da saída da prisão. Cristiano diz: “(...) o meu primo Nuno, por

exemplo, ele tirou o curso ali no Linhó e agora é eletricitista. A profissão dele era pedreiro e agora é eletricitista na Câmara”;

Saúl reforça: “(...) quando uma pessoa tem formação tem mais possibilidade de arranjar emprego (...) um rapaz que estava a trabalhar como pedreiro, lá em Caxias e quando saiu, como trabalhava bem, arranjou um trabalho”;

E Yann conclui “(...) conheço um companheiro meu que esteve preso por tráfico de droga, tirou um curso de serralharia mecânica na prisão de Pinheiro da Cruz e hoje ainda exerce essa função”.

A aprendizagem de uma nova profissão pode contribuir não só para encontrar um emprego à saída da prisão como para “crescerem” enquanto homens, como nos diz Vasco: “(...) eram pessoas que sempre tiveram problemas, até de crescimento, tiveram pouco apoio e na cadeia fizeram-se homens, fez-se luz naquelas cabeças, aprenderam uma profissão e hoje gostam daquilo que fazem (...)” e Renato: “(...) fez a carpintaria, fez muitos cursos cá dentro, a ele ajudou, porque quando antes ele veio pa dentro não tinha profissão (...)”.

Hélder refere-se a uma pessoa das suas relações pessoais dizendo “acho que ele é contabilista e aprendeu na prisão”.

Relacionado com a profissão que exerciam antes de serem presos está o desejo de continuar a exercer para não esquecer os conhecimentos adquiridos depois de todos os anos que passam afastados do exercício regular da mesma. Esta ideia está bem refletida nas palavras de Nelo e de Fernando:

Sim, uma vez que não se perde anos sem se praticar aquilo que se estava a fazer. Às vezes (eu já é a segunda vez que estou preso) e já me aconteceu, eu estive 3 anos sem trabalhar. Ao fim de 3 anos, quando peguei num rolo, quando peguei numa trincha, aquilo parecia que já não era como andar de bicicleta, uma pessoa nunca esquece mas as primeiras pedaladas, ainda são assim um bocado tortas, só assim ao fim de um dia de trabalho é que a coisa já começa. Por isso uma pessoa estar assim sem trabalhar, não esquece mas perde um bocado o jeito, ou seja, o praticar faz com que a pessoa não esqueça e vá sempre melhorando aquilo que faz.

Por exemplo eu tenho o meu companheiro de cela que é serralheiro de profissão, está cá dentro a exercer como serralheiro, não perde as características e o profissionalismo, vai continuando. Não vai estar cá vários anos preso e depois chega lá fora e já não sabe. Eu acho que é importante a continuidade.

A necessidade sentida por alguns ao longo da sua vida em obter um certificado que ateste as suas competências pode ser-lhes proporcionada por um estabelecimento prisional que lhes atribui um certificado pela frequência da formação, que lhes permite inclusivamente reconhecimento internacional, como diz Joaquim: “(...) trabalhar na Espanha, Alemanha ou na França é difícil trabalhar sem ter um diploma. Eu via isso, só que não tinha tempo de parar para ter diploma”.

Bruno refere não só o seu caso como o de um colega a quem a obtenção de um certificado ajudou a encontrar emprego:

Por exemplo, no meu caso dos estuques, lá nos Açores não há quem trabalhe nessa área. É uma mais-valia para mim chegar lá com um certificado porque tirei o curso. Muito mais fácil conseguir arranjar

trabalho (...) um colega meu que tirou um curso aqui saiu e foi logo, arranjou trabalho na mesma área. Era numa área que precisavam só que ele antes não tinha formação. Era carpinteiro de limpos.

Partindo do princípio que o bom comportamento, enquanto estão presos, os ajuda no cumprimento do seu percurso prisional, contribuindo assim para o rápido retorno à sociedade, assume particular importância a componente psicológica. Manter a cabeça ocupada para não cederem a tentações dentro da prisão pode ser uma questão muito importante. Na opinião de Hélder: “Se a gente tem sempre maneira de estar sempre ocupados, não pensa em fazer asneiras. Se uma pessoa não tem nada para fazer, em que é que vai pensar? Só pensa em coisas de mal, não pensa em coisas boas (...)”

Essas “coisas de mal” podem não só criar-lhes instabilidade como levá-los, em alguns casos, a terem agravamentos da sua pena, o que conduz a um mais tardio regresso à sociedade e a maiores dificuldades de reinserção.

A demonstrar a importância da componente psicológica está a opinião de Ulisses que nos diz que: “É muito importante, como é que eu hei-de dizer, ter oportunidade de sair ao ar livre, é muito importante pa essa pessoa poder voltar a reintegrar na sociedade, pa não voltar a cometer o mesmo erro.”

Mais drástica é a opinião de Yann que diz: “Sim. Porque então se não fosse assim, as pessoas que têm penas grandes, quando saiam daqui eram bichos. Porque isto aqui dentro é, é a lei da sobrevivência. Aqui dentro, não há hipótese, né, mesmo assim ainda temos sorte em ter estes cursos, estas formações, para a pessoa ir aprendendo qualquer coisa (...)”.

Referida por apenas um recluso foi a aquisição de hábitos de trabalho como contributo para a reinserção. Wilson dá o exemplo do seu irmão: “O meu irmão saiu há pouco tempo. Ele não trabalhou no que está a trabalhar agora mas ajudou-o em termos de horários”.

Existem também entrevistados (5) que consideram o trabalho na prisão não ajuda a arranjar emprego e conseqüentemente, não contribui para a reinserção de ex-reclusos. É uma opinião tão válida como qualquer outra pois reflete a realidade e as vivências destes homens. Na opinião de Isidro, Manuel, Orlando, Renato e Xavier, respetivamente:

Eu conheço alguns ex-reclusos no entanto muitas das vezes quando saem não conseguem adquirir emprego, trabalho na área de formação que tiraram cá dentro. Nenhum dos que eu conheço conseguiu. Acabaram por ir para a construção civil, para outros trabalhos, outros permaneceram na vida que levavam mas por acaso não conheço até nenhum que tenha aplicado.

Duma cadeia, sair e as portas estarem um dia à minha espera é muito difícil. Tá bem que é uma maior valia, um maior conhecimento, é uma aprendizagem que eu tenho dentro de mim, que levo daqui, já é um suporte maior, mas que isso na sociedade não, não é nada (...).

O problema de tudo isto é lá fora a sociedade dar oportunidade às pessoas que fizeram um curso aqui dentro porque às vezes só com o curso que fazemos aqui dentro, saímos lá fora e não temos oportunidades, aí é que às vezes complica mais (...).

Ajuda, tamém ajuda pa, com a ajuda de pessoal da segurança social né, porque isto que eles dizem é só uma fachada, uma pessoa sai daqui e já tem conhecidos que tiveram aqui, batalharam e a única solução que tiveram foi sair de Portugal (...).

Tens uns que ajudou, outros não, maioria dos reclusos que estão no estabelecimento prisional, 90% são reincidentes e tem umas portas que se abrem para alguns, para outros não e há aqueles que vão procurar um emprego, dizem não, fecha aquela porta, e isso desanima, perde assim a força de vontade. Acho que há alguns casos com sucesso mas também há outros que regressam ao estabelecimento prisional.

Há quem considere que a reinserção também depende da vontade do recluso, como Alexandre: "(...) isso depende, depende porque, depende da mentalidade da pessoa porque há aí pessoal que já querem sair e ser bandido novamente. Querem mudar de profissão mas é na atividade (...)".

Gonçalo defende que para alguns reclusos a falta de trabalho e alguma insegurança, aquando da saída da prisão, pode levá-los a não conseguirem reinserir-se:

Se um gajo não trabalha, quando sai lá fora, pronto, não tem assegurado nada, e eu não vou meter em mais nenhum problema para não voltar mais cá. Mas o outro que não tem segurança tem que meter outra vez e pode voltar cá. É importante trabalhar aqui para quando sai o dinheiro que tem ajuda a inserir na sociedade. Para mim, eu não vou voltar ao crime por não ter trabalho, mas para o outro não é assim.

Tiago também considera importante a atitude do próprio recluso pois diz que: "(...) há muitos na rua que dizem que não têm trabalho, não têm profissão, não têm não sei quê. Para mim eu acho que isso tudo é treta porque uma pessoa quando quer fazer alguma coisa vai à procura, porque há várias pessoas que agora querem ter um emprego, quer ganhar dinheiro, não querem trabalhar (...)".

4.3.2.3 Aceitação social do trabalho de ex-reclusos

Os reclusos entrevistados estão conscientes do estigma que existe, por parte da sociedade em geral, em relação ao trabalho de ex-reclusos. Doze dos entrevistados mencionaram esta questão, de diferentes formas, mas reforçando a dificuldade de reintegração na sociedade.

"É importante desmistificar, nos empresários, a estigmatização que está associada à reclusão. Existe a ideia de que um recluso é um mau trabalhador, um não cumpridor de regras, com falta de hábitos de trabalho, com falta ou com baixas qualificações profissionais e pessoais, sendo ainda visto como um possível reincidente."(Pereira *et al*, 2009)

Cristiano, Manuel e Renato, referem-se ao facto de considerarem que, enquanto ex-reclusos, ficam com um rótulo ou carimbo para sempre:

É um bocado complicado mas acho que sim, acho que o rótulo vai ficar, com certeza que o rótulo vai ficar (...)

Não, isso não acredito, porque na sociedade nós somos um mito da sociedade queimada. Preso uma vez, preso toda a vida (...). Esse rótulo está sempre, mesmo que (...) uma pessoa nunca desiste.

Para dizer a verdade eu acho que não, e temos de omitir (...). Já temos esse, esse carimbo já tá lá, mas eles não querem saber que o caso não foi assim (...).

Hélder e Isidro acham que a sociedade os olha como pessoas diferentes: “Há pessoas que ficam com um pé atrás, outro à frente. Quando temos cadastro, temos presos, nem todos olham da mesma maneira” e “a sociedade ainda encara os reclusos e mesmo os ex-reclusos como pessoas diferentes ... vamos ser sempre apontados como ex-reclusos e pelo nosso passado. É muito, muito difícil a reintegração”.

Um aspeto curioso ao longo das entrevistas é o facto de os entrevistados não se considerarem bandidos. Talvez por nenhum deles ter cometido crime de sangue, consideram que erraram mas que não são más pessoas com diz Nelo: “Ainda há muito aquele estigma de que um prisioneiro é um criminoso, e é um bandido, e é má pessoa e isso nem sempre acontece”.

Alguns reclusos pensam que os empregadores, por saberem que são ex-reclusos, os discriminam logo à partida, não lhes dando oportunidade de trabalhar. Orlando diz: “Aí há muita discriminação nessa parte, a pessoa que já foi presa e saiu, ir procurar trabalho em certos sítios é recusado (...). Fui muito sincero com eles, falei olha estive preso e sai, disseram não não (...)”.

Yann: “(...) só o facto de a pessoa dizer que foi recluso, é logo um motivo para ser excluído da sociedade (...)” e Wilson: “(...) há muita discriminação. Quando eu vou de precária, se sabem que eu sou recluso, eles no café e em vários estabelecimentos, eles não me aceitam”.

Outros, como Vasco e Xavier, falam em preconceito: “(...) acho que há muito preconceito sobre o que a pessoa fez (...)”, “há pessoas que levam muito a peito e isso não levam muito em consideração o que a pessoa esteve preso e o que fez mas há outras que levam muito para o preconceito e dizem esteve preso e não merece oportunidade. Eu acho que há mais pessoas negativas, que não aceitam”

Zeferino refere-se à formação tida na prisão como sendo difícil de comunicar aos empregadores: “Pode haver mais receio, nesse aspeto sim, acho que é só isso. E isso é muito mau porque na maior parte das vezes a pessoa depois vai querer trabalhar e se diz que é diplomado e que a diplomacia foi tirada dentro do estabelecimento prisional, então ainda pior.”

Temos assim, por parte dos empregadores, segundo os entrevistados, diferentes formas de transparecer o estigma em relação à reclusão e à aceitação do trabalho de ex-reclusos.

Alexandre, que já esteve com pulseira eletrónica, e já passou pela dificuldade de tentar arranjar emprego enquanto recluso diz que: “Em 10 meses que estive de pulseira não consegui trabalho (...)”.

A dificuldade de aceitação no mercado de ex-reclusos é reconhecida pelos entrevistados. “Metade desta gente que está cá dentro, ficam pouco tempo lá fora. Vêm logo cá para dentro”, diz Daniel. Joaquim é muito convicto na sua opinião em relação à dificuldade de aceitação de reclusos por parte dos empregadores:

Depende porque há uns que são, peço desculpa por dizer isto à senhora, há uns que são fascistas, mostram mesmo assim na forma. Não quer dizer que a pessoa que está preso não possa trabalhar com

os que estão lá fora. Não é um animal que está preso, é um humano que está aqui (...). Eu garanto que eu quando saio daqui eu trabalho, vou buscar trabalho, a primeira coisa que eu faço é arranjar trabalho, seja de serventaria ou quê (...).

Alguns dos entrevistados acham, no entanto, que pode haver reconhecimento, por parte dos empregadores, da pro-atividade dos reclusos ao frequentarem formação e/ou trabalharem, que podem por isso ser valorizados por terem demonstrado interesse e pro-atividade em vez de se “entregarem” à vida da prisão, o que pode melhorar a sua imagem enquanto potencial empregado. Como diz Bruno: “Se sairmos com formação eles olham pra gente como fizemos pela vida, fizemos para além de só estar na cadeia, tirámos cursos, aplicamo-nos.”

Eduardo: “Temos é que mostrar que apesar daquele tempo que estivemos aqui, mudámos ou vamos tentar mudar.” e Vasco: “(...) quando têm conhecimento da realidade que a gente tem aqui dentro até dizem até não é má pessoa, até é bom trabalhador (...)”.

Outros entrevistados acham que a sociedade pode estar disponível para lhes dar uma segunda oportunidade como Fernando a quem já deram trabalho sabendo que tinha estado preso: “Eu propriamente já me deram trabalho sabendo que eu já tinha estado preso e quiseram-me ajudar, já tive essa hipótese.”

Luís considera que arranjar emprego pode ser mais fácil se for num horário noturno, em que não estão tão expostos: “Tenho dúvidas, tenho algumas dúvidas, não vou estar a dizer que sim nem que não (...) arranjei trabalho, arranjei logo para pasteleiro (...) não reagiram mal mas sabe como é que é trabalho na noite (...)”.

Há quem seja mais otimista como Saúl que considera que: “(...) uma pessoa tem que lutar, não tem que ouvir muita conversa, tem que se concentrar e consegue”.

Ulisses diz que: “(...) a sociedade não olha pa ninguém lá fora como ex-recluso. Ela olha homens lá fora”.

Com o aumento da criminalidade e o crescente número de reclusos que se tem verificado nas prisões portuguesas, Paulino diz que a sociedade tem necessidade de se habituar em relação ao aumento dos ex-reclusos: “(...) têm que habituar com os ex-reclusos, a população normalmente 10%, 20% já passaram pelo estabelecimento prisional (...)”.

Vasco considera que há muito desconhecimento por parte da sociedade da população reclusa: “(...) acho que também há muito desconhecimento quando se fala na população reclusa (...)” e Kevin e Tiago dizem não ter opinião sobre a aceitação da sociedade: “(...) não sei porque não passei ainda pela experiência. “ e “(...) também não sei ... é a primeira vez ... não sei ... para mim eu acho ... que considera pessoas tudo igual, recluso ou ... eu acho tudo igual ... não discriminação (...)”.

4.3.3 Formação profissional no Estabelecimento Prisional de Sintra

4.3.3.1 *Aspetos Positivos da Formação Profissional*

A formação profissional, sendo um instrumento necessário para qualquer cidadão, revela-se particularmente importante para a reintegração do cidadão recluso. Esta deverá, no entanto, para além de proporcionar a aquisição de conhecimentos técnicos específicos que permitam ao indivíduo estar preparado para desenvolver determinada profissão, permitir aos indivíduos adquirir competências sociais e relacionais fundamentais para a plena reinserção no mercado de trabalho. Neste sentido, a formação assume-se como um processo complexo que envolve aprendizagens que permitem simultaneamente o desenvolvimento pessoal, social e profissional do cidadão recluso.

Segundo o código de execução de penas³⁹, “nos estabelecimentos prisionais são desenvolvidas ações de formação e aperfeiçoamento profissionais que, considerando as necessidades e aptidões do recluso, privilegiem a sua empregabilidade”. Estas ações de formação dão direito a um certificado de formação no qual não pode aparecer “a condição de recluso”, tornando-se assim num certificado que os reclusos podem utilizar quando estiverem em liberdade, sem identificar a sua situação.

Os entrevistados, quando questionados sobre a formação profissional existente no EP, em muitos casos confundem-na com trabalho. Provavelmente porque as ações de formação têm sempre uma componente prática muito forte. A maior parte deles vê a oferta de formação profissional nos estabelecimentos prisionais de forma positiva. No entanto, quatro dos entrevistados não identificaram nem aspetos positivos nem aspetos negativos.

Como aspeto positivo, a aprendizagem de novas competências foi o aspeto mais mencionado pelos entrevistados (7), mas a motivação, a ajuda no percurso prisional, as boas condições do EPSintra, as características dos formadores, a ajuda na reintegração quando saírem da prisão, a valorização pessoal e a ocupação do tempo foram outros aspetos referidos.

As palavras dos entrevistados traduzem de forma mais concreta os diferentes aspetos mencionados.

A aprendizagem de novas competências como nos dizem Bruno e Xavier pode ajudar a “desviar” das aprendizagens menos corretas que se fazem na prisão: “(...) acho espetacular, muito bom, uma grande ajuda. Saímos daqui a saber muito mais. Acaba por não ser, a prisão acaba por não ser uma escola de crime. Acaba por ser uma ocupação e uma aprendizagem de outras vertentes. Coisas que na rua nunca pensei vir a ter (...)” e “De positivo porque é bom, ajuda-nos, estou a falar por mim e pelos outros, ajuda-nos, é uma ocupação (...), é sempre bom, para ocupar e dar mais conhecimento. Este mundo muito fechado, não se aprende nada de mais, só se aprende bandidagem (...)”.

Para Isidro pode ser uma aprendizagem que lhe dará autonomia quando sair da prisão: “Se eu com esta oportunidade podia aprender, evito ter que subcontratar alguém, posso fazê-lo pela minha

³⁹ Lei n.º115/2009, de 15 de outubro, artigo 40.º

mão e posso sempre dar formação a um trabalhador ou a outro” e para Zeferino pode ser uma porta aberta para um emprego: “o que considero positivo é que uma pessoa fica com uma porta aberta ao trabalho, pode trabalhar a fazer uma coisa que gosta e a progredir nas coisas que já sabe (...). Tudo o que tem a ver com cursos tem a ver com coisas positivas”.

Paulino diz que pode ser uma forma de aprender uma profissão: “acho que, com esses cursos, muitas pessoas saem já com uma profissão que não tinham antes de entrar, isso já é bom, quem quiser aproveitar, aproveita sempre, acho que é bom”.

Bruno e Tiago falam-nos do aspeto motivador da formação profissional: “(...) acho espetacular, muito bom, uma grande ajuda. Saímos daqui a saber muito mais. Acaba por não ser, a prisão acaba por não ser uma escola de crime. Acaba por ser uma ocupação e uma aprendizagem de outras vertentes. Coisas que na rua nunca pensei vir a ter...” e “Para mim, tudo é positivo, porque há sempre alguma coisa para fazer ... tempo livre para ocupar ... se uma pessoa fica lá em baixo, sem fazer nada, é uma desgraça (...)”.

Cristiano enfatiza a ajuda no percurso prisional:

Eu considero positivo eles oferecerem os cursos para nós frequentarmos por aquilo que já tinha dito há bocado porque vai ajudar nos relatórios e vai ajudar nas nossas coisas aqui dentro, no nosso percurso aqui dentro acho que é essencial nós procurarmos ter uma ocupação e frequentarmos aquilo que pudermos e as ofertas que temos porque elas são poucas e quando aparecem temos que as agarrar.

As boas condições do Estabelecimento Prisional de Sintra para a formação profissional são referidas por Fernando: “Há bons cursos, há boas profissões. Se pudesse haver mais, melhor... Tem boas condições, tem vários cursos, pronto dentro das expectativas que há e das condições que existem no país.”

Joaquim menciona as características dos formadores: “O que considero positivo são as pessoas que passaram por nós, que nos formaram. Isto eu considero positivo, são boas pessoas e que sabem explicar (...)”.

A ajuda na reintegração quando saírem da prisão é referida por Kevin: “Oferta de curso é muito importante. Curso até pode ajudar até pode ajudar também a integrar. Conforme a situação está lá fora, a gente acompanha pela televisão, mesmo para quem tem um bocadinho de formação está difícil obter emprego, imagina para quem não tem, as dificuldades são muito maiores”.

Nelo fala-nos de valorização pessoal e de integração: “Oferta de curso é muito importante. Curso até pode ajudar até pode ajudar também a integrar. Conforme a situação está lá fora, a gente acompanha pela televisão, mesmo para quem tem um bocadinho de formação está difícil obter emprego, imagina para quem não tem, as dificuldades são muito maiores”.

A ocupação do tempo é referida por Wilson: “(...) de positivo é estarem ocupados os reclusos”.

4.3.3.2 Aspetos Negativos da Formação Profissional

Os entrevistados consideram que existem menos aspetos negativos quanto à formação profissional, do que positivos e cinco deles consideraram que não existem aspetos negativos. No entanto, os aspetos mencionados como negativos de alguma forma reforçam a importância da formação profissional em meio prisional uma vez que se prendem essencialmente com a curta duração das ações de formação (mencionada por 8 dos entrevistados) e a escassez de oferta (mencionada por 7 indivíduos).

Ao referirem a curta duração das ações, fazem-no no sentido de reafirmarem o seu gosto pela ação frequentada e o desejo de continuidade e de interiorização, como Bruno que nos diz: “Alguns cursos acho que devia ter uma duração maior para a gente praticar mais (...) Talvez mais o prolongamento de alguns cursos. Não todos mas alguns. Tipo o dos estuques e de cantaria se tivesse mais 2/3 meses era melhor para nós porque a gente quanto mais trabalha mais sabe fazer.”

Manuel reforça esta ideia ao dizer que: “Só o que eu acho que é negativo é os cursos serem a curto prazo. É muita matéria para uma pessoa interiorizar em tão pouco tempo.”

Renato menciona a necessidade de mais tempo para praticar: “(...) a única coisa que eu acho um bocadinho negativo é a duração, é curto. A duração deveria ser que... para mim, ter mais ainda a nível de prática, pronto que eu estou a achar que é um bocadinho curto (...)”

Vasco também menciona o facto de serem poucos e critica o processo de seleção:

De negativo é que são poucos (...). Há uma população de, agora acho que é de 800 pessoas, e quem está na A não tem tanto acesso como quem está na B, ou quem está no RAI e acho que as oportunidades deviam ser para todos (...), acho que devia haver uma seleção onde todos podiam concorrer e depois escolhia-se quem ia ou não ia. A seleção não é feita dessa maneira, sei que é feita de outra maneira (...), deviam ser muito mais longos (...).

Alexandre refere-se igualmente à forma como os reclusos são escolhidos, dizendo que:

Acho que há poucos cursos e há pouca informação lá em baixo. Este curso que vai começar agora ninguém soube, ninguém soube lá em baixo. Só agora é que afixaram há poucos dias que era porque não tinham pessoal suficiente. Eles andaram a escolher... Há poucos cursos e poucas áreas. Só há de eletricidade, há de agricultura. Há de florestal também. Há agora de estuques e cantaria.

Tiago critica a oferta existente e acha que a frequência de cursos pode ajudar reclusos sem habilitações: “(...) Eu acho que devia ter mais cursos para os reclusos. Para serem mais bem informados porque há vários que não têm habilitações nenhuma, não sabem estar na sociedade, não sabem fazer nada, com curso, acho que vai melhorar muito.”

A desigualdade de oportunidades de frequência das ações de formação e a forma como é realizada a seleção, tal como mencionou Vasco, é partilhada por Xavier e por Wilson, que nos dizem, respetivamente:

Negativo porque às vezes não tentam ajudar outros reclusos porque pensam que têm um currículo mau e eles deixam para o lado e eu acho que era bom puxar por essas pessoas porque essas pessoas então lá em baixo, eu já passei por essa fase, ficam numa revolta porque às vezes o sistema deixa-nos de lado

(...), mas às vezes há pessoas que merecem ser ajudadas. O sistema vê essas pessoas e diz esse provoca problemas, deixa estar para lá mas se calhar no fundo essa pessoa quer uma oportunidade mas não está a demonstrar.

e

De negativo é que eles tipo escolhem só alguns, estão ali mais de 700 pessoas que não fazem nada, escolhem só os escolhidos, os preferidos, não sei. Há ali muita gente que se porta bem e que é visto como se porta mal. A seleção é um ponto negativo que eu vejo, de resto é positivo.

A falta de diversidade de cursos e o facto de a formação atingir um pequeno número de reclusos foram questões mencionadas por Daniel e por Yann, respetivamente: “Eu acho que devia ter muito mais cursos. Bar, mesa, construção civil. Dar formação a essas pessoas para saberem como trabalhavam, como fazer essas coisas. O campo, limpeza. Isto é só para ter os gajos presos, não para aprender nada. A brigada tem 50 gajos e estão lá 800.”

e

Para os reclusos todos que somos, acho que tornam-se poucos porque só meia dúzia deles é que temos oportunidade de vir para o curso, uns por causa do comportamento, outros por isto, outros por aquilo mas também acho que há pouca oferta, poderia haver mais e outras modalidades, sem ser sempre jardinagem. Jardinagem, todos os anos há dois, três cursos de jardinagem. Mecânica, serralharia, carpinteiros eram outros cursos que poderiam existir, são cursos bons mas dão pouco tempo. Praticamente a pessoa aprende mas não consegue aprender as partes dos pormenores, coisas mais pequeninas (...).

Um outro tipo de escassez de oferta mencionada por Cristiano e por Isidro, foi a oferta de cursos de formação para quem já tem o 9.º ano. A maioria dos cursos existentes, principalmente os que têm como origem o Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça (CPJ) são cursos que no final conferem equivalência ao 9.º ano. Nas palavras de Cristiano: “Os cursos que estão aí, gostava de frequentar mas como já tenho o 9.º ano, estão a pôr-me entraves como o de operador agrícola, vai dar equivalência ao 9.º ano”. E nas de Isidro: “Também não há muitos cursos para pessoas na minha situação, já com um grau de escolaridade mais elevado. É mais para reclusos que tenham o 6.º ano ou o 9.º ano ou que tenham equivalência a esses anos. Logo que seja um curso que tenha equivalência ao 9.º ano, pode ser um curso que me interesse no entanto o estabelecimento prisional rejeita derivado à escolaridade que nós já temos”.

4.3.3.3 Contributo da formação profissional para a reinserção

A reinserção na sociedade, após a libertação, é uma das grandes preocupações dos reclusos. Encontrar um emprego à saída é, para eles, a forma de se reinserirem mais rapidamente pois permite-lhes auferirem um rendimento. Segundo as recomendações, a nível nacional ou regional, constantes do documento EQUAL Passaporte para a Liberdade – Soluções Inovadoras no Sistema Prisional (2008: 65):

2. Todos os reclusos devem ter a possibilidade de participar em programas de formação e de educação que reforcem a sua empregabilidade (...) 2.3 Deve desenvolver-se, em cooperação com os empregadores locais, sistemas flexíveis de formação na prisão, capazes de responder às necessidades do mercado de trabalho local.

Reforçando estas ideias está o facto de os reclusos, quando questionados em relação ao contributo da formação profissional para a reinserção, a possibilidade de arranjar emprego, ter sido o aspeto mais mencionado como resposta (por 13 deles).

Tiago, Yann, Paulino, Saul e Zeferino mencionam a possibilidade de arranjar emprego, respetivamente:

Porque uma pessoa se já tem experiência de várias coisas aqui dentro quando sai torna-se mais fácil pedir um emprego no ramo que a gente já tem esse conhecimento. Normalmente na rua eu não ia num sítio ... eu não sabia o que era cantaria ... não tinha noção disso mas quando sair daqui já tenho, posso dizer olha, já conheço esta área e preciso de trabalhar.

Acho que vai ser mais a questão do emprego porque não é bem uma profissão mas é mais alguma coisa que a pessoa aprende e sei que há poucas pessoas a fazer.

Sim, pode, vai-me ajudar muito. Tenho a certeza disso (...) para arranjar emprego, sim.

A arranjar emprego, se tenho profissão de pedreiro e tenho mais uma formação dessa, se não tenho pedreiro vou para cantaria.

Ajuda a arranjar emprego e tentando seguir o mesmo caminho, ou seja, frequentar o mesmo tipo de trabalho do que o curso que frequentou dentro da cadeia.

A especialização numa área facilita o emprego numa região em que este é escasso, como nos diz Bruno: “Sim, muito, muito porque tenho quase a certeza que arranjo trabalho nos Açores com fatura. Como eu disse é a mão-de-obra. Lá não há mão-de-obra e há muito trabalho no estuque.”

Consciente das dificuldades que existem atualmente na sociedade em relação à obtenção de um emprego, Eduardo refere: “Sim e muito. Para arranjar trabalho, principalmente para o trabalho. Da maneira que isto está aí e para um ex-recluso que saia de um estabelecimento e que não tenha feito vai ser muito mais difícil arranjar trabalho, agora saindo com um diploma e com um certificado, é sempre mais fácil.”

Depois da ajuda que a formação profissional lhes pode dar para conseguirem um emprego, a valorização pessoal e a aquisição de novas aprendizagens, foram os benefícios mais mencionados pelos entrevistados.

A valorização pessoal é importante para qualquer pessoa, torna-a mais forte, mais espontânea, mais capaz de acreditar que é possível lutar, acreditar, atingir novas metas, independentemente das suas lacunas. Todas as pessoas têm capacidades intrínsecas que podem ser potenciadas e no caso de quem está privado da sua liberdade torna-se muito importante acreditar que tem valor e que pode ser valorizado aquando da sua reinserção na sociedade.

Kevin acredita que se tornou num artista: “(...)Ajuda, de certeza que vai ajudar. Eu tinha um bocado de experiência nessa área, apesar de que não era muita como agora. Antes a gente fazia só

a reparação das paredes com gesso para poder pintar, lixar e pintar. Agora eu posso acreditar que sou artista mesmo. Aquilo que a gente aprendeu.”

Renato afirma que a frequência de formação profissional provocou nele algumas mudanças de atitude: “(...) Em termos de disciplinas do curso, tirando a parte prática, fez-me mudar muito, são sempre pouco tempo. Comecei a ser mais compreensível e começar a ver as coisas de outra maneira, por exemplo ao nível de...eu não aguentava muito tempo a tar à frente de uma entrevista (...)”

Vasco afirma com convicção a vontade de se afirmar como uma pessoa capaz:

Ajuda porque não é só dar um curso. A formação também tem a ver com a pessoa que está a dar a formação, e ter uma pessoa das ruas é diferente e quando saímos daqui temos alguma coisa. Há pessoas que estiveram muito tempo na vida do crime, nunca fizeram nada e se vão para a rua nada fazem, o que é que acontece? Voltam e se sair daqui com alguma coisa, com um diploma, com alguma experiência, com capacidade de trabalhar na rua e mostrar que sabe e que é capaz, acho que é uma mais-valia. A pessoa não se sente incapaz quando sair daqui.

E Ulisses acredita que a formação o ajuda a tornar-se “outra pessoa”: “(...) aquilo qu’eu tou adquirindo aqui já vou ser uma outra pessoa. E assim que eu sair lá fora tenho que procurar... Há pessoas que estão a ligar a isso. Isso vai-me ajudar muito, vai-me ajudar muito (...)”

Estes testemunhos são reveladores do efeito que a DGSP pretende que a formação profissional tenha sobre os reclusos pois tal como já foi mencionado anteriormente “visa fornecer aos reclusos instrumentos potenciadores de uma melhor reintegração socioprofissional, nomeadamente através da aquisição de competências técnicas, sociais e relacionais, tendo em vista o desempenho profissional qualificado e o desenvolvimento pessoal e social.”

A aquisição de novas aprendizagens foi uma questão valorizada por alguns reclusos como Joaquim que afirma: “Eu não entrei no curso para ganhar dinheiro. O que eu queria era aprender, não foi pelo dinheiro. E isso eu consegui (...) vai me ajudar sim. Vai-me ajudar muito.” Mas também aparece aliada à valorização pessoal como no caso de Cristiano que afirma ter aprendido “coisas novas” as quais nunca pensou “vir a aprender”.

É mais uma força, é mais um caminho que nós temos a seguir. Eu por exemplo se a minha área não tiver a ter saída, pois tenho oportunidade de me inserir como estucador, como restaurador de coisas antigas porque aprendi aqui no curso e valeu bem a pena ter aprendido. Acho que sim, que é importante termos essas oportunidades. Aprendi algumas coisas novas que não sabia nem nunca pensei vir a aprender e agora aqui é que vim a aprender.

Houve ainda entrevistados que consideraram como contributo para a reinserção o facto de obterem um certificado (3 reclusos), consideraram-no uma mais-valia, como Ulisses (21) que considera que “(...)se sair daqui com alguma coisa, com um diploma (...) acho que é uma mais-valia (...)”. Há também quem, como Alexandre, valoriza o facto de o certificado obtido não mencionar que foi obtido na prisão: “(...) temos o certificado que mostramos e não precisam de saber que foi na cadeia.” Para um ex-recluso, por vezes é mais fácil omitir que esteve preso para conseguir um emprego. Assim,

possuir um certificado que não mencione o local onde foi obtido pode revelar-se de extrema importância.

Um recluso, Nelo, mencionou a importância que a formação pode ter ao nível da responsabilização uma vez que “(...) esta coisa de cumprir horários, de responsabilidade, ajuda a pessoa que quando saia já vá com esse hábito inculcido.”

Dois reclusos mostraram-se descrentes na reinserção, Vasco e Xavier, dizendo respetivamente que: “Se calhar temos valor para estar naquele trabalho mas tem outros que vão ter preconceito (...)”, “Agora não sei é se pelo facto de eu ter sido recluso me vão dar emprego.” Consideram que a sua condição de ex-reclusos vai dificultar-lhes a sua reinserção na sociedade.

4.4 Perspetiva dos ex-reclusos

4.4.1 Sociografia e caracterização dos ex-reclusos

A análise sociográfica dos ex-reclusos baseia-se nos dados fornecidos pelos 6 homens entrevistados.

A população entrevistada, toda masculina, tem maioritariamente (4 ex-reclusos) idades compreendidas entre os 44 e os 56 anos, uma vez que temos o mesmo número de homens com idades entre os 40 e os 44 anos e entre os 45 e os 56, dois homens em cada faixa etária. De seguida, em igual número, encontram-se os grupos etários entre os 30 e os 34 anos e entre os 35 e os 39 anos, ambos com um homem em cada faixa etária.

Gráfico 6 - Idades dos ex-reclusos entrevistados

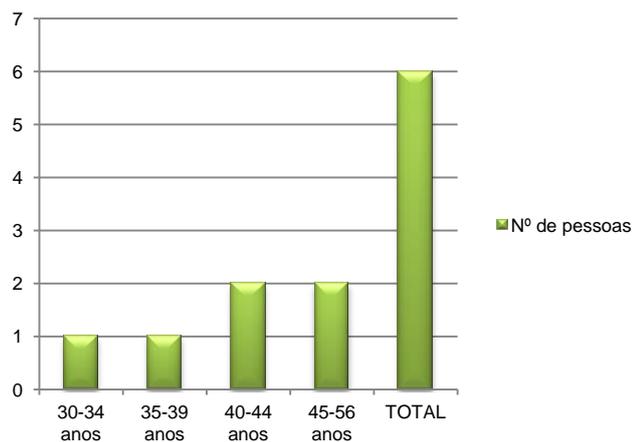
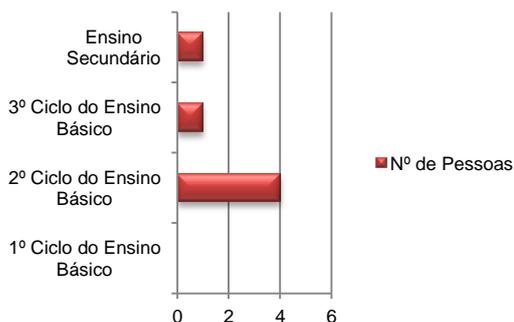


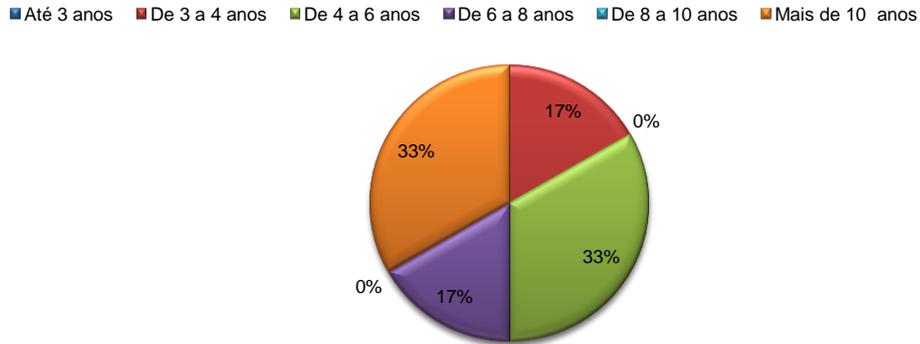
Gráfico 7 - Habilitações Literárias dos ex-reclusos entrevistados



Em termos de habilitações literárias, 4 dos entrevistados, possuem o 2.º ciclo do ensino básico, um dos ex-reclusos o 3.º ciclo do ensino básico e outro o ensino secundário. Nenhum dos entrevistados frequentou ensino superior.

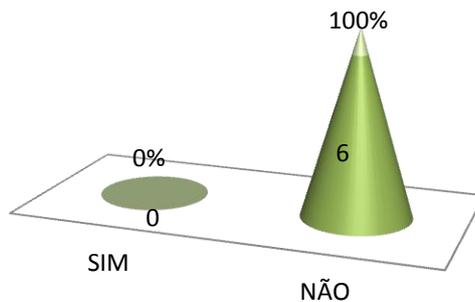
Relativamente às penas totais dos entrevistados, 33% tiveram penas no intervalo dos 4 aos 6 anos, bem como no intervalo mais de 10 anos, ou seja, dois ex-reclusos em cada intervalo. 17% tiveram penas entre os 3 e os 4 anos (um dos ex-reclusos) e em igual percentagem entre os 6 e os 8 anos (um ex-recluso).

Gráfico 8 - Penas totais dos ex-reclusos entrevistados



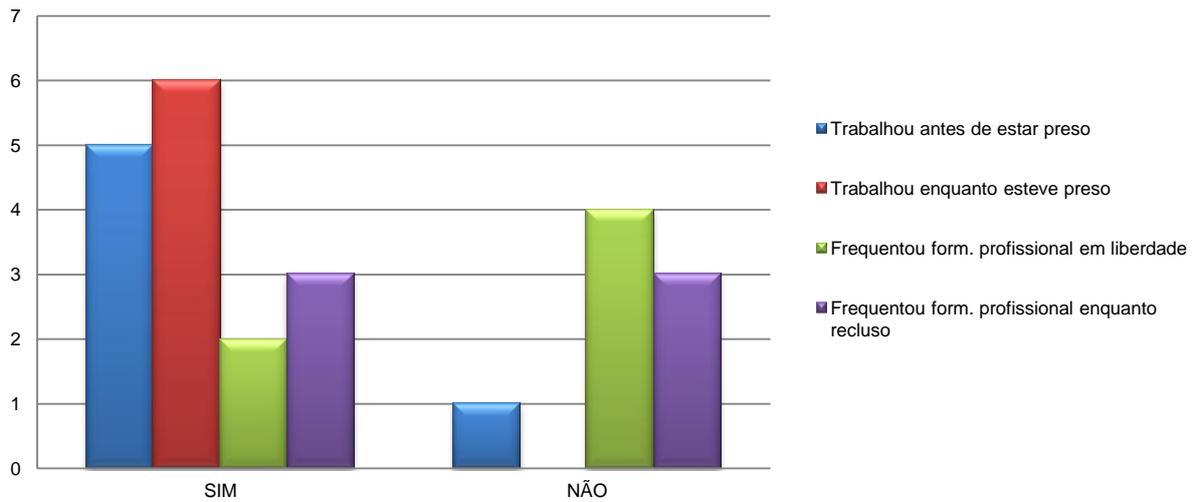
Foi também analisada a reincidência criminal entre os entrevistados, constatando-se que nenhum deles reincidiu, ou seja, os 6 entrevistados não voltaram a cometer crimes que os levassem de novo à prisão.

Gráfico 9 - Reincidência Criminal dos ex-reclusos entrevistados



Para uma melhor caracterização do grupo de entrevistados foi considerada importante a análise da situação face ao trabalho e à formação profissional, antes e depois de estarem presos, tendo em conta a natureza do estudo. Assim, da análise efetuada, conclui-se que apenas um dos entrevistados não trabalhou antes de estar preso. Enquanto reclusos, todos eles trabalharam.

Gráfico 10 - Situação face ao trabalho e à formação profissional dos ex-reclusos entrevistados



Em relação à frequência de formação profissional, apenas dois deles frequentaram formação profissional em liberdade, tendo metade dos inquiridos frequentado formação enquanto recluso, ou seja, 3 deles.

O percurso profissional dos ex-reclusos entrevistados, antes de estarem presos, tal como o dos reclusos entrevistados, em geral caracteriza-se pelo desempenho de trabalhos pouco qualificados.

Álvaro teve um percurso profissional algo incerto, passando por diferentes tipos de atividades:

Trabalhei nas limpezas (...), fui trabalhar para as feiras, fui trabalhar de feira em feira. Fiz as feiras do centro do país até ao Algarve (...) depois trabalhei na feira popular de Lisboa (...), andei a trabalhar nas obras, comecei a comprar e a vender carros (...). Consegui uma licença para trabalhar com pronto-socorro, com automóveis sinistrados ou avariados e fui exercendo a profissão de motorista (...), dediquei-me também um bocadinho à sucata, a comprar e vender algumas peças de automóveis usados e fui ficando ligado ao ramo automóvel de uma ou de outra maneira. Houve alturas em que comercializei carros, de forma particular e é o que ainda hoje vou fazendo.

César trabalhou “sempre distribuição e armazém, pacote e depois à volta de fazer recados e distribuir depois mais tarde quando tirei a carta, produtos alimentares no armazém.” e David trabalhou como alfaiate na Guiné e em Portugal como pedreiro, como a maior parte dos imigrantes africanos, que trabalham na construção civil.

Edmundo trabalhou como pescador e Flávio como mecânico de automóveis. Apenas um deles, Bernardo, não trabalhou antes de estar preso pois foi preso muito jovem, ainda adolescente, por problemas relacionados com droga.

Em relação ao trabalho enquanto estiveram presos, todos eles trabalharam, todos tendo em alguma altura sido faxinas, atividade que dizem não lhes trazer qualquer valor acrescentado quando regressam ao mundo livre. No entanto, três deles desempenharam funções qualificadas.

David diz que trabalhou “sempre, quase todo o tempo (...) na Noruega, trabalhei na alfaiataria (...) estive na carpintaria. Em Portugal, no EPL, estive no refeitório, depois fui transferido para Sintra (...) lavandaria, como alfaiate (...)”.

Edmundo, que antes de ser recluso era pescador, aprendeu outras profissões durante o tempo de reclusão nas quais trabalhou: “(...)Trabalhei em componentes elétricos, montagem de componentes elétricos, chefeei a secção. Depois (...) cerca de 7 anos e meio, electricista. No EPSintra trabalhei na serra, na Parques de Sintra.” Edmundo teve uma pena de 15 anos.

Flávio, que era mecânico de automóveis, manteve essa atividade durante os anos em que esteve preso, tendo sempre trabalhado, no Estabelecimento Prisional do Linhó (EPLinhó), enquanto esteve no Regime Fechado. Quando passou para o Regime Aberto ao Exterior, curiosamente saía de um EP para trabalhar noutro, o de Sintra, onde trabalhou na empresa Cândido. Como tinha uma pena de 14 anos, não podia ser transferido para o EPSintra e assim manteve-se no EPLinhó, trabalhando no EPSintra diariamente até atingir a sua liberdade.

Em relação à formação profissional, dois dos entrevistados frequentaram formação antes de serem reclusos e 3 deles frequentaram enquanto reclusos.

4.4.2 Trabalho nos Estabelecimentos Prisionais

4.4.2.1 Importância da existência de programas de empregabilidade e da ocupação laboral nos Estabelecimentos Prisionais

Os ex-reclusos, pessoas que já passaram pelo processo de reinserção na sociedade, conseguem ter uma visão mais concreta do que os reclusos sobre a importância da formação e do trabalho nos Estabelecimentos Prisionais, pois já “sentiram na pele” o peso de voltarem ao contato com a sociedade após o cumprimento de uma pena de prisão. Tendo por base a análise do Anexo I e do Anexo J, podemos concluir que todos os entrevistados consideraram importante a existência de trabalho e de formação profissional nos Estabelecimentos Prisionais. Cada um deles focando em especial algum aspeto, desde a ocupação do tempo, a aquisição de rotinas e de hábitos de cumprimento de horários, a questão financeira, aprender novas competências e, de alguma forma, sair do isolamento a que os remete a prisão.

“(...) o emprego traduz-se para os ex-reclusos em benefícios psicossociais e económicos, para que não constituam mais um encargo para a família e elevem os seus níveis de autoestima.” (Pereira *et al*, 2009). Pelo contato com os entrevistados percebeu-se que a questão financeira torna-se um imperativo de sobrevivência à saída da prisão e é fundamental para que não haja reincidência criminal, mas a componente psicossocial assume também uma enorme importância, uma vez que tem que haver uma readaptação a um ambiente social que após os anos de ausência se torna num ambiente novo para o ex-recluso.

Um dos entrevistados, Álvaro, dá-nos uma perspetiva interessante do trabalho enquanto fator orientador, integrador e formador pois, como refere, o trabalho na prisão para algumas pessoas pode

ajudá-las a deixarem de estar tão à margem assim como as pode ajudar no seu relacionamento com os diferentes atores dentro da prisão. Menciona também a escassez de trabalho dentro da prisão.

Sobretudo se a pessoa que está presa não tem vontade de lá voltar e tem vontade de sair o mais depressa possível, é imprescindível o trabalho. Só assim é que pode ter um maior apoio desde o chefe de ala até às assistentes sociais e é completamente diferente uma pessoa estar lá a pensar em trabalhar (...) há pessoas que têm tão pouca orientação na vida, há pessoas que só lá dentro é que conseguiram aprender a escrever ou a ler ou aprender a fazer qualquer coisa porque há pessoas que não tiveram a sorte de ter apoio de nenhum familiar e começaram a ser tão marginalizadas pela sociedade que nunca conseguiram fazer nada (...) o trabalho não chega para todas as pessoas, o trabalho lá dentro é escasso, não há estruturas para todas as pessoas poderem trabalhar e não há incentivo. Eu penso que era uma boa forma de a sociedade lidar com quem lá está e era uma muito melhor forma de as pessoas que lá estão compreenderem que têm outras opções na vida e poderem usá-las.

Bernardo salienta a importância do trabalho na aquisição de hábitos e de rotinas e como um indicador da decisão de “mudar de vida”:

Começando pelo hábito de acordar cedo, tomar o pequeno almoço, habituar o corpo a trabalhar, a uma rotina. Se não for assim como é que chegamos cá fora e encaramos o mundo? O que eu pensava era: se eu trabalho aqui por 20€ ou 30€ porque não trabalhar lá fora? Para mim isso foi fundamental (...) e por exemplo tive oportunidade de trabalhar no lenhador e adorei. Quando dava por ela já tinha passado o dia (...) muitas vezes o sistema oferece e eles não aproveitam. São os que se chamam os filhos da casa. Saem e voltam outra vez (...) não só pelo facto de provar que quero mudar de vida mas também porque ganhava qualquer coisa. O ordenado era pequenino mas era qualquer coisa. Na altura pensava que talvez um dia pudesse ter um ordenado melhor. Comecei por receber 15€, depois 19€ e cheguei ao máximo que foi 40€. Comecei na empresa Cândido, que era lá no Estabelecimento Prisional.

César relaciona a importância ou não de trabalhar, com o tamanho da pena de prisão. Considera que o trabalho é importante para quem tem penas longas mas pouco relevante para quem tem penas curtas:

Depende da maneira de pensar da pessoa e do tempo que tenha de pena. Se for uma pessoa que esteja lá pouco tempo e que a família o ajude, eu acho que não. Se for uma pessoa que não tenha ajuda da família e tenha que estar muito tempo, acho que sim. Quem está de passagem quer é passar o tempo depressa e entreter-se sem ter horários e obrigações, dar justificações, quem não queira fazer daquilo vida e queira sair dali o mais depressa possível. Quem está muitos anos é que já é diferente. Também não consigo responder porque tive uma pena pequenina.

Defende ainda a ocupação do tempo, a aprendizagem de novos saberes e, tal como Álvaro, menciona o relacionamento com os funcionários da prisão. No entanto acha que os reclusos trabalham essencialmente para ocupar o tempo e, a maioria, pela questão financeira, “para se poderem mexer lá dentro”.

Sim, sim, na minha opinião eu acho que sim porque a pessoa mantém-se ocupada e acima de tudo aprende alguma coisa lá dentro e é afastado um bocado do meio de estar a conviver com as outras pessoas. É uma mais-valia para a pessoa encurtar o seu tempo lá dentro e estar ocupado, e as pessoas começam a ter um bocado de confiança e serem respeitados. Quem trabalha é visto de outra forma, e está mais tempo aberto. Tomamos banho 3 ou 4 em vez de ser aquela gente toda, podíamos circular à

vontade (...) muito honestamente, acho que a maior parte era só para passar o tempo e para ganhar algum para se poderem mexer lá dentro. Muitos não tinham visitas e as visitas é que dão dinheiro, dão tabaco, dão comer e muita gente não tinha. Não era o meu caso nessa altura mas muita gente trabalhava por necessidade, para se poderem mexer melhor lá dentro. Há outras pessoas que não mas a maior parte acho que era por causa disso (...) eu nunca tive conhecimento que as pessoas se interessassem. Isso já vai de cada um mas eu achava que alguns tiravam partido disso. Dava para aprender alguma coisa, isso dava. Por exemplo uma pessoa que ia para a serralharia ou para a cozinha, aprendia.

David, refere o “peso” psicológico que estar na prisão acarreta. Refere o sofrimento e o isolamento de quem não trabalha:

Ocupação é bom demais para ocupar o recluso porque se um recluso não tem ocupação fica só a pensar na liberdade, dá mais descanso. Cria mais problema psicológico mas se uma pessoa já tem ocupação ou está na escola ou num trabalho, o tempo passa e você não sente aquela dor psicológica da cadeia. Com ocupação ajuda muito aos reclusos (...) eu já vi os meus colegas que não têm trabalho, não têm ocupação, são as pessoas que sofrem mais na cadeia do que os que estão a trabalhar. Ficam isolados, quase uma pessoa incomunicável. Têm vida mais dura. Quando tem ocupação, sente mais alívio, fica mais aliviado.

Para Edmundo, o trabalho pode ter uma componente pedagógica. Pode funcionar “(...) como uma cura para o ócio(...)”. Menciona também o facto de nas prisões a possibilidade de trabalho só chegar a uma pequena minoria de reclusos e o benefício que trás aos reclusos em termos psicológicos:

Para além do matar do tempo, o trabalho funciona como matar do tempo. É pedagógico, faz bem. Trabalhar não vejo o que é que tem de mal, acho que toda a gente devia trabalhar (...). Em Vale de Judeus estávamos 500 e qualquer coisa homens, creio que eramos 500 e qualquer coisa e se trabalhávamos cerca de 50, ou 60, não me lembro de ver muito mais gente a trabalhar. O resto era tudo parado (...). Eu já disse que era pedagógico, faz bem, faz muito bem mentalmente porque a vida da cadeia é ansiosa como toda a gente o sabe. É muito parada, muito morta e o corpo vai render, vai cedendo a essa ociosidade. É natural que o trabalho funcione como uma cura para o ócio. E não só, mentalmente ajuda muito. A capacidade de raciocínio nas cadeias vai-se perdendo, com o passar do tempo, são muitas horas fechados. É bom para tudo, o trabalho (...), por outro lado também é bom porque não deixa que as pessoas pensem noutras situações. Pensam mais no trabalho, naquilo que têm que fazer amanhã e a cabeça vai afastando porque é fácil numa cadeia haver sentimentos de revolta, sentimentos de vingança, isso é facilímo de acontecer, acontece em 95% dos casos. O pensar como é um pensar parado, ocioso, o que é que acontece? nunca é um pensar como devia ser, é sempre um bocadinho mais ao lado e por maus caminhos. É bom que as pessoas trabalhem porque evitam muito essa situação (...)

Edmundo reforça a ideia de que todos os reclusos deveriam trabalhar:

Todas as pessoas que vão para a cadeia deviam trabalhar, todos aqueles que querem evidentemente porque lá ninguém é obrigado a trabalhar (...) tudo o que é trabalho dentro da cadeia só ajuda a formar a pessoa, não só fisicamente porque o físico também se acaba dentro das cadeias. Tem que fazer qualquer coisa para se ir mantendo. Não só fisicamente como dá moral, ajuda na questão da moral, ajuda e muito. Ensina-nos o civismo, também nos ensina isso. Eu só dentro da cadeia é que aprendi o velho adágio que

já não é bem adágio, é um pensamento qualquer de alguém que se lembrou que a minha liberdade acaba quando começa a do vizinho. E eu aprendi isso lá dentro.

Flávio é mais um dos ex-reclusos que menciona a ocupação do tempo e a possibilidade de ter uma ajuda financeira. Tal como Edmundo, também considera que o trabalho deveria ser obrigatório nas prisões e que pode ser estruturante para os reclusos:

Acho sempre que sim e quanto mais melhor. Assim as pessoas estão mais ocupadas. Passam melhor o tempo lá dentro, infelizmente. Mas havendo trabalho, sentem-se melhor, estão mais distraídos, é diferente (...), é para ocupar o tempo, só. É para a gente passar da melhor maneira. Para quem não souber, pode ser que aprenda mas não era o meu caso porque já era a minha arte, portanto eu era chefe de oficina (...). É para aprender e para ganhar dinheiro também. Toda a gente precisa mas há alguns que não têm apoio de ninguém e sempre ganhavam algum, para o tabaquito como se costuma dizer (...). Devia ser mesmo obrigatório trabalhar dentro dos estabelecimentos porque muitos entram lá para dentro e se vão para lá e não têm vontade, saem de lá sem vontade. Devia ser obrigatório trabalhar, não é, só trabalha quem quer. É importante para tudo, para se aprender uma profissão, para se ter vontade, para incentivar as pessoas a trabalhar porque se as pessoas vão para lá e não têm nada que as puxe voltam à vida do crime. Se não houver incentivo, voltam à vida do crime. Eu acho que devia ser obrigatório mesmo.

Da análise dos testemunhos dos ex-reclusos, podemos assim concluir que todos consideram importante o trabalho durante a privação de liberdade, não só pela ocupação do tempo, como também como uma atividade estruturante e que contribui para a sua reinserção social.

4.4.2.2 Contributo da ocupação laboral e da formação profissional para a reinserção

Os ex-reclusos, como o nome indica, são pessoas que já passaram por uma situação de reclusão. Pessoas que cometeram um delito, uma ilegalidade e que por isso cumpriram uma pena de prisão. Na atual conjuntura em que se encontra o nosso país, com elevadas taxas de desemprego e elevados problemas económicos, encontrar um emprego torna-se difícil para qualquer pessoa. Para quem sai de uma prisão, com o peso de ter tido uma condenação criminal, conseguir um emprego torna-se ainda mais difícil.

Se à saída da prisão forem acolhidos por uma instituição que tenha na sua missão o acolhimento de ex-reclusos e o seu encaminhamento para o mercado de trabalho pode ser uma ajuda preciosa nessa fase das suas vidas. César menciona este aspeto, e refere a sua situação que passou pelo ingresso numa associação de apoio a toxicodependentes que acabou por se tornar na sua entidade empregadora, onde ainda se mantém, dada a sua dedicação ao trabalho:

Agora já há instituições e associações que já têm contratos com entidades empregadoras para ex-reclusos que dão uma mão para a pessoa se inserir na sociedade e uma oportunidade à pessoa. Naquela altura não me apercebi muito bem que houvesse, já lá vão 7 anos. Era capaz de haver mas não estava tão divulgado como agora. Agora falam mais à vontade, no meu ponto de vista, naquela altura não.

Tem que ser trabalhado por terceiros e empregadores que estejam dispostos a dar uma oportunidade. No caso da associação, por exemplo, existe a comunidade terapêutica. Acabei lá há 3 anos o tratamento e surgiu a oportunidade de uma pessoa se reformar e como eu já conhecia armazém, fiquei lá a trabalhar.

Fiz lá nove meses de estágio e estou lá a trabalhar há dois anos. Foi por demonstrar os meus valores, a minha capacidade e a minha maneira de orientar as coisas, tornei-me responsável do armazém. Tenho um armazém que ainda vai ser maior e estou lá a tomar conta daquilo, têm confiança em mim, organizo o meu trabalho, vou buscar as coisas, faço a receção de material, giro stocks, estou como peixe na água. Se não for assim é um bocado difícil porque as comunidades que não tinham isto, as pessoas fazem o tratamento e a pessoa tinha que procurar trabalho e ir para a casa dos pais ou, depende da própria vontade. Afastava-se ou continuava e eu procurei uma comunidade que tivesse esta ajuda.

Bernardo, um ex-recluso que desde que saiu da prisão ainda nunca conseguiu ter um emprego estável e duradouro, menciona que uma das experiências laborais que teve na prisão já o ajudou a desempenhar essa mesma função em liberdade. Refere ainda a utilidade dos hábitos de trabalho que adquiriu com o trabalho em meio prisional:

Sim, no meu caso ajudou. A primeira experiência que tive foi na cozinha e cá fora já trabalhei nessa área. Acho que o fundamental é aprender a ter hábitos de trabalho. Eu nunca tinha trabalhado e lá aprendi. Fiz várias coisas de que gostava como tapetes de arraiolos. Coisas que não vou fazer cá fora (...), ajudou-me principalmente a aprender a cumprir regras porque eu nunca tinha trabalhado e lá tive que aprender como se faz e o que se tem que cumprir (...).

Refere ainda a situação que ocorreu com um amigo que esteve na prisão e em que a experiência adquirida com o trabalho na prisão, o ajudou a reinserir-se na sociedade:

Tive um amigo meu que trabalhou no bar dos guardas, era o Ricardo. A mãe dele trabalhava num laboratório e quando ele saiu a mãe abriu-lhe uma pastelaria porque ele já sabia trabalhar na área. Foi a mãe que lhe arranjou emprego mas foi porque ele aprendeu enquanto esteve preso porque se não ela não lhe arranjava. Para ele já foi bom ter trabalhado.

David, que se encontrava em liberdade condicional aquando da entrevista, de uma forma otimista refere o facto de ao sair da prisão com um certificado de formação profissional conseguir mais facilmente integrar-se na sociedade. Reforça ainda a importância da aprendizagem de uma profissão:

Pode, ajuda, ajuda muito. Imagina agora eu, que apesar de estar em liberdade condicional, não sinto dificuldade de integração na sociedade. Eu por mim acho que é mais fácil. Acho que para qualquer recluso é igual (...) dos colegas que eu conheço, que estão em liberdade, a maioria deles não frequentou nenhum curso. Só trabalharam no campo da agricultura ou como pedreiro ou servente e isso não ajudou nenhum deles. Praticamente não conheço nenhum ex-recluso que saiu com uma profissão como no meu caso. Não conheço ninguém. Mas acho que se há pessoas que saíram com curso, eu acho que vai-lhe ajudar muito.

Segundo Ross e Richards (2009:76-77), "If you have prison vocational or education courses or certificates, mentioned them here, especially if they are relevant to the job. For example, if you are applying for a job in a restaurant, and you worked a couple of years in the prison cafeteria, put it down." Estes autores, um deles Professor de Justiça Criminal na Universidade de Wisconsin-Oshkosh mas também ex-recluso, condenado a uma pena de 9 anos por tráfico de droga⁴⁰, reforçam a ideia de mencionar as experiências tidas na prisão tanto de trabalho como de formação e acrescentam "When

⁴⁰ Cumpriu pena em 9 prisões federais. É autor de 5 livros.

you get to the question that asks, Have you ever been arrested for or convicted felony? write: yes.” Defendem que para além de não ser correto mentir aquando do preenchimento de um formulário para um emprego o ex-recluso terá dificuldade em justificar os anos que esteve sem trabalhar. Consideram que o melhor é dizer a verdade e referir as experiências significativas que tiveram na prisão que os possam ajudar com o seu novo emprego.

Edmundo, um senhor que trabalhou quase 3 anos na empresa Parques de Sintra Monte da Lua, enquanto esteve preso em regime aberto ao exterior, tendo-se mantido na empresa após o regresso à liberdade, refere a importância da prática adquirida com o trabalho prisional: “Sim, colocação num trabalho. Uma pessoa vem formada e além da formação traz a prática, com certeza que não faz só a formação, mais tarde vai fazer a prática e muitos fizeram essa prática, portanto logo há mais portas abertas para o trabalho, virado para o trabalho”

Flávio, que conseguiu começar a trabalhar 3 dias depois de sair da prisão, através de um contacto que tinha com um empregador fora da prisão, quando questionado sobre o contributo do exercício de uma profissão enquanto reclusos para uma melhor reinserção quando saem do EP, diz-nos o seguinte:

Sim, se a gente tiver vontade é muito mais fácil começar a trabalhar. Eu quando sai de lá comecei logo a trabalhar, só estive 3 dias. Não tive ajudas de ninguém. Eu quando estava no RAVE procurei logo preparar-me a mim mesmo para quando saísse começar logo a trabalhar por isso só tive 3 dias, foi só para descansar mesmo porque já estavam à espera de mim. Eu gosto de trabalhar, a gente necessita de trabalhar, quem precisa tem que trabalhar. Portanto eu quando sai quis fazer uma vida e preparei-me logo para quando saísse ter trabalho garantido e tive.

Considera ainda que a reinserção depende muito do próprio recluso e da atitude que tem perante a vida pois, como refere: “Teve influência trabalhar na prisão mas depende se têm vontade. Quem tem vontade sim, quem não tem... muitos não ligam, estão atidos aos outros.”

A reinserção na sociedade, após o cumprimento de uma pena de prisão, para Álvaro, está facilitada para quem trabalha enquanto está preso pelo ganho obtido com a aquisição de hábitos de trabalho e pelo afastamento das “más influências”.

Mais uma vez eu acho que é importante porque ali é difícil ter alguma coisa para fazer e como não há muitas opções, quem for inteligente e optar por trabalhar, ganha outros hábitos e ganha outra convivência e aqueles que não conseguem fugir das más influências têm ali uma oportunidade única (...). As pessoas têm que ganhar outras companhias. Só assim é que o podem fazer. Felizmente nas prisões não há álcool, não é permitido o álcool e não é tolerado, o que é engraçado é que lá não há álcool, infelizmente há droga porque dá muito mais dinheiro. Lá dentro consegue-se ser mais inventivo e criativo do que cá fora porque as pessoas têm imenso tempo para concretizarem as situações.

4.4.2.3 Reinserção na sociedade dos ex-reclusos entrevistados

Após uma análise da situação de cada um dos reclusos entrevistados em relação à sua situação face ao emprego atualmente (ver anexo R), concluímos que dos 6 entrevistados, apenas dois deles se encontram numa situação precária. Um deles porque trabalha ocasionalmente com um

reboque e outro que está de momento desempregado. Os restantes têm as suas vidas estabilizadas em termos de emprego.

Edmundo ficou a trabalhar na empresa Parques de Sintra Monte da Lua, empresa na qual trabalhou enquanto recluso em regime aberto, César e Flávio conseguiram trabalho através das instituições que os acolheram depois da saída da prisão e David conseguiu emprego nas obras, através de amigos, ainda em liberdade condicional.

César e Flávio iniciaram o seu percurso, após a saída em liberdade, em instituições de acolhimento a ex-reclusos. Estas instituições assumem um papel importantíssimo pois algumas têm contactos com empregadores que contratam ex-reclusos. César foi acolhido por uma associação de apoio a toxicodependentes e Flávio por uma cooperativa de reinserção social:

No caso da associação, por exemplo, existe a comunidade terapêutica. Acabei lá há 3 anos o tratamento e surgiu a oportunidade de uma pessoa se reformar e como eu já conhecia o armazém, fiquei lá a trabalhar. Fiz lá nove meses de estágio e estou lá a trabalhar há dois anos.

Fui para uma cooperativa de reinserção social, já estava garantida mas prontos. E muitos foram para lá (...) Muitos porque precisavam e foram trabalhar e mesmo quem estava de condicional, eles estão sempre em cima. Se estiver de condicional e não tiver trabalho é um bocadinho mau, não ajuda e isso é uma das coisas que eles estão sempre em cima, os juízes. Eu tive uma condicional de 5 anos. Do Linho fui o único, fui o primeiro e o único. Fui um dos beneficiários mas também lutei para isso e nunca tive problemas, tive sempre cuidado para não ter problemas. Graças a Deus já passou mas eu tive o máximo.

No seu processo de retorno à sociedade por vezes a maior dificuldade perante um empregador é a justificação do tempo que estiveram sem trabalhar, tentando não referir a verdadeira razão para o seu desemprego. César referiu que nunca dizia que tinha estado preso:

Não, nunca porque isso fechavam-se logo as portas. Dizia que não estava a trabalhar há muito tempo. Tinham-me acabado o contrato, aquelas mentirinhas básicas, tinha-me acabado o contrato, não me renovaram o contrato e agora andava à procura de trabalho. Se dizemos a verdade as pessoas começam logo a olhar de outra maneira e fecham-se muitas portas.

Fala-nos do papel essencial que é desempenhado pela família mas também das dificuldades de relacionamento que podem existir:

É um bocado complicado, se não for a família a ajudar e mesmo assim não ajuda para sempre. A pessoa tem que procurar trabalho e desenrascar-se por ela própria. Alugar um espaço para ela e fazer a vida dela se não está sempre a levar com aquelas situações do passado, coisas do passado. Chega a uma certa altura e a pessoa já não está para ouvir isso. Hoje tenho uma relação boa, mas ao princípio é um bocado complicado mas temos que demonstrar e lutar pelas coisas e ao fim de um par de anos é que as coisas estabilizam e mesmo assim ainda fica sempre aquela duvidzinha.

Em oposição a César, a reinserção na sociedade de Edmundo não se fez no seio da família. Sendo de Setúbal, acabou por se fixar em Sintra, vila a que já se tinha habituado durante os quase três anos que trabalhou na empresa Parques de Sintra – Monte da Lua:

Eu sou de Setúbal, mudei tudo, tudo tudo, a minha vida, agora moro aqui em Sintra e não quero sair daqui. Não estou bem estabelecido, moro em quarto alugado, sempre o mesmo, não gosto de mudar mas

tenciono ter mesmo uma casita aqui (...) Eu já estava praticamente adaptado, não conhecia bem a Vila de Sintra, porque só passava aqui às vezes quando ia de precária porque vinha aqui apanhar o comboio. Aliás os 2 primeiros meses que aqui me fixei, andei aí uns dias que não sabia o caminho para casa. Tinha que andar a perguntar mas as pessoas aqui são muito simpáticas. São muito fechados mas são simpáticos, quando abrem a boca são simpáticos, levam é algum tempo. Eu também sou uma pessoa sociável, não me quero autoelogiar mas sou sociável.

Para Flávio, que saiu com 5 anos de liberdade condicional, segundo o próprio terá sido o primeiro recluso a sair com tanto tempo de liberdade condicional: “Linhó fui o único, fui o primeiro e o único. Fui um dos beneficiários mas também lutei para isso e nunca tive problemas, tive sempre cuidado para não ter problemas. Graças a Deus já passou mas eu tive o máximo.”, o trabalho era um imperativo para a manutenção da sua situação de liberdade condicional: “quem estava de condicional, eles estão sempre em cima. Se estiver de condicional e não tiver trabalho é um bocadinho mau, não ajuda e isso é uma das coisas que eles estão sempre em cima, os juízes.”

David, aquando da entrevista, tinha saído recentemente da prisão, estava em liberdade condicional e a trabalhar numa obra como pedreiro. Conseguiu o emprego através de um amigo que trabalhava na mesma obra.

4.4.2.4 Aceitação social do trabalho de ex-reclusos

É consensual entre os ex-reclusos a dificuldade de aceitação de ex-reclusos por parte dos empregadores. Consideram que nem todos estão preparados e recetivos a receber pessoas provenientes da prisão. Alguns deles consideram que o melhor é não mencionarem o facto sob pena de serem preteridos, principalmente se já tiverem várias condenações. É esta a opinião de Álvaro:

Não é fácil para uma pessoa que já teve muitas condenações dizer que teve condenações e ser admitido no mundo liberal. Se tiver só uma condenação e tráz boas referências de lá, dirigidas a um empregador que eventualmente tenha disponibilidade para aceitar ex-reclusos isso pode funcionar mas acho que é pouco provável e dizer que é ex-recluso é um risco que eu se puder evitar de correr não corria.

Bernardo partilha do mesmo sentimento:

Acho que não é fácil. Se dizemos que estivemos presos, já não nos escolhem porque têm medo que alguma coisa corra mal. O melhor é não dizer nada para conseguir o emprego e depois, quando já conhecemos as pessoas é que lhes podemos dizer o que nos aconteceu se acharmos que eles vão entender e normalmente entendem e aceitam-nos mas se na primeira vez dissermos, já não nos querem.

Apesar da perceção destes ex-reclusos relativamente à opinião que os empregadores possam ter sobre eles, segundo o Produto EQUAL Entidades Empregadoras e a Inclusão - Uma experiência (2007,45):

Muitos destes empresários/as, que já tiveram experiência de trabalho com (ex)reclusos/as, mostram-se satisfeitos com o seu desempenho e acreditam mesmo que o estigma da prisão se combate abrindo portas, dando oportunidades a esta população (...) os/as empresários/as, especialmente das PME, são bastante recetivos e alguns aceitaram os candidatos de “braços abertos” nas suas empresas, constatando que estão a juntar à sua equipa de trabalho elementos motivados, ao mesmo tempo que

proporcionavam a esses indivíduos uma oportunidade única de não reincidência criminal, ou seja, estes/as empresários/as têm consciência dos ganhos em integrar estes indivíduos e ao mesmo tempo do seu papel social na sociedade civil.

É possível, assim, com algum trabalho de sensibilização desenvolvido junto dos empresários, envolvê-los no processo de reinserção social de ex-reclusos, obtendo resultados muito positivos. Esse trabalho com os empresários deve decorrer em paralelo ao trabalho desenvolvido junto dos reclusos ao nível do desenvolvimento das suas competências pessoais, sociais e profissionais. O desenvolvimento de competências profissionais deve ter em conta as necessidades do mercado que irá acolher esses reclusos, fomentando a aprendizagens de profissões que tenham procura no mercado.

As instituições de acolhimento de ex-reclusos têm vindo a assumir um papel cada vez mais importante como nos refere César e podem servir de ponte entre a saída da prisão e a obtenção de um emprego: “(...) Agora já há instituições e associações que já têm contratos com entidades empregadoras para ex-reclusos que dão uma mão para a pessoa se inserir na sociedade e uma oportunidade à pessoa.”

Dos reclusos entrevistados, Flávio que foi dos que mais facilidade teve na sua inserção laboral pois começou a trabalhar três dias depois de sair da prisão diz-nos: “Eu não tive esse problema e mesmo ainda hoje, eu não tive esse problema e não tenho. Já passou, qualquer pessoa está sujeita mas muitas das pessoas olham para as pessoas de lado.”

4.4.3 Formação Profissional nos Estabelecimentos Prisionais

A opinião geral dos ex-reclusos sobre a formação profissional é positiva, mesmo dos que nunca frequentaram formação durante o seu período de reclusão, como César que nos diz:

Era uma maneira que eles tinham de sair do meio, de estarem mais tempo abertos, não sei se eram remunerados ou não, isso já não me recordo mas era uma maneira de saírem daquele meio, de conviverem com outras pessoas, não estarem naquele ambiente tão pesado. Dava para respirar mais um bocado, vinham com os guardas, vinham fumar um cigarrinho cá fora, já se via bem, já não eram aqueles muros altos, eram muros médios, já viam melhor as coisas.

César realça também a importância da aquisição de competências pessoais por via da formação:

Ajuda a pessoa a nível pessoal, a ganhar competências e autoestima, autoconfiança, ir para a frente, não sempre mas em certos momentos eu acho que sim, quando as pessoas se sentem mais em baixo e pode agarrar aquelas coisas positivas que teve na vida e que passou e conseguiu eu acho que sim e podem levantar a cabeça e seguir para a frente.

Flávio considera “(...) tudo positivo. Tudo o que seja para benefício do recluso é sempre bom. Antes de eu me vir embora, três anos antes, teve bastante serviço, mesmo para carpintaria, para mecânico, para os filtros também, serralharia também deram curso lá, umas coisinhas mais ou menos.” Realça também o papel proactivo do diretor do Estabelecimento: “O diretor que lá estava era

bom para essas coisas, andava sempre à procura.” Menciona ainda que muitos reclusos frequentavam a formação para ocupar o tempo e para receberem a bolsa de formação: “Iam para ocupar o tempo e também pela bolsa e ainda se passassem em tudo ao fim têm um valor. Muitos iam pelo resto, não pela formação.”

David considera que a “oferta é muitíssimo boa. Uma pessoa que está presa ter a oportunidade (...)” e Álvaro diz que “Havia um ou outro curso, os que tinham a ver com informática, que eram poucos e esses sim, valorizavam as pessoas.”

Alguns dos ex-reclusos apontaram aspetos negativos, como Álvaro, que disse que “havia lá alguns cursos que dependiam muito do trabalho manual e que eram pura exploração.” Acrescentou ainda em relação ao trabalho que “havia lá outros, não cursos mas ocupações laborais que são para fazer trabalhos muito mecânicos, que incorporam muita mão-de-obra e aquilo acaba por ser exploração que só beneficiam os empregadores.”

Bernardo refere a existência de “pouca oferta” de formação profissional. Diz que “a escola é que era fundamental. Só não ia para lá quem não queria”. Esta ideia de pouca oferta é também mencionada por Edmundo que diz que “A oferta nunca é muita porque na cadeia quem vai aos cursos são pessoas que ou estão muito carenciadas e têm determinada dificuldade de raciocínio e não sei quantos. Um ou dois desses vai fazer o curso mas se houver lá 100, 98 ficam sossegados lá na casinha deles. O mesmo acontece com outras pessoas”

A ajuda que a formação profissional lhes pode dar no processo de reinserção, depende muito do tipo de formação que possam ter tido pois, por exemplo, Bernardo que frequentou uma formação sobre tapetes de Arraiolos, diz que “Só frequentei os arraiolos e isso não me ajudou cá fora.” David, que frequentou uma ação de formação profissional com uma componente prática, tem uma opinião distinta:

Se eu não tivesse frequentado este curso, estava na estaca zero. Frequentar este curso vai-me ajudar mais. Eu já tenho uma formação base e tenho um pouco de experiência, nalguns trabalhos e o que eu vou encontrar vai ser diferente do que eu aprendi mas tenho mais conhecimento. Qualquer formação é importante. Há muitos anúncios para fazer cursos de eletricidade e de agricultura. Mas estuques é diferente, faz parte da minha área, é construção. Eu sou pedreiro e gostaria de continuar nesta área. Sinto muito orgulho com este curso e por ajudarem os homens que estão na cadeia. É válido em qualquer parte do mundo. Eu sou pedreiro mas não tenho certificado, eu sou costureiro mas não tenho certificado mas agora eu tenho um certificado.

Álvaro refere a necessidade de investimento por parte do Estado ao nível da formação profissional nos Estabelecimentos Prisionais: “Para haver cursos que beneficiem as pessoas de certeza que é preciso investir, alguém investir, os particulares, o Estado, e como é óbvio deve ser difícil investir. Tem retorno para as pessoas, não tem para quem faz o investimento. O Estado devia apostar mais.”

A formação profissional pode servir para abrir novos horizontes aos reclusos e pode proporcionar-lhes a oportunidade de frequentar uma formação que não conseguiriam frequentar

numa situação de liberdade por falta de tempo, de condições financeiras ou por qualquer outro motivo.

Neste sentido, David considera que:

Há muitos jovens que estão na cadeia e quando estão em liberdade voltam para a cadeia porque não têm profissão. Há muitos jovens que estão lá e não têm nenhuma profissão. Eu nunca tive oportunidade de fazer um curso destes porque para fazer um curso destes cá fora eu tenho que gastar dinheiro. Se eu tenho oportunidade, se tenho um meio para fazer um curso, é muito importante. Há muitos jovens que estão na cadeia, que são pobres, não têm possibilidades de estudar ou de fazer qualquer curso. Um curso vai fazer com que esse jovem não cometa tanto crime, vá começar a ser homem. Eu acho que é muito importante.

Edmundo também refere a formação como benéfica para quem pretendia trabalhar ainda em reclusão: “(...) era benéfico porque se iam formando em áreas que não conheciam e quanto mais áreas de formação nós temos mais possibilidades de trabalho existem e as pessoas que estavam interessadas no trabalho estavam interessadas em cursar.” Considerava que as formações eram sempre positivas:

As formações ajudam sempre porque eu vi muitas pessoas a formarem-se que à primeira vista diria que tinham o 12.º ano e afinal nem a 1ª classe tinham. Falavam tão bem, expressavam-se tão bem, tinham conhecimentos tão vastos que eu fiquei totalmente convencido. As pessoas eram cultas, não é uma grande cultura o 12.º mas é uma cultura e então, mas não, não sabiam nem sequer escrever alguns. É bom que se formem lá dentro, é bom porque enquanto escrevem ou leem ajuda-os. É uma ajuda clara.

O estudo mencionado anteriormente do Correccional Services of Canada⁴¹, de 1992, denominado “Can educating adult offenders counteract recidivism?”, refere que a participação em ações de formação sobre competências sociais elementares contribui para reduzir a taxa de reincidência em cerca de 12%.

4.5 Perspetiva Institucional

4.5.1 Caraterização dos entrevistados

Dos funcionários da DGSP que foram entrevistados (5 pessoas), 4 deles são funcionários do Estabelecimento Prisional de Sintra, sendo a Diretora, duas Técnicas de Educação e o Chefe dos Guardas Prisionais. A outra pessoa que foi entrevistada é Chefe de Equipa Multidisciplinar na Direção Geral dos Serviços Prisionais.

Todos os entrevistados são licenciados, tendo licenciaturas em áreas diferentes: Direito, Ciências Sociais, Serviço Social, Psicologia e Política Social e todos trabalham nos serviços prisionais há alguns anos. Só as educadoras é que trabalham há menos tempo, uma há 6 anos e outra há 10 anos. Os restantes trabalham há mais de 20 anos. São assim, todos pessoas com bastante experiência de trabalho nos serviços prisionais

⁴¹ Citado na comunicação proferida por Conceição Gomes, Madalena Duarte e Jorge Almeida sobre crimes, penas e reinserção social: Um olhar sobre o caso português, no V Congresso Português de Sociologia

Quadro 10 - Caracterização dos funcionários dos serviços prisionais entrevistados

	Sexo	Habilitações	Cargo que ocupa	Número de anos de trabalho nos serviços prisionais	Número de anos de trabalho no EPSintra
E1	F	Licenciatura em Direito	Diretora do EP	21 anos	21 anos, há 10 como diretora
E2	M	Licenciatura em Ciências Sociais	Chefe dos Guardas Prisionais	25 anos	8 anos
E3	F	Licenciatura em Serviço Social	Técnica de educação	6 anos	6 anos
E4	F	Licenciatura em Psicologia	Técnica de educação	10 anos	2 anos
E5	F	Licenciatura em Política Social	Chefe de Equipa Multidisciplinar na DGSP	25 anos	Não aplicável

4.5.2 Importância dos Programas de Empregabilidade nos Estabelecimentos Prisionais

De acordo com o Código de Execução de Penas e Medidas Privativas de Liberdade⁴² o trabalho “deve ser assegurado ao recluso, de acordo com as ofertas disponíveis, trabalho em unidades produtivas de natureza empresarial, tendo em conta as suas aptidões, capacidades, preparação e preferências, sem prejuízo do acesso ao ensino e à formação profissional (...)”. Na opinião da funcionária da DGSP⁴³ que foi entrevistada:

O trabalho é o principal instrumento social para minimizar desigualdades sociais e permite que o indivíduo se sinta útil, desenvolva autoestima e confiança, aprenda regras de convivência social, melhore as suas capacidades e competências e resolva problemas complexos.

O exercício duma atividade laboral, por ser remunerada, contribui ainda para a dignificação da condição humana, permite eliminar barreiras existentes, descobrir potencialidades, reencontrar a sua identidade como ser social e contribui para que o recluso possa fazer face aos seus gastos pessoais e, em muitos casos, contribui ainda para apoiar a sua família.

Os entrevistados, quando questionados sobre a importância dos programas de empregabilidade no EPSintra (ver anexo S), mencionaram aspetos que vão desde a ajuda no

⁴² Aprovado pela Lei n.º115/2009, de 12 de Outubro.

⁴³ Chefe de Equipa Multidisciplinar da Direção Geral de Serviços Prisionais

processo de reinserção, à ocupação do tempo e à responsabilização do indivíduo. A diretora do EP considera que o trabalho:

É um fator determinante em termos de reinserção. A maioria destes reclusos, com baixa escolaridade e baixas competências, não têm hábitos de trabalho. A maioria deles, tem problemáticas de criminalidade relacionadas com a toxicodependência, logo são pessoas que não têm muitos hábitos de trabalho. Adquirir hábitos de trabalho e formação são fatores essenciais para o sucesso da sua reinserção. São fundamentais.”

A importância do trabalho e da formação profissional para a reinserção dos reclusos na sociedade é reafirmada por uma das técnicas de educação entrevistada pois refere que:

Dá-lhes uma ferramenta e ajuda-os no processo de reinserção. Muitos deles nunca tiveram oportunidade nem de adquirir escolaridade nem de obter formação numa área específica e isto é uma maneira de eles conseguirem adquirir uma ferramenta de trabalho. Acho que não só a ocupação do tempo mas para dar-lhes ferramentas que os possam ajudar. Só como ocupação do tempo não acho mal porque é uma maneira de estarem ocupados e de não pensarem noutras coisas mas poder dar-lhes um grau académico ou uma ferramenta é ainda melhor”

Esta educadora também enfatiza a questão prática que a formação possa ter. Considera que “mesmo que os cursos não atribuam um equivalente académico, eles preferem cursos práticos, que depois possam utilizar.” A aplicação das aprendizagens, durante o tempo de reclusão, à vida em sociedade, devem ser fatores a serem tidos em conta nas ofertas formativas e de trabalho pois segundo o Código de Execução das Penas e das Medidas Privativas da Liberdade⁴⁴, “aos serviços prisionais, em articulação com os serviços públicos de emprego e formação profissional, compete realizar ações com vista à futura colocação laboral dos reclusos.”

A ocupação do tempo, inevitavelmente, é referida pela maioria dos entrevistados pois é um fator a que ninguém fica alheio, dado que tempo é o que os reclusos têm mais. No entanto, não é referido da mesma forma por todos. Para a diretora do EP, apesar de ser importante não é mais importante do que a aquisição de hábitos de trabalho:

“Da perspectiva de muitos dos reclusos é muito importante para ocupar o tempo, para eles o tempo custa mais a passar e de facto a ocupação pode ter também essa componente de ocupação do tempo. No entanto, o mais importante não é tanto a produtividade do trabalho, é mais a criação de hábitos de trabalho, a responsabilização, a motivação para terem uma vida ativa, em sociedade, uma vida normal. Já vem da história deste estabelecimento, que o mais importante é mantê-los a trabalhar, não interessa o lucro. Para nós o rendimento do trabalho não é o objetivo, é a aquisição dos hábitos para os preparar para viver em sociedade.”

Uma das educadoras menciona a necessidade de ocuparem o tempo mas acentua a falta de valor que os reclusos dão ao trabalho, considerando que para a maior parte deles o trabalho não é devidamente valorizado. Trabalham para terem mais facilmente acesso a uma precária ou à liberdade condicional.

⁴⁴ Artigo 53.º

“Em alguns casos é só para ocuparem o tempo e para terem acesso à precária e à condicional, tentamos de alguma forma que o trabalho seja visto como uma mais-valia e como a responsabilidade do que o trabalho é, mesmo em termos de exterior e tudo mais. O valor do trabalho para eles é diferente do que é o meu e logo aí há uma atitude de ocupar o tempo para conseguir algo. Se virmos os reclusos que vêm de outras cadeias, com penas mais elevadas e que já estão no estabelecimento há mais anos o trabalho é muito mais valorizado, levam o RAE muito mais a sério do que os nossos. Tem também a ver com a faixa etária, pessoas mais velhas. A nível por exemplo do Monte da Lua eles preferem os mais velhos e os que vêm de outros EPs porque dão outro valor. O valor do trabalho é diferente.”

O chefe dos guardas olha para o trabalho e a formação profissional sob o ponto de vista da vigilância e da segurança e considera que dão estabilidade aos reclusos e os ajudam a aceitar melhor o cumprimento de regras, assim como os ajudam a ocuparem o tempo e a saírem da zona prisional onde estão sujeitos a elevados níveis de pressão:

Aqui no estabelecimento é importante porque para nós em termos de vigilância e segurança, todos esses aspetos dessas atividades em que eles possam estar empenhados dão alguma estabilidade em termos do cumprimento da pena e da relação que eles criam com as pessoas e com a própria lei e com as próprias regras, porque as cumprem. Estando a trabalhar é evidente que não querem sair do trabalho e aí mais facilmente cumprem as regras que estão instituídas. Nesse aspeto para nós é importante porque dá alguma estabilidade em termos emocionais e comportamentais aos reclusos.

Por um lado trabalham para ocupar o tempo e aqui em Sintra trabalham para saírem um pouco da zona prisional, para estarem noutros espaços, para apanharem ar porque estarem confinados lá em baixo a pressão é muita. É a pressão do consumo de droga, é a pressão dos outros a dizerem que fazem isto e fazem aquilo e assim libertam-se um bocado daquelas pressões e distraem a cabeça, durante aquele tempo. Libertam-se daquele espaço onde passam a maioria do tempo e daquela pressão toda da prisão. Daquele ambiente de gente confinada, fechada e então libertam-se um bocado.

Menciona ainda a importância da componente financeira que lhes permite ter algum dinheiro para satisfazerem os seus vícios mas afirma que o interesse pela aprendizagem é muito reduzido:

Por outro lado tem a questão de satisfazer o cafezinho que é necessário para o dia-a-dia, aqueles que têm problemas aditivos também satisfazer algum consumo que façam durante a reclusão. De resto a aprendizagem, não vejo que tenham muito interesse. Pode haver um ou outro que é por gosto de fazer mas em 700 se calhar é um ou dois ou três, não é o comum.

A falta de interesse é também mencionada por uma das educadoras que diz que se trata de uma “população com um grau de motivação baixo.”

Em relação ao contributo para a aprendizagem de uma profissão que os ajude a reinserirem-se na sociedade, a diretora considera que a oferta formativa tem sofrido alterações ao longo dos anos e que “as novas formações vão mais ao encontro das competências deles, das vivências deles e das necessidades do mercado de trabalho.” No entanto, diz que atualmente o EP “alberga maioritariamente indivíduos com problemas ligados à toxicod dependência “ e que esse não era o perfil dos reclusos aquando da criação do EP. Nessa altura, quase há 100 anos, enquanto Colónia Penal tinha como vocação receber vadios, pois a vadiagem era considerada crime, sendo o trabalho na quinta uma forma de os recuperar ao mesmo tempo que lhes dava a possibilidade de terem acesso a

uma casa. Atualmente a grande maioria dos reclusos não tem interesse pelas atividades agrícolas pois no geral são oriundos de meios urbanos. Assim, considera que “quer a oferta formativa, quer os espaços, deveriam ser mais adequados à nova realidade e com a evolução da sociedade, das informáticas e tudo isso, a formação deve ser mais canalizada para os interesses deles e da sociedade.”

A chefe de equipa multidisciplinar que foi entrevistada mencionou também a necessidade de redefinir o atual modelo organizativo da formação profissional porque o existente vem desde 1988 e tem havido alterações no quadro técnico/financeiro de apoio à formação. “A partir de 2000 começaram a aparecer entidades formadoras que têm tido um papel significativo na diversificação e adequação da oferta de formação face às necessidades dos reclusos e do mercado. Apresentam ofertas formativas mais adaptadas ao mercado e com um modelo pedagógico mais próximo dos reclusos.” Esta responsável da DGSP acrescenta ainda que “a vida na prisão tem que ser muito idêntica à vida em sociedade. Não adianta ocupá-los só em atividades laborais ou só no ensino. Acredito num programa integrado. Assim é que resulta.”

4.5.3 Reinserção social de reclusos

Em relação ao contributo dos programas de empregabilidade para a reinserção social dos reclusos, as opiniões dos entrevistados diferem (ver anexo T). A chefe de equipa multidisciplinar da DGSP, refere os efeitos positivos do trabalho e o seu contributo para a reinserção social:

O trabalho prisional desempenha ainda uma dupla função na ressocialização: por um lado, previne a *dessocialização* do recluso durante a fase de execução da pena e, por outro, permite minorar os efeitos prejudiciais da reclusão. Sendo simultaneamente um direito e um dever, dever esse, que aumenta as hipóteses de reinserção e contribui para a prevenção da reincidência criminal, é também um elemento fundamental na humanização da prisão e na melhoria das condições de disciplina e segurança.

O chefe dos guardas prisionais, a quem cabe zelar pela disciplina e segurança, considera que a personalidade dos reclusos é determinante na sua atitude face ao trabalho e que estes, quando têm maus hábitos, dificilmente conseguem mudar a sua atitude durante o período de reclusão, e daí retirar benefícios para a sua reinserção:

Eu penso que é muito difícil mudar personalidades, a personalidade vai-se construindo desde o nascimento. Eles chegam aqui muitos com 20 e tal anos, 30 anos, já adquiriram maus hábitos e de modo que isto não é em 3 ou 4 anos que eles passam aqui em reclusão, que vão ser alterados esses maus hábitos. Depende muito da índole ou do feitio de cada um e dessa personalidade de cada um deles. Não acredito que haja grande mudança. Eu acredito muito nos primários e ponho sempre a dúvida de o homem poder ser recuperável. Agora aqueles que já são reincidentes, que já são mais velhos e andam no mundo do crime há muito tempo, é difícil mudar hábitos.

Apesar de ter esta opinião, pensa que “se a pessoa trabalhar dentro da cadeia, continua com os hábitos de se levantar a determinada hora, de cumprir algumas regras e esses hábitos são sempre importantes para a pessoa que vive num meio social, no trabalho, no exterior, de modo que por ai é importante.” No entanto, considera que pelo facto de o trabalho no EP ser essencialmente ao nível da

“manutenção do espaço, acaba por não ter mais-valia para aplicar lá fora” mas é útil para manter o recluso ativo, na profissão que exercia anteriormente. Acha que não é uma “mais-valia em termos valorativos e profissionais para o exterior”, acha que é uma mais-valia só “em termos de comportamento.”

A diretora do EP considera que por vezes a oferta formativa e de trabalho não vai ao encontro das vivências e das necessidades dos reclusos, mas diz também que “o indivíduo que está preso não pensa em termos de futuro. Trabalha para satisfazer as suas necessidades imediatas. Entre uma entidade que lhes pague ao dia ou ao mês, eles escolhem quem lhes paga ao dia. Não pensam na vida com visão, com perspetiva, com futuro e é isso que faz com que não adiram tanto.” Acrescenta a ideia da responsabilização: “A palavra responsabilidade é muito repetida na Lei, promover a responsabilidade nos reclusos. Só assim é que se consegue reinserir. Cumprir horários, cumprir regras, cumprir ordens.”

Acrescenta ainda que:

Alguns trabalham e aprendem. Alguns dizem que a formação e a aprendizagem que tiveram na prisão lhes foi muito útil. Muitos dizem que por um lado foi mau estar preso, mas por outro lado, foi bom porque adquiriram esta ou aquela ferramenta que lhes foi muito útil. Até o ensino, porque muitos quando vêm para cá são analfabetos.

As educadoras entrevistadas são favoráveis ao contributo do trabalho e da formação profissional para a reinserção social. No entanto, uma delas coloca algumas reticências, referindo que os reclusos não valorizam o trabalho:

Enquanto técnica, se quero que os homens estejam a trabalhar? Claramente que sim, obriga-los a cumprir um horário, obriga-los a perceber que o trabalho que eles fazem é benéfico para os próprios, para a instituição, para o grupo de indivíduos que eles estão no momento a servir, seja para fazer trabalhos no refeitório, no ginásio, é perfeito, Agora vai do valor que se lhes dá. Se o próprio aproveita ou não, tenho as minhas dúvidas, as minhas grandes dúvidas, o valor do trabalho neste momento é nulo, eles não dão valor ao trabalho, é o que eu noto, com grande pena minha.”

No que respeita à relação com as organizações da sociedade civil que se encontram na envolvente ao EP, a diretora considera que “tem sido feito muito trabalho em termos de tentar dinamizar e envolver o meio, instituições, empresas. Somos talvez dos estabelecimentos que tem mais contatos com empresários, com o mercado de trabalho, com o envolvimento de entidades.” Afirmou também que até há algum tempo atrás “investia-se muito nos protocolos para os RAE, para os reclusos irem trabalhar para as empresas”. No entanto, por questões de segurança e também devido às alterações decorrentes da aplicação da nova Lei que aprova o Código da Execução de Penas e das Medidas Privativas de Liberdade, que obriga à aprovação dos RAE por parte do Tribunal, tem-se verificado uma diminuição destes casos. Segunda a diretora incentiva-se mais a ida de empresas para o interior do EP, prática que ainda não é muito habitual em Portugal mas que deve ser incentivada uma vez que é usual em alguns países europeus. Para esta dirigente pode revelar-se uma situação motivadora para o próprio recluso:

O trabalho tem como contrapartida uma remuneração e o recluso, como outro ser humano, quando trabalha e a contrapartida é tão exígua, desmotiva-se. Se a empresa estiver cá instalada e lhe der um rendimento, a motivação vai ser outra. Estando motivado e a aprender a trabalhar com um empresário, começa a ganhar os hábitos de trabalho, regras, etc. Quando for em liberdade já adquiriu os hábitos. Se trabalhar cá dentro como faxina, etc... não é motivador e não é aquilo que vão fazer em sociedade por isso desmotivam-se.

O chefe dos guardas refere a crise económica que atravessamos como responsável pela diminuição do número de empresas que procuram o EP para desenvolverem as suas atividades mas acrescenta também que a burocracia existente no sistema prisional muitas vezes se torna num entrave pois os empresários têm necessidade de respostas rápidas.

Eu penso que a Lei nova veio numa altura má. A Lei nova diz que devemos fazer essa articulação, mas devido à crise económica acho que cada vez menos as empresas exteriores estão a apostar nesta população para fazerem os seus trabalhos. Existe uma empresa, que é a Esferipol, é a única que se mantém. Já houve outras, antes da crise económica, havia outras empresas que investiam no trabalho no sistema prisional mas a verdade é que a crise também nos trouxe isso à cadeia.

O ordenado dos reclusos é pouco, as instalações é o estabelecimento que dispõe delas, a água, a luz, eu penso que para as empresas é competitivo. Agora perante as dificuldades de fora, não apostam. Depois há também uma enorme burocracia da instituição. Isto são instituições burocráticas, não podem aceitar que qualquer empresa venha para aqui sem verificar situações Às vezes autorizações até acima de quem está aqui no estabelecimento. Os empresários lá no exterior querem respostas rápidas e aqui não conseguimos dar respostas rápidas.

De acordo com a entrevistada da DGSP: “ao aumentar as hipóteses de ressocialização o trabalho presta um enorme contributo social porque previne a reincidência. O recurso à mão-de-obra prisional, ao contribuir para a inclusão de cidadãos momentaneamente privados de liberdade, é uma *porta aberta* ao desenvolvimento humano e social e constitui uma mais-valia para uma sociedade desenvolvida, justa e solidária.

4.6 Programas de empregabilidade de reclusos e ex-reclusos: O caso da Parques de Sintra Monte da Lua

4.6.1 A Empresa

A PSML⁴⁵ é uma empresa de capitais exclusivamente públicos, criada em 2000 (decreto-lei n.º 215/2000, de 2 de Setembro), com a finalidade de reunir as instituições com responsabilidade na salvaguarda e valorização da Paisagem Cultural de Sintra (900 ha), classificada em 1995 pela UNESCO como Património da Humanidade.

⁴⁵ De acordo com a informação constante no site www.parquesdesintra.pt, consultada em 12.12.2011 e retificada em 04.01.2013

Reuniu como acionistas instituições com responsabilidades na zona, que transferiram para a gestão da Sociedade, as propriedades que aí tutelavam e constituem os principais valores naturais e culturais de Sintra.

O Ministério do Ambiente, que tomou a iniciativa da constituição da empresa, ficou (através do ICN, hoje ICNF) com 55% do capital e transferiu o Parque da Pena, o Castelo dos Mouros, a Tapada do Mouco e propriedades anexas e os Jardins de Monserrate para a sociedade; o Ministério da Cultura (através do IPPAR - hoje IGESPAR) ficou com 15% do capital e transferiu o Palácio de Monserrate; e o Ministério da Agricultura, com 15% do capital e representado pela Direção Geral das Florestas transferiu o Convento dos Capuchos, as Tapadas de D. Fernando II e Monserrate e as Quintas de Seteais e da Abelheira. A Câmara Municipal de Sintra assumiu os restantes 15% do capital.

Mais tarde, (decreto-lei n.º 292/2007, de 21 de Agosto), o IPPAR foi substituído na estrutura acionista da Parques de Sintra pelo Instituto dos Museus e Conservação (IMC), cuja participação passou a ser de 34%, e o Ministério da Agricultura foi substituído pelo Turismo de Portugal, IP. Com esta alteração, a gestão do Palácio da Pena foi também entregue à Sociedade.

Em 2012, o Decreto-Lei n.º 205/2012, de 31 de agosto tornou a Parques de Sintra também responsável pelos Palácios Nacionais de Sintra e de Queluz, bem como pela Escola Portuguesa de Arte Equestre, sediada em Queluz.

A estrutura acionista é hoje a seguinte: Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (35%); Instituto dos Museus e Conservação (35%); Turismo de Portugal (15%); Câmara Municipal de Sintra (15%). Através de um Conselho de Administração constituído por um Presidente e dois vogais, a empresa gere os principais polos de atração de Sintra: Parque e Palácio da Pena; Castelo dos Mouros; Palácio e Jardins de Monserrate; Convento dos Capuchos; Palácio Nacional de Queluz; Palácio Nacional de Sintra; Escola Portuguesa de Arte Equestre.

A PSML gere 40% da área classificada, que inclui alguns dos monumentos e parques mais importantes do país. A sua principal missão consiste na recuperação destas propriedades (muito degradadas), conservação e na sua divulgação e abertura ao público.

As obras e intervenções compreendem desde a recuperação de muros, caminhos e edifícios, beneficiação (plantações) e defesa da floresta contra incêndios, ao restauro do acervo dos Palácios e dos jardins, à manutenção de lojas, cafetarias e sistemas de água, etc. Emprega cerca de 141 pessoas, das quais, atualmente 17 são ex-reclusos que iniciaram funções na empresa ao abrigo do Projeto Património Gera Inclusão (PGI), de que se falará mais adiante.

A recuperação e manutenção destes espaços constituem os principais encargos da empresa e as suas fontes de receita são quase exclusivamente as provenientes das cerca de 1 000.000 de visitas que anualmente recebem, das lojas, eventos e mecenato. Atrair mais visitantes e assegurar-lhes as melhores condições de acolhimento é a preocupação fulcral da Parques de Sintra. Os principais investimentos são financiados através de candidaturas a programas e fundos europeus.

Desde 2006 desenvolve com sucesso ações de voluntariado empresarial no âmbito da responsabilidade ambiental, nomeadamente plantações florestais.

Abertos durante todo o ano (com exceção do dia 25 de Dezembro e 1 de Janeiro), os Parques e Monumentos de Sintra são uma fonte inesgotável de prazer e de novas sensações. Todos têm atividades culturais, com visitas temáticas e jogos para todas as idades, sem esquecer a importante vertente educativa. Vale a pena conhecer!

4.6.2 Protocolos entre a empresa e os Estabelecimentos Prisionais de Sintra e de Tires

A Parques de Sintra Monte da Lua e a Direção Geral dos Serviços Prisionais - Estabelecimento Prisional de Sintra celebraram, em 4 de Junho de 2007, um protocolo de colaboração que deu origem ao projeto “Património Gera Inclusão” (PGI).

A PSML e o EPSintra, são duas instituições de carácter público, de base local e regional, com responsabilidades sociais fortes. Uma, com responsabilidades no âmbito da recuperação de um património natural e construído do mais alto valor (Património da Humanidade), que se encontrava degradado e carecido de mão-de-obra. A outra, com a finalidade de preparação dos cidadãos reclusos, dotando-os de competências adequadas à condução da sua vida de modo socialmente responsável.

O projeto PGI envolve uma seleção de reclusos, em RAE por parte do EPSintra, que lhes proporciona formação para reforço das suas competências pessoais, sociais e profissionais os quais, após formação específica na PSML, integram equipas mistas de trabalho.

Com o PGI é desenvolvida uma política empresarial de Responsabilidade Social e Ambiental proporcionando formação em contexto real na recuperação ambiental e do património cultural de Sintra.

Este projeto reforça a capacidade de intervenção da PSML na gestão do Património à sua guarda e cria novas competências não só a nível pessoal (sociais, culturais e profissionais) como fornece novas oportunidades ao mercado de trabalho local e regional no âmbito de nova mão-de-obra qualificada na área da recuperação do património natural e cultural numa região onde é escassa e o Património tem grande dimensão.

Desenvolve nos reclusos novas competências sociais e culturais, através da aprendizagem de uma nova atitude de entendimento e respeito para com o Ambiente e o Património num contexto de turismo de elevada qualidade na Paisagem Cultural de Sintra – Património da Humanidade.

Os reclusos trabalham em condições semelhantes aos trabalhadores livres mas sabem que não estão em liberdade. Aliás esta questão é muito trabalhada pelos técnicos do estabelecimento prisional pois os reclusos não podem esquecer que ainda estão em cumprimento de pena.

Trabalham 5 dias por semana e 8 horas por dia. Aprendem hábitos de trabalho, rotinas, cumprimento de horários, a ter responsabilidade e são remunerados pelo seu trabalho, recebendo o salário mínimo nacional e subsídio de transporte. Do montante total que recebem só uma parte lhes é

dada para assegurar o pagamento da sua alimentação, quando estão fora do estabelecimento prisional. Com o restante é constituída uma poupança que lhes é dada quando saem em liberdade.

O PGI tem tido grande impacto e revela grandes níveis de sucesso: entre 2007 e 2008, a participação de 47 reclusos duplicou o número de trabalhadores da PSML. Do final de 2007 a Setembro de 2008, 8 ex-reclusos ingressaram na PSML, através de contrato de trabalho. Até agora passaram pela PSML 125 reclusos, tendo sido contratados, como funcionários da empresa, 25 ex-reclusos do EPSintra, ou seja, 20% dos reclusos.

Do ponto de vista dos beneficiários finais, os reclusos e a sociedade em geral, o PGI superou os resultados esperados na medida em que dos reclusos que trabalharam na PSML e que já se encontram em liberdade, o nível de reincidência criminal é considerado baixo (ver 4.6.3).

No dia 10 de Fevereiro de 2009, no Centro Cultural de Belém, com a presença do Sr. Ministro da Economia e da Inovação, foi atribuído ao PGI o primeiro lugar, na categoria iniciativa empresarial responsável e inclusiva.

Este projeto foi um dos cinco vencedores da fase nacional dos Prémios Europeus de Iniciativa Empresarial⁴⁶, em 2009, e foi um dos dois selecionados para representar Portugal na final europeia⁴⁷.

Desde Fevereiro de 2010, o PGI, começou a considerar a questão do género, tendo celebrado também um protocolo com o EPTires⁴⁸. Com base nesse protocolo, já recebeu 6 mulheres das quais não contratou nenhuma porque nenhuma quis continuar a trabalhar na empresa, por ter a sua vida organizada em outro sentido.

Para os reclusos o trabalho desenvolvido no exterior da prisão valoriza a sua personalidade individual, para além de lhes proporcionar um rendimento.

Segundo um responsável, em 2011, pela PSML⁴⁹:

“Não é pela exclusão que resolvemos o problema deles, não é colocando-os em guetos, é inserindo-os na sociedade. E assim, para além da oportunidade que lhes é dada para trabalharem ao ar livre, aprendendo por vezes uma nova profissão, tendo uma experiência de trabalho que lhes será útil aquando da saída em liberdade, ainda lhes é dada uma carta de recomendações e um certificado que lhes confere credibilidade para encontrarem mais facilmente trabalho, caso não fiquem como funcionários da PSML (...)”

Este projeto é uma oportunidade que abriu as portas e as grades da prisão a alguns reclusos, sendo um recomeço que os faz “agarrar” a vida. É pena que em Portugal não haja mais empresas a ter esta atitude face à reclusão pois efetivamente a reinserção social é um dever de toda a sociedade. A empresa Parques de Sintra Monte da Lua (PSML) é um exemplo de boa prática empresarial que merece ser divulgada.

⁴⁶ A edição de 2009 contou com 52 candidaturas a nível nacional.

⁴⁷ Que teve lugar em Praga, na República Checa.

⁴⁸ Estabelecimento Prisional Feminino.

⁴⁹ Eng.º Jaime Ferreira, numa reportagem (Grito para a Liberdade) realizada pela TVI em Outubro de 2011.

4.6.3 Reincidência dos ex-reclusos

Com a finalidade de apurar a taxa de reincidência criminal dos homens que tiveram uma oportunidade de trabalho no exterior do EP, ainda durante o cumprimento da sua pena, foi efetuada uma consulta ao Sistema de Informação Penitenciária. Esta consulta, efetuada por técnicos do EPSintra, consistiu na inserção do número mecanográfico de todos os reclusos que passaram pela PSML, desde o início da vigência do protocolo entre a empresa e o EPSintra, até ao final de 2012.

Da informação obtida podemos concluir que de um total de 125 homens, 7 reincidiram, ou seja, voltaram a ser condenados ao cumprimento de uma pena de prisão, por prática de crime, após a saída em liberdade.

Quadro 11- Reincidência dos reclusos que passaram pela Parques de Sintra Monte da Lua (2008-2012)

Nome	EP de origem	Data em que foi preso	Data de saída da prisão	Data de reentrada	Função na PSML
Abel	EP Carregueira	21.09.09	16.01.11	07.04.11	Cantoneiro
Baltazar	E.P. Lisboa	15.03.10	06.02.12	17.12.12	Operador Florestal
Caetano	E. P. V. Judeus		09.01.09	17.06.11	Operador Florestal
Emanuel	E. P. Sintra	30.06.08	23.02.10	18.03.10	Carpinteiro
Fausto	E. P. Sintra	05.11.07	28.02.08	04.02.09	Operador Florestal
Gil	E. P. Sintra	27.08.07	19.12.08	06.04.09	Serralheiro/Pedreiro
Heitor	E. P. Sintra	15.01.09	29.04.09	20.06.11	Calceteiro

No quadro acima, temos a caracterização dos 7 homens, apresentando nomes fictícios, com a informação que foi possível obter.

Quatro deles iniciaram o cumprimento da sua pena de prisão no EPSintra, tendo os restantes três sido transferidos do EPCarregueira, do EPVale de Judeus e do EPLisboa quando passaram ao regime aberto para o exterior, todos eles tendo cumprido penas privativas de liberdade relativamente curtas.

Relativamente às funções que exerceram, durante o tempo que trabalharam para a PSML, podemos observar que trabalharam em áreas diversas, desde operador florestal (3), cantoneiro (1), carpinteiro (1), serralheiro/pedreiro (1) e calceteiro (1).

Conseguimos apurar que, dos 7 homens reincidentes, apenas um, Baltazar, se encontra em cumprimento de uma pena por crime praticado antes da sua libertação, encontrando-se os restantes presos por crimes praticados após a saída em liberdade. Assim, para efeitos de cálculo da taxa de reincidência criminal, nesta amostra de homens, Baltazar não foi considerado, pois não cometeu nenhum crime após a sua libertação.

A taxa de reincidência criminal foi assim de 4,8%. É um valor que nos parece ser pouco significativo e que não é possível ser comparado com dados nacionais uma vez que o sistema

prisional não tem esses dados pois não existe qualquer acompanhamento de quem sai em liberdade, com exceção de quem sai em liberdade condicional, que é acompanhado pela Direção Geral de Reinserção Social.

Alguns dos reclusos regressaram ao sistema prisional pouco depois de terem saído em liberdade. Este é o caso de Emanuel que em menos de um mês regressou ao sistema prisional. Abel regressou ao fim de menos de três meses e Gil ao fim de três meses e meio. Os restantes três homens mantiveram-se algum tempo em liberdade (de 11 meses a 2 anos e cinco meses) mas acabaram por ceder à tentação do crime e regressar ao sistema prisional, tendo dois deles regressado ao EPSintra.

V - CONCLUSÕES

Este trabalho pretendeu analisar diferentes perspetivas face a uma mesma realidade, a perspetiva de quem ainda está preso, a perspetiva de quem já esteve preso e a de quem trabalha com quem está preso. São perspetivas diferentes, mas que se interligam por entre grades, gestos e atitudes.

Na perspetiva de quem está preso, os programas de empregabilidade desenvolvidos no EPSintra são importantes maioritariamente para ocupar o tempo, para adquirir competências profissionais e para ganhar dinheiro. Curioso é o facto de a melhoria das competências profissionais, por trabalhar ou por frequentar formação profissional, ter sido um fator mencionado por mais pessoas do que ganhar dinheiro. Este resultado pode significar que os reclusos estão despertos para a necessidade de aproveitar o tempo de reclusão e assim ganharem vantagens competitivas que os ajudem a alcançar melhores condições de reinserção aquando do seu retorno à vida em liberdade.

Adicionalmente, os reclusos mencionam a aquisição de sentido de responsabilidade como um benefício relevante, decorrente dos programas de empregabilidade. Significa que estão conscientes dos seus erros e da necessidade de os corrigir, adotando uma conduta mais responsável, cientes de que a sua reintegração na sociedade passa pela adoção de um comportamento cumpridor de regras e de uma conduta correta de comunicação e relacionamento interpessoal. Essa tomada de consciência, segundo alguns dos entrevistados, pode ainda ajudar durante a permanência dentro do sistema prisional, pois traz melhorias na imagem que transmitem aos atores do sistema e melhora o seu próprio percurso interno.

Para quem já esteve preso, mas atualmente se encontra em liberdade, a opinião sobre a importância dos programas de empregabilidade, nos estabelecimentos prisionais, não difere da de quem ainda está preso. Os fatores mencionados foram semelhantes, tendo os ex-reclusos referido desde a ocupação do tempo, à aquisição de rotinas e de hábitos de cumprimento de horários, à questão financeira, passando pela aprendizagem de novas competências e pelo relacionamento com os funcionários do sistema prisional. Um aspeto também considerado importante foi o facto de os programas de empregabilidade lhes permitirem sair do isolamento a que os remete a prisão e lhes permitir o convívio não só com outros reclusos, mas também com pessoas que não pertencem ao sistema prisional. Como foi dito por alguns reclusos, o trabalho pode ser “orientador, integrador e formador”, sendo “estruturante para os reclusos”, permitindo não remeter ao “isolamento quem não trabalha.”

Para quem trabalha com quem está preso, a ocupação do tempo e a responsabilização do indivíduo são considerados os fatores mais importantes no que respeita aos programas de empregabilidade. Mais importante do que a produtividade resultante do trabalho dos reclusos, é o papel que este assume na sua futura reintegração na sociedade, revelando-se importante ao nível da motivação, da responsabilização e da aquisição de novas competências e de hábitos de trabalho. A estabilidade emocional, decorrente do facto de estarem a trabalhar é também extremamente importante para a existência de um *bom clima prisional*. Não podemos esquecer-nos que estamos perante um público com características específicas, com baixos níveis de motivação e de autoestima.

No que concerne à formação profissional, os reclusos entrevistados referem a aprendizagem de novas competências como o aspeto mais positivo. Também consideram que a formação contribui positivamente na ocupação do tempo e no percurso prisional.

Relevante é o facto de alguns entrevistados mencionarem que a formação profissional não tem quaisquer aspetos negativos, assim como outros mencionarem que os aspetos mais negativos são a curta duração das ações de formação profissional e a sua pouca oferta. Tal revela que os reclusos estão conscientes do contributo da formação profissional para a sua posterior reinserção. Grande parte deles acredita na importância da formação para o aumento da possibilidade de arranjar emprego e, para alguns, a formação potencia a aquisição de novas aprendizagens e, conseqüente, valorização pessoal que são tidos como facilitadores da sua reinserção socioprofissional.

Em síntese, os reclusos e os ex-reclusos entrevistados estão inteirados do contributo positivo da ocupação laboral e da formação profissional para a sua reinserção. Acreditam na importância da obtenção de um certificado de formação profissional e da aprendizagem de uma profissão como fatores determinantes para a sua reinserção no mercado de trabalho, imprescindível para a sua sobrevivência numa sociedade livre.

Do ponto de vista institucional, esta ideia é reforçada e é ainda referido que a oferta formativa tem sofrido algumas alterações ao longo dos anos necessitando, porém, de uma maior adequação às necessidades dos reclusos e do mercado.

A vida na prisão tem que ser idêntica à vida em sociedade para que assim a reinserção ocorra realmente. No entanto, os entrevistados consideram que a sociedade não está livre de preconceitos. Sabem que são alvo de estigma, “que são olhados como pessoas diferentes”, que são julgados pelo seu passado e consideram que a sua aceitação ainda está longe de ser uma realidade. Sabem que o estigma em relação à reclusão dificulta a sua aceitação e reintegração no mercado de trabalho. Na opinião de quem já está em liberdade, assumirem o seu estatuto de ex-reclusos, é um risco.

A maioria dos entrevistados tem consciência da dificuldade existente, por parte dos empregadores, em reconhecer a pro-atividade dos reclusos que frequentaram programas de empregabilidade, ajudando-os na sua reintegração, dando-lhes uma segunda oportunidade.

Em suma, deve ser realizada uma ocupação produtiva e útil, devem ser providos hábitos de trabalho, cumprimento de regras e horários, promovido o sentido de responsabilidade individual e social e promovida a empregabilidade em condições de sustentabilidade após a libertação, pois a população reclusa é uma população alvo de exclusão social e de estigma por parte da sociedade. Só uma intervenção integrada com projetos e ações diversificados e assente na avaliação individual de necessidades pode favorecer a reinserção social e prevenir a reincidência criminal. A interação entre o meio prisional e a sociedade civil revela-se um contributo à reinserção e uma mais-valia para todos, pois os reclusos que conseguem ganhar competências durante a sua reclusão, mais dificilmente regressarão ao mundo do crime que os levará de volta à prisão.

Como recomendações gostaríamos de deixar a ideia de que o trabalho e a formação prisional, nos estabelecimentos prisionais, devem ser incentivados junto dos reclusos. Paralelamente devem

ser organizados momentos que proporcionem aos empresários o contacto com o meio prisional e as suas potencialidades, devem ser-lhes demonstradas as vantagens de trazerem as suas empresas para dentro do espaço prisional e os serviços, se esse for o seu entendimento, podem alterar os seus procedimentos de contato com o meio empresarial no sentido de conseguirem dar aos empresários respostas céleres e adequadas às suas necessidades.

Existe também a necessidade de adequação da oferta de formação profissional, existente nos estabelecimentos prisionais, ao novo perfil de reclusos e às necessidades do mercado.

Julgamos também pertinente uma alteração da Lei no que diz respeito à gestão das verbas resultantes do trabalho realizado nos estabelecimentos prisionais. Atualmente qualquer receita obtida, é remetida para a DGSP. Julgamos que seria motivador para os EP poderem gerir internamente as verbas resultantes do relacionamento que tenham com o meio empresarial, quer através de reclusos que trabalhem fora da prisão, quer dentro da prisão. Haveria no entanto a necessidade de definir bons mecanismos de controlo ao nível da execução técnica e financeira, os quais deveriam ser promovidos pela DGSP. Pensamos que deveria ser dada liberdade de gestão aos EP, mas a DGSP assumir com firmeza o aspeto fiscalizador da atividade.

Não menos importante no processo reflexivo é a obtenção de novas possibilidades de pesquisa sobre o assunto em estudo. As novas interrogações que surgem prendem-se, nomeadamente, com a análise da sustentabilidade dos Estabelecimentos Prisionais. Poderá o trabalho prisional gerar receita que, por um lado, remunere o recluso e, por outro, ajude a suportar o seu custo durante a permanência no sistema prisional? Esta é uma questão à qual julgamos ser pertinente dar resposta.

Outra questão que nos surgiu foi em relação à transferência de *Boas Práticas* promovidas por sistemas prisionais de outros países, nos quais o relacionamento do meio prisional com o empresarial está num estado mais avançado. Haverá práticas promovidas por outros países que possam ser adaptadas ao nosso sistema prisional no sentido de promoção do relacionamento entre os empresários e o meio prisional? Julgamos que sim mas é um assunto que carece de estudo.

O estudo da criação de uma Lei que permita a conciliação entre a lógica económica e de gestão, existente nas organizações privadas, e a lógica jurídica e institucional, característica do setor público, pensamos ser também pertinente. O estabelecimento de uma parceria entre o setor público e o setor privado, de forma a importar para o trabalho realizado pelos reclusos princípios da economia de mercado, elevando a sua imagem e melhorando os seus níveis de qualidade poderia revelar-se positivo para o meio prisional. Poder-se-ia assim conceber um novo modelo de gestão, do trabalho prisional, assente na participação da sociedade civil. Esta participação da sociedade civil pode assumir também um papel importante ao nível da inclusão social de um público excluído, como são os reclusos, contribuindo, através do trabalho, para a sua reinserção social, uma das abordagens da Economia Social e Solidária.

FONTES

- D.L.- 125/2007 de 27 de Abril
- Lei n.º115/2009, de 12 de Outubro

BIBLIOGRAFIA

- Amaro, Rogério Roque (2009), A Economia Solidária da Macaronésia – Um Novo Conceito, *Revista de Economia Solidária*, 1, pp 11-28
- Albino, Maria Clara (2007), “A Reinserção Social e a Reclusão – Desafios para o Séc. XXI”, em *Educar o outro – As Questões do género, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas*, Coimbra, Humana Global
- Capucha, Luís Manuel (2000), Exclusão Profissional, Exclusão Social e Cidadania. In J. M. Viegas, *Cidadania, Integração, Globalização* (pp. 187-201), Oeiras, Celta Editora.
- Capucha, Luís Manuel (1999), *Grupos Desfavorecidos Face ao Emprego - Tipologias e Quadro Básico de Medidas Recomendáveis*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Capucha, Luís Manuel (1998), Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades. In J. M. Costa, *Portugal, Que Modernidade?* (pp. 209-242), Oeiras, Celta Editora.
- Carmo, Hermano e Manuela Malheiro Ferreira (2008), *Metodologia da Investigação – Guia para a Auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta
- Costa, Alfredo Bruto (2007), *Exclusões Sociais*, Lisboa, Gradiva, Publicações, Lda.
- Cruz, António e Aline Mendonça dos Santos (2011), “A economia solidária e as novas utopias: Permanências e Rupturas no movimento histórico do associativismo económico”, em Hespanha, Pedro e Aline Mendonça dos Santos (Orgs.), *Economia Solidária – Questões Teóricas e Epistemológicas*, Coimbra, Edições Almedina
- Defourny, Jacques (2009), “Economia Social”, em Cattani, Antonio David *etal* (2009) (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Edições Almedina
- Direção Geral dos Serviços Prisionais (2010), *Relatório de Actividades 2009*, Lisboa
- Direção Geral dos Serviços Prisionais (2011), *Relatório de Actividades 2010*, Lisboa
- Direção Geral dos Serviços Prisionais - Centro de Competências Para Apoio à Reintegração Social (2008), *Guia para as Entidades Empregadoras*
- Dores, António Pedro (2003), *Prisões na Europa – Um Debate Que Apenas Começa*, Oeiras, Celta
- Eco, Umberto (2007), *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas* (13ª ed.). (A. F. Leitão, Trad.), Lisboa, Editorial Presença.
- Enelow, Wendy S. e Ronald L. Krannich, (2006), *Best Resumes and Letters for Ex-Offenders (Overcoming Barriers to Employment)*, E.U.A, Impact Publications.
- Enelow, Wendy S. e Ronald L. Krannich, (2009), *The Ex-Offender’s 30/30 Job Solution: Your Lifebat Guide to Re-Entry Success*, E.U.A, Impact Publications.
- EQUAL - Parceria de Desenvolvimento - Doze Soluções Inovadoras e Dar Escala à Inovação, Gabinete de Gestão EQUAL - Rede Temática para a Capacitação e Integração de (Ex)Reclusos/as,

Grupo Europeu para os/as (ex)Reclusos/as. (2008), *Soluções Inovadoras no Sistema Prisional*. Lisboa, Gabinete de Gestão EQUAL.

EQUAL (2007), *Entidades Empregadoras e a Inclusão: Uma Experiência*, Lisboa, Parceria Rumos de Futuro – Da Prisão para a Inclusão

Estivill, Jordi (2003), *Panorama da Luta Contra a Exclusão Social - Conceitos e Estratégias*, Genebra, Organização Internacional do Trabalho

Fletcher, Del Roy (2004), *Reducing Re-offending: The Enterprise Option - Report to the Small Business Service*. Londres, Centre for Regional Economic and Social Research.

Furtado, Leonor, Directora Geral da Reinserção Social, entrevista concedida à Lusa, em 23 de Abril de 2010.

Gomes, Conceição, Madalena Duarte, e Jorge Almeida, Comunicação proferida sobre *crimes, penas e reinserção social: Um olhar sobre o caso português*, no V Congresso Português de Sociologia. Esta comunicação tem por base o Relatório realizado no âmbito do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa “A Reinserção social dos reclusos – um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional”, apresentado em 2003.

Graef, Roger (2001), *Why Restorative Justice*, Londres, Fundação Calouste Gulbenkian.

Guerra, Isabel Carvalho (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*, Cascais, Principia Editora

Hanson, David, *Work in Prisons*, The Howard League for Penal Reform

Hillmer, Jurgen (2010), *Ex-Offender Community of Practice (ExOCOoP)*. Bremen, Alemanha.

Laville, Jean-Louis e Luiz Inácio Gaiger (2009), “Economia Solidária em Cattani, Antonio David *etal* (2009) (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Edições Almedina

Ministério da Justiça (2009), *Para Além da Prisão*. Lisboa: Sextante Editora.

National Thematic Networks, *Outcomes and Successes obtained by Networks of Ex-Offender DPs Germany and the United Kingdom*, National Thematic Networks.

Neustatter, Angela (2002), *Locked In Locked Out - The experience of young offenders out of society and in prison*, Londres, Calouste Gulbenkian Foundation.

O’Brien, Rachel (2010), *The Learning Prison*. Londres: RSA - Prison Learning Network.

Pereira, Gabriela; Ludgero Paninho; Graça Silva; Fátima Corte; Ana Cristina Rodrigues e Pedro Patraquim. (2009). *Manual Envolvimento de Empregadores em Meio Prisional*, Lisboa, Ministério da Justiça - Direcção Geral dos Serviços Prisionais.

PONTE, João Pedro (2006), *Estudos de caso em educação matemática*. Bolema, 25, 105-132. Este artigo é uma versão revista e atualizada de um artigo anterior: Ponte, J. P. (1994). O estudo de caso na investigação em educação matemática. *Quadrante*, 3(1), pp3-18. (re-publicado com autorização), consultado em 02.01.13

[http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/06-Ponte%20\(Estudo%20caso\).pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/06-Ponte%20(Estudo%20caso).pdf)

Portela, José (2009), A economia ou é solidária ou é fratricida, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, pp 115-152

Ross, Jeffrey Ian e Stephen C. Richards, (2009). *Beyond Bars: Rejoining Society After Prison*, EUA, Penguin Group

Santos, Boaventura Sousa (2003), *A Reinserção Social dos Reclusos - Um contributo para o debate da reforma do sistema prisional*, Coimbra, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa - Centro de Estudos Sociais

Simon, Frances H. (2005). *Prisoner's Work and Vocational Training*, Londres, Routledge.

Stevenson, Nicky, Guy Tunbull e Sipi Hameenaho. (2009). *Reducing Re-Offending Through Social Enterprise*, Londres, Concilium - Achieving Social Value Through Enterprise.

Stewart, Michael , *Making it Work for Offenders: A toolkit for developing employment projects for offenders*, Londres, Centre for economic & social Inclusion

Taggart, Robert (1972). *The Prison of Unemployment: Manpower Programs for Offenders (Policy Studies in Employment & Welfare)*, EUA, The Johns Hopkins University Press.

WEBGRAFIA

<http://www.dgsp.mj.pt/>, consultado em 29.12.11, em 06.01.12 e em 20.12.12

<http://www.dgrs.mj.pt/>, consultado em 22.06.11 e em 08.12.12

<http://www.parquesdesintra.pt>, consultado em 12.12.11 e em 10.01.13

[http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/06-Ponte%20\(Estudo%20caso\).pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/06-Ponte%20(Estudo%20caso).pdf), consultado em 02.01.13

ANEXOS

ANEXO A – Carta enviada para a Direção Geral dos Serviços Prisionais com o pedido de autorização para a realização do trabalho no Estabelecimento Prisional de Sintra

Direção Geral dos Serviços Prisionais

Att: Exmo. Sr. Diretor Geral

Dr. Rui Sá Gomes

Travessa da Cruz do Torel, n.º1

1150-122 Lisboa

Cascais, 9 de Janeiro de 2012

ASSUNTO: Pedido de autorização para trabalho de investigação no Estabelecimento Prisional de Sintra

Exmo. Sr. Director Geral – Dr. Rui Sá Gomes,

O meu nome é Ana Cristina Rodrigues, sou aluna do Mestrado em Economia Social e Solidária, do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) – Instituto Universitário de Lisboa e pretendo desenvolver um trabalho de investigação, conducente à atribuição do grau de Mestre, com o tema **Fatores e desafios dos programas de empregabilidade para reclusos – o caso do Estabelecimento Prisional de Sintra.**

Este trabalho pretende demonstrar o *papel preventivo que têm os programas de empregabilidade estruturados para os reclusos do Estabelecimento Prisional de Sintra e como contribuem para a sua reinserção social e conseqüente diminuição da reincidência criminal e regresso à prisão.* Por programas de empregabilidade entendem-se actividades profissionais desenvolvidas dentro do estabelecimento prisional e frequência de acções de formação por parte dos reclusos. O trabalho relacionará a questão da exclusão social com a formação profissional de reclusos e a empregabilidade no contexto prisional, passando pela caracterização do sistema prisional português, com vista à melhoria das condições de empregabilidade dos reclusos e à articulação entre os serviços prisionais e o meio empresarial.

Numa primeira fase gostaria de realizar entrevistas exploratórias à directora do Estabelecimento Prisional de Sintra, à responsável pela formação profissional na Direcção Geral dos Serviços Prisionais, às técnicas dos serviços de educação do Estabelecimento Prisional de Sintra, a um guarda prisional e a um recluso como forma de aferir a importância da problemática para os diferentes atores. Pretendo ainda realizar análise documental e pesquisa bibliográfica. Numa segunda fase, gostaria de implementar um questionário destinado a recolher as opiniões dos reclusos que frequentam a acção de formação Empreendedorismo nas Artes e Ofícios do Património – Estuques (que decorre de Setembro de 2011 a Fevereiro de 2012) e aos que irão frequentar a acção de formação Empreendedorismo nas Artes e Ofícios do Património - Cantaria (que decorrerá de Março a Junho de 2012). Estas acções de formação, financiadas pelo POPH, medida 9.1.6 – Formação para a Inclusão, estão a ser coordenadas por mim enquanto funcionária da Associação Nacional de Jovens Empresários. Pretendo ainda entrevistar ex-reclusos que participaram em programas de empregabilidade enquanto detidos.

O orientador será o Professor Doutor José Fontes, Professor Auxiliar com Agregação, da Universidade Aberta e da Academia Militar e a Co-orientadora será a Professora Doutora Maria de Fátima Ferreiro, Professora Auxiliar do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa.

Venho assim, pela presente, solicitar autorização para a realização da investigação conducente à elaboração da Dissertação exposta anteriormente, no Estabelecimento Prisional de Sintra.

Junto envio os seguintes documentos:

- Documento com o tema da investigação, objetivo do estudo, metodologia e cronograma;
- Cópia do Boletim de Inscrição em Dissertação assinado pelo orientador e pelo co-orientador à altura, que entretanto foi substituído pela Professora Doutora Maria de Fátima Ferreiro;
- Declaração do Orientador;
- Breve *Curriculum Vitae* do Orientador.

Desde já comprometo-me a enviar cópia do trabalho final, devidamente identificado, à DGSP - Direção de Serviços de Planeamento e de Relações Externas a fim de integrar o seu espólio documental.

Na expectativa do melhor acolhimento ao meu pedido, subscrevo-me com os meus melhores cumprimentos

Ana Cristina Rodrigues

ANEXO B – Projeto de Dissertação enviado para a Direção Geral dos Serviços Prisionais



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Fatores e desafios dos programas de empregabilidade para reclusos – o caso do Estabelecimento
Prisional de Sintra

Ana Cristina Rodrigues

Aluna n.º 40297

Projecto de Dissertação conducente ao grau de mestre

Mestrado em Economia Social e Solidária

Orientador:

Professor Doutor José Fontes, Professor auxiliar com agregação,
Universidade Aberta

Co-orientadora:

Professora Doutora Maria de Fátima Ferreiro
Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa

Janeiro de 2012

Título: Fatores e desafios dos programas de empregabilidade para reclusos– O caso do Estabelecimento Prisional de Sintra

Tema: Este trabalho pretende demonstrar a relevância dos programas de empregabilidade (actividades profissionais desenvolvidas dentro dos estabelecimentos prisionais e frequência de acções de formação) estruturados para os reclusos do Estabelecimento Prisional de Sintra e como contribuem para a reinserção social e conseqüente diminuição da reincidência criminal e regresso à prisão.

Este trabalho relacionará a questão da exclusão social com a formação profissional de reclusos e a empregabilidade no contexto prisional, passando pela caracterização do sistema prisional português, com vista à melhoria das condições de empregabilidade dos reclusos.

Problema e objectivos:

Este trabalho pretende dar resposta à questão: Em que medida os programas de empregabilidade (actividades profissionais e formação profissional) que se desenvolvem nos Estabelecimentos Prisionais, nomeadamente no Estabelecimento Prisional de Sintra, contribuem para a reinserção social de reclusos?

O objecto de estudo incidirá primordialmente sobre o Estabelecimento Prisional de Sintra e a população reclusa que frequenta actualmente a acção de formação Empreendedorismo nas Artes e Ofícios do Património - Estuques e a que irá frequentar a acção de formação Empreendedorismo nas Artes e Ofícios do Património – Cantaria, podendo ainda alargar-se, na medida do possível, a ex-reclusos que frequentaram programas de empregabilidade similares enquanto estiveram detidos.

Neste trabalho adopta-se uma metodologia essencialmente qualitativa em que o objetivo principal é o de relacionar a participação em programas de empregabilidade com a reinserção social de reclusos.

Metodologia:

Numa primeira fase far-se-ão entrevistas exploratórias à directora do Estabelecimento Prisional de Sintra, à responsável pela formação profissional na Direcção Geral dos Serviços Prisionais, a duas técnicas dos serviços de educação do Estabelecimento Prisional de Sintra, a um guarda prisional e a um recluso como forma de aferir a importância da problemática para os diferentes atores. Será também realizada análise documental e pesquisa bibliográfica.

Numa segunda fase, procede-se à elaboração e à implementação de um questionário destinado a recolher as opiniões dos reclusos que frequentam a acção de formação mencionada e eventualmente de ex-reclusos que participaram em programas de empregabilidade enquanto detidos.

O questionário será constituído por questões abertas e fechadas devendo proceder-se a um pedido de autorização à Direcção Geral dos Serviços Prisionais.

Após a implementação do questionário estudar-se-ão os seus resultados baseados nas técnicas mais pertinentes de análise de dados e recorrendo, sempre que oportuno, ao estudo

de inter-relações aplicando tabelas de contingência. Em seguida proceder-se-á a um estudo reflexivo do qual poderão resultar dados que permitam, em conjugação com a análise qualitativa, responder à questão de partida, permitindo a análise relacionada com a problemática da importância da empregabilidade na reinserção social de reclusos, fazendo a ponte com o meio empresarial.

A dissertação comportará ainda a análise de experiências de organizações que trabalham na área da empregabilidade de reclusos em outros países.

Estado da Arte:

Não foi possível encontrar nenhuma obra exclusivamente relacionada com o tema e com a questão de partida do presente trabalho. No entanto, foram identificados alguns documentos como sejam o produto EQUAL – Entidades Empregadoras e a Inclusão: Uma Experiência e a adaptação deste produto para manual da Direcção Geral dos Serviços Prisionais bem como um produto EQUAL muito interessante que se designa por Passaporte para a Liberdade – Soluções Inovadoras no Sistema Prisional. Este documento apresenta numa primeira parte os diferentes produtos das Parcerias de Desenvolvimento e o trabalho da Rede Temática “Capacitação e Integração de (Ex)Reclusos/as”. Numa segunda parte inclui os textos do Grupo Temático Europeu que reuniu oito Estados Membros, incluindo Portugal, e que realizou dois eventos a nível europeu, um dos quais em Lisboa, apresentando no final Recomendações, quer para o nível nacional, quer europeu.

A nível europeu, há documentos que corroboram a pertinência deste tema, nomeadamente duas das conclusões do Fórum Político “Prevenção ou Regresso à Prisão”, realizado em Varsóvia, em 21 e 22 de Junho de 2007, que referem a empregabilidade e a formação profissional como factores importantes para a prevenção da reincidência. Assim, se refere: (...2. *Todos os reclusos/as devem ter a possibilidade de participar em programas de formação e de educação que reforcem a sua empregabilidade. Deve-se desenvolver e encorajar sistemas flexíveis de formação na prisão, capazes de responder às necessidades do mercado de trabalho local.* 3. *Como ter um emprego é o factor mais importante para a prevenção da reincidência, são necessários mais esforços para envolver empregadores tanto públicos como privados e para explorar outras formas de criação de emprego. Deve-se reduzir ou eliminar as barreiras legais, existentes em alguns Estados-Membros, à contratação de (ex)reclusos/as. Os empregadores devem ser encorajados a contratar (ex)reclusos/as estabelecendo-se metas para o número de pessoas socialmente excluídas entre o seu pessoal ou fornecendo-se incentivos financeiros à contratação de (ex)reclusos/as...*)

Um estudo levado a cabo pelo *Correcctional Services of Canada*⁵⁰, de 1992, denominado “*Can educating adult offenders counteract recidivism?*”, refere que a participação em acções de formação sobre competências sociais elementares contribui para reduzir a taxa de reincidência em cerca de 12%. Um outro estudo⁵¹ “*Effective regimes measurement research*”, refere que, considerando um grupo de reclusos com baixa escolaridade, aqueles que não participam em aulas ou em cursos de

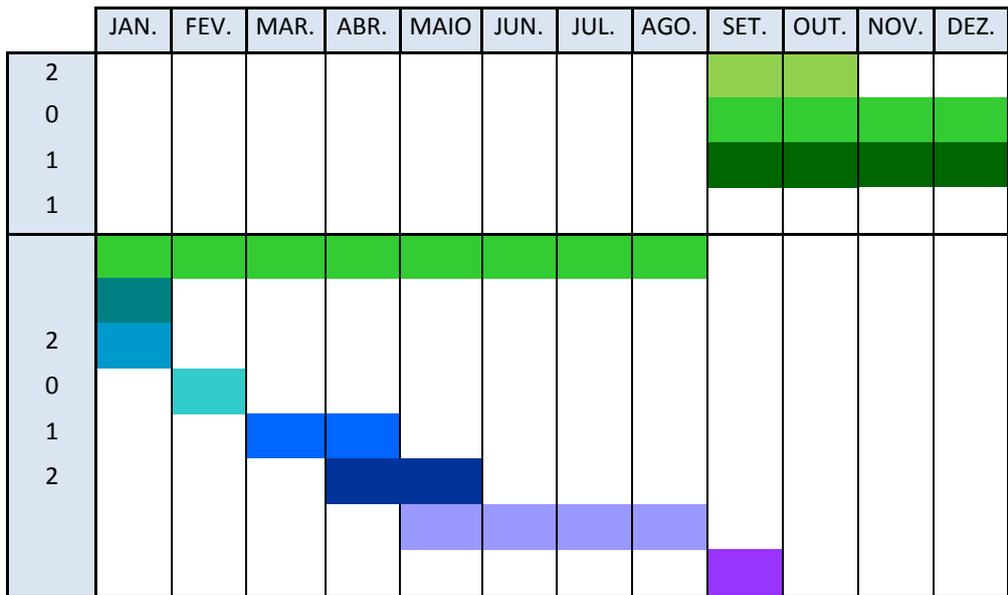
⁵⁰ Citado na comunicação proferida por Conceição Gomes, Madalena Duarte e Jorge Almeida sobre crimes, penas e reinserção social: Um olhar sobre o caso português, no V Congresso Português de Sociologia

⁵¹ Ibid.

formação durante o período de reclusão são três vezes mais susceptíveis de serem condenados de novo do que os reclusos que participam.

Em face destes resultados podemos concluir que o ensino e a formação profissional não devem ser vistos apenas como uma forma de ocupar o tempo dos reclusos – no cumprimento do seu direito a aprender– mas devem também ser vistos como uma medida de reinserção social e, conseqüentemente, de diminuição da reincidência criminal.

Cronograma:



-  Definir/Convidar Orientador e Co-orientador
-  Pesquisa e revisão de literatura
-  Consolidação do tema e realização do enquadramento teórico
-  Pedido de autorização para o estudo
-  Elaboração dos guiões de entrevista e do questionário a aplicar aos reclusos
-  Realização das entrevistas exploratórias
-  Aplicação dos questionários aos reclusos
-  Tratamento dos dados
-  Elaboração da Dissertação
-  Submissão da Dissertação e preparação para a apresentação

Referências Bibliográficas:

- CAPUCHA, Luís Manuel (2000). Exclusão Profissional, Exclusão Social e Cidadania. In J. M. Viegas, *Cidadania, Integração, Globalização* (pp. 187-201). Oeiras: Celta Editora.
- CAPUCHA, Luís Manuel (1999). *Grupos Desfavorecidos Face ao Emprego - Tipologias e Quadro Básico de Medidas Recomendáveis*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- CAPUCHA, Luís Manuel (1998). Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades. In J. M. Costa, *Portugal, Que Modernidade?* (pp. 209-242). Oeiras: Celta Editora.
- COSTA, Alfredo Bruto (2007). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva, Publicações, Lda.
- Direcção Geral dos Serviços Prisionais (2010). *Relatório de Actividades 2009*.
- Direcção Geral dos Serviços Prisionais (2011). *Guia de Entidades Empregadoras*
- ECO, Umberto. (2007). *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas* (13ª ed.). (A. F. Leitão, Trad.) Editorial Presença.
- ENELOW, Wendy S. e KRANNICH, Ronald L. (2005). *Best Resumes and Letters for Ex-Offenders (Overcoming Barriers to Employment)*. E.U.A.: Impact Publications.
- ENELOW, Wendy S. e KRANNICH, Ron. (2009). *The Ex-Offender's 30/30 Job Solution: Your Lifeboat Guide to Re-Entry Success*. E.U.A.: Impact Publications.
- FLETCHER, Del Roy. (2004). *Reducing Re-offending: The Enterprise Option - Report to the Small Business Service*. Londres: Centre for Regional Economic and Social Research.
- FURTADO, Leonor, Directora Geral da Reinserção Social, entrevista concedida à Lusa, em 23 de Abril de 2010.
- GOMES, Conceição e Duarte, Madalena e Almeida, Jorge, Comunicação proferida sobre *crimes, penas e reinserção social: Um olhar sobre o caso português*, no V Congresso Português de Sociologia. Esta comunicação tem por base o Relatório realizado no âmbito do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa “A Reinserção social dos reclusos – um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional”, apresentado em 2003.
- GRAEF, Roger. (2001). *Why Restorative Justice*. Londres: Fundação Calouste Gulbenkian.
- HILLMER, Jurgen. (2010). *Ex-Offender Community of Practice (ExOCOP)*. Bremen, Alemanha.
- ESTIVILL, Jordi (2003). *Panorama da Luta Contra a Exclusão Social - Conceitos e Estratégias*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho
- Ministério da Justiça. (2009). *Para Além da Prisão*. Lisboa: Sextante Editora.
- National Thematic Networks. *Outcomes and Successes obtained by Networks of Ex-Offender DPs Germany and the United Kingdom*. National Thematic Networks.
- NEUSTATTER, Angela. (2002). *Locked In Locked Out - The experience of young offenders out of society and in prison*. Londres: Calouste Gulbenkian Foundation.

O'BRIEN, Rachel. (2010). *The Learning Prison*. Londres: RSA - Prison Learning Network.

Parceria de Desenvolvimento EQUAL - Doze Soluções Inovadoras e Dar Escala à Inovação, Gabinete de Gestão EQUAL - Rede Temática para a Capacitação e Integração de (Ex)Reclusos/as, Grupo Europeu para os/as (ex)Reclusos/as. (2008). *Soluções Inovadoras no Sistema Prisional*. Lisboa: Gabinete de Gestão EQUAL.

PEREIRA, Gabriela; PANINHO, Ludgero; SILVA, Graça; CORTE, Fátima, RODRIGUES, Ana Cristina; PATRAQUIM, Pedro. (2009). *Manual Envolvimento de Empregadores em Meio Prisional*. Lisboa: Ministério da Justiça - Direcção Geral dos Serviços Prisionais.

Programme, T. E. *Making it Work for Offenders: A toolkit for developing employment projects for offenders*. London: Centre for Economic & Social Inclusion.

Projecto Rumos de Futuro - Da Prisão para a Inclusão. (2007). *Entidades Empregadoras e a Inclusão: Uma Experiência*. Lisboa.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, LucVan (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva - Publicações S.A.

ROSS, Jeffrey Ian e RICHARDS, Stephen C. (2009). *Beyond Bars: Rejoining Society After Prison*. EUA: Alpha Books.

SIMON, Frances H. (2005). *Prisoner's Work and Vocational Training*. Londres: Routledge.

STEVENSON, Nicky e TUNBULL, Guy e HAMEENAHU, Sipi. (2009). *Reducing Re-Offending Through Social Enterprise*. Londres: Concilium - Achieving Social Value Through Enterprise.

TAGGART, Robert . (1972). *The Prison of Unemployment: Manpower Programs for Offenders (Policy Studies in Employment & Welfare)*. EUA: The Johns Hopkins University Press.

Work in Prisons - Briefing for RT HON DAVID HANSON MP. The Howard League for Penal Reform.

Anexos:

- Cópia do Boletim de Inscrição em Dissertação assinado pelo orientador e pelo co-orientador à altura, que entretanto foi substituído pela Professora Doutora Maria de Fátima Ferreira;

- Declaração do Orientador;

- Breve *Curriculum Vitae* do Orientador.

ANEXO C – Ofício da Direção Geral dos Serviços Prisionais com a autorização para a realização do trabalho no Estabelecimento Prisional de Sintra



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIREÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS

Direção de Serviços de Planeamento e Relações Externas

Exmo(a) Senhor(a)
Dr^a Ana Cristina Rodrigues

Rua dos Rocelinhos, N^o 61
Amoreira

2 645 - 222 Alcabideche

<i>V/ referência</i>	<i>N/ referência</i>	<i>Ofício N.º</i>	<i>Data</i>
09.01.2012		12/DSPRE/2012	2012.02.03

Assunto: Investigação académica para Mestrado em Economia Social e Solidária pelo ISCSP

Tenho a honra de informar V. Exa. de que, por despacho do Senhor Director – Geral datado de 02/02/2012, e tendo em vista a elaboração do trabalho supramencionado está autorizada a desenvolver a sua pesquisa no Estabelecimento Prisional de Sintra e a ter uma entrevista exploratória com a responsável pelo Centro de Competências para a Dinamização e Gestão de Actividades. Daqui decorre que pode, numa primeira fase, fazer entrevistas exploratórias com a responsável do citado Centro de Competências e com elementos da Direcção, com técnicos de educação, com um elemento do corpo da guarda prisional e com um recluso. Pode também, numa segunda fase, aplicar um questionário aos reclusos que frequentam a formação em “Empreendedorismo nas Artes e Ofícios do Património” nas áreas do estuque e da cantaria.

Dando cumprimento ao disposto na Circular n^o 5 / GDG / 2001 de 18 de Junho – que regula estágios e investigações académicas - chama-se a atenção para o facto da investigação estar sujeita às condições de:

1. a realização das entrevistas com elementos da Direcção, com técnicos de educação, com um elemento do corpo da guarda prisional e com um recluso, bem como a posterior aplicação do questionário a reclusos tem de estar sempre dependente da disponibilidade dos visados para, após consentimento informado, colaborarem, reservando-se-lhes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a sua



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIREÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS

Direção de Serviços de Planeamento e Relações Externas

cooperação. O assentimento dos reclusos, para participar, ser passado a escrito e guardar-se cópia no EP;

2. a calendarização e modo de organização da pesquisa ser acordada com a Direcção do E P de Sintra, por forma a que se conciliem os objectivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação da vida quotidiana do Estabelecimento;
3. a calendarização da entrevista com responsáveis da formação dos Serviços Centrais ser previamente acordada a directora do Centro de Competências para a Dinamização e Gestão de Actividades;
4. haver obrigação de preservar o anonimato dos dados e das pessoas que venham a cooperar;
5. remeter cópias do trabalho final à Direcção de Serviços de Planeamento e Relações Externas, assim como ao Estabelecimento Prisional onde realizou o estudo.

Com os melhores cumprimentos.

Per A Direcção de Serviços

João João Leal Pereira

SM/2012

ANEXO D - Guião de entrevista a Reclusos

Guião de entrevista a Reclusos

Identificação do entrevistado:

Sexo:

Nome:

Idade:

Habilitações Literárias:

Pena de Prisão:

Opinião em relação ao trabalho dentro do EP:

- Como é o seu percurso profissional?
- Já trabalhou desde que está no EPSintra?
- Se a resposta for sim: Em que atividade? Já tinha exercido essa função em liberdade? Era essa a sua profissão?
- Era remunerado no EP?
- Considera importante a existência de programas de empregabilidade (formação profissional e trabalho) nos Estabelecimentos Prisionais (EP)?
- Acha que a ocupação laboral dos reclusos é uma simples forma de ocupação do tempo?
- Acha que a formação que existe nos EP permite que os reclusos aprendam uma profissão?
- Acha que o trabalho prisional é importante para quem está numa situação de reclusão?
- Acha que o exercício de uma profissão enquanto os reclusos estão num EP contribui para uma melhor reinserção quando saem do EP?
- Dos reclusos e ex-reclusos que conhece, tem conhecimento do facto de trabalharem ou frequentarem ações de formação contribuir para serem contratados por empresas à saída da prisão?
- Parece-lhe que a sociedade está preparada para aceitar o trabalho de ex-reclusos?

Opinião em relação à formação profissional:

- Frequentou formação profissional antes de ser recluso?
- Frequentou formação profissional enquanto recluso?
- Se sim, qual? Porque escolheu esse curso?
- Foi-lhe sugerido pela sua educadora?

- Qual a sua opinião em relação à oferta de cursos no EPSintra, quais os aspetos positivos e negativos que identifica?
- Quais as sugestões de melhoria que gostaria de dar?
- Considera que o facto de frequentar ações de formação no EP o pode ajudar aquando da sua saída?
- Se sim, em que termos (emprego, relação com os outros – reinserção social no sentido lato do termo)?

ANEXO E - Guião da Entrevista a ex-Reclusos

Guião da Entrevista a ex-Reclusos

Identificação do entrevistado:

Sexo:

Nome:

Idade:

Habilitações Literárias:

Pena de Prisão:

Opinião em relação ao trabalho dentro do EP:

- Como é o seu percurso profissional?
- Trabalhou enquanto esteve preso?
- Se a resposta for sim: Em que atividade? Já tinha exercido essa função em liberdade? Era essa a sua profissão?
- Era remunerado no EP?
- Considera importante a existência de programas de empregabilidade (formação profissional e trabalho) nos Estabelecimentos Prisionais (EP)?
- Acha que a ocupação laboral dos reclusos é uma simples forma de ocupação do tempo?
- Acha que a formação que existe nos EP permite que os reclusos aprendam uma profissão?
- Acha que o trabalho prisional é importante para quem está numa situação de reclusão?
- Acha que o exercício de uma profissão enquanto os reclusos estão num EP contribui para uma melhor inserção quando saem do EP?
- Dos reclusos e ex-reclusos que conhece, tem conhecimento do facto de trabalharem ou frequentarem ações de formação contribuir para serem contratados por empresas à saída da prisão?
- Como foi no seu caso?

Opinião em relação à formação profissional:

- Frequentou formação profissional antes de ser recluso?
- Frequentou formação profissional enquanto recluso? Se sim qual? Porque escolheu essa formação? Foi-lhe sugerido pela sua educadora?
- Qual a sua opinião em relação à oferta de cursos no EP em que esteve, quais os aspetos positivos e negativos que identifica?

Opinião em relação à Reinserção:

- Considera que o facto de frequentar ações de formação no EP o ajudou aquando da sua saída?
- O que gostaria de ter feito enquanto esteve preso que o pudesse ter ajudado quando saiu?
- Parece-lhe que a sociedade está preparada para aceitar o trabalho de ex-reclusos?
- Como foi o seu regresso à sociedade e ao mundo do trabalho?

**ANEXO F - Guião de Entrevista à diretora, às técnicas de educação e ao chefe dos guardas
prisionais do Estabelecimento Prisional de Sintra**

Guião de Entrevista à diretora, às técnicas de educação e a ao chefe dos guardas prisionais do Estabelecimento Prisional de Sintra

Identificação do entrevistado:

Sexo:

Nome:

Habilitações literárias:

Cargo:

Há quantos anos trabalha na DGSP e em concreto no EPSintra?

Opinião em relação ao trabalho e formação profissional de reclusos dentro dos EP:

- Considera importante a existência de programas de empregabilidade (formação profissional e trabalho) no Estabelecimento Prisional de Sintra (EPS)?
- Vê a ocupação laboral dos reclusos como uma simples ocupação do tempo?
- Considera que a formação que existe no EPS permite que os reclusos aprendam uma profissão?
- Considera que o trabalho prisional é importante para a reabilitação do indivíduo?
- Qual o balanço que faz dos programas de empregabilidade?
- Qual a sua perceção da adesão dos reclusos aos programas de empregabilidade?
- Tem dados sobre taxas de sucesso deste tipo de atividade?
- Existe articulação entre o EP e a sociedade envolvente, empresários, autarquias, outras entidades?

Opinião sobre o contributo da frequência de programas de empregabilidade para a diminuição da reincidência criminal:

- Possui dados oficiais, quanto à reincidência de reclusos que frequentaram programas de empregabilidade?
- De que forma considera que o trabalho realizado no EP contribui para a diminuição da reincidência criminal?
- Tem conhecimento de algum dos contratados pela Parques de Sintra Monte da Lua ter reincidido?

Opinião sobre a sustentabilidade financeira dos EP:

- Face ao actual contexto de cortes orçamentais, considera que a sustentabilidade financeira do EP está assegurada?

- Como vê a possibilidade de obtenção de receitas por parte do EP provenientes do trabalho de reclusos subcontratados por empresas?
- Acha que estão dispostos a trabalhar sem ganhar?

**ANEXO G - Guião de Entrevista à Chefe de Equipa Multidisciplinar da Direção Geral dos
Serviços Prisionais**

Guião da Entrevista à Chefe de Equipa Multidisciplinar da Direção Geral dos Serviços Prisionais

Identificação da entrevistada:

Sexo:

Nome:

Habilitações literárias:

Cargo:

Há quantos anos trabalha na DGSP:

Opinião em relação ao trabalho e formação profissional de reclusos dentro dos EP:

- A DGSP tem muitos protocolos com empresas?
- De que forma funcionam esses protocolos? Quais as condições que são dadas aos reclusos?
- Considera importante a existência de programas de empregabilidade (formação profissional e trabalho) nos Estabelecimentos Prisionais?
- Vê a ocupação laboral dos reclusos como uma simples ocupação do tempo?
- Considera que a formação que existe nos EP permite que os reclusos aprendam uma profissão?
- Considera que o trabalho prisional é importante para a reabilitação do indivíduo?

Opinião sobre o contributo da frequência de programas de empregabilidade para a diminuição da reincidência criminal:

- Possui dados oficiais, quanto à reincidência de reclusos que frequentaram programas de empregabilidade?
- De que forma considera que o trabalho realizado nos EP contribui para a diminuição da reincidência criminal?

Opinião sobre a sustentabilidade financeira dos EP:

- Face ao actual contexto de cortes orçamentais, considera que a sustentabilidade financeira dos EP está assegurada?
- Como vê a possibilidade de obtenção de receitas por parte do EP provenientes do trabalho de reclusos subcontratados por empresas?

ANEXO H – Caracterização dos reclusos entrevistados

TRATAMENTO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS A RECLUSOS

CARATERIZAÇÃO DOS RECLUSOS ENTREVISTADOS⁵²

	Idade	Hab. Lit.	Pena Total	Reincidente	Percurso profissional antes de ser preso	Trabalhou desde que está preso	Frequência de formação profissional em liberdade	Frequência de formação profissional desde que é recluso
E1	24	6.º ano	3 a e 6 m	Não	“(…) sempre trabalhei desde os 16 anos (...)”	Não	“(…) sim, mas não concluí. Foi um curso de informática só que não concluí. Era em Alverca e eu estava no Montijo, foi por causa dos transportes. Tinha que me levantar muito cedo. Depois não concluí. Dava equivalência (...)”	Sim. Estuques.
E2	37	6.º ano	6 anos	Não	“(…) eu comecei a trabalhar tinha 15 anos. Comecei para ajudar a minha mãe. Deixei a escola e comecei a	“(…) trabalhei lá em Hangra, nos Açores, de faxina na cadeia. Não há outros trabalhos lá. Só	“Não. Apenas trabalhei na construção. A primeira vez que estive na formação foi aqui.”	Sim. Estuques.

⁵² De acordo com o referido no enquadramento metodológico em relação à atribuição de nomes aos entrevistados, os nomes correspondentes a cada entrevista são os seguintes: E1 – Alexandre, E2 – Bruno, E3 – Cristiano, E4 – Daniel, E5 – Eduardo, E6 – Fernando, E7 – Gonçalo, E8 – Hélder, E9 – Isidro, E10 – Joaquim, E11 – Kevin, E12 – Luís, E13 – Manuel, E14 – Nelo, E15 – Orlando, E16 – Paulino, E17 – Renato, E18 – Saúl, E19 – Tiago, E20 – Ulisses, E21 – Vasco, E22 – Xavier, E23 – Wilson, E24 – Yann, E25 - Zeferino

					trabalhar para ajudar a minha mãe. Trabalhar na construção. ... Depois fui para a tropa e quando deixei a tropa, passado um tempo é que tive problemas com droga (...) de tempos em tempos trabalhava depois outros tempos não conseguia trabalhar derivado ao consumo (...)"	faxina(...)"		
E3	30	12.º ano	3a 8m	Não	<p>"O meu trabalho sempre foi trabalho rural, trabalhei sempre com o meu pai ... sempre foi o trabalho no campo. Trabalhei muito tempo com ele no campo.</p> <p>Tive alguns empregos fora, trabalhei na cerâmica do tijolo lá em Vendas Novas perto de dois anos, e estive na Fiat também mas foi tudo coisa de curto tempo,</p>	"(...) faxina no EPSetúbal."	"(...) curso de reparadores de carroçarias na Escola Profissional de Serpa e foi a única formação que fiz, foi essa."	"Fiz um curso EFA B3, no ano passado lá na escola para tirar o 9.º ano, para ter equivalência ao 9.º ano e agora os estuques."

					perto do meu pai é que estive mais tempo e a minha profissão, se se pode considerar profissão é o trabalho rural.”			
E4	33	12.º ano	3a 11m	Não	“Trabalhei no fabricante de peças, fazer leitarias também, novas e trabalhei como mecânico também. Tinha uma oficina pequenina, tinha quase 30 clientes nessa altura.”	“Não, só os estuques.”	“Mecânica, Serralharia e das máquinas.”	Só estuques
E5	23	6.º ano	5a 8m	Não	“Sim já trabalhei. Carpintaria e um pouco de eletricidade.”	Não	Não	Só estuques
E6	35	9.º ano	5 anos	Sim	“Trabalhei na fábrica da Covina, uma fábrica. Já trabalhei em oficina de carros e como motorista também e agora por fim era vendedor de automóveis. Já fiz muita coisa.”	Não	Não	“Podador de vinhas e pomares em Alcoentre e Estuques em Sintra.”

E7	37	9.º ano	4a 9m	Não	“Sou armador de ferros. Primeira profissão que eu aprendi era eletricitista. Era ajudante mas aprendi bastante, sei fazer alguma coisa de eletricitista. Eu gosto mais de eletricitista do que do ferro (...) eu tentei sair e buscar outro como ferro (...) mas a profissão que eu gostava era eletricitista mesmo.”	“Desde que eu estou preso nunca trabalhei. Foi aqui na Sintra que eu trabalhei, que estou na escola, mas só o curso, só o curso. Trabalho na prisão, ainda não.”	“Eu inscrevi no Centro de Emprego era pra Formação Profissional mas eu tive que ir estudar a língua inglesa ali no metro de Alvalade na Casa da Misericórdia. Era um módulo de Formação Profissional. Era para fazer o 12.º. Formação Profissional, só o Inglês e depois fui preso.”	Só estuques.
E8	31	6.º ano	4a 3m	Não	“Construção civil.”	Não	“Estava a frequentar o curso de bar e mesa, que dava equivalência ao 9.º ano mas não acabei porque vim preso.”	Só estuques.
E9	28	12.º ano	4a 6m	Sim	“Trabalhei Sempre na área da construção civil. Construção e restauro.”	Não	“Não. Nenhum curso profissional. Eu saí da escola aos 17 anos e comecei logo a trabalhar na construção civil.”	“Apenas finalizei o 12.º ano através das novas oportunidades, já cá dentro do estabelecimento prisional e este ano o

								curso de estuques.”
E10	38	6.º ano	4 anos	Não	“(…) Cheguei aqui em 2002. Primeiros tempos eu fiz serventaria mas pouco tempo que trabalhei na serventaria. Comecei logo a trabalhar no ferro, como profissional, como armador de ferro(…)”	“Comecei a trabalhar em Caxias, onde eu estava, como faxina, trabalhei mais ou menos 8 dias, como faxina, varrer, varrer os pisos, arrumar os lixos (...)”	“Nunca, nunca frequentei.”	Estuques
E11	44	5.º ano	4a 5m	Não	“(…) eu sou costureiro, fazia costura. Depois disso iniciei a fazer o comércio... fiz alguns meses de serventaria, servente de armação de ferro, carpintaria, de cofragens, até ser um oficial.”	“Na EPL comecei a trabalhar, mas pouco menos de um mês, trabalhei só 18 dias a partir daí fui mudado para cá. Quando vim para cá pedi mas disseram que só depois de 6 meses mas a partir daí diziam que não havia mesmo trabalho. Aqui na EP não é fácil (...)”	“Só o curso de informática que a Câmara da Amadora me deu. Foi a única coisa que eu fiz.”	Estuques
E12	33	4.º ano	4a 8m	Sim	“(…) trabalhei em tetos falsos, com pladour, durante meio ano.	“Estive no EPL. Estudei, estive a tirar o 5.º e o 6.º ano. Depois consegui ir	Não	“A de cantaria é a primeira.”

					Também fui pasteleiro e por último estive a trabalhar na Alfasom como técnico de som (...) Foi a última profissão que eu tive lá fora foi como técnico de iluminação.”	para o RAI (...) fui trabalhar para a tipografia onde já tinha trabalhado em 2001. Já tinha trabalhado lá 8 meses, no EPL.”		
E13	26	9.º ano	10 a 6m	Sim	“Primeiro comecei no IRS (Instituto de Reinserção Social da Massada) com jardinagem, não cheguei a acabar. Depois estive na Junta de Freguesia num POC.”	Não	“Frequentei serralharia pela Instituição RUMO e frequentei pela casa dos rapazes, pelo tribunal, uma de Informática. Isto já foi há... Ainda eu era menor, com quinze anos, veja bem.”	“É a primeira. Eu na outra cadeia, estive no Atelier, não é? Fiz trabalhos. Fizemos trabalhos escritos, eu estou a fazer um livro, estou a fazer o próximo livro.”
E14	37	12.º ano	10 a 5m	Sim	“Trabalhava na área da construção civil apesar de ter feito também outras coisas. Houve uma altura em que fiz móveis por medida, móveis de cozinha, roupeiros, coisas assim. Mas principalmente foi na área	“Sim, já. Trabalhei como faxina ou seja, limpeza das alas e dos corredores (...) trabalhei no bloco administrativo em Vale de Judeus, quando estava ainda em Vale de Judeus, como faxina, nas limpezas. Depois disso vim para aqui (...) andei	Não	“Pintura auto, encarregado de obras e cantaria.”

					da construção civil.”	uns tempos a trabalhar na secção das obras, até começar este curso.”		
E15	44	6.º ano	8a 5m	Não	“Trabalhei na construção civil, sou pedreiro de profissão.”	“Sim. Primeiro estive no Vale de Judeus, trabalhei lá. Desde que entrei para lá sempre trabalhei até ao último dia, em que me mandaram para aqui. Aqui trabalhei como pedreiro também. Lá trabalhei como faxina da direção, era faxina da direção.”	“Não, nunca.”	“Eu já tinha feito um curso nos Açores, porque eu fui preso nos Açores. Era um curso que tinha electricidade, era um curso completo só que eu quando cheguei lá já estava quase no fim, faltavam 3 meses, não foi suficiente para eu seguir o curso todo mas no final deram-me o certificado (...)”
E16	30	6.º ano	9 a 5 m	Sim	“Trabalhei como servente de pedreiro, nas obras.”	“Trabalhei na cozinha e trabalhei como faxina também.”	“Não.”	“Com este é a segunda vez (...) os outros foram o de operador florestal e de pedreiro.”

E17	48	10.º ano	5 anos	Não	“Trabalhei em muitas áreas: fui motorista, fui maquinista de..., fiz muitos cursos profissionais sem título... foi aí que eu fiz máquinas e movimentação de terras, gruas e isso...depois fiz eletricidade de alta tensão, que eu trabalhava nisso na firma pra REN, era pra REN, mas a nossa empresa é que recrutava pra REN e sempre...a Ren exigia sempre qualidade e ehh nos empregados que iam lá, tínhamos de fazer sempre tipo de... pequenos cursos pra gente ter cuidado que aquilo é muito perigoso.”	“Não...não.”	“Muito, muito, muito...higiene e segurança do trabalho, essas pequenas formações de dois meses, três meses, a higiene e segurança no trabalho veio através da exigência da REN à nossa firma, tinha que ter pessoas qualificadas, além do ramo, tinha que ter classificação de higiene e segurança, por causa de...que as firmas agora...essas grandes firmas estão a exigir, não podem por qualquer pessoas a ir trabalhar, eles não aceitam mesmo, a EDP, a REN não aceitam.”	“É a primeira.”
E18	38	4.º ano	4a 6m	Não	“Trabalhei como pedreiro em construção civil.”	“Sim, já trabalhei, no outro estabelecimento em	“Não. Só o que aprendi na obra porque era servente.”	“Não. Só escola e agora cantaria.”

						que estava, Caxias, trabalhei como pedreiro.”		
E19	40	6.º ano	5 a	Não	“Eu era carpinteiro, de tosco, depois como trabalho ficou um bocadinho complicado passei a ser cozinheiro (...) já fui comerciante ambulante, já fui motorista, taxista, em Cabo Verde, já fui pedreiro, já fui mecânico (...)”	Não	Não	“Só cantaria.”
E20	38	10.º ano	5 anos	Não	“Antes de estar preso trabalhei numa empresa de serviço urbano, SUMA, ambiente. Trabalhei lá como efetivo oito anos até vir preso. Até ao outro dia que fui preso. “	“Desde que entrei no EP, pedi sempre trabalho, me deram trabalho lá no escritório lá em cima, trabalhei lá.”	“Sim, na minha área, na SUMA. Formação que a empresa tinha. Foi em recursos humano, meio ambiente mesmo. Como a pessoa saber lidar com as pessoas na sociedade tar sempre em contato com a gente na rua, limpeza das praias, lavagem das ruas.”	Sim, cantaria
E21	33	5.º ano	5a 3m	Não	“Trabalhei no ambiente, limpar praias e orlas	“Trabalhei lá no outro EP, 3 meses só, em Hangra.,	“Sim, da escola da santa casa, um curso de	“Tirei um curso de empreendedorismo

					marítimas e o último trabalho que tive foi numa casa de repouso, o lar da na santa casa da misericórdia, lá na minha terra, nos Açores.”	como faxina.”	mecânico e em S. Miguel também, quando tirei lá a coisa do ambiente, também trabalhei lá numa associação para toxicod dependentes.”	no Estabelecimento de Hangra. Era de pouco tempo, era um curso intensivo. Estive um ano em Hangra (...) também tirei um de suporte base de vida para adultos.“
E22	23	9.º ano	5a 6m	Não	“Nunca trabalhei, estive na escola e isso mas trabalho nunca.”	Não	Não	Só Cantaria
E23	24	10 ano	7 a 3 m	Não	Não	Não	Não	Só Cantaria.
E24	24	6.º ano	2a 6m	Não	“Trabalhava no campo, nas obras, no que aparecia lá naquela zona. Trabalhador rural.”	“Sim, já trabalhei numa brigada que havia aí que era dos chapéus de chuva, trabalhei de faxina na outra prisão onde estava e agora estou aqui no curso.”	“Tirei um curso de calcetaria.”	Só Cantaria.
E25	42	9.º ano	3a 9m	Sim	“Trabalhei na estiva, na pesca.”	Não	Não	Só Cantaria.

ANEXO I – Sinopse das entrevistas realizadas a reclusos (opinião sobre o trabalho no Estabelecimento Prisional de Sintra)

TRATAMENTO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS A RECLUSOS

TRABALHO NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL – SINOPSE DAS ENTREVISTAS

	Importância da existência de programas de empregabilidade nos EP	Contributo da ocupação laboral para a reinserção	Opinião sobre a aceitação, por parte da sociedade, do trabalho de ex-reclusos
E1	“(…)passa mais rápido o tempo, estamos ocupados, passa mais depressa o tempo ... não é por ocupação é mesmo pelo dinheiro, sim, muita gente não tem visitas, não tem apoio familiar, não tem nada. Há muita gente assim (...)”	“(…) isso depende, depende porque..., depende da mentalidade da pessoa porque há aí pessoal que já querem sair e ser bandido novamente. Querem mudar de profissão mas é na atividade (...)“	“(…) eu estava de pulseira eletrónica e muita gente não me aceitou por causa disso (...) dão-nos um x de horas para sair e estão sempre a telefonar para o local de trabalho para ver se a gente encontrasse lá. Em 10 meses que estive de pulseira não consegui trabalho (...)“
E2	“(…) eu acho que é muito importante porque a gente sai daqui com mais habilitações literárias. Saímos com formação para fazer coisas que não sabíamos e é muito melhor prá gente. Tento aproveitar todas as oportunidades que me dão porque é uma mais-valia para mim (...) estar a trabalhar ajuda para as precárias. Ajuda, para o percurso que temos na prisão. Ajuda para tudo. Somos vistos de outra maneira, somos tratados de outra maneira porque andamos direitinhos e para a gente é bom. Conseguimos também encarar isso de outra maneira, com outra força. Já não temos aquele mau olhar sempre de roda da gente. Está na ala, não faz nada, não faz isto, não faz aquilo. Não deixa a gente à vontade. É	“Por exemplo, no meu caso dos estuques, lá nos Açores não há quem trabalhe nessa área. É uma mais-valia para mim chegar lá com um certificado porque tirei o curso. Muito mais fácil conseguir arranjar trabalho (...) um colega meu que tirou um curso aqui saiu e foi logo, arranjou trabalho na mesma área. Era numa área que precisavam só	“Se sairmos com formação eles olham pra gente como fizemos pela vida, fizemos para além de só estar na cadeia, tirámos cursos, aplicamo-nos. Somos vistos de outra maneira.”

	uma mais-valia, é muito melhor.”	que ele antes não tinha formação. Era carpinteiro de limpos.”	
E3	<p>“Eu acho que sim, acho que é importante nós termos ocupação pelo menos para mantermos as expectativas, termos esperanças de algum dia mais tarde termos alguma coisa. Estarmos fechados lá em baixo não ajuda em nada, só prejudica, mais nada (...) eu acho que não é só uma ocupação de tempo. Acho que tem a ver também nós termos benefícios por estarmos a trabalhar porque vai contar um dia mais tarde quando tivermos saídas precárias, condicionais, parlatórios do IRS, qualquer coisa que seja para fornecer dados ao tribunal, vai ajudar, com certeza que vai ajudar ... pelo menos para a gente nos sentirmos úteis, para não nos sentirmos inúteis e claro que ajuda o tempo a passar.”</p>	<p>“(…) pelo menos agora o curso pelo menos acho que me abriu algum horizonte novo porque se a minha área era só o trabalho no campo quando pois agora um dia quando for lá para fora já tenho mais uma área que posso agarrar, acho que sim (...) o meu primo Nuno, por exemplo, que tirou um curso de eletricidade e hoje trabalha na Câmara de Vendas Novas, é o electricista na Câmara de Vendas Novas. Ele tirou o curso ali no Linhó e agora é electricista. A profissão dele era pedreiro e agora é electricista na Câmara.”</p>	<p>“Eu acho que pode existir um bocado de discriminação, as pessoas vão ficar não sei se com receio, pode haver ou pode não haver, depende um bocado da mentalidade das pessoas mas eu acho que há pessoas de bem e há pessoas de mal. É um bocado complicado mas acho que sim, acho que o rótulo vai ficar, com certeza que o rótulo vai ficar mas também há muitas pessoas que não sabem o que se está a passar com a nossa vida.”</p>
E4	<p>“É importante para as pessoas aprenderem alguma coisa nova para quando saem e para abrir portas para os outros que vêm se não não há nada para ninguém (...) se lhes tirarmos o ordenado, ninguém vinha, só vinha um ou dois (...) devia haver uma separação dos reclusos. Tem o A e tem o B mas é quase igual. Está tudo misturado, é igual (...) todo o curso que metem lá em baixo a primeira coisa que sabem é se é pago. O dinheiro é que os motiva, o resto acho que não (...) acho que alguns,</p>	<p>“Sim, eu acho que a gente tem o sítio do mecânico que tem 3 ou 4 pessoas, a serralharia também, tem a Esferipol que é trabalho de burro (...) a Esferipol não os ajuda nada (...)”</p>	<p>“Se um gajo lá fora não tem trabalho e não tem ajuda de ninguém, está tudo queimado lá fora, ninguém quer saber de quem está cá dentro. Metade desta gente que está cá dentro, ficam pouco tempo lá fora. Vêm logo cá para</p>

	alguns é vantagem para eles, aprendem alguma coisa. Outros, quase, se calhar 70% é só para não estar lá em baixo. Dá para ver aqueles que querem aprender e aqueles que é só mais um dia para eles, só para não estarem lá em baixo. “		dentro (...) metade desta gente, as conversas deles, se calhar não conheço ninguém que sabe o que vai fazer lá fora. Nunca ouvi ninguém dizer que tem trabalho lá fora. Eu tenho.”
E5	“Acho que sim porque é uma maneira enquanto aquele tempo que estamos cá de ter o nosso tempo ocupado (...) pode ser mais do que isso (ocupação do tempo) porque mesmo além da pessoa estar cá, sempre ganha algum, distraísse e um dia quando sair sempre é mais fácil arranjar um trabalho lá fora.”	“Conheço, conheço vários colegas meus. Fizem formação também enquanto estavam presos, no curso de carpintaria e alguns de eletricidade e hoje em dia já estão a trabalhar em empresas, com contratos e tudo. É muito mais fácil.”	“Penso que sim, temos é que mostrar qual é o nosso trabalho. Há sempre uma dificuldade. Acabámos de sair da prisão, é sempre mais difícil. Temos é que mostrar que apesar daquele tempo que estivemos aqui, mudámos ou vamos tentar mudar.”
E6	“Claro acho que é fundamental, estar aqui parado, trabalho ou estudar, para ocupar o tempo e já agora acho que pode ajudar qualquer coisa no percurso na cadeia. Para termos os nossos benefícios e também para as pessoas aprenderem qualquer coisa. Já que cá estamos presos, é sempre bom aprender (...) se for um curso, por exemplo há aí vários cursos, electricista, serralheiros, estucadores é sempre uma mais-valia e também muitos presos para receberem dinheiro. As bolsas são boas, em relação ao ordenado que a prisão paga, as bolsas são boas (...) se for para o serviço da cadeia e se der para ganhar algum dinheiro é bom, pode ser um benefício em comum. É sempre bom trabalhar (...) é para o percurso, para receber dinheiro e estar ocupado. Eu pela minha parte	“Por exemplo eu tenho o meu companheiro de cela que é serralheiro de profissão, está cá dentro a exercer como serralheiro, não perde as características e o profissionalismo, vai continuando. Não vai estar cá vários anos preso e depois chega lá fora e já não sabe. Eu acho que é importante a continuidade.”	“Isso é que acho mais conforme a mentalidade das pessoas, há pessoas que não gostam, outras que são mais humanas. Há pessoas que não gostam disso, pronto, já vi de tudo. Eu propriamente já me deram trabalho sabendo que eu já tinha estado preso e quiseram-me ajudar, já tive essa hipótese.”

	penso assim. Eu pela minha parte vejo mais como uma ocupação. Como estar ocupado. Em relação ao futuro, o futuro só a Deus pertence. Se a gente aprender alguma coisa é mais uma oportunidade.”		
E7	“Sim, eu considero importante que todo o recluso pelo menos tinha trabalho, em vez de ficar na ala. Porque isso não é bom, do meu ponto de vista, eu não concordo com isso, eu quero trabalho para todos, a escola para todos, quem quer ir para a escola, vai (...) aqui na prisão, se tem trabalho, é menos um encargo para a família (...) um preso que está preso e não está a trabalhar, epá, é bué de problema. Vê o outro com dinheiro e ele não tem, epá, é importante para os presos ter o dinheiro deles. Está na vida dele, não chateia o outro.”	“(…) se um gajo não trabalha, quando sai lá fora, pronto, não tem assegurado nada, e eu não vou meter em mais nenhum problema para não voltar mais cá. Mas o outro que não tem segurança tem que meter outra vez e pode voltar cá. É importante trabalhar aqui para quando sai o dinheiro que tem ajuda a inserir na sociedade. Para mim, eu não vou voltar ao crime por não ter trabalho, mas para o outro não é assim.”	
E8	“Por causa do futuro. Quando uma pessoa sair daqui, tem possibilidades de arranjar mais fácil trabalho e para ter melhores condições (...) é visto como uma ocupação do tempo e a gente passa melhor o tempo. E porque precisam de ganhar dinheiro, para sustentar os vícios.”	“Se a gente tem sempre maneira de estar sempre ocupados, não pensa em fazer asneiras. Se uma pessoa não tem nada para fazer, em que é que vai pensar? Só pensa em coisas de mal, não pensa em coisas boas... Por acaso conheço. Acho que ele é contabilista e aprendeu na prisão.”	“Isso é que é pior. Há pessoas que ficam com um pé atrás, outro à frente. Quando temos cadastro, temos presos, nem todos olham da mesma maneira. Eu acho que tem a ver com o crime também.”

<p>E9</p>	<p>“Muito importante, muito, porque vai ajudar futuramente aqueles que decidem tomar outro rumo à sua vida. É muito importante terem as bases. Estes cursos que são fornecidos dentro dos estabelecimentos prisionais são uma excelente base para quem tenciona mudar de vida (...) para aquilo que eu tenho conhecimento, a formação fornecida dentro dos estabelecimentos prisionais é sempre num curto espaço de tempo, pode dar algumas bases para aquilo que nós necessitamos mas é sempre muito pouco, muito pouco tempo. É necessário, como eu costumo dizer colocar as mãos no trabalho, ter a experiência, a prática e isso peca um bocadinho, por falta de tempo (...) o nosso trabalho cá dentro apesar de ter uma remuneração muito reduzida de qualquer forma dá para ir gerindo e vivendo cá dentro e assim também ajuda a família que está lá fora e a vida não está propriamente fácil lá fora para ninguém. É bom, muito bom.”</p>	<p>“Eu conheço alguns ex-reclusos no entanto muitas das vezes quando saem não conseguem adquirir emprego, trabalho na área de formação que tiraram cá dentro. Nenhum dos que eu conheço conseguiu. Acabaram por ir para a construção civil, para outros trabalhos, outros permaneceram na vida que levavam mas por acaso não conheço até nenhum que tenha aplicado.”</p>	<p>“Não. A sociedade ainda encara os reclusos e mesmo os ex-reclusos como pessoas diferentes. Vou utilizar este termo para não utilizar termos mais, mais pesados. Vamos ser sempre rejeitados pelo menos ao sairmos daqui se formos para o sítio onde vivíamos anteriormente, e viver naquela pequena sociedade onde estávamos englobados, vamos ser sempre apontados como ex-reclusos e pelo nosso passado. É muito, muito difícil a reintegração. Há quem opte, e eu estou a pensar seriamente em faze-lo, não ir para o mesmo sítio onde vivia. Para ser mais fácil recomeçar uma vida do zero, procurar outro sítio (...) há muitas pessoas que até veem que quer trabalhar, dar uma segunda oportunidade, toda a gente merece uma segunda oportunidade no entanto julgo que a mentalidade, a sociedade ainda não está preparada para isso e há muita rejeição. Logo que tocamos no</p>
-----------	---	--	--

			assunto, o que fez nos últimos 2 ou 3 anos? Estive preso. É quase como um automático e aquele trabalho desaparece. Infelizmente.”
E10	<p>“Isto é muito importante para mim porque é uma coisa que eu aprendi que eu nunca na minha vida sabia que eu ia aprender um dia. Já aprendi aqui (...) se estás a trabalhar, esses trabalhos que estão a fazer lá fora, isso é só para passar o tempo. Agora fazer formação que nós já fizemos, isso já não é só para passar o tempo, já é qualquer coisa. No curso mesmo que não estás a ganhar estás a aprender, é uma coisa que podes vir a ganhar lá fora. É muito bom (...) se a pessoa está no curso para saber alguma coisa para saber amanhã, ele aprende. Agora há uns que estão lá, não estão a ligar ao curso, estão só para ganhar uns troquinhos, mais nada. Mas eu não, eu já aprendi muito (...) trabalho ajuda muito. Mesmo que não ganhas dinheiro muito dinheiro ajuda, ajuda os tempos a passar um pouco. Se não fica muito mais comprida ainda do que estava.”</p>	<p>“Ajuda, ajuda porque hoje em dia eu digo por mim. Lá fora eu podia dizer que eu só sabia o comércio que eu fazia (...) agora eu posso dizer que para além do armador de ferro que eu era, já há mais alguma coisa (...) antes eu ouvia dizer que mais ou menos trabalhar na Espanha, Alemanha ou na França é difícil trabalhar sem ter um diploma. Eu via isso, só que não tinha tempo de parar para ter diploma (...)”</p>	<p>“Depende porque há uns que são, peço desculpa por dizer isto à senhora, há uns que são fascistas, mostram mesmo assim na forma, não são como a senhora. Não quer dizer que a pessoa que está preso não possa trabalhar com os que estão lá fora. Não é um animal que está preso, é um humano que está aqui (...) eu garanto que eu quando saio daqui eu trabalho, vou buscar trabalho, a primeira coisa que eu faço é arranjar trabalho, seja de serventaria ou quê (...)”</p>
E11	<p>“(…)aprender algo que vai nos servir lá fora, é muito importante ... estive em Genebra, lá se não tem uma coisa escrita é muito difícil. Agora tenho um diploma (...) aprendemos coisa útil e é muito importante porque é uma coisa que vai nos servir lá fora muito. Pelo menos por aquilo que eu aprendi eu sei que me vai servir muito (...) sem fazer nada é a pior coisa na cadeia, sem estudar, sem trabalhar isso é a pior coisa na cadeia, custa</p>	<p>“(…) há um vizinho meu que saiu daqui há pouco tempo, Galdé Baldé, saiu há uns 3 meses e está a trabalhar no Algarve (...) era pintura e o que fez aqui também era pintura. Pelo telefone disse que</p>	<p>“Tenho esperança que me vai ajudar mas ainda não sei porque não passei ainda pela experiência.”</p>

	mais a passar o tempo (...)"	está a trabalhar há 2 meses (...)"	
E12	<p>"(...)sem formação a gente não vai a lado nenhum. Não temos escolaridade, não temos formação. É muito complicado para nos integrarmos e nesta cadeia é totalmente diferente, saímos de um meio residencial para estarmos com outras pessoas, conviver com outras pessoas, o que é muito bom para a gente (...) há pessoas que é mais para saírem daquele meio lá em baixo ou por questões financeiras (...) é muito melhor e estou ocupado da minha cabeça. Saio daquele meio lá em baixo, estou ocupado da minha cabeça e aprendo para mim, faz-me bem (...) cá dentro se a gente se não trabalhar não temos oportunidade para nada, não temos direito a precárias, direito a ir para a ala B, direito a ir para o RAI (...) claro que o trabalho é ótimo, para já como uma ocupação do tempo (...)"</p>	<p>"(...) conforme a profissão, se estiver todo o dia, dentro da Ala, a fazer faxina, acho que não vou ter sucesso nenhum. Estou dentro da ala, não saiu, não apanho ar (...) agora faxina dentro da ala todo o dia, o que é que isso vai dar? Estar todo o dia metido numa cozinha a lavar tachos e panelas, depende do que se faz. Das oportunidades, a gente também tem que as conquistar. Não é só vir para aqui passar os dias."</p>	<p>"Tenho dúvidas, tenho algumas dúvidas, não vou estar a dizer que sim nem que não (...) arranji trabalho, arranji logo para pasteleiro (...) não reagiram mal mas sabe como é que é trabalho na noite, como pasteleiro e tal, já estão mais habituados (...)"</p>
E13	<p>"Acho que é fundamental porque uma pessoa, acho que a grande escola do crime está dentro das cadeias. E quanto mais tempo morto houver, mais o crime é premeditado, mais a ambição, e acho que tudo parte daqui porque há muitos que voltam a repetir não é? eu, eu falo por mim, eu sou, eu repeto tratamentos atrás de tratamentos, tratamentos, tratamentos pela droga, porque sou adito à droga e há outros que são aditos ao crime que vêm para as cadeias para premeditar novos crimes e por 'tar ocupado e o trabalho, parece que não, é um desalívio, deixamos de pensar nessas atitudes (...) não querer voltar a fazer a mesma vida e aqui a trabalhar cria a ambição de que aquilo, vou acreditando cada vez mais que aquilo, que é possível (...) todos nós merecemos uma hipótese e</p>	<p>"Duma cadeia, sair e as portas estarem um dia à minha espera é muito difícil. Tá bem que é uma maior valia, um maior conhecimento, é uma aprendizagem que eu tenho dentro de mim, que levo daqui, já é um suporte maior, mas que isso na sociedade não, não é nada (...) sim, conheço, conheço. E foi nesta prisão, por acaso... Ele, acho que</p>	<p>"Não, isso não acredito, porque na sociedade nós somos um mito da sociedade queimada. Preso uma vez, preso toda a vida. Qualquer patrão pede o currículo e hoje em dia é: preso uma vez, preso toda a vida. Esse rótulo está sempre, mesmo que... Claro que uma pessoa nunca desiste. Não deu nesta porta, vai bater noutra, vai bater noutra até que, não é? Tem</p>

	<p>acho que é uma maneira de sobreviver na cadeia com perspetivas para o futuro.”</p>	<p>está a trabalhar, se não me engano, ou numa Junta daqui de Sintra, ou qualquer coisa assim e também foi encaminhado pela cadeia.”</p>	<p>que ser assim. Mas que as coisas funcionam logo, não.”</p>
E14	<p>“Claro que sim. Porque é bom para o desenvolvimento, para o desenvolvimento de uma pessoa e depois também porque ocupa o tempo que é uma coisa que nós aqui temos e muito. Para além de ajudar a passar esse tempo permite-nos também aprender, amadurecer, e pensar noutras coisas, criar objetivos (...) é uma ocupação de tempo mas também do próprio desenvolvimento pessoal (...) incute-nos também sentido de responsabilidade, para além de nos manter ocupados, também incute sentido de responsabilidade, o ter que se levantar a horas, ter que cumprir horários, ter que trabalhar, ter regras.”</p>	<p>“Sim, uma vez que não se perde anos sem se praticar aquilo que se estava a fazer. Às vezes (eu já é a segunda vez que estou preso) e já me aconteceu, eu estive 3 anos sem trabalhar. Ao fim de 3 anos, quando peguei num rolo, quando peguei numa trincha, aquilo parecia que já não ... era como andar de bicicleta, uma pessoa nunca esquece mas as primeiras pedaladas, ainda são assim um bocado tortas, só assim ao fim de um dia de trabalho é que a coisa já começa. Por isso uma pessoa estar assim sem trabalhar, não esquece mas perde um bocado o jeito, ou seja, o praticar faz com que a pessoa não esqueça e vá sempre melhorando aquilo que faz.”</p>	<p>“Hoje em dia está um pouco mais, se bem que ainda falta muito para que certas mentalidades mudem. Ainda há muito aquele estigma de que um prisioneiro é um criminoso, e é um bandido, e é má pessoa e isso nem sempre acontece. Eu costumava dizer que cometi um crime, sim senhor, aliás cometi vários crimes, que foram todos eles de furto mas no entanto não me considero um criminoso no verdadeiro sentido da palavra (...) eu não me considero um criminoso, cometi um crime mas não me identifico nada com a maioria das pessoas que aqui estão (...) sim consegui arranjar trabalho mas esse patrão não sabia que eu tinha estado preso, pronto, mas consegui</p>

			arranjar trabalho foi um bocado difícil mas consegui.”
E15	<p>“É importante, não só para mim mas acho que é para os outros também. É muito importante. Eu para mim acho que é bom ter mais conhecimento (...) para mim não é só para ocupar o tempo. Queria aproveitar, tirar algum proveito, saber lidar com isso melhor. Eu sempre trabalhei na construção civil, da parte de pedreiro e agora apareceu esta oportunidade e vou aproveitar (...) para mim acho que sim, é importante trabalhar. Levantar de manhã e ficar sentado aí dentro não resolve nada, fica mais cansativo assim passa o tempo e vou sempre aprender qualquer coisa, não só com o trabalho mas a falar com as pessoas.”</p>	<p>“(…) o problema de tudo isto é lá fora a sociedade dar oportunidade às pessoas que fizeram um curso aqui dentro porque as vezes só com o curso que fazemos aqui dentro, saímos lá fora e não temos oportunidades, aí é que às vezes complica mais (...) eu até estive preso com uma pessoa, que saiu. Ele fez um curso de marcenaria, com o CPJ. Mas ele passou 6 anos nessa formação, saiu já como profissional (...) para ele já foi uma vantagem. Ele saiu e conseguiu arranjar uma sociedade e fez uma empresa.”</p>	<p>“Aí há muita discriminação nessa parte, a pessoa que já foi presa e saiu, ir procurar trabalho em certos sítios é recusado a não ser na construção civil, construção civil aceita tudo mas em termos do resto do trabalho não aceita. Eu não é a primeira vez que estou preso, é a segunda vez. Mas a primeira vez, quando fui preso, sai e fui procurar trabalho, quando souberam que ... fui muito sincero com eles, falei olha estive preso e sai, disseram não não. Tive que ir trabalhar na construção civil outra vez.”</p>
E16	<p>“Acho que é importante, para quem tem pouca condição financeira, é muito importante. Importante pelas duas, pelo trabalho e financeira. Um curso por exemplo, pode aproveitar, pode servir lá fora. Tirei um curso de pedreiro e serviu-me lá fora.”</p>	<p>“Sim, eu acho que ajuda porque sai e já está dentro do ritmo do trabalho, se encontrar um trabalho já é mais fácil chegar e entrar, já está no ritmo. É só chegar e dar continuidade ao trabalho (...) já ouvi dizer de alguns que eu</p>	<p>“(…) Eu acho que sim, eu acho que sim porque já estão habituados, têm que habituar com os ex-reclusos, a população normalmente 10%, 20% já passaram pelo estabelecimento prisional (...) fui trabalhar com uma pessoa que já</p>

		conheci, tiraram um curso cá como electricista e beneficiaram disso. Agora estão a trabalhar lá fora como electricista.”	conhecia há muito tempo, e isso não faz diferença.”
E17	“Baseando-me nos cursos que eu vi aqui, eu acho muito importante porque (...) coisas que não me passavam pela cabeça que podiam ser assim, que este tempo que temos aqui, que estamos com a cabeça no travesseiro levam-nos a pensar muitas coisas (...) alguns vão lá porque não têm, não têm aquele...têm um vicio, o álcool, ou fumar um cigarro tem algum dinheirinho no bolso e alguns vão lá, a maioria que vão...é para ter como é que eu digo...um pa não terem redução da precária, pra serem melhor vistos (...) que motiva o habito de levantar de ir trabalhar, pra mim eu acho...já saí da ala A, já tou meio em liberdade, sinto-me mais livre e estou a aprender.”	“Ajuda, também ajuda pa... com a ajuda de pessoal da segurança social né, porque isto que eles dizem é só uma fachada, uma pessoa sai daqui e já tem conhecidos que tiveram aqui...batalharam e a única solução que tiveram foi sair de Portugal (...) fez electricidade cá dentro e quando saiu começou a trabalhar quase pa conta própria né, fez a carpintaria, fez muitos cursos cá dentro...a ele ajudou, porque quando...antes dele veio pa dentro não tinha profissão certa, ehhe tipo mais...prestava mais tipo servente, ajudou muito a ele.”	“(...)Para dizer a verdade eu acho que não...e temos de omitir (...) já temos esse, esse carimbo já tá lá, mas eles não querem saber que o caso não foi assim (...)”
E18	“Sim, é muito importante. É muito importante porque muitas pessoas que estão aqui não tinham profissão, não tinham formação. Acho importante fazer formação aqui para quando sair ter uma profissão (...) não é só para ocupar tempo, pode ser mais do que isso. Pode ser mais porque ...	“Acho que sim. Hoje em dia há menos trabalho, há muito desemprego, quando uma pessoa tem formação tem mais	“Acho que sim, uma pessoa tem que lutar, não tem que ouvir muita conversa, tem que se concentrar e consegue.”

	<p>ocupa o tempo, aprendesse outras coisas que não sabia. Por exemplo eu quando sair ... este curso que estou a aprender aqui, não sabia nada disso, agora com prática, posso fazer isso lá fora (...) trabalho é importante. Trabalho é sempre importante ... não só na prisão, lá fora também ... trabalho é sempre importante ... principalmente pessoas que estão presas, trabalho é sempre importante.”</p>	<p>possibilidade de arranjar emprego (...) aqui um rapaz que estava a trabalhar como pedreiro, lá em Caxias e quando saiu, como trabalhava bem, arranjou um trabalho.”</p>	
E19	<p>“Para mim é esse curso que eu estou a fazer para mim está a ser uma grande experiência na vida porque é uma experiência nova, não conhecia certas coisas e agora já conheço, já tenho noção de coisas assim. Apenas que esse curso é pouco, pouco tempo, mas quem sabe possa aparecer mais. Eu estou sempre disponível para isso, não quero ficar lá em baixo, parado, sem fazer nada porque de início disse assim, quero ir lá para cima, fazer alguma coisa, não me interessa dinheiro, interessa é sair lá de baixo, apanhar um ar puro e pronto (...)”</p>	<p>“É, eu acho que sim porque há muitos na rua que dizem que não têm trabalho, não têm profissão, não têm não sei quê. Para mim eu acho que isso tudo é treta, porque uma pessoa quando quer fazer alguma coisa vai à procura, porque há várias pessoas que agora querem ter um emprego, quer ganhar dinheiro, não querem trabalhar (...)”</p>	<p>“Também não sei, é a primeira vez, não sei, para mim eu acho que considera pessoas tudo igual, recluso ou ... eu acho tudo igual, não discriminação. Já ouvi os meus colegas, só quando sai lá fora, eu não dá importância porque eu passei porque isso é normal, eu não matei ninguém, não roubei ninguém, não fiz nada. Então eu acho que eu não tem medo de pedir trabalho porque eu estive preso, sou ser humano como qualquer outro, isso aí não me incomoda.”</p>
E20	<p>“Trabalho é importante porque a pessoa, a pessoa p’além de vai ganhar a vantagem de estar fora, não tar lá na ala, tar a levar com muitas coisas, fumo e essas coisas, barulho, a pessoa tá... como é que hei de explicar... tá a perceber que tá a conhecer outras coisas na vida bom, tá... nós</p>	<p>“É muito importante, como é que eu hei-de dizer, ter oportunidade de sair ao ar livre, é muito importante pa essa pessoa poder voltar a</p>	<p>“Acho que sociedade é sociedade que tá aberto para receber qualquer pessoa que queira ser da sociedade, que dá valor à</p>

	<p>temos que ser aberto aos conhecimentos, pa aprender muitas coisas boas e a pessoa... acaba também por ter um contato com os colegas de escola, comunicar uma forma diferente que a gente comunica lá em baixo. Ter outras formas de comunicação que é diferente. Tamos a aprender com os professores que estão aqui com vontade de dar as aulas e conselhos também que eles nos dão para a gente agarrar o curso. É uma coisa muito bonita, é uma oportunidade para a gente agarrar se calhar podemos, quando sair fazer disto a nossa vida... Muito bonito. “</p>	<p>reintegrar na sociedade, pa não voltar a cometer o memo erro.”</p>	<p>sociedade, que dá valor a si mesmo e dá valor à sociedade. A sociedade não olha pa ninguém lá fora como ex-recluso. Ela olha homens lá fora.”</p>
<p>E21</p>	<p>“Bastante, porque aproveita o tempo que a gente está aqui dentro para se formar e nunca é de mais saber e sair daqui com alguma coisa positiva para na rua aplica-la. Claro, para educar até a própria pessoa, para criar hábitos de trabalho, de responsabilidade. Essa atividade pode ser até uma mais valia para quando a gente for para a rua estar aptos para trabalhar na rua e é importante a gente fazer alguma coisa. Se não tiver nada para fazer não adianta nada vir para aqui, se não tiver uma medida corretiva. Uma medida corretiva não é castigar mas obrigar as pessoas a ter responsabilidades e hábitos sociais como é o trabalho (...) o trabalho é uma coisa que obriga a pessoa a ter uma certa disciplina, levantar-se de manhã, cumprir horários, ter direitos e obrigações e nós temos todos direitos e obrigações, não é por estarmos presos (...)”</p>	<p>“Conheço algumas pessoas que nunca trabalharam na vida, eram pessoas que sempre tiveram problemas, até de crescimento, tiveram pouco apoio e na cadeia fizeram-se homens, fez-se luz naquelas cabeças, aprenderam uma profissão e hoje gostam daquilo que fazem. Por acaso conheço alguns, são meus amigos, são lá dos Açores.”</p>	<p>“(...)acho que há muito preconceito sobre o que a pessoa fez e há muita curiosidade porque é que a pessoa foi presa. Acho que as pessoas têm que se esquecer disso ... porque a gente está aqui e vai pagar a nossa dívida à sociedade (...) quando têm conhecimento da realidade que a gente tem aqui dentro até dizem até não é má pessoa, até é bom trabalhador. Acho que também há muito desconhecimento quando se fala na população reclusa, está bem que também é uma certa taxa da sociedade que comete delitos, não</p>

			<p>é? (...) a maioria são pessoas que tiveram um azar na vida e foram forçadas a fazer certas coisas mas há pessoas que aprendem e outras que não aprendem mas isso é como em tudo.”</p>
E22	<p>“É muito importante para nós, não só para mim mas para todos em geral porque adquirimos mais conhecimentos e mais oportunidades também. Isso ajuda-nos muito e nos tira também deste mundo, que vivemos lá dentro, que só tem coisas negativas e ajuda-nos a pensar noutras coisas e no futuro e a aprender alguma coisa que pode ser importante para nós e para os nossos filhos (...) eu lá fora nunca liguei muito ao trabalho e isso, um emprego, não é que a minha mãe não apertou com isso ... mas eu dedicava-me a outras coisas, mas é sempre bom, é sempre bom porque o trabalho é essencial para o futuro (...) tem muitos reclusos aqui que não têm apoios familiares, que têm filhos e filhas e eles têm que trabalhar para terem um salário, pode ser pouco mas ajuda em alguma coisa, porque pode ser para os seus vícios, tabaco, café, e pelo menos alguma coisa que possam enviar para os familiares e para eles mesmo aqui para não se envolverem em outros negócios, noutras coisas, ajuda muito (...) quando sair já tenho uma outra visão, porque aqui também acordamos cedo, temos que cumprir ordens e as regras, é tipo num trabalho, que nunca tive e agora já tenho. Se eu for trabalhar lá fora também tenho que cumprir essas regras.”</p>	<p>“Tens uns que ajudou, outros não, maioria dos reclusos que estão no estabelecimento prisional, 90% são reincidentes e tem umas portas que se abrem para alguns, para outros não e há aqueles que vão procurar um emprego, dizem não, fecha aquela porta, e isso desanima, perde assim a força de vontade. Acho que há alguns casos com sucesso mas também há outros que regressam ao estabelecimento prisional.”</p>	<p>“(...) há umas pessoas que têm um bom coração, outros que não ligam por ser recluso porque ele cometeu um erro mas cumpriu, pagou aquele erro que ele cometeu e se calhar já está preparado para voltar a uma vida honesta e humilde. Há pessoas que levam muito a peito e isso não levam muito em consideração o que a pessoa esteve preso e o que fez mas há outras que levam muito para o preconceito e dizem esteve preso e não merece oportunidade. Eu acho que há mais pessoas negativas, que não aceitam</p>
E23	<p>“Claro que sim, claro que sim. É uma preparação para a nossa</p>	<p>“O meu irmão saiu há pouco tempo.</p>	<p>“Não, há muita discriminação.</p>

	reintegração na sociedade, para adquirirmos hábitos de trabalho, é pá não sei, acho que é mais isso, adquirirmos hábitos de trabalho. Eu falo por mim que eu nunca tive trabalho. Eu gostava de trabalhar mas a mim eles só me deram escola.”	Ele não trabalhou no que está a trabalhar agora mas ajudou-o em termos de horários.”	Quando eu vou de precária, se sabem que eu sou recluso, eles no café e em vários estabelecimentos, eles não me aceitam (...) pelo facto de eu já ter quase 6 anos preso, não me vão aceitar para trabalhar, é muito simples.”
E24	“Sim porque é uma forma da pessoa ocupar o tempo, passa mais rápido e a pessoa aprende qualquer coisa para quando for para a rua (...) a pessoa aqui aprende (...) o tempo que a gente aqui está permite que aprenda coisas novas, uma pessoa pode pôr isto em prática (...) é uma maneira de ajudar a civilizar mais as pessoas aqui dentro (...)”	“Sim. Porque então se não fosse assim, as pessoas que têm penas grandes, quando saiam daqui eram bichos. Porque isto aqui dentro é, é a lei da sobrevivência. Aqui dentro... não há hipótese, né, mesmo assim ainda temos sorte em ter estes cursos, estas formações, para a pessoa ir aprendendo qualquer coisa (...) conheço um companheiro meu que esteve preso por tráfico de droga, tirou um curso de serralharia mecânica na prisão de Pinheiro da Cruz e hoje ainda exerce essa função.”	“(...) só o facto de a pessoa dizer que foi recluso, é logo um motivo para ser excluído da sociedade. É complicado (...) basta a pessoa dizer que esteve preso, pronto, nem trabalho, nada (...) as pessoas ficam sempre desconfiadas, esteve preso, já era bandido, ainda veio pior... porque as pessoas idealizam a prisão como veem nos filmes, na América, sei lá, só pode ser. As nossas são um bocadinho diferentes. Mas também dá para aprender a ser bandido... a pessoa pode usar a aprendizagem tanto para o bom como para o mal.”
E25	“Acho que é muito importante existir porque assim não andamos ao Deus dará e a ver os outros companheiros a terem visitas e terem as coisas	“(...) ajuda porque já vão daqui com um curso tirado, levam um certo	“Eu penso que sim porque o trabalho é igual. O recluso vai para

	<p>que os pais lhes dão, que lhes trazem, os dinheiros e a roupa nova e assim com a formação temos a oportunidade de ter as nossas coisas, podermos fazer as nossas compras e termos alguma coisinha nossa (...) é um aliviar do stress é o esquecer um bocadinho a liberdade ou a falta de liberdade, pronto é importante (...) é muito importante porque assim prova-se e dá-se a ver aos guardas e aos serviços de educação que uma pessoa tem uma certa vontade (...)”</p>	<p>profissionalismo e esse profissionalismo vai-se adaptar a um trabalho que arranjem lá fora.”</p>	<p>lá e vai trabalhar naquilo que sabe, vai fazer a mesma coisa que outro profissional qualquer com formação lá de fora faz (...) mas eles podem é não acreditar e dar-lhe a confiança toda como por exemplo pô-lhe a chave do armazém nas mãos porque depois têm medo que ele vá lá à noite com um carro e que carregue e esvazie o armazém. Pode haver mais receio, nesse aspeto sim, acho que é só isso. E isso é muito mau porque na maior parte das vezes a pessoa depois vai querer trabalhar e se diz que é diplomado e que a diplomacia foi tirada dentro do estabelecimento prisional, então ainda pior.”</p>
--	--	---	--

ANEXO J – Sinopse das entrevistas realizadas a reclusos (opinião sobre a formação profissional no Estabelecimento Prisional de Sintra)

TRATAMENTO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS A RECLUSOS

FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL - SINOPSE DAS ENTREVISTAS

	Aspetos positivos da formação profissional	Aspetos negativos da formação profissional	Contributo para a reinserção
E1		“Acho que há poucos cursos e há pouca informação lá em baixo. Este curso que vai começar agora ninguém soube, ninguém soube lá em baixo. Só agora é que afixaram há poucos dias que era porque não tinham pessoal suficiente. Eles andaram a escolher... Há poucos cursos e poucas áreas. Só há de eletricidade, há de agricultura. Há de florestal também. Há agora de estuques e cantaria.”	“(…) Em princípio, temos o certificado que mostramos e não precisam de saber que foi na cadeia. É uma mais-valia sempre. É mais uma área que se pode (...) “
E2	“(…) acho espetacular, muito bom, uma grande ajuda. Saímos daqui a saber muito mais. Acaba por não ser, a prisão acaba por não ser uma escola de crime. Acaba por ser uma ocupação e uma aprendizagem de outras vertentes. Coisas que na rua nunca pensei vir a ter...”	“Alguns cursos acho que devia ter uma duração maior para a gente praticar mais (...) Talvez mais o prolongamento de alguns cursos. Não todos mas alguns. Tipo o dos estuques e de cantaria se tivesse mais 2/3 meses era melhor para nós porque a gente quanto mais trabalha mais sabe fazer.”	“Sim, muito, muito porque tenho quase a certeza que arranjo trabalho nos Açores com fartura. Como eu disse é a mão-de-obra. Lá não há mão-de-obra e há muito trabalho no estuque.”
E3	“Eu considero positivo eles oferecerem os cursos para nós frequentarmos por aquilo que	“Os cursos que estão aí, gostava de frequentar mas como já tenho o 9.º ano, estão a pôr-me	“É mais uma força, é mais um caminho que nós temos a seguir. Eu por exemplo se a minha área

	já tinha dito há bocado porque vai ajudar nos relatórios e vai ajudar nas nossas coisas aqui dentro, no nosso percurso aqui dentro acho que é essencial nós procurarmos ter uma ocupação e frequentarmos aquilo que pudermos e as ofertas que temos porque elas são poucas e quando aparecem temos que as agarrar.”	entraves como o de operador agrícola, vai dar equivalência ao 9.º ano (...)”	não tiver a ter saída, pois tenho oportunidade de me inserir como estucador, como restaurador de coisas antigas porque aprendi aqui no curso e valeu bem a pena ter aprendido. Acho que sim, que é importante termos essas oportunidades. Aprendi algumas coisas novas que não sabia nem nunca pensei vir a aprender e agora aqui é que vim a aprender”
E4		“Eu acho que devia ter muito mais cursos. Bar, mesa, construção civil. Dar formação a essas pessoas para saberem como trabalhavam, como fazer essas coisas. O campo, limpeza. Isto é só para ter os gajos presos, não para aprender nada. A brigada tem 50 gajos e estão lá 800.”	“É mais uma porta para mim. Eu sei fazer muita coisa. Sei electricista, sei muita coisa.”
E5		“Os cursos que aparecem são poucos por isso há que saber aproveitar as oportunidades que dão.”	“Sim e muito. Para arranjar trabalho, principalmente para o trabalho. Da maneira que isto está aí e para um ex-recluso que saia de um estabelecimento e que não tenha feito vai ser muito mais difícil arranjar trabalho, agora saindo com um diploma e com um certificado, é sempre mais fácil.”
E6	“Há bons cursos, há boas profissões. Se pudesse haver mais, melhor... Tem boas condições, tem vários cursos, pronto dentro das expectativas que há e das condições que	“Eu acho é que deviam ser mais bem escolhidas as pessoas, deviam fazer uma melhor seleção, do meu ponto de vista. Fazer uma seleção rigorosa de quem realmente quer aprender o ofício ou quem	“Esta área em que eu tirei o curso é uma área que eu fui descobrir que pensei que eu não gostasse tanto mas com o tempo fui gostando e quem sabe um dia quando sair se for trabalhar

	existem no país.”	vai para passar o tempo, devia ser um pouco mais rigoroso.”	para a Parques de Sintra, se posso ter alguma continuidade se podem-me oferecer trabalho, eu vou aproveitar, se tiver essa hipótese.”
E7	“(…)mas tenho que dar oportunidade a outros. Outros que não têm nada de ocupação (…)”	“(…)o curso que eu fiz é um bom curso, mas é um período curto, devia ser pelo menos nove meses (…)	“(…) Ajuda, ajuda, mesmo. Porque com o curso que eu fiz aqui, eu tenho que procurar, que dar palpite, mas ajuda a encontrar emprego mais facilmente (…)”
E8	“Eu acho bem, é uma oportunidade que estão a dar à gente e temos que aproveitar.”		“No futuro, acho que sim senhora... Para inserir na sociedade, acho melhor.”
E9	“Se eu com esta oportunidade podia aprender, evito ter que subcontratar alguém, posso fazê-lo pela minha mão e posso sempre dar formação a um trabalhador ou a outro.”	“Também não há muitos cursos para pessoas na minha situação, já com um grau de escolaridade mais elevado. É mais para reclusos que tenham o 6.º ano ou o 9.º ano ou que tenham equivalência a esses anos. Logo que seja um curso que tenha equivalência ao 9.º ano, pode ser um curso que me interesse no entanto o estabelecimento prisional rejeita derivado à escolaridade que nós já temos e não é fácil aparecer um curso como este que a ANJE proporcionou, não é fácil aparecer. Quando aparece temos que pôr a mão. Era de aproveitar, pôr a mão a todo o custo.”	“Pelo menos no meu caso julgo que sim e como são cursos em áreas em que o mercado está com falta de mão-de-obra especializada, é muito bom. Como este curso de estuques que foi excelente já que por aquilo que me foi dado a conhecer existe muita falta de mão de obra especializada nesta área, excelente, excelente. Porque assim nós podemos, pelo menos, permite-nos sonhar um pouco, que um dia mais tarde quando sairmos podermos seguir por esta área. Espero que até eu sair continue com muita falta de gente.”
E10	“O que considero positivo são as pessoas que passaram por nós, que nos formaram. Isto eu considero positivo, são boas pessoas e que	“O que considero negativo é o tempo. O tempo é muito pouco. É só isso, é muito pouco. O tempo que fazemos no local de trabalho é muito pouco, e	“Eu não entrei no curso para ganhar dinheiro. O que eu queria era aprender, não foi pelo dinheiro. E isso eu consegui (….) vai me ajudar sim. Vai-me

	sabem explicar (...)"	na escola também é muito pouco (...)"	ajudar muito."
E11	"Oferta de curso é muito importante. Curso até pode ajudar até pode ajudar também a integrar. Conforme a situação está lá fora, a gente acompanha pela televisão, mesmo para quem tem um bocadinho de formação está difícil obter emprego, imagina para quem não tem, as dificuldades são muito maiores."		"(...)Ajuda, de certeza que vai ajudar. Eu tinha um bocado de experiência nessa área, apesar de que não era muita como agora. Antes a gente fazia só a reparação das paredes com gesso para poder pintar, lixar e pintar. Agora eu posso acreditar que sou artista mesmo. Aquilo que a gente aprendeu."
E12	"De positivo, acho que está bom, está bastante bom para os reclusos. Somos bastantes a frequentar os cursos que cá estão, que é frutocultura, jardinagem , a cantaria, os estuques também tiveram sucesso (...)não tenho nada a dizer porque aqui há oferta."	"Negativos, não."	"Para me inserir melhor. Para arranjar emprego, é como já lhe disse, atualmente já não é como era. Se isto está difícil para os que lá estão ... quando a gente sair ou vai ser igual, ou melhor ou pior, não sei ... mas para mim está a fazer-me bastante bem (...) depende do trabalho que apareça, mas é mais uma habilitação que tenho."
E13	"Eu considero tudo positivo."	"Só o que eu acho que é negativo é os cursos serem a curto prazo. É muita matéria para uma pessoa interiorizar em tão pouco tempo."	"Em eu ter mais força de vontade para conseguir um trabalho. Porque se eu estiver ali sem fazer nada, acomodo-me à vida que eu não quero, à vida de esquina, que é tar agarrado à bolsa, até vir novamente a repetição disto."
E14	"(...)faz com que a pessoa que já não estudou há muitos anos, que já não escreve há muito tempo, volte a pegar na caneta, volte a escrever e parecendo que não ajuda, na	"(...)penso que se houvesse mais cursos, mais oferta, seria melhor ... seria melhor (...)"	"(...)Nos conhecimentos que são adquiridos e no tal aspeto que eu estava a falar há pouco de cumprir horários que é uma coisa que nós se não tivermos cursos, se não andarmos a trabalhar,

	<p>ocupação do tempo, no desenvolvimento intelectual e até mesmo de estado de espírito, parecendo que não a pessoa, estando a estudar, adquire mais conhecimento e ao adquirir mais conhecimento torna-se uma pessoa ... se for uma pessoa mais agressiva acho que consegue tornar essa pessoa mais calma, porque consciencializa também para outros aspetos. É uma forma de educação e como tal, penso que muitas pessoas começam a ter uma educação diferente do que estar na ala, a lidar sempre com os mesmos, o dia todo.”</p>		<p>não temos horas para acordar (...) esta coisa de cumprir horários, de responsabilidade, ajuda a pessoa que quando saia já vá com esse hábito inculcido.”</p>
E15	<p>“Eu acho que é boa, acho que dá formação a muitas pessoas. Há pessoas aí que não têm formação nenhuma, principalmente eu também não tenho formação nenhuma, mas a partir de agora vejo que é importante para quem quer seguir.”</p>	<p>“(...)podia haver mais cursos aqui, não só para mim mas para outros colegas, mais formação aqui dentro.”</p>	<p>“(...) Espero que sim, espero que me ajuda ... já saí daqui mais informado nesta área, na cantaria, espero que me ajude. “</p>
E16	<p>“Acho que, com esses cursos, muitas pessoas saem já com uma profissão que não tinham antes de entrar ... isso já é bom, quem quiser aproveitar, aproveita sempre, acho que é bom.”</p>		<p>“Sim, pode, vai-me ajudar muito. Tenho a certeza disso (...) para arranjar emprego, sim.”</p>

E17	<p>“Para mim...eu acho mais positivo (...) normalmente eles podem ajudar na precária...ajuda muito também (...)”</p>	<p>“(...) a única coisa que eu acho um bocadinho negativo é a duração, é curto. A duração deveria ser que... para mim, ter mais ainda a nível de prática, pronto que eu estou a achar que é um bocadinho curto (...)”</p>	<p>“(...)Em termo de disciplinas do curso, tirando a parte prática, fez-me mudar muito, são sempre pouco tempo. Comecei a ser mais compreensível e começar a ver as coisas de outra maneira, por exemplo ao nível de...eu não aguentava muito tempo a tar à frente de uma entrevista (...)”</p>
E18	<p>“Acho que é muito bom.”</p>		<p>“A arranjar emprego, se tenho profissão de pedreiro e tenho mais uma formação dessa, se não tenho pedreiro vou para cantaria.”</p>
E19	<p>“Para mim, tudo é positivo, porque há sempre alguma coisa para fazer ... tempo livre para ocupar ... se uma pessoa fica lá em baixo, sem fazer nada, é uma desgraça (...)”</p>	<p>“(...) Eu acho que devia ter mais cursos para os reclusos. Para serem mais bem informados porque há vários que não têm habilitações nenhuma, não sabem estar na sociedade, não sabem fazer nada, com curso, acho que vai melhorar muito.”</p>	<p>“Porque uma pessoa se já tem experiência de várias coisas aqui dentro quando sai torna-se mais fácil pedir um emprego no ramo que a gente já tem esse conhecimento. Normalmente na rua eu não ia num sítio ... eu não sabia o que era cantaria ... não tinha noção disso mas quando sair daqui já tenho, posso dizer olha, já conheço esta área e preciso de trabalhar.”</p>
E20	<p>“(...)para a pessoa poder ter mais extensão de conhecimento dessa matéria. É bonito. É bom, muito importante. É muito importante, gostei memo de tar nesse curso. Já comuniquei à minha família, à minha esposa que estou a tirar um curso... que tudo vai mudar.”</p>	<p>“(...) devia haver mais oferta, haver mais oferta (...)” “(...)Em termos de melhoria, é mesmo um bocado o aspeto de tempo, mais tempo... era muito bom (...)”</p>	<p>“(...) aquilo qu’eu tou adquirindo aqui já vou ser uma outra pessoa. E assim que eu sair lá fora tenho que procurar... Há pessoas que estão a ligar a isso. Isso vai-me ajudar muito, vai-me ajudar muito (...)”</p>

E21	<p>“De positivo é que todos os cursos são bons (...)”</p>	<p>“(…) de negativo é que são poucos (...) há uma população de, agora acho que é de 800 pessoas, e quem está na A não tem tanto acesso como quem está na B, ou quem está no RAI e acho que as oportunidades deviam ser para todos (...) acho que devia haver uma seleção onde todos podiam concorrer e depois escolhia-se quem ia ou não ia. A seleção não é feita dessa maneira, sei que é feita de outra maneira (...) deviam ser muito mais longos (...)”</p>	<p>“Ajuda porque não é só dar um curso. A formação também tem a ver com a pessoa que está a dar a formação, e ter uma pessoa das ruas é diferente e quando saímos daqui temos alguma coisa. Há pessoas que estiveram muito tempo na vida do crime, nunca fizeram nada e se vão para a rua nada fazem, o que é que acontece? Voltam e se sair daqui com alguma coisa, com um diploma, com alguma experiência, com capacidade de trabalhar na rua e mostrar que sabe e que é capaz, acho que é uma mais-valia. A pessoa não se sente incapaz quando sair daqui.”</p>
E22	<p>“De positivo porque é bom, ajuda-nos, estou a falar por mim e pelos outros, ajuda-nos, é uma ocupação (...) é sempre bom, para ocupar e dar mais conhecimento. Este mundo muito fechado, não se aprende nada de mais, só se aprende bandidagem (...)”</p>	<p>“Negativo porque às vezes não tentam ajudar outros reclusos porque pensam que têm um currículo mau e eles deixam para o lado e eu acho que era bom puxar por essas pessoas porque essas pessoas então lá em baixo ... eu já passei por essa fase ... ficam numa revolta porque às vezes o sistema deixa-nos de lado (...) mas às vezes há pessoas que merecem ser ajudadas. O sistema vê essas pessoas e diz esse provoca problemas, deixa estar para lá mas se calhar no fundo essa pessoa quer uma oportunidade mas não está a demonstrar.”</p>	<p>“Se calhar temos valor para estar naquele trabalho mas tem outros que vão ter preconceito, tem outros que nunca teve problemas com a polícia e assim, e eu gostaria que aparecesse oportunidades para mim lá fora.”</p>
E23	<p>“(…)de positivo é estarem ocupados os</p>	<p>“De negativo é que eles tipo escolhem só alguns,</p>	<p>“Sim, resta é saber se me vão dar oportunidade</p>

	reclusos.”	estão ali mais de 700 pessoas que não fazem nada, escolhem só os escolhidos, os preferidos, não sei. Há ali muita gente que se porta bem e que é visto como se porta mal. A seleção é um ponto negativo que eu vejo, de resto é positivo.”	para trabalhar nisso ou não. Eu vou procurar, eu vou procurar. Na minha área de residência até há lá uns trabalhos assim que eu já estive a ver. Agora não sei é se pelo facto de eu ter sido recluso me vão dar emprego.”
E24		“(…)para os reclusos todos que somos, acho que tornam-se poucos porque só meia dúzia deles é que temos oportunidade de vir para o curso, uns por causa do comportamento, outros por isto, outros por aquilo mas também acho que há pouca oferta, poderia haver mais e outras modalidades, sem ser sempre jardinagem. Jardinagem, todos os anos há dois, três cursos de jardinagem. Mecânica, serralharia, carpinteiros eram outros cursos que poderiam existir (...) são cursos bons mas dão pouco tempo. Praticamente a pessoa aprende mas não consegue aprender as partes dos pormenores, coisas mais pequeninas (...)”	“Acho que vai ser mais a questão do emprego porque não é bem uma profissão mas é mais alguma coisa que a pessoa aprende e sei que há poucas pessoas a fazer.”
E25	“O que considero positivo é que uma pessoa fica com uma porta aberta ao trabalho, pode trabalhar a fazer uma coisa que gosta e a progredir nas coisas que já sabe (...) Tudo o que tem a ver com cursos tem a ver com coisas positivas.”	“O aspeto negativo é ficar para ali a um canto e não ter oportunidade nenhuma de frequentar o curso ou ter oportunidade e não querer. Não encontro nada de negativo, não tem nada de negativo (...)”	“Ajuda, ajuda sempre. Ajuda, olhe, a começar pela remuneração que a gente tem, metade vai para a reserva, já é uma ajuda (...) depois ocupamos o tempo cá dentro. Ajuda a arranjar emprego e tentando seguir o mesmo caminho, ou seja, frequentar o mesmo tipo de trabalho do que o curso que frequentou dentro da cadeia.”

ANEXO K – Trabalho no Estabelecimento Prisional de Sintra: análise das principais questões assinaladas pelos reclusos

TRATAMENTO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS A RECLUSOS

TRABALHO NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SINTRA – ANÁLISE DAS PRINCIPAIS QUESTÕES ASSINALADAS

	ANÁLISE	EXCERTOS DAS ENTREVISTAS	FREQUÊNCIA
Importância da existência de programas de empregabilidade nos EP	- Ganhar dinheiro	“(…) é mesmo pelo dinheiro (…)”	E1
		“(…) todo o curso que metem lá em baixo a primeira coisa que sabem é se é pago. O dinheiro é que os motiva, o resto acho que não.”	E4
		“(…) sempre ganha algum (…)”	E5
		“(…) e também muitos presos para receberem dinheiro. As bolsas são boas, em relação ao ordenado que a prisão paga, as bolsas são boas.”	E6
		“(…) aqui na prisão, se tem trabalho, é menos um encargo para a família (…)”	E7
		“E porque precisam de ganhar dinheiro, para sustentar os vícios.”	E8
		“(…)por questões financeiras (…)”	E12
		“(…) para quem tem pouca condição financeira, é muito importante (…)”	E16
		“(…)tem algum dinheirinho no bolso e alguns vão lá (…)”	E17
		“(…)com a formação temos a oportunidade de ter as nossas	E25

		coisas, podermos fazer as nossas compras e termos alguma coisinha nossa (...)"	
	- Ocupar o tempo	<p>"(...) passa mais rápido o tempo, estamos ocupados, passa mais depressa o tempo (...)"</p> <p>"(...) é uma maneira enquanto aquele tempo que estamos cá de ter o nosso tempo ocupado."</p> <p>"(...) trabalho ou estudar, para ocupar o tempo (...) eu pela minha parte vejo mais como uma ocupação. Como estar ocupado. "</p> <p>"(...) considero importante que todo o recluso pelo menos tinha trabalho, em vez de ficar na ala (...)"</p> <p>"É visto como uma ocupação do tempo e a gente passa melhor o tempo."</p> <p>"(...)se estás a trabalhar, esses trabalhos que estão a fazer lá fora, isso é só para passar o tempo. Agora fazer formação que nós já fizemos, isso já não é só para passar o tempo, já é qualquer coisa (...) é muito bom (...) ajuda os tempos a passar um pouco."</p> <p>"(...)sem trabalhar isso é a pior coisa na cadeia, custa mais a passar o tempo (...)"</p> <p>"(...) Saio daquele meio lá em baixo, estou ocupado da minha cabeça e aprendo para mim, faz-me bem."</p> <p>"(...) porque ocupa o tempo que é uma coisa que nós aqui temos e muito (...)"</p>	<p>E1</p> <p>E5</p> <p>E6</p> <p>E7</p> <p>E8</p> <p>E10</p> <p>E11</p> <p>E12</p> <p>E14</p>

		<p>“(…)passa o tempo e vou sempre aprender qualquer coisa (…)”</p> <p>“(…)ocupa o tempo, aprendesse outras coisas que não sabia (…)”</p> <p>“(…)para não estar desocupado é bom o trabalho.”</p> <p>“(…) é uma forma da pessoa ocupar o tempo (…)”</p>	<p>E15</p> <p>E18</p> <p>E23</p> <p>E24</p>
	- Melhoria das competências profissionais	<p>“(…) saímos com formação para fazer coisas que não sabíamos e é muito melhor prá gente (…)”</p> <p>“É importante para as pessoas aprenderem alguma coisa nova para quando saem.”</p> <p>“e também para as pessoas aprenderem qualquer coisa. Já que cá estamos presos, é sempre bom aprender”</p> <p>“(…)é uma coisa que eu aprendi que eu nunca na minha vida sabia que eu ia aprender um dia(…)”</p> <p>“(…)agora tenho um diploma ... aprendemos coisa útil e é muito importante porque é uma coisa que vai nos servir lá fora muito (…)”</p> <p>“(…) é bom ter mais conhecimento (…)”</p> <p>“Um curso por exemplo, pode aproveitar ... pode servir lá fora ... tirei um curso de pedreiro e serviu-me lá fora.”</p> <p>“(…)acho importante fazer formação aqui para quando sair ter uma profissão (…)”</p> <p>“(…)não conhecia certas coisas e agora já conheço, já tenho noção de coisas assim (…)”</p>	<p>E2</p> <p>E4</p> <p>E6</p> <p>E10</p> <p>E11</p> <p>E15</p> <p>E16</p> <p>E18</p> <p>E19</p>

		<p>“(…) aproveita o tempo que a gente está aqui dentro para se formar e nunca é de mais saber e sair daqui com alguma coisa positiva para na rua aplica-la (…)”</p> <p>“(…)adquirimos mais conhecimentos e mais oportunidades também (…)”</p> <p>“(…)o tempo que a gente aqui está permite que aprenda coisas novas (…)”</p>	<p>E21</p> <p>E22</p> <p>E24</p>
	- Acreditar no futuro, ter esperança	<p>“(…) termos esperanças de algum dia mais tarde termos alguma coisa.”</p> <p>“Muito importante, muito, porque vai ajudar futuramente aqueles que decidem tomar outro rumo à sua vida. É muito importante terem as bases. Estes cursos que são fornecidos dentro dos estabelecimentos prisionais são uma excelente base para quem tenciona mudar de vida.”</p> <p>(…) é uma maneira de sobreviver na cadeia com perspetivas para o futuro.”</p> <p>“(…) nos tira também deste mundo, que vivemos lá dentro, que só tem coisas negativas e ajuda-nos a pensar noutras coisas e no futuro e a aprender alguma coisa que pode ser importante para nós (…)</p> <p>(…) o trabalho é essencial para o futuro (…)”</p>	<p>E3</p> <p>E9</p> <p>E22</p>
	- Ajuda na obtenção de um emprego quando estiverem em liberdade	<p>“...um dia quando sair sempre é mais fácil arranjar um trabalho lá fora.”</p> <p>“Quando uma pessoa sair daqui, tem possibilidades de arranjar</p>	<p>E5</p>

	<p>mais fácil trabalho e para ter melhores condições.”</p> <p>“No curso mesmo que não estás a ganhar estás a aprender, é uma coisa que podes vir a ganhar lá fora (...)”</p> <p>“(...)tiraram um curso cá como eletricista e beneficiaram disso. Agora estão a trabalhar lá fora como eletricista.”</p>	<p>E8</p> <p>E10</p> <p>E16</p>
- Ajuda no percurso interno, dentro da prisão	<p>“acho que pode ajudar qualquer coisa no percurso na cadeia”</p> <p>“(...) se não trabalhar não temos oportunidade para nada, não temos direito a precárias, direito a ir para a ala B, direito a ir para o RAI (...)”</p> <p>“(...)pa não terem redução da precária, pra serem melhor vistos (...)”</p>	<p>E6</p> <p>E12</p> <p>E17</p>
- Melhoria da imagem dos reclusos perante os guardas prisionais	<p>“(...) somos vistos de outra maneira, somos tratados de outra maneira porque andamos direitinhos e para a gente é bom...”</p> <p>“termos benefícios por estarmos a trabalhar”</p> <p>“(...) é muito importante porque assim prova-se e dá-se a ver aos guardas e aos serviços de educação que uma pessoa tem uma certa vontade (...)”</p>	<p>E2</p> <p>E3</p> <p>E25</p>
- Diminuição do tempo em que estão fechados	<p>“Outros, quase, se calhar 70% é só para não estar lá em baixo.”</p> <p>“(...) há pessoas que é mais para saírem daquele meio lá em baixo (...)”</p> <p>“(...)não me interessa dinheiro, interessa é sair lá de baixo,</p>	<p>E4</p> <p>E12</p> <p>E19</p>

		apanhar um ar puro e pronto (...) “(...)a pessoa p’além de vai ganhar a vantagem de estar fora, não tar lá na ala (...)”	E20
	- Ocupar a cabeça	“(...) estou ocupado da minha cabeça e aprendo para mim (...) (...) sou adito à droga e há outros que são aditos ao crime que vêm para as cadeias para premeditar novos crimes e por ‘tar ocupado e o trabalho, parece que não, é um desalívio, deixamos de pensar nessas atitudes (...) “(...) permite-nos também aprender, amadurecer, e pensar noutras coisas, criar objetivos (...) “(...) é um aliviar do stress é o esquecer um bocadinho a liberdade ou a falta de liberdade, pronto é importante (...)	E12 E13 E14 E25
	- Desenvolvimento pessoal	(...) é uma ocupação de tempo mas também do próprio desenvolvimento pessoal.” “(...)vou sempre aprender qualquer coisa, não só com o trabalho mas a falar com as pessoas (...) “(...)comunicar uma forma diferente que a gente comunica lá em baixo. Ter outras formas de comunicação que é diferente (...)	E14 E15 E20
	- Incute sentido de responsabilidade	“(...) incute sentido de responsabilidade, o ter que se levantar a horas, ter que cumprir horários, ter que trabalhar, ter regras.”	E14

		<p>“(…)que motiva o habito de levantar de ir trabalhar (…)”</p> <p>“(…)para educar até a própria pessoa, para criar hábitos de trabalho, de responsabilidade (..) o trabalho é uma coisa que obriga a pessoa a ter uma certa disciplina, levantar-se de manhã, cumprir horários, ter direitos e obrigações (…)”</p> <p>“(…) quando sair já tenho uma outra visão, porque aqui também acordamos cedo, temos que cumprir ordens e as regras, é tipo num trabalho, que nunca tive e agora já tenho. Se eu for trabalhar lá fora também tenho que cumprir essas regras.”</p> <p>“(…) é uma preparação para a nossa reintegração na sociedade, para adquirirmos hábitos de trabalho, é pá não sei, acho que é mais isso, adquirirmos hábitos de trabalho (…)”</p>	<p>E17</p> <p>E21</p> <p>E22</p> <p>E23</p>
	- Promoção de hábitos sociais	<p>“(…) ter um contato com os colegas de escola (…)”</p> <p>“(…)Uma medida corretiva não é castigar mas obrigar as pessoas a ter responsabilidades e hábitos sociais como é o trabalho.”</p> <p>“(…) é uma maneira de ajudar a civilizar mais as pessoas aqui dentro (…)”</p>	<p>E20</p> <p>E21</p> <p>E24</p>
	- Ajuda financeira aos familiares	<p>“(…) o nosso trabalho cá dentro apesar de ter uma remuneração muito reduzida de qualquer forma dá para ir gerindo e vivendo cá dentro e assim também ajuda a família que está lá fora e a vida não está propriamente fácil lá fora para ninguém. É bom, muito bom.” “</p> <p>“Tem muitos reclusos aqui que não têm apoios familiares, que têm</p>	<p>E9</p> <p>E22</p>

		filhos e filhas e eles têm que trabalhar para terem um salário, pode ser pouco mas ajuda em alguma coisa, porque pode ser para os seus vícios, tabaco, café ... e pelo menos alguma coisa que possam enviar para os familiares e para eles mesmo aqui para não se envolverem em outros negócios, noutras coisas, ajuda muito.”	
Contributo da ocupação laboral para a inserção	- Obtenção de um certificado profissional	<p>“É uma mais-valia para mim chegar lá com um certificado porque tirei o curso.”</p> <p>“(…) trabalhar na Espanha, Alemanha ou na França é difícil trabalhar sem ter um diploma. Eu via isso, só que não tinha tempo de parar para ter diploma.”</p> <p>“(…) ele fez um curso de marcenaria, com o CPJ. Mas ele passou 6 anos nessa formação, saiu já como profissional (…)”</p>	<p>E2</p> <p>E10</p> <p>E15</p>
	- Novas oportunidades de trabalho	<p>“... o meu primo Nuno, por exemplo, ele tirou o curso ali no Linhó e agora é electricista. A profissão dele era pedreiro e agora é electricista na Câmara.”</p> <p>“Fizeram formação também enquanto estavam presos, no curso de carpintaria e alguns de electricidade e hoje em dia já estão a trabalhar em empresas.”</p> <p>“(…) há um vizinho meu que saiu daqui há pouco tempo, Galdé Baldé, saiu há uns 3 meses e está a trabalhar no Algarve (…)”</p> <p>“(…)ele saiu e conseguiu arranjar uma sociedade e fez uma empresa.”</p> <p>“(…) quando uma pessoa tem formação tem mais possibilidade de</p>	<p>E3</p> <p>E5</p> <p>E11</p> <p>E15</p>

		<p>arranjar emprego (...) um rapaz que estava a trabalhar como pedreiro, lá em Caxias e quando saiu, como trabalhava bem, arranjou um trabalho.”</p> <p>“(...)conheço um companheiro meu que esteve preso por tráfico de droga, tirou um curso de serralharia mecânica na prisão de Pinheiro da Cruz e hoje ainda exerce essa função.”</p> <p>“(...)esse profissionalismo vai-se adaptar a um trabalho que arranjem lá fora (...)”</p>	<p>E18</p> <p>E24</p> <p>E25</p>
	- Aprendizagem de novas profissões	<p>“Sim, eu acho que a gente tem o sítio do mecânico que tem 3 ou 4 pessoas, a serralharia também (...)”</p> <p>“Acho que ele é contabilista e aprendeu na prisão.”</p> <p>“(...) fez a carpintaria, fez muitos cursos cá dentro...a ele ajudou, porque quando...antes dele veio pa dentro não tinha profissão (...)”</p> <p>“(...) eram pessoas que sempre tiveram problemas, até de crescimento, tiveram pouco apoio e na cadeia fizeram-se homens, fez-se luz naquelas cabeças, aprenderam uma profissão e hoje gostam daquilo que fazem (...)”</p>	<p>E4</p> <p>E8</p> <p>E17</p> <p>E21</p>
	- Manter o exercício da profissão, para não esquecer	<p>“(...) a exercer como serralheiro, não perde as características e o profissionalismo, vai continuando.”</p> <p>“(...) estar assim sem trabalhar, não esquece mas perde um bocado o jeito, ou seja, o praticar faz com que a pessoa não esqueça e vá sempre melhorando aquilo que faz.”</p> <p>“(...) se encontrar um trabalho já é mais fácil chegar e entrar, já</p>	<p>E6</p> <p>E14</p> <p>E16</p>

		está no ritmo (...)"	
	- Manter a cabeça ocupada para não cederem a tentações dentro da Prisão	<p>"A gente tem sempre maneira de estar sempre ocupados, não pensa em fazer asneiras."</p> <p>"(...) ter oportunidade de sair ao ar livre, é muito importante pa essa pessoa poder voltar a reintegrar na sociedade</p> <p>"(...)se não fosse assim, as pessoas que têm penas grandes, quando saiam daqui eram bichos (...)"</p>	<p>E8</p> <p>E20</p> <p>E24</p>
	- Formação e trabalho na prisão não ajudam a arranjar emprego	<p>"(...) muitas das vezes quando saem não conseguem adquirir emprego, trabalho na área de formação que tiraram cá dentro. Nenhum dos que eu conheço conseguiu."</p> <p>"Duma cadeia, sair e as portas estarem um dia à minha espera é muito difícil (...) eu não acredito, eu não acredito nisso, porque não está, não está."</p> <p>"(...) às vezes só com o curso que fazemos aqui dentro, saímos lá fora e não temos oportunidades, aí é que às vezes complica mais (...)"</p> <p>"(...)a única solução que tiveram foi sair de Portugal (...)"</p> <p>"(...)maioria dos reclusos que estão no estabelecimento prisional, 90% são reincidentes e tem umas portas que se abrem para alguns, para outros não (...) acho que há alguns casos com sucesso mas também há outros que regressam ao estabelecimento prisional."</p>	<p>E9</p> <p>E13</p> <p>E15</p> <p>E17</p> <p>E22</p>

	- Depende da função exercida	“Conforme a profissão, se estiver todo o dia, dentro da Ala, a fazer faxina, acho que não vou ter sucesso nenhum (...) estar todo o dia metido numa cozinha a lavar tachos e panelas, depende do que se faz (...)”	E12
	- Depende do recluso	“(...) isso depende, depende porque... depende da mentalidade da pessoa porque há aí pessoal que já querem sair e ser bandido novamente. Querem mudar de profissão mas é na atividade (...)” “(...) se um gajo não trabalha, quando sai lá fora, pronto, não tem assegurado nada, e eu não vou meter em mais nenhum problema para não voltar mais cá. Mas o outro que não tem segurança tem que meter outra vez e pode voltar cá. É importante trabalhar aqui para quando sai o dinheiro que tem ajuda a inserir na sociedade. Para mim, eu não vou voltar ao crime por não ter trabalho, mas para o outro não é assim.” “É ... eu acho que sim ... porque há muitos na rua que dizem que não têm trabalho, não têm profissão, não têm não sei quê ... para mim eu acho que isso tudo é treta ... porque uma pessoa quando quer fazer alguma coisa vai à procura, porque há várias pessoas que agora querem ter um emprego, quer ganhar dinheiro, não querem trabalhar (...)”	E1 E7 E19
	- Aquisição de hábitos de trabalho	“Ele não trabalhou no que está a trabalhar agora mas ajudou-o em termos de horários.”	E23
Opinião sobre a aceitação, por parte da sociedade, do trabalho de ex-	- Dificuldade de aceitação, no mercado, de ex-	“Em 10 meses que estive de pulseira não consegui trabalho (...)” “Metade desta gente que está cá dentro, ficam pouco tempo lá fora.	E1

reclusos	reclusos	<p>Vêm logo cá para dentro.”</p> <p>“Depende porque há uns que são, peço desculpa por dizer isto à senhora, há uns que são fascistas, mostram mesmo assim na forma (...)”</p>	<p>E4</p> <p>E10</p>
	- Reconhecimento, por parte dos empregadores, da pro-atividade dos reclusos ao frequentarem formação e/ou trabalharem	<p>“Se sairmos com formação eles olham pra gente como fizemos pela vida, fizemos para além de só estar na cadeia, tirámos cursos, aplicamo-nos.”</p> <p>“Temos é que mostrar que apesar daquele tempo que estivemos aqui, mudámos ou vamos tentar mudar.”</p> <p>“(…) quando têm conhecimento da realidade que a gente tem aqui dentro até dizem até não é má pessoa, até é bom trabalhador (...)”</p>	<p>E2</p> <p>E5</p> <p>E21</p>
	- Estigma em relação à reclusão	<p>“É um bocado complicado mas acho que sim, acho que o rótulo vai ficar, com certeza que o rótulo vai ficar...”</p> <p>“Há pessoas que ficam com um pé atrás, outro à frente. Quando temos cadastro, temos presos, nem todos olham da mesma maneira.”</p> <p>“Não. A sociedade ainda encara os reclusos e mesmo os ex-reclusos como pessoas diferentes ... vamos ser sempre apontados como ex-reclusos e pelo nosso passado. É muito, muito difícil a</p>	<p>E3</p> <p>E8</p> <p>E9</p>

		reintegração”	
		“Não, isso não acredito, porque na sociedade nós somos um mito da sociedade queimada. Preso uma vez, preso toda a vida (...) esse rótulo está sempre, mesmo que... claro que uma pessoa nunca desiste.”	E13
		“Ainda há muito aquele estigma de que um prisioneiro é um criminoso, e é um bandido, e é má pessoa e isso nem sempre acontece.”	E14
		“Aí há muita discriminação nessa parte, a pessoa que já foi presa e saiu, ir procurar trabalho em certos sítios é recusado (...) fui muito sincero com eles, falei olha estive preso e sai, disseram não não (...)”	E15
		“(...) já temos esse, esse carimbo já tá lá, mas eles não querem saber que o caso não foi assim (...)”	E17
		“(...) acho que há muito preconceito sobre o que a pessoa fez (...)”	E21
		“(...) há pessoas que levam muito a peito e isso não levam muito em consideração o que a pessoa esteve preso e o que fez mas há outras que levam muito para o preconceito e dizem esteve preso e não merece oportunidade. Eu acho que há mais pessoas negativas, que não aceitam.”	E22
		“(...) há muita discriminação. Quando eu vou de precária, se sabem que eu sou recluso, eles no café e em vários estabelecimentos, eles não me aceitam.”	E23
			E24

		<p>“(…) só o facto de a pessoa dizer que foi recluso, é logo um motivo para ser excluído da sociedade (…)”</p> <p>“Pode haver mais receio, nesse aspeto sim, acho que é só isso. E isso é muito mau porque na maior parte das vezes a pessoa depois vai querer trabalhar e se diz que é diplomado e que a diplomacia foi tirada dentro do estabelecimento prisional, então ainda pior.”</p>	E25
	- Dar uma segunda oportunidade	<p>“Eu propriamente já me deram trabalho sabendo que eu já tinha estado preso e quiseram-me ajudar, já tive essa hipótese.”</p> <p>“Tenho dúvidas, tenho algumas dúvidas, não vou estar a dizer que sim nem que não (…) arranjei trabalho, arranjei logo para pasteleiro (…) não reagiram mal mas sabe como é que é trabalho na noite (…)”</p> <p>“Acho que sim, uma pessoa tem que lutar, não tem que ouvir muita conversa, tem que se concentrar e consegue.”</p> <p>“(…) a sociedade não olha pa ninguém lá fora como ex-recluso. Ela olha homens lá fora.”</p>	E6 E12 E18 E20
	- Sociedade tem necessidade de se habituar em relação ao aumento dos ex-reclusos	“(…) têm que habituar com os ex-reclusos, a população normalmente 10%, 20% já passaram pelo estabelecimento prisional (…)”	E16
	- Desconhecimento da população reclusa	“(…) acho que também há muito desconhecimento quando se fala na população reclusa (…)”	E21

	<p>- Sem opinião</p>	<p>“(…) não sei porque não passei ainda pela experiência. “</p> <p>“(…) também não sei ... é a primeira vez ... não sei ... para mim eu acho ... que considera pessoas tudo igual, recluso ou ... eu acho tudo igual ... não discriminação (…)”</p>	<p>E11</p> <p>E19</p>
--	----------------------	---	-----------------------

**ANEXO L - Trabalho no Estabelecimento Prisional de Sintra – contagem das principais
questões assinaladas pelos reclusos**

Trabalho no Estabelecimento Prisional de Sintra – contagem das principais questões assinaladas pelos reclusos

1. Importância da existência de programas de empregabilidade nos EP e importância da ocupação laboral para quem está preso

ANÁLISE	FREQUÊNCIA
- Ganhar dinheiro	10
- Ocupar o tempo	13
- Melhoria das competências profissionais	12
- Acreditar no futuro, ter esperança	3
- Ajuda na obtenção de um emprego quando estiverem em liberdade	4
- Ajuda no percurso interno, dentro da prisão	3
- Melhoria da imagem dos reclusos perante os guardas prisionais	3
- Diminuição do tempo em que estão fechados	4
- Ocupar a cabeça	4
- Desenvolvimento pessoal	3
- Incute sentido de responsabilidade	5
- Promoção de hábitos sociais	3
- Ajuda financeira aos familiares	2

2. Contributo da ocupação laboral e da formação profissional para a reinserção

ANÁLISE	FREQUÊNCIA
- Obtenção de um certificado profissional	3
- Novas oportunidades de trabalho	7
- Aprendizagem de novas profissões	4
- Manter o exercício da profissão, para não esquecer	3
- Manter a cabeça ocupada para não cederem a tentações dentro da Prisão	3
- Trabalho na prisão não ajudam a arranjar emprego	5
- Depende da função exercida	1
- Depende do recluso	3
- Aquisição de hábitos de trabalho	1

3. Opinião sobre a aceitação, por parte da sociedade, do trabalho de ex-reclusos

ANÁLISE	FREQUÊNCIA
- Dificuldade de aceitação, no mercado, de ex-reclusos	3
- Reconhecimento, por parte dos empregadores, da pro-atividade dos reclusos ao frequentarem formação e/ou trabalharem	3
- Estigma em relação à reclusão	12
- Dar uma segunda oportunidade	4
- Sociedade tem necessidade de se habituar em relação ao aumento dos ex-reclusos	1
- Desconhecimento da população reclusa	1
- Sem opinião	2

ANEXO M – Formação Profissional no Estabelecimento Prisional de Sintra: análise das principais questões assinaladas pelos reclusos

TRATAMENTO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS A RECLUSOS

FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SINTRA – ANÁLISE DAS PRINCIPAIS QUESTÕES ASSINALADAS

	ANÁLISE	EXCERTOS DE ENTREVISTAS	FREQUÊNCIA
Aspetos positivos da formação profissional	- Motivador	<p>“... acho espetacular, muito bom, uma grande ajuda.”</p> <p>“(...) acho que está bom, está bastante bom para os reclusos. Somos bastantes a frequentar os cursos (...)”</p> <p>“Para mim, tudo é positivo, porque há sempre alguma coisa para fazer, tempo livre para ocupar (...)”</p>	<p>E2</p> <p>E12</p> <p>E19</p>
	- Aprendizagem de novas competências	<p>“Acaba por ser uma ocupação e uma aprendizagem de outras vertentes.”</p> <p>“Se eu com esta oportunidade podia aprender, evito ter que subcontratar alguém, posso faze-lo pela minha mão e posso sempre dar formação”</p> <p>“(...)acho que dá formação a muitas pessoas (...)”</p> <p>“saem já com uma profissão que não</p>	<p>E2</p> <p>E9</p> <p>E15</p> <p>E16</p>

		<p>tinham antes de entrar ... isso já é bom.”</p> <p>“(...) para a pessoa poder ter mais extensão de conhecimento dessa matéria (...)”</p> <p>“(...)para ocupar e dar mais conhecimento (...)”</p> <p>“(...) fica com uma porta aberta ao trabalho (...) progredir nas coisas que já sabe.”</p>	<p>E20</p> <p>E22</p> <p>E25</p>
	- Ajuda no percurso prisional	<p>“... vai ajudar nos relatórios e vai ajudar nas nossas coisas aqui dentro, no nosso percurso aqui dentro...”</p> <p>“(...) normalmente eles podem ajudar na precária...ajuda muito também (...)”</p>	<p>E3</p> <p>E17</p>
	- Boas condições, no EPSintra, para a formação	<p>“Tem boas condições, tem vários cursos.”</p>	<p>E6</p>
	- Características dos formadores	<p>“O que considero positivo são as pessoas que passaram por nós, que nos formaram (...)”</p>	<p>E10</p>

	- Ajuda na reintegração	“Oferta de curso é muito importante. Curso até pode ajudar, até pode ajudar também a integrar (...)”	E11
	- Valorização pessoal	“(...) ajuda, na ocupação do tempo, no desenvolvimento intelectual e até mesmo de estado de espírito (...) consegue tornar essa pessoa mais calma, porque consciencializa também para outros aspetos. É uma forma de educação e como tal, penso que muitas pessoas começam a ter uma educação diferente do que estar na ala, a lidar sempre com os mesmos, o dia todo.”	E14
	- Ocupação do tempo	“De positivo é estarem ocupados os reclusos.” “(...) mas tenho que dar oportunidade a outros. Outros que não têm nada de ocupação (...)”	E23 E7
Aspetos negativos da formação profissional	- Pouca oferta	“Acho que há poucos cursos e há pouca informação lá em baixo.” “Os cursos que aparecem são poucos por isso há que saber aproveitar as oportunidades que	E1 E5

		<p>dão.”</p> <p>“(…) penso que se houvesse mais cursos, mais oferta, seria melhor ... seria melhor (…)”</p> <p>“(…)podia haver mais cursos aqui (…)”</p> <p>“(…) Eu acho que devia ter mais cursos para os reclusos (…)”</p> <p>“(…) devia haver mais oferta, haver mais oferta (…)”</p> <p>“(…)de negativo é que são poucos (…)”</p>	<p>E14</p> <p>E15</p> <p>E19</p> <p>E20</p> <p>E21</p>
	- Curta duração	<p>“Talvez mais o prolongamento de alguns cursos.”</p> <p>“(…)o curso que eu fiz é um bom curso, mas é um período curto, devia ser pelo menos nove meses (…)</p> <p>“O que considero negativo é o tempo. O tempo é muito pouco. É só isso, é muito pouco. O tempo que fazemos no local de trabalho é muito pouco, e na escola também é muito pouco (…)”</p>	<p>E2</p> <p>E7</p> <p>E10</p>

		<p>“Só o que eu acho que é negativo é os cursos serem a curto prazo (...)”</p> <p>“(...)um bocadinho negativo é a duração, é curto (...)”</p> <p>“(...) mais tempo... era muito bom (...)”</p> <p>“(...) deviam ser muito mais longos (...)”</p> <p>“(...) são cursos bons mas dão pouco tempo. Praticamente a pessoa aprende mas não consegue aprender as partes dos pormenores, coisas mais pequeninas (...)”</p>	<p>E13</p> <p>E17</p> <p>E20</p> <p>E21</p> <p>E24</p>
	- Escassez de cursos para quem já tem o 9.º ano	<p>“como já tenho o 9.º ano, estão a pôr-me entraves”</p> <p>“não há muitos cursos para pessoas na minha situação, já com um grau de escolaridade mais elevado.” (12.º ano)</p>	<p>E3</p> <p>E9</p>
	- Incorreta seleção dos formandos	<p>“Eu acho é que deviam ser mais bem escolhidas as pessoas, deviam fazer uma melhor seleção, do meu ponto de vista. “</p>	<p>E6</p>

		<p>“(…) acho que devia haver uma seleção onde todos podiam concorrer e depois escolhia-se quem ia ou não ia.”</p> <p>“A seleção é um ponto negativo que eu vejo, de resto é positivo.”</p>	<p>E21</p> <p>E23</p>
	- Falta de diversidade de cursos	<p>“Eu acho que devia ter muito mais cursos. Bar, mesa, construção civil. “</p> <p>“(…) jardinagem, todos os anos há dois, três cursos de jardinagem. Mecânica, serralharia, carpinteiros eram outros cursos que poderiam existir (...)”</p>	<p>E4</p> <p>E24</p>
	- A formação atinge um pequeno número de reclusos	<p>“A brigada tem 50 gajos e estão lá 800.”</p> <p>“(…) acho que tornam-se poucos porque só meia dúzia deles é que temos oportunidade de vir para o curso (...)”</p>	<p>E4</p> <p>E24</p>
	- Desigualdade de oportunidades	<p>“(…) há uma população de, agora acho que é de 800 pessoas, e quem está na A não tem tanto acesso como quem está na B, ou quem está no RAI e acho que as oportunidades</p>	<p>E21</p>

		<p>deviam ser para todos (...)"</p> <p>"(...)negativo porque às vezes não tentam ajudar outros reclusos porque pensam que têm um currículo mau e eles deixam para o lado (...) o sistema vê essas pessoas e diz esse provoca problemas, deixa estar para lá mas se calhar no fundo essa pessoa quer uma oportunidade mas não está a demonstrar."</p> <p>"(...)estão ali mais de 700 pessoas que não fazem nada, escolhem só os escolhidos, os preferidos (...) a seleção é um ponto negativo que eu vejo."</p>	<p>E22</p> <p>E23</p>
	- Sem aspetos negativos	<p>"Negativos, não."</p> <p>"(...) Não encontro nada de negativo, não tem nada de negativo (...)"</p>	<p>E11, E16, E18, E12</p> <p>E25</p>
Contributo para a reinserção	- Obtenção de um certificado	<p>"...temos o certificado que mostramos e não precisam de saber que foi na cadeia."</p> <p>"saindo com um diploma e com um certificado, é sempre mais fácil"</p>	<p>E1</p> <p>E5</p>

		“(…)se sair daqui com alguma coisa, com um diploma (…) acho que é uma mais-valia (…)”	E21
	- Aumento da possibilidade de arranjar emprego	<p>“...tenho quase a certeza que arranjo trabalho.”</p> <p>“se a minha área não tiver a ter saída, pois tenho oportunidade de me inserir como estucador, como restaurador de coisas antigas porque aprendi aqui no curso e valeu bem a pena ter aprendido.”</p> <p>“É mais uma porta para mim. Eu sei fazer muita coisa. Sei eletricista, sei muita coisa.”</p> <p>“um ex-recluso que saia de um estabelecimento e que não tenha feito vai ser muito mais difícil arranjar trabalho.”</p> <p>“(…) Ajuda, ajuda, mesmo. Porque com o curso que eu fiz aqui, eu tenho que procurar, que dar palpite, mas ajuda a encontrar emprego mais facilmente (...)”</p> <p>“Como este curso de estuques que</p>	<p>E2</p> <p>E3</p> <p>E4</p> <p>E5</p> <p>E7</p> <p>E9</p>

		<p>foi excelente já que por aquilo que me foi dado a conhecer existe muita falta de mão de obra especializada nesta área.”</p> <p>“Para me inserir melhor. Para arranjar emprego (...)”</p> <p>“eu ter mais força de vontade para conseguir um trabalho (...)”</p> <p>“(...)para arranjar emprego (...)”</p> <p>“A arranjar emprego.”</p> <p>“(...) torna-se mais fácil pedir um emprego no ramo que a gente já tem esse conhecimento (...)”</p> <p>“(...) acho que vai ser mais a questão do emprego (...)”</p> <p>“(...) Ajuda a arranjar emprego e tentando seguir o mesmo caminho, ou seja, frequentar o mesmo tipo de trabalho do que o curso que frequentou dentro da cadeia.”</p>	<p>E12</p> <p>E13</p> <p>E16</p> <p>E18</p> <p>E19</p> <p>E24</p> <p>E25</p>
	<p>- Novas aprendizagens</p>	<p>“Em princípio, temos o certificado que mostramos e não precisam de saber que foi na cadeia. É uma mais-</p>	<p>E1</p>

		<p>valia sempre. É mais uma área que se pode (...) “</p> <p>“Aprendi algumas coisas novas que não sabia nem nunca pensei vir a aprender e agora aqui é que vim a aprender.”</p> <p>“(…)o que eu queria era aprender (...)”</p> <p>“(…) depende do trabalho que apareça, mas é mais uma habilitação que tenho (...)”</p> <p>“(…) já saiu daqui mais informado nesta área, na cantaria (...)”</p>	<p>E3</p> <p>E10</p> <p>E12</p> <p>E15</p>
	- Melhor inserção na sociedade	<p>“No futuro, acho que sim senhora... Para inserir na sociedade, acho melhor.”</p> <p>“(…)Ajuda, olhe, a começar pela remuneração que a gente tem, metade vai para a reserva, já é uma ajuda. Já se fica com algum dinheiro como garantia para não ir lá para fora com as mãos sem nada (...)”</p>	<p>E8</p> <p>E25</p>
	- Valorização pessoal	“(…)Agora eu posso acreditar que	E11

		<p>sou artista mesmo. Aquilo que a gente aprendeu.”</p> <p>“(…) mas para mim está a fazer-me bastante bem.”</p> <p>“(…) Comecei a ser mais compreensível e começar a ver as coisas de outra maneira, por exemplo ao nível de...eu não aguentava muito tempo a tar à frente de uma entrevista (…)”</p> <p>“(…)aquilo qu’eu tou adquirindo aqui já vou ser uma outra pessoa (…)”</p> <p>“(…)se sair daqui com alguma coisa, com um diploma, com alguma experiência, com capacidade de trabalhar na rua e mostrar que sabe e que é capaz, acho que é uma mais-valia. A pessoa não se sente incapaz quando sair daqui.”</p>	<p>E12</p> <p>E17</p> <p>E20</p> <p>E21</p>
	<p>- Responsabilização</p>	<p>“(…) esta coisa de cumprir horários, de responsabilidade, ajuda a pessoa que quando saia já vá com esse hábito inculcido.”</p>	<p>E14</p>

	- Descrença na reintegração	“ Se calhar temos valor para estar naquele trabalho mas tem outros que vão ter preconceito (...)” “(…) agora não sei é se pelo facto de eu ter sido recluso me vão dar emprego.”	E22 E23
--	-----------------------------	---	----------------

ANEXO N - Formação Profissional no Estabelecimento Prisional de Sintra - contagem das principais questões assinaladas pelos reclusos

Formação Profissional no Estabelecimento Prisional de Sintra - contagem das principais questões assinaladas pelos reclusos

1. Aspetos positivos da formação profissional

ANÁLISE	FREQUÊNCIA
- Motivador	3
- Aprendizagem de novas competências	7
- Ajuda no percurso prisional	2
- Boas condições, no EPSintra, para a formação	1
- Características dos formadores	1
- Ajuda na reintegração	1
- Valorização pessoal	1
- Ocupação do tempo	2

2. Aspetos negativos da formação profissional

ANÁLISE	FREQUÊNCIA
- Pouca oferta	7
- Curta duração	8
- Escassez de cursos para quem já tem o 9.º ano	2
- Incorreta seleção dos formandos	3
- Falta de diversidade de cursos	2
- A formação atinge um pequeno número de reclusos	2
- Desigualdade de oportunidades	3
- Sem aspetos negativos	5

3. Contributo para a reinserção

ANÁLISE	FREQUÊNCIA
- Obtenção de um certificado	3
- Aumento da possibilidade de arranjar emprego	13
- Novas aprendizagens	5
- Melhor inserção na sociedade	2
- Valorização pessoal	5
- Responsabilização	1
- Descrença na reintegração	2

ANEXO O – Caracterização dos ex-reclusos entrevistados

TRATAMENTO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS A EX-RECLUSOS

CARATERIZAÇÃO DOS EX-RECLUSOS ENTREVISTADOS⁵³

	Idade	Hab. Lit.	Pena Total	Reinício	Percurso profissional antes de ser preso	Trabalhou enquanto esteve preso	Frequência de formação profissional em liberdade	Frequência de formação profissional enquanto recluso
E1	53	7.º ano	6 anos	Não	“(…) trabalhei nas limpezas (…) fui trabalhar para as feiras, fui trabalhar de feira em feira. Fiz as feiras do centro do país até ao Algarve (…) depois trabalhei na feira popular de Lisboa (…) andei a trabalhar nas obras, comecei a comprar e a vender carros (…) consegui uma licença para trabalhar com pronto-socorro, com automóveis sinistrados ou avariados e fui exercendo a profissão de motorista (…) dedicar-me também um bocadinho à sucata, a comprar e vender algumas peças de automóveis usados e fui ficando ligado ao ramo automóvel de uma ou de outra maneira. Houve alturas em que comercializei carros, de forma particular e é o que ainda hoje vou fazendo (..)”	“(…) na faxina (…)”	“(…)eu nunca na minha vida fiz formação profissional, até hoje (…)”	“Enquanto estive preso, também não (…)”

⁵³ De acordo com o referido no enquadramento metodológico em relação à atribuição de nomes aos entrevistados, os nomes correspondentes a cada entrevista são os seguintes: E1 – Álvaro, E2 – Bernardo, E3 – César, E4 – David, E5 – Edmundo e E6 - Flávio

E2	34	6.º ano	7 anos	Não	“Não havia. Só o mau caminho.”	“Trabalhei como faxina, trabalhei no ginásio, na carpintaria e nas obras. Fiz de tudo um pouco. Trabalhei como faxina em várias secções: alas, refeitório, cozinha (...)”	Não.	“Sim, tapetes de Arraiolos (...)”
E3	38	8.º ano	15m	Não	“Sempre distribuição e armazém, pacote e depois à volta de fazer recados e distribuir depois mais tarde quando tirei a carta, produtos alimentares no armazém.”	“Trabalhei, era faxina.”	“Não, nunca fiz.”	“Não porque era pouco tempo, não se justificava.”
E4	42	11.º ano	5 anos	Não	“Na Guiné, eu era alfaiate. Em Portugal, eu sou pedreiro.”	“Sempre, quase todo o tempo (...) na Noruega, trabalhei na alfaiataria (...) estive na carpintaria. Em Portugal, no EPL, estive no refeitório, depois fui transferido para Sintra (...) lavandaria, como alfaiate (...)”	“Eu estive numa escola profissional, em 1997, era de um ano e 6 meses mas eu não concluí tudo, só andei 3 meses por causa da despesa (...)”	“O curso de estuques e só escola (...)”
E5	56	6.º ano	15 anos	Não	“Na altura estava no mar, era marítimo, pescador (...)”	“Trabalhei sempre, sempre. Só não trabalhei no primeiro ano, enquanto estive em prisão	“Só um, o curso da vida, mais nada.”	Marcenaria

						preventiva (...)Trabalhei em componentes elétricos, montagem de componentes elétricos, chefeiei a secção. Depois (...) cerca de 7 anos e meio, eletricista. No EPSintra trabalhei na serra, na Parques de Sintra.”		
E6	41	9.º ano	14 anos	Não	“Eu sou mecânico de automóveis.”	“Mecânico de automóveis, chefe de oficina.”	“Sim, eu estive já na Suíça, onde fiz vários cursos de mecânica.”	“Não, lá dentro nunca.”

ANEXO P – Sinopse das entrevistas realizadas a ex-reclusos (opinião sobre o trabalho nos Estabelecimentos Prisionais)

TRATAMENTO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS A EX-RECLUSOS

TRABALHO NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL – SINOPSE DAS ENTREVISTAS

	Importância da existência de programas de empregabilidade nos EP (formação profissional e trabalho) e importância da ocupação laboral para quem está preso	Contributo da ocupação laboral e da formação profissional para a reinserção	Opinião dos ex-reclusos sobre a aceitação, por parte da sociedade, do seu trabalho
E1	<p>“Sobretudo se a pessoa que está presa não tem vontade de lá voltar e tem vontade de sair o mais depressa possível, é imprescindível o trabalho. Só assim é que pode ter um maior apoio desde o chefe de ala até às assistentes sociais e é completamente diferente uma pessoa estar lá a pensar em trabalhar (...) há pessoas que têm tão pouca orientação na vida, há pessoas que só lá dentro é que conseguiram aprender a escrever ou a ler ou aprender a fazer qualquer coisa porque há pessoas que não tiveram a sorte de ter apoio de nenhum familiar e começaram a ser tão marginalizadas pela sociedade que nunca conseguiram fazer nada (...) o trabalho não chega para todas as pessoas, o trabalho lá dentro é escasso, não há estruturas para todas as pessoas poderem trabalhar e não há incentivo. Eu penso que era uma boa forma de a sociedade lidar com quem lá está e era uma muito melhor forma de as pessoas que lá estão compreenderem que têm outras opções na vida e poderem usá-las.”</p>	<p>“(...) Mais uma vez eu acho que é importante porque ali é difícil ter alguma coisa para fazer e como não há muitas opções, quem for inteligente e optar por trabalhar, ganha outros hábitos e ganha outra convivência e aqueles que não conseguem fugir das más influências têm ali uma oportunidade única (...) As pessoas têm que ganhar outras companhias. Só assim é que o podem fazer. Felizmente nas prisões não há álcool, não é permitido o álcool e não é tolerado, o que é engraçado é que lá não há álcool, infelizmente há droga porque dá muito mais dinheiro. Lá dentro consegue-se ser mais inventivo e criativo do que cá fora porque as pessoas têm imenso</p>	<p>“(...) Hoje em dia há de haver pessoas que já podem dizer que sim, que isso é um facto mas é muito difícil. Na minha opinião ou se tem um grande apoio por trás a nível das assistentes sociais, das psicólogas, de tudo e se tem muito boas referências lá dentro ou então o melhor é omitir essa situação, tenho a certeza absoluta que para a maioria das pessoas cá fora hoje é preferível omitir essa situação (...) não é fácil para uma pessoa que já teve muitas condenações dizer que teve condenações e ser admitido no mundo liberal. Se tiver só uma condenação e tráz boas referências de lá, dirigidas a um empregador que eventualmente tenha disponibilidade para aceitar ex-</p>

		tempo para concretizarem as situações.”	reclusos isso pode funcionar mas acho que é pouco provável e dizer que é ex-recluso é um risco que eu se puder evitar de correr não corria.”
E2	<p>“(…) Começando pelo hábito de acordar cedo, tomar o pequeno almoço, habituar o corpo a trabalhar, a uma rotina. Se não for assim como é que chegamos cá fora e encaramos o mundo? O que eu pensava era: se eu trabalho aqui por 20€ ou 30€ porque não trabalhar lá fora? Para mim isso foi fundamental (...) eu por exemplo tive oportunidade de trabalhar no lenhador e adorei. Quando dava por ela já tinha passado o dia (...) muitas vezes o sistema oferece e eles não aproveitam. São os que se chamam os filhos da casa. Saem e voltam outra vez (...) não só pelo facto de provar que quero mudar de vida mas também porque ganhava qualquer coisa. O ordenado era pequenino mas era qualquer coisa. Na altura pensava que talvez um dia pudesse ter um ordenado melhor. Comecei por receber 15€, depois 19€ e cheguei ao máximo que foi 40€. Comecei na empresa Cândido, que era lá no Estabelecimento Prisional.”</p>	<p>“(…) Sim, no meu caso ajudou. A primeira experiência que tive foi na cozinha e cá fora já trabalhei nessa área. Acho que o fundamental é aprender a ter hábitos de trabalho. Eu nunca tinha trabalhado e lá aprendi. Fiz várias coisas de que gostava como tapetes de arraiolos. Coisas que não vou fazer cá fora (...) ajudou-me principalmente a aprender a cumprir regras porque eu nunca tinha trabalhado e lá tive que aprender como se faz e o que se tem que cumprir (...) tive um amigo meu que trabalhou no bar dos guardas, era o Ricardo. A mãe dele trabalhava num laboratório e quando ele saiu a mãe abriu-lhe uma pastelaria porque ele já sabia trabalhar na área. Foi a mãe que lhe arranjou emprego mas foi</p>	<p>“Acho que não é fácil. Se dizemos que estivemos presos, já não nos escolhem porque têm medo que alguma coisa corra mal. O melhor é não dizer nada para conseguir o emprego e depois, quando já conhecemos as pessoas é que lhes podemos dizer o que nos aconteceu se acharmos que eles vão entender e normalmente entendem e aceitam-nos mas se na primeira vez dissermos, já não nos querem.”</p>

		<p>porque ele aprendeu enquanto esteve preso porque se não ela não lhe arranjava. Para ele já foi bom ter trabalhado.”</p>	
E3	<p>“Sim, sim, na minha opinião eu acho que sim porque a pessoa mantém-se ocupada e acima de tudo aprende alguma coisa lá dentro e é afastado um bocado do meio de estar a conviver com as outras pessoas. É uma mais-valia para a pessoa encurtar o seu tempo lá dentro e estar ocupado, e as pessoas começarem a ter um bocado de confiança e serem respeitados. Quem trabalha é visto de outra forma, e está mais tempo aberto. Tomamos banho 3 ou 4 em vez de ser aquela gente toda, podíamos circular à vontade (...) Muito honestamente, acho que a maior parte era só para passar o tempo e para ganhar algum para se poderem mexer lá dentro. Muitos não tinham visitas e as visitas é que dão dinheiro, dão tabaco, dão comer e muita gente não tinha. Não era o meu caso nessa altura mas muita gente trabalhava por necessidade, para se poderem mexer melhor lá dentro. Há outras pessoas que não mas a maior parte acho que era por causa disso (...) eu nunca tive conhecimento que as pessoas se interessassem. Isso já vai de cada um mas eu achava que alguns tiravam partido disso. Dava para aprender alguma coisa, isso dava. Por exemplo uma pessoa que ia para a serralharia ou para a cozinha, aprendia.”</p>	<p>“Mas eu acho que sim, que ajuda a pessoa a nível pessoal, a ganhar competências e auto-estima, auto-confiança, ir para afrente, não sempre mas em certos momentos eu acho que sim, quando as pessoas se sentem mais em baixo e pode agarrar aquelas coisas positivas que teve na vida e que passou e conseguiu eu acho que sim e podem levantar a cabeça e seguir para a frente. Agora há outros que passaram lá muito tempo e que aquilo não lhes diz nada e até riem e gozam e dão dicas aos outros de como as coisas que se passam lá, eu acho que não. Alguns não se conseguem desenrascar cá fora porque aquilo é uma vida e há que saber andar, dar ao respeito e ser respeitado e não se conseguem fazer à vida cá fora.</p>	<p>“Dizia que não estava a trabalhar há muito tempo. Tinham-me acabado o contrato, aquelas mentirazinhas básicas, tinha-me acabado o contrato, não me renovaram o contrato e agora andava à procura de trabalho. As pessoas começam logo a olhar de outra maneira e fecham-se muitas portas (...) Agora já há instituições e associações que já têm contratos com entidades empregadoras para ex-reclusos que dão uma mão para a pessoa se inserir na sociedade e uma oportunidade à pessoa. Naquela altura não me apercebi muito bem que houvesse, já lá vão 7 anos. Era capaz de haver mas não estava tão divulgado como agora. Agora falam mais à vontade, no meu ponto de vista, naquela altura não. Tem que ser trabalhado por terceiros e</p>

		Lá dentro têm comida, bebida e dormida, as drogas arranjam-se.”	empregadores que estejam dispostos a dar uma oportunidade.”
E4	<p>“É muito importante para qualquer cidadão porque praticamente eu, eu sinto muito orgulho por este curso que eu fiz porque há muitos jovens que estão na cadeia e quando estão em liberdade voltam para a cadeia porque não têm profissão. Há muitos jovens que estão lá e não têm nenhuma profissão. Eu nunca tive oportunidade de fazer um curso destes porque para fazer um curso destes cá fora eu tenho que gastar dinheiro. Se eu tenho oportunidade, se tenho um meio para fazer um curso, é muito importante. Há muitos jovens que estão na cadeia, que são pobres, não têm possibilidades de estudar ou de fazer qualquer curso. Um curso vai fazer com que esse jovem não cometa tanto crime, vá começar a ser homem. Eu acho que é muito importante. E o trabalho também, muitos nunca trabalharam. O salário do curso ajudou bastante porque aquele subsídio dá para sobreviver, para sustentar os nossos vícios lá dentro da cadeia para evitar cometer outros na cadeia. Dá jeito para comprar os produtos de higiene, os cigarros (...) ocupação é bom demais para ocupar o recluso porque se um recluso não tem ocupação fica só a pensar na liberdade, dá mais descanso. Cria mais problema psicológico mas se uma pessoa já tem ocupação ou está na escola ou num trabalho, o tempo passa e você não sente aquela dor psicológica da cadeia. Com ocupação ajuda muito aos reclusos (...) eu já vi os meus colegas que não têm trabalho, não têm ocupação, são as pessoas que sofrem mais na cadeia do que os que estão a trabalhar. Ficam isolados, quase uma pessoa incomunicável. Têm vida mais dura. Quando tem ocupação, sente mais alívio, fica mais aliviado.”</p>	<p>“Pode, ajuda, ajuda muito. Imagina agora eu, que apesar de estar em liberdade condicional, não sinto dificuldade de integração na sociedade. Eu por mim acho que é mais fácil. Acho que para qualquer recluso é igual (...) dos colegas que eu conheço, que estão em liberdade, a maioria deles não frequentou nenhum curso. Só trabalharam no campo da agricultura ou como pedreiro ou servente e isso não ajudou nenhum deles. Praticamente não conheço nenhum ex-recluso que saiu com uma profissão como no meu caso. Não conheço ninguém. Mas acho que se há pessoas que saíram com curso, eu acho que vai-lhe ajudar muito”</p>	

<p>E5</p>	<p>“Para além do matar do tempo, o trabalho funciona como matar do tempo. É pedagógico, faz bem. Trabalhar não vejo o que é que tem de mal, acho que toda a gente devia trabalhar (...) em Vale de Judeus estávamos 500 e qualquer coisa homens, creio que eramos 500 e qualquer coisa e se trabalhávamos cerca de 50, ou 60, não me lembro de ver muito mais gente a trabalhar. O resto era tudo parado (...) eu já disse que era pedagógico, faz bem, faz muito bem mentalmente porque a vida da cadeia é ansiosa como toda a gente o sabe. É muito parada, muito morta e o corpo vai render, vai cedendo a essa ociosidade. É natural que o trabalho funcione como uma cura para o ócio. E não só, mentalmente ajuda muito. A capacidade de raciocínio nas cadeias vai-se perdendo, com o passar do tempo, são muitas horas fechados. É bom para tudo, o trabalho (...) por outro lado também é bom porque não deixa que as pessoas pensem noutras situações. Pensam mais no trabalho, naquilo que têm que fazer amanhã e a cabeça vai afastando porque é fácil numa cadeia haver sentimentos de revolta, sentimentos de vingança, isso é facilimo de acontecer, acontece em 95% dos casos. O pensar como é um pensar parado, ocioso, o que é que acontece? nunca é um pensar como devia ser, é sempre um bocadinho mais ao lado e por maus caminhos. É bom que as pessoas trabalhem porque evitam muito essa situação (...) mas sim ajuda toda a gente, as formações ajudam sempre porque eu vi muitas pessoas a formarem-se que à primeira vista diria que tinham o 12.º ano e afinal nem a 1ª classe tinham. Falavam tão bem, expressavam-se tão bem, tinham conhecimentos tão vastos que eu fiquei totalmente convencido. As pessoas eram cultas, não é uma grande cultura o 12.º mas é uma cultura e então, mas não, não sabiam nem sequer escrever alguns.</p>	<p>“Sim, colocação num trabalho. Uma pessoa vem formada e além da formação traz a prática, com certeza que não faz só a formação, mais tarde vai fazer a prática e muitos fizeram essa prática, portanto logo há mais portas abertas para o trabalho, virado para o trabalho”</p>
-----------	---	---

	<p>É bom que se formem lá dentro, é bom porque enquanto escrevem ou leem ajuda-os. É uma ajuda clara. Todas as pessoas que vão para a cadeia deviam trabalhar, todos aqueles que querem evidentemente porque lá ninguém é obrigado a trabalhar (...)Tudo o que é trabalho dentro da cadeia só ajuda a formar a pessoa, não só fisicamente porque o físico também se acaba dentro das cadeias. Tem que fazer qualquer coisa para se ir mantendo. Não só fisicamente como dá moral, ajuda na questão da moral, ajuda e muito. Ensina-nos o civismo, também nos ensina isso. Eu só dentro da cadeia é que aprendi o velho adágio que já não é bem adágio, é um pensamento qualquer de alguém que se lembrou que a minha liberdade acaba quando começa a do vizinho. E eu aprendi isso lá dentro.”</p>		
E6	<p>“Acho sempre que sim e quanto mais melhor. Assim as pessoas estão mais ocupadas. Passam melhor o tempo lá dentro, infelizmente. Mas havendo trabalho, sentem-se melhor, estão mais distraídos, é diferente (...) é para ocupar o tempo, só. É para a gente passar da melhor maneira. Para quem não souber, pode ser que aprenda mas não era o meu caso porque já era a minha arte, portanto eu era chefe de oficina (...) e para aprender e para ganhar dinheiro também. Toda a gente precisa mas há alguns que não têm apoio de ninguém e sempre ganhavam algum, para o tabaquito como se costuma dizer (...) Devia ser mesmo obrigatório trabalhar dentro dos estabelecimentos porque muitos entram lá para dentro e se vão para lá e não têm vontade, saem de lá sem vontade. Devia ser obrigatório trabalhar, não é, só trabalha quem quer. É importante para tudo, para se aprender uma profissão, para se ter vontade, para incentivar as pessoas a trabalhar porque se as pessoas vão para lá e não</p>	<p>“Sim, se a gente tiver vontade é muito mais fácil começar a trabalhar. Eu quando sai de lá comecei logo a trabalhar, só estive 3 dias Não tive ajudas de ninguém. Eu quando estava no RAVE procurei logo preparar-me a mim mesmo para quando saísse começar logo a trabalhar por isso só tive 3 dias, foi só para descansar mesmo porque já estavam à espera de mim.”</p>	<p>“Eu não tive esse problema e mesmo ainda hoje, eu não tive esse problema e não tenho. Já passou, qualquer pessoa está sujeita mas muitas das pessoas olham para as pessoas de lado.”</p>

	têm nada que as puxe voltam à vida do crime. Se não houver incentivo, voltam à vida do crime. Eu acho que devia ser obrigatório mesmo.”		
--	---	--	--

ANEXO Q – Sinopse das entrevistas realizadas a ex-reclusos (opinião sobre a formação profissional nos Estabelecimentos Prisionais)

TRATAMENTO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS A EX-RECLUSOS

FORMAÇÃO PROFISSIONAL NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS - SINOPSE DAS ENTREVISTAS

	Aspetos positivos da formação profissional	Aspetos negativos da formação profissional	Contributo para a reinserção
E1	Havia um ou outro curso, os que tinham a ver com informática, que eram poucos e esses sim, valorizavam as pessoas.	Havia lá alguns cursos que dependiam muito do trabalho manual e que eram pura exploração. Havia lá outros, não cursos mas ocupações laborais que são para fazer trabalhos muito mecânicos, que incorporam muita mão-de-obra e aquilo acaba por ser exploração que só beneficiam os empregadores.	Hoje em dia isso é capaz de estar diferente, é capaz de haver mais cursos nas áreas tecnológicas. Para haver cursos que beneficiem as pessoas de certeza que é preciso investir, alguém investir, os particulares, o Estado, e como é óbvio deve ser difícil investir. Tem retorno para as pessoas não tem para quem faz o investimento. O Estado devia apostar mais.
E2		Acho que havia pouca oferta. A escola é que era fundamental. Só não ia para lá quem não queria.	Só frequentei os arraiolos e isso não me ajudou cá fora.
E3	Era uma maneira que eles tinham de sair do meio, de estarem mais tempo abertos, não sei se eram remunerados ou não, isso já não me recordo mas era uma maneira de saírem daquele meio, de conviverem com outras pessoas, não estarem naquele ambiente tão pesado. Dava para respirar mais um bocado, vinham com os guardas, vinham fumar um cigarrinho cá fora, já se via bem, já não eram		

	aqueles muros altos, eram muros médios, já viam melhor as coisas.		
E4	Para mim a oferta é muitíssimo boa. Uma pessoa que está presa ter a oportunidade.		<p>Acho que vão me ajudar porque já tenho promessas. Queria era dar continuidade para aprofundar mais conhecimento, nesta área. Eu já tenho um pouco mas quero aumentar. Se eu não tivesse frequentado este curso, estava na estaca zero. Frequentar este curso vai-me ajudar mais. Eu já tenho uma formação base e tenho um pouco de experiência, nalguns trabalhos e o que eu vou encontrar vai ser diferente do que eu aprendi mas tenho mais conhecimento.</p> <p>Qualquer formação é importante. Há muitos anúncios para fazer cursos de eletricidade e de agricultura. Mas estuques é diferente, faz parte da minha área, é construção. Eu sou pedreiro e gostaria de continuar nesta área. Sinto muito orgulho com este curso e por ajudarem os homens que estão na cadeia. É válido em qualquer parte do mundo. Eu sou pedreiro mas não tenho certificado, eu sou costureiro mas não tenho certificado mas agora eu tenho um certificado.</p>
E5		A oferta nunca é muita porque na cadeia quem vai	

		<p>aos cursos são pessoas que ou estão muito carenciadas e têm determinada dificuldade de raciocínio e não sei quantos. Um ou dois desses vai fazer o curso mas se houver lá 100, 98 ficam sossegados lá na casinha deles. O mesmo acontece com outras pessoas</p>	
E6	<p>Eu achava tudo positivo. Tudo o que seja para benefício do recluso é sempre bom. Antes de eu me vir embora, três anos antes, teve bastante serviço, mesmo para carpintaria, para mecânico, para os filtros também, serralharia também deram curso lá, umas coisinhas mais ou menos. O diretor que lá estava era bom para essas coisas, andava sempre à procura.</p> <p>Iam para ocupar o tempo e também pela bolsa e ainda se passassem em tudo ao fim têm um valor. Muitos iam pelo resto, não pela formação.</p>		

ANEXO R – Situação atual dos ex-reclusos face ao emprego

TRATAMENTO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS A EX-RECLUSOS

SITUAÇÃO ATUAL FACE AO EMPREGO

	SITUAÇÃO ATUAL FACE AO EMPREGO	COMO FOI QUANDO SAIU
E1	“Faço alguns biscates, com o reboque e vendo carros .”	“Quando sai tentei o negócio dos carros, vender carros”
E2	“Estou desempregado, está tudo muito difícil ... Gostava de ter tirado a carta de pesados. Se tivesse tirado, estava a fazer o que gostava que era conduzir. Também trabalhei no hospital de Caxias como auxiliar de enfermagem e adorei. Gostava muito de agora conseguir trabalhar no hospital de Loures.”	
E3	“No caso da associação, por exemplo, existe a comunidade terapêutica. Acabei lá há 3 anos o tratamento e surgiu a oportunidade de uma pessoa se reformar e como eu já conhecia armazém, fiquei lá a trabalhar. Fiz lá nove meses de estágio e estou lá a trabalhar há dois anos. Foi por demonstrar os meus valores, a minha capacidade e a minha maneira de orientar as coisas, tornei-me responsável do armazém. Tenho um armazém que ainda vai ser maior e estou lá a tomar conta daquilo, têm confiança em mim, organizo o meu trabalho, vou buscar as coisas, faço a receção de material, giro stocks, estou como peixe na água. Se não for assim é um bocado difícil porque as comunidades que não tinham isto, as pessoas fazem o tratamento e a pessoa tinha que procurar trabalho e ir para a casa dos pais ou, depende da própria vontade. Afastava-se ou continuava e eu procurei uma comunidade que tivesse esta ajuda.”	“É um bocado complicado, se não for a família a ajudar e mesmo assim não ajuda para sempre. A pessoa tem que procurar trabalho e desenrascar-se por ela própria. Alugar um espaço para ela e fazer a vida dela se não está sempre a levar com aquelas situações do passado, coisas do passado. Chega a uma certa altura e a pessoa já não está para ouvir isso. Hoje tenho uma relação boa, mas ao princípio é um bocado complicado mas temos que demonstrar e lutar pelas coisas e ao fim de um par de anos é que as coisas estabilizam e mesmo assim ainda fica sempre aquela duvidazinha.
E4	Está a trabalhar nas obras num emprego arranjado por amigos	Saiu recentemente da prisão, está em liberdade condicional.
E5	“No meu caso não é tanto porque eu estava na	“Eu sou de Setúbal, mudei tudo, tudo tudo, a

	<p>empresa há 3 anos e a empresa mostrou-se interessada que eu continuasse ao seu serviço e fiquei.</p>	<p>minha vida, agora moro aqui em Sintra e não quero sair daqui. Não estou bem estabelecido, moro em quarto alugado, sempre o mesmo, não gosto de mudar mas tenciono ter mesmo uma casita aqui (...)Eu já estava praticamente adaptado, não conhecia bem a Vila de Sintra, porque só passava aqui às vezes quando ia de precária porque vinha aqui apanhar o comboio. Aliás os 2 primeiros meses que aqui me fixei, andei aí uns dias que não sabia o caminho para casa. Tinha que andar a perguntar mas as pessoas aqui são muito simpáticas. São muito fechados mas são simpáticos, quando abrem a boca são simpáticos, levam é algum tempo. Eu também sou uma pessoa sociável, não me quero autoelogiar mas sou sociável.</p>
<p>E6</p>	<p>Trabalha na empresa Larangeira, Almeida, Lda.</p>	<p>Sim. No meu caso não foi mas para muitos sim. Até para onde eu fui. Fui para uma cooperativa de reinserção social, já estava garantida mas prontos. E muitos foram para lá.</p> <p>Teve influência trabalharem na prisão mas depende se têm vontade. Quem tem vontade sim, quem não tem... muitos não ligam, estão atidos aos outros. Muitos porque precisavam e foram trabalhar e mesmo quem estava de condicional, eles estão sempre em cima. Se estiver de condicional e não tiver trabalho é um bocadinho mau, não ajuda e isso é uma das coisas que eles estão sempre em cima, os juízes. Eu tive uma condicional de 5 anos. Do Linhó fui o único, fui o primeiro e o único. Fui um dos beneficiários mas também lutei para isso e nunca tive problemas, tive sempre cuidado para não ter problemas. Graças a Deus já passou mas eu tive o máximo.</p>

ANEXO S - Opinião dos funcionários do Estabelecimento Prisional de Sintra sobre os programas de empregabilidade

Opinião dos funcionários do Estabelecimento Prisional de Sintra sobre os programas de empregabilidade

	Importância dos programas de empregabilidade	Contribuição para a aprendizagem de uma profissão
E1	<p>“Importante não tenho dúvida nenhuma que é importante e é um fator determinante em termos de reinserção. A maioria destes reclusos com baixa escolaridade e baixas competências, não têm hábitos de trabalho. A maioria deles, tem problemáticas de criminalidade relacionadas com a toxicodependência, logo são pessoas que não têm `muitos hábitos de trabalho logo, adquirir hábitos de trabalho e formação são fatores essenciais para o sucesso da sua reinserção. E fundamental.”</p>	<p>“Da perspetiva de muitos dos reclusos é muito importante para ocupar o tempo, para eles o tempo custa mais a passar e de facto a ocupação pode ter também essa componente de ocupação do tempo. No entanto, o mais importante não é tanto a produtividade do trabalho, é mais a criação de hábitos de trabalho, a responsabilização, a motivação para terem uma vida ativa, em sociedade, uma vida normal.</p> <p>Já vem da história deste estabelecimento, que o mais importante é mantê-los a trabalhar, não interessa o lucro. Para nós o rendimento do trabalho não é o objetivo, é a aquisição dos hábitos para os preparar para viver em sociedade.”</p>
E2	<p>“Aqui no estabelecimento é importante porque para nós em termos de vigilância e segurança, todos esses aspetos dessas atividades em que eles possam estar empenhados dá alguma estabilidade em termos do cumprimento da pena e da relação que eles criam com as pessoas e com a própria lei e com as próprias regras porque as cumprem. Estando a trabalhar é evidente que não querem sair do trabalho e aí mais facilmente cumprem as regras que estão instituídas. Nesse aspeto para nós é importante porque dá alguma estabilidade em termos emocionais e comportamentais aos reclusos.”</p> <p>“Por um lado trabalham para ocupar o tempo e aqui em Sintra trabalham</p>	<p>“Se eles se dedicarem sim. Por exemplo o curso de serralharia, que é um bom curso e está no meio social, no meio de trabalho, na vida em sociedade é necessário gente com conhecimentos de serralharia, é uma boa profissão. Eletricidade de construção também é uma boa profissão. Conseguem aprender porque é um curso longo, não só virado para a teórica mas com alguma prática e isso é muito importante para eles. É preciso é que eles tenham vontade para quando chegam lá fora aplicarem os conhecimentos que adquirem aqui. Ficam encartados, com um grau profissional, embora seja básico. Ficam habilitados para poderem iniciar uma vida profissional</p>

	<p>para saírem um pouco da zona prisional, para estarem noutros espaços, para apanharem ar porque estarem confinados lá em baixo a pressão é muita. É a pressão do consumo de droga, é a pressão dos outros a dizerem que fazem isto e fazem aquilo e assim libertam-se um bocado daquelas pressões e distraem a cabeça, durante aquele tempo. Libertam-se daquele espaço onde passam a maioria do tempo e daquela pressão toda da prisão, daquele ambiente de gente confinada, fechada e então libertam-se um bocado. Por outro lado tem a questão de satisfazer o cafezinho que é necessário para o dia a dia, aqueles que têm problemas aditivos também satisfazer algum consumo que façam durante a reclusão. De resto a aprendizagem, não vejo que tenham muito interesse. Pode haver um ou outro que é por gosto de fazer mas em 700 se calhar é um ou dois ou três, não é o comum.”</p> <p>“Eu tenho que pensar na vigilância e na segurança e é evidente que se fosse possível, se as estruturas estivessem adequadas e se tivéssemos meios humanos para vigiar o espaço, para controlar o espaço, era importante para eles porque traz-lhes estabilidade e para nós se houver estabilidade dentro da cadeia não há quezílias, não há problemas. Estando ocupados, quando chegam às instalações onde pernoitam, querem descansar porque estão cansados.</p> <p>“Vê-se que há muita gente que quando entra quer logo trabalho mas não havendo trabalho para todos quem fica à espera são os últimos.”</p>	<p>lá fora, para além da parte escolar que também é importante para eles.”</p>
E3	<p>“Sim, penso que seja mais aliciante para os homens ter uma formação com parte prática, não sendo só teórica. Pôr as mãos na massa, ver como as coisas se fazem e ter uma noção do potencial que os próprios podem ter.”</p>	<p>“Nos casos concretos que nós temos aqui tido, acho que nos deveríamos virar para a escassez que o mercado tem, os canalizadores, o estuque, o que põe a calçada portuguesa, ir ao encontro das necessidades que o mercado tem e não tirar um curso</p>

	<p>“Em alguns casos é só para ocuparem o tempo e para terem acesso à precária e à condicional, tentamos de alguma forma que seja visto como uma mais-valia e como a responsabilidade do que o trabalho é, mesmo em termos de exterior e tudo mais. No entanto a nossa população, na maior parte dos casos, muitos deles são licenciados, fizeram trabalhos em part-time. Outros nunca trabalharam. O valor do trabalho para eles é diferente do que é o meu e logo aí há uma atitude de ocupar o tempo para conseguir algo. Se virmos os reclusos que vêm de outras cadeias, com penas mais elevadas e que já estão no estabelecimento há mais anos o trabalho é muito mais valorizado, levam o RAE muito mais a sério do que os nossos. Tem a ver com a faixa etária, pessoas mais velhas. A nível por exemplo do Monte da Lua eles preferem os mais velhos e os que vêm de outros EPs porque tem outro valor. O valor do trabalho é diferente.”</p> <p>“O balanço é positivo porque saindo da parte teórica eles veem as coisas a sair das mãos deles, veem que podem fazer, que são capazes portanto o balanço é completamente positivo. Verem que têm potencial porque eles têm, estava era virado ao contrário.”</p> <p>“A disposição deles em dado momento da formação é que pode ser nula porque eles nem sempre estão despertos para. No entanto eles gostam e percebeu-se claramente porque fez-se uma inscrição e após a inscrição e a sessão de sensibilização, eles mantiveram o quero. Depois a dada altura tivemos picos. É uma população que o grau de motivação é baixo.”</p>	<p>de carpintaria ou de eletricidade porque são cursos muito longos e que as pessoas a maior parte das vezes não terminam, estão pela bolsa e não pelo valor em si.</p> <p>Em relação ao sim, termos cursos mais práticos, não tão teóricos, seria bom haver cursos sim mas direcionados para o valor do trabalho e pô-los a trabalhar para eles verem o que podem fazer e virado para o tradicional e não para os computadores, para as eletricidades, dar-lhes outro tipo de formação.”</p>
E4	<p>“Sim porque dá-lhes uma ferramenta e ajuda-os no processo de reinserção. Muitos deles nunca tiveram oportunidade nem de adquirir escolaridade nem de obter formação numa área específica e isto é uma</p>	<p>“Alguma sim, não toda. Há cursos que não estão muito adequados às exigências atuais. Se calhar uns cursos que cubram melhor as necessidades lá de fora. Por exemplo estes que fizeram dos</p>

<p>maneira de eles conseguirem adquirir uma ferramenta de trabalho.”</p> <p>“Acho que não só a ocupação do tempo mas para dar-lhes ferramentas que lhes possam ajudar. Só como ocupação do tempo não acho mal porque é uma maneira de estarem ocupados e de não pensarem noutras coisas mas poder dar-lhes um grau académico ou uma ferramenta é melhor”</p> <p>“Eles preferem cursos mais práticos e não tão compridos, no caso deste EP de Sintra, noutros EP não sei. Neste os cursos tão compridos não têm tanto sucesso porque depois acabam com metade dos elementos do curso porque vão desistindo, vão desmotivando e não têm tanta aderência.”</p> <p>“Tanto neste EP como no outro em que estive em Tires eu acho que estão a fazer coisas boas. Em Tires tive oportunidade de acompanhar o curso de ajudante de cabeleireiro e de cozinha e aqui estes mais práticos acho que tem sido ótimo para eles e mesmo que os cursos não atribuam um equivalente académico, eles preferem cursos práticos, que depois possam utilizar.”</p>	<p>estuques e da cantaria, canalizador, eletricidade. Cursos em que haja falta lá fora.”</p>
--	--

**ANEXO T – Opinião dos funcionários do Estabelecimento Prisional de Sintra sobre a
reinserção de reclusos**

Opinião dos funcionários do Estabelecimento Prisional de Sintra sobre a reinserção de reclusos

	Importância do trabalho prisional e da formação profissional para a reinserção na sociedade	Articulação com a sociedade
E1	<p>“Alguns trabalham e aprendem. Alguns dizem que a formação e a aprendizagem que tiveram na prisão lhes foi muito útil. Muitos dizem que por um lado foi mau estar preso mas por outro lado foi bom porque adquiriram esta ou aquela ferramenta que lhes foi muito útil. Até o ensino porque muitos quando vêm para cá são analfabetos.”</p> <p>“O estabelecimento alberga maioritariamente indivíduos com problemas ligados à toxicodependência. Não é bem a vocação deste estabelecimento. Quer a oferta formativa, quer os espaços, deveriam ser mais adequados à nova realidade e com a evolução da sociedade, das informáticas e tudo isso. A formação deve ser mais canalizada para os interesses deles e da sociedade.”</p> <p>“A formação que temos ajuda. Agora se é suficiente já é outra questão. A formação, felizmente tem vindo, cada vez mais, ao longo dos anos, a diversificar a oferta formativa. Já se passou daquela ideia tradicional que eram só os cursos da carpintaria, da serralharia, da mecânica, da jardinagem. As novas formações vão mais ao encontro das competências deles das vivências deles e das necessidades do mercado de trabalho. Por exemplo se fizerem um curso de carpintaria correm o risco de chegarem lá fora e não haver carpintarias para trabalharem. Hoje temos mais cursos adequados ao mercado de trabalho, como os estuques, a</p>	<p>“Aqui no EPSintra, tem sido feito muito trabalho em termos de tentar dinamizar e envolver o meio, instituições, empresas. Somos talvez dos estabelecimentos que tem mais contatos com empresários, com o mercado de trabalho, com o envolvimento de entidades.”</p> <p>“A maioria desses empresários, até há um tempo atrás, investia-se muito nos protocolos para os RAE, para os reclusos irem trabalhar para as empresas. Mas ao longo dos anos tem-se verificado um decréscimo dessa situação, um aumento da dificuldade de os reclusos irem trabalhar para fora da prisão, por questões de segurança e porque a própria lei sofreu alterações, havendo agora necessidade de autorização por parte do Tribunal, antes não era necessário. Houve uma certa inversão deste conceito e hoje em dia não há tantos RAE como havia há algum tempo atrás. Há uma mudança de política em relação a esta situação, há mais a ideia de trazer as empresas para o interior da empresa por questões de segurança e também porque para o empresário tem que ter a perspetiva do lucro e também pode ser útil.”</p> <p>“As empresas instalam-se dentro das prisões e isso é um mercado ainda a explorar mas que pode ser muito bom para as empresas e para os reclusos. Tem que ser uma atividade que possa ser transportável. Já se faz em vários países da Europa. É um mercado a explorar.”</p> <p>“O trabalho tem como contrapartida uma remuneração e o recluso, como outro ser humano, quando trabalha e a contrapartida é tão exígua, o recluso desmotiva-se. Se a empresa estiver cá instalada e lhe der um rendimento, a</p>

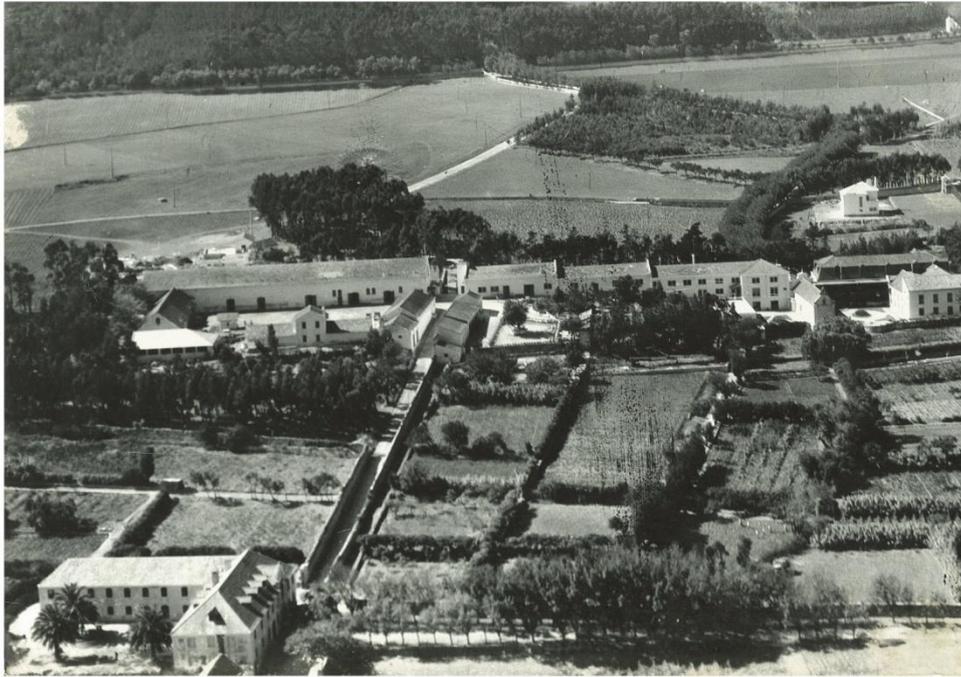
	<p>cantaria, o de operador florestal. Áreas mais de acordo com as necessidades do mercado.”</p>	<p>motivação vai ser outra. Estando motivado e a aprender a trabalhar com um empresário, começa a ganhar os hábitos de trabalho, regras, etc. Quando for em liberdade já adquiriu os hábitos. Se trabalhar cá dentro como faxina, etc... não é motivador e não é aquilo que vão fazer em sociedade por isso desmotivam-se.”</p>
<p>E2</p>	<p>“Eu penso que é muito difícil mudar personalidades, a personalidade vai-se construindo desde o nascimento. Eles chegam aqui muitos com 20 e tal anos, 30 anos, já adquiriram maus hábitos e de modo que isto não é em 3 ou 4 anos que eles passam aqui em reclusão, que vão ser alterados esses maus hábitos. Depende muito da índole ou do feitio de cada um e dessa personalidade de cada um deles. Não acredito que haja grande mudança. Eu acredito muito nos primários e ponho sempre a dúvida de o homem puder ser recuperável. Agora aqueles que já são reincidentes, que já são mais velhos e andam no mundo do crime há muito tempo é difícil mudar hábitos.”</p> <p>“No momento atual é difícil. Na verdade é que se a pessoa trabalhar dentro da cadeia continua com os hábitos de se levantar a determinada hora, de cumprir algumas regras e esses hábitos são sempre importantes para a pessoa que vive num meio social, no trabalho, no exterior de modo que por ai é importante.”</p> <p>“Na questão de levar mais uma ferramenta o trabalho aqui acaba por ser só de manutenção do espaço, acaba por não ter mais-valia para aplicar lá fora, ou seja, aqui o importante é manter. Se for uma pessoa que já tem hábitos de trabalho e conhecimentos sobre uma determinada área de trabalho o importante é mantê-lo</p>	<p>“Nós estamos no meio de uma sociedade que vive numa zona urbana. Algum trabalho que se faz no EPSintra já que isto é uma quinta, não podem aplicar no exterior. A aprendizagem que fazem aqui não podem aplicar no exterior mas há alguma oferta laboral, a carpintaria, a oficina auto. Aí não são tantos, é um grupo reduzido. Hoje em dia não existem mestres nas cadeias o que era muito importante, alguém que transmitia conhecimento aos reclusos. Como não existe esse alguém que traga conhecimento, nós recorremos aos próprios reclusos que já têm alguns conhecimentos, anteriores à reclusão, para desenvolvermos aqui atividades profissionais.”</p> <p>“Eu penso que a Lei nova veio numa altura má. A Lei nova diz que devemos fazer essa articulação mas devido à crise económica acho que cada vez menos as empresas exteriores estão a apostar nesta população para fazerem os seus trabalhos. Existe uma empresa, que é a Esferipol, é a única que se mantém. Já houve outras, antes da crise económica, havia outras empresas que investiam no trabalho no sistema prisional mas a verdade é que a crise também nos trouxe isso à cadeia.”</p> <p>“O ordenado dos reclusos é pouco, as instalações é o estabelecimento que dispõe delas, a água, a luz, eu penso que para as empresas é competitivo agora perante as dificuldades de fora, não apostam. Depois há também uma enorme burocracia da instituição. Isto são instituições burocráticas, não podem aceitar que qualquer empresa venha para aqui sem verificar situações Às vezes</p>

	ativo na mesma área para ele não esquecer aquilo que já sabia para poder trabalhar lá fora. Agora que seja uma mais-valia em termos valorativos e profissionais para o exterior, eu acho que não, pode ser em termos de comportamento.	autorizações até acima de quem está aqui no estabelecimento. Os empresários lá no exterior querem respostas rápidas e aqui não conseguimos dar respostas rápidas.”
E3	<p>“Eu penso que sim, eu penso que sim. Vai tudo do valor que damos ao trabalho. Se o indivíduo entender que o trabalho que faz é benéfico, não só para ele mas para o sistema em que está incluído neste momento, seja prisão, seja a empresa, tem a ver com o valor que as pessoas lhes dão. Enquanto técnica, se quero que os homens estejam a trabalhar? Claramente que sim, obrigá-los a cumprir um horário, obriga-los a perceber que o trabalho que eles fazem é benéfico para o próprios, para a instituição, para o grupo de indivíduos que eles estão no momento a servir, seja para fazer trabalhos no refeitório, no ginásio, é perfeito, Agora vai do valor que se lhes dá. Se o próprio aproveita ou não, tenho as minhas dúvidas, as minhas grandes dúvidas,</p> <p>O valor do trabalho neste momento é nulo, eles não dão valor ao trabalho, é o que eu noto, com grande pena minha.”</p>	“Não, os cursos que vêm são do CPJ, vêm tabelados e depois nós tentamos adequa-los ao serviço que temos no exterior.”
E4	“Sim. 100%.”	“Pelo menos aqui em Sintra temos com a Parques de Sintra, com a Câmara de Sintra.”

**ANEXO U – Fotos antigas alusivas ao trabalho e à formação profissional no Estabelecimento
Prisional de Sintra**

Fotos antigas alusivas ao trabalho e à formação profissional no Estabelecimento Prisional de Sintra

Figura 3 - Foto antiga com uma vista geral de parte da área do Estabelecimento Prisional



FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SINTRA

Figura 4 - Aula de escrita à máquina



TRABALHO NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SINTRA

Figura 5 - Transporte de Cereais



Figura 6 - Escavações

